ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 36 Brasília - DF, segunda-feira, 21 de fevereiro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 11
Ministério das Comunicações 12
Ministério da Defesa 18
Ministério do Desenvolvimento Regional 18
Ministério da Economia 23
Ministério da Educação 35
Ministério da Infraestrutura 38
Ministério da Justiça e Segurança Pública 41
Ministério do Meio Ambiente 51
Ministério de Minas e Energia 55
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 73
Ministério da Saúde 74
Ministério do Trabalho e Previdência 111
Ministério do Turismo 114
Ministério Público da União 120
Poder Legislativo 120
Poder Judiciário 123
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 123

Esta edição é composta de 125 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.538 **(1)**

ORIGEM	: 6538 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: PARAÍBA
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	: CONFEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS GERAIS, PREVIDENCIA PRIVADA E VIDA, SAUDE SUPLEMENTAR E CAPITALIZACAO - CNSEG
ADV.(A/S)	: LUIS INACIO LUCENA ADAMS (29512/DF, 209107/RJ, 387456/SP)
ADV.(A/S)	: MAURO PEDROSO GONCALVES (21278/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS,
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedentes as ações diretas de nº 6.491 e 6.538, para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 11.735/2020 do Estado da Paraíba, na sua redação original, bem como na redação que lhe conferiu a Lei nº 11.794/2020, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 22.10.2021 a 3.11.2021.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Referendo da medida cautelar. Conversão em julgamento definitivo de mérito. Lei nº 11.753, de 14 de julho de 2020, do Estado da Paraíba. Vedação à interrupção dos contratos de plano de saúde em decorrência de inadimplência enquanto perdurar a pandemia do novo coronavírus. Possibilidade de pagamento a posteriori do débito, de forma parcelada, vedada a cobrança de juros e multa. Inconstitucionalidade formal. Usurpação da competência da União para dispor sobre Direito Civil e seguros. Inconstitucionalidade material. Ofensa à livre iniciativa e ao ato jurídico perfeito. Procedência da ação.

1. A Lei nº 11.753, de 14 de julho de 2020, do Estado da Paraíba, constitui interferência, via lei estadual, na essência de contratos de plano de saúde previamente pactuados entre as partes e regulados pelas normas federais aplicáveis à matéria (Lei Federal nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e Lei Federal nº 9.961/2000, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)).

2. As normas incidentes sobre contratos de prestação de serviços de seguros e planos de saúde inserem-se no âmbito dos Direito Civil e Securitário, cujas matérias são de competência privativa da União, pelo que não atraem a competência suplementar dos estados-membros para dispor sobre a defesa da saúde e a proteção ao consumidor. Precedentes: ADI nº 5.965, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, Tribunal Pleno, DJe de 20/3/20; ADI nº 4.818, Rel. Min. **Edson Fachin**, Tribunal Pleno, DJe de 6/3/20; ADI nº 4701, Rel. Min. **Roberto Barroso**, Tribunal Pleno, DJe de 25/8/14.

3. O legislador paraibano invadiu indevidamente o espaço da liberdade de iniciativa, na medida em que impôs uma redução na receita das entidades prestadoras de serviços de planos de saúde, sem qualquer contrapartida e de forma anti-isonômica, já que atribuiu especificamente ao setor de saúde suplementar o dever de compensar os prejuízos experimentados pelos particulares em razão da pandemia. A lei estadual também ofende a garantia constitucional do ato jurídico perfeito, na medida em que prevê a incidência de seus preceitos a contratos novos ou preexistentes, sem fazer qualquer distinção, alterando a forma de execução das obrigações contratadas.

4. Ação direta julgada procedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Congresso Nacional

RETIFICAÇÃO

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2, DE 2022

Aprova o texto do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em Luanda, em 17 de julho de 2021.

Na publicação feita no Diário Oficial da União nº 35, de 18 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 1,

Onde se lê:

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 10/02/2022.

Leia-se:

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 11/2/2022.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.973, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Regulamenta a designação de militar da reserva remunerada das Forças Armadas para o serviço ativo prevista na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 1º, alínea "a", inciso III, e no art. 12, § 2º, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a designação de militar da reserva remunerada das Forças Armadas para o serviço ativo prevista na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares.

Art. 2º O militar da reserva remunerada das Forças Armadas, em tempo de paz, poderá ser designado para o serviço ativo, em caráter transitório, para atender a necessidade do serviço.

Art. 3º A designação de militar da reserva remunerada para o serviço ativo será efetuada:

I - pelo Presidente da República, na hipótese de oficiais-generais; ou

II - pelos Comandantes das Forças Armadas, nas demais hipóteses.

Art. 4º São requisitos para o militar da reserva remunerada das Forças Armadas ser designado para o serviço ativo:

I - ser considerado apto em inspeção de saúde realizada por junta militar de saúde;

II - residir na mesma sede da organização militar para a qual está sendo indicado;

III - não ser réu em ação penal por crime doloso, enquanto a sentença final não houver transitado em julgado; e

IV - não ter atingido os seis últimos meses que antecedem à idade-limite de permanência na reserva remunerada.

Parágrafo único. O militar que estiver à espera de transferência para a reserva remunerada **ex officio** poderá ser indicado para designação para o serviço ativo a partir do primeiro dia após o seu desligamento.

Art. 5º O período para a permanência do militar como designado para o serviço ativo será de, no mínimo, seis meses e, no máximo, três anos.

Parágrafo único. O prazo total de permanência do militar como designado para o serviço ativo poderá ser prorrogado em períodos de até três anos, por necessidade do serviço.

Art. 6º O militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo será agregado e considerado em exercício de cargo militar ou considerado de natureza militar.

§ 1º O militar considerado agregado passará a figurar no registro da respectiva Força, sem número, observado o disposto no art. 17 da Lei nº 6.880, de 1980, no lugar que lhe couber, com a indicação "Da reserva remunerada designado para o serviço ativo".

§ 2º Em igualdade de posto ou graduação, a precedência entre os militares da ativa e os da reserva remunerada designados para o serviço ativo será definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou na graduação.

Art. 7º O militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo será dispensado do serviço ativo:

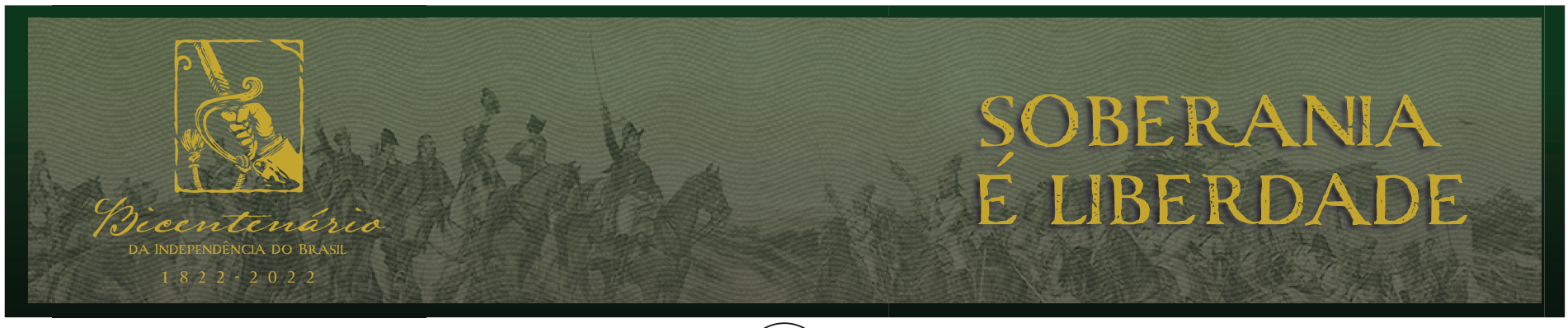
I - a pedido; ou

II - **ex officio**:

a) por conclusão do prazo a que se obrigou a servir na ativa ao aceitar a designação;

b) a qualquer tempo, antes de concluído o prazo de designação, por terem cessado os motivos de sua designação para o serviço ativo ou por interesse da Administração;

c) por ter sido julgado incapaz para o serviço ou apto com restrições para o exercício do cargo ou da função para a qual tenha sido designado, em inspeção de saúde, no decorrer do prazo a que se obrigou a servir na ativa;



d) por ter sido reconhecida, em decisão administrativa ou judicial, a incapacidade definitiva em decorrência de uma das doenças a que se refere o inciso V do **caput** do art. 108 da Lei nº 6.880, de 1980; ou

e) por ter sido reformado, por motivo de saúde ou por atingir as idades-limite de permanência na reserva remunerada.

§ 1º O militar designado para o serviço ativo fará jus ao adicional de permanência ao completar setecentos e vinte dias a mais que o tempo requerido para a transferência para a inatividade remunerada, hipótese em que serão considerados:

I - o tempo cumprido em serviço ativo além do tempo requerido para a transferência do militar para a inatividade, antes da sua passagem para a reserva remunerada; e

II - o tempo em serviço ativo, após ser designado para o serviço ativo.

§ 2º O militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo, ao ser dispensado, não fará jus a nova ajuda de custo.

Art. 8º O militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo terá os direitos e os deveres previstos na legislação, nas mesmas condições dos militares em serviço ativo.

Parágrafo único. O militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo não concorrerá a:

I - promoções previstas para o pessoal de carreira da ativa, exceto quanto ao direito à promoção **post mortem**;

II - cursos e missões no exterior de caráter permanente;

III - movimentações com mudança de sede; e

IV - realização de cursos sem relação com o cargo ou a função para a qual tenha sido designado.

Art. 9º O militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo somente poderá ser posto à disposição de outro órgão, na forma prevista no Decreto nº 10.171, de 11 de dezembro de 2019, para exercer cargo ou função militar ou considerado de natureza militar, observado o disposto no Decreto nº 9.088, de 6 de julho de 2017.

Art. 10. As Forças Armadas dispensarão do serviço ativo os militares designados para o serviço ativo em desacordo com o disposto neste Decreto, no prazo de noventa dias, contado da data de sua entrada em vigor.

Art. 11. Os Comandantes das Forças Armadas editarão as normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 12. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 88.455, de 4 de julho de 1983; e

II - o Decreto nº 95.601, de 7 de janeiro de 1988.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor em 18 de março de 2022.

Brasília, 18 de fevereiro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Walter Souza Braga Netto

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 60, de 18 de fevereiro de 2022. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor SÉRGIO PINTO MARTINS, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o descredenciamento da AR GOBATTO. Processo n° 00100.000276/2022-83.

DEFIRO o descredenciamento da AR HELPDESK TI TECNOLOGIA. Processo n° 00100.000378/2022-07.

DEFIRO o descredenciamento da AR SANTA HELENA CORRETORA DE SEGUROS. Processo n° 00100.000377/2022-54.

DEFIRO o descredenciamento da AR CMP. Processo n° 00100.000274/2022-94.

DEFIRO o descredenciamento da AR TOP SAFE CERTIFICADOS DIGITAIS LTDA - EPP. Processo n° 00100.000376/2022-18.

DEFIRO o descredenciamento da AR JOVELO. Processo n° 00100.000269/2022-81.

DEFIRO o descredenciamento da AR AUTO REGISTRADORA. Processo n° 00100.000270/2022-14.

DEFIRO o descredenciamento da AR ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS FUNDAMENTAL. Processo n° 00100.000272/2022-03.

DEFIRO o descredenciamento da AR M S SOLSSIA. Processo n° 00100.000369/2022-16.

DEFIRO o descredenciamento da AR DANCOR. Processo n° 00100.000266/2022-48.

DEFIRO o descredenciamento da AR FORTE VELHO. Processo n° 00100.000265/2022-01.

DEFIRO o descredenciamento da AR ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GAROPABA. Processo n° .

DEFIRO o descredenciamento da AR RAVA CORRETORA DE SEGUROS. Processo n° 00100.000130/2022-38.

DEFIRO o descredenciamento da AR SINDICOND. Processo n° 00100.000127/2022-14.

DEFIRO o credenciamento da AR SOLUPAR SOLUÇÕES. Processo n° 00100.003835/2021-26.

DEFIRO o credenciamento da AR CENTER CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.003823/2021-00.

DEFIRO o credenciamento da AR SECON CERT. Processo n° 00100.003781/2021-07.

DEFIRO o credenciamento da AR ID DIGITAL CERTIFICADORA. Processo n° 00100.003808/2021-53.

DEFIRO o credenciamento da AR MDR COMERCIO E SERVIÇOS EM GERAL. Processo n° 00100.003774/2021-05.

DEFIRO o credenciamento da AR GOIASCERT CERTIFICADOS DIGITAIS. Processo n° 00100.003771/2021-63.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MAPA Nº 399, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Delega e subdelega competência ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para o julgamento dos processos administrativos disciplinares que discrimina.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, com base no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, tendo vista o disposto no art. 141 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no inciso I do caput e inciso IV do § 3º, todos do art. 1º do Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e o que consta do Processo nº 21000.097346/2021-25, resolve:

Art. 1º Fica delegada a competência, no âmbito da respectiva área de atuação, ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e, em suas ausências e impedimentos, ao seu substituto legal, observadas as disposições legais e regulamentares, para julgar os processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades na hipótese de suspensão superior a trinta dias.

Art. 2º Fica subdelegada a competência, no âmbito da respectiva área de atuação, ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e, em suas ausências e impedimentos, ao seu substituto legal, observadas as disposições legais e regulamentares, para julgar os processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades nas hipóteses de:

I - demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; e

II - destituição de cargo em comissão ou de função de confiança.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022.

MARCOS MONTES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 13, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO-SUBSTITUTO, no uso das competências que lhe conferem o inciso VI do artigo 262 e "caput" do artigo 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva - MAPA, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, em conformidade com as competências delegadas pela Portaria SE/MAPA nº 3.033, de 11 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2019, e o que consta no processo 21022.001676/2020-94, resolve:

Art. 1º- Revogar a Portaria nº 1, de 06 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 07 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO LUIS MENDONÇA LIMA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

PORTARIA Nº 15, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARÁ, SUBSTITUTO usando das atribuições que lhe confere o Art. Nº 44 item XXII do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e no Art. 2º da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, a qual estabelece normas para habilitação de médicos veterinários sem vínculo com a Administração Federal para emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA), e no Art. 1º da Instrução Normativa nº 17 de 07 de Abril de 2006, que aprova, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle em todo o território nacional, na forma do anexo à presente instrução, em conformidade com o Art. 5º, parágrafo 6º, inciso II, o qual determina ser da competência das Superintendências Federais de Agricultura o credenciamento de médicos veterinários para emissão de GTA para o trânsito interestadual de aves, e tendo em vista ainda o que consta nos processo SEI nº 21000.006490/2022-41 e 21000/006508/2022-13, resolve:

Habilitar, em conformidade com a Instrução Normativa Nº 22, de 20 de Junho de 2013, o Médico Veterinário Odilon José Claudino Soares, inscrito no CRMV/PA nº 1401, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para o trânsito de AVES no município de: MARABÁ-PA, para os estabelecimentos informados no processo 21000.006490/2022-41 e 21000/006508/2022-13 onde exerce legalmente a profissão, observando as normas e dispositivos legais regulamentares.

MILTON LEITE ALVES DA CUNHA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 62, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo n. 21050.007731/2020-12, resolve:

Art. 1º Cadastrar sob o número nº BR-SC0783, a empresa Decorbras Indústria e Comércio de Lâminas e Compensados Decorativos Ltda, CNPJ 18.181.072/0001-48, situada na R. Sete de Setembro, 392, Centro, município de Witmarsum/SC, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, nas modalidades: Tratamento Térmico por calor - ar quente forçado e secagem em estufa.

Art. 2º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

JORGE JACINTO CALIXTO

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 596, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Suspender a Autorização de Pesca para embarcação Pesqueira SOBERANO II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SP-0004274-8, por 60 (sessenta) dias corridos.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e o que consta do Processo nº 21052.026626/2021-43, resolve:

Art. 1º Suspender, a Autorização de Pesca da embarcação SOBERANO II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SP-0004274-8 e na Autoridade Marítima sob o nº 466-0000850-9 código da frota 2.04.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento Rede de Emalhe Costeiro (fundo), espécie alvo Corvina/Cascote/Cururuca (Micropogonias furnieri), Castanha (Umbrina canosai), Pescada/Maria-mole (Cynoscion striatus), Abrótea (Urophycis Brasiliensis) e fauna acompanhante, na área de atuação Mar territorial S/SE e ZEE S/SE, tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

PORTARIA SAP/MAPA Nº 597, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Suspender a Autorização de Pesca para embarcação Pesqueira S. JUNIOR, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RS-0014153-7, por 60 (sessenta) dias corridos.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e o que consta do Processo nº 21042.010141/2019-32, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação S. JUNIOR, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RS-0014153-7 e na Autoridade Marítima sob o nº 463-003349-1 código da frota 2.08.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na Modalidade de permissionamento Emalhe costeiro diversificado (fundo e Superfície), espécie alvo Anchova (Pomatomus saltatrix), Corvina/Cascote/Cururuca (Micropogonias furnieri), pescada (Cynoscion guatucupa), castanha (Umbrina canosai), abrótea (Urophycis brasiliensis) e fauna acompanhante, na área de atuação litoral do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista o não cumprimento do disposto nos art. 7º e por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa, incisos I e II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e do art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

PORTARIA SAP/MAPA Nº 598, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Suspender a Autorização de Pesca da embarcação MANOEL LESSA III, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0006845-6, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e o que consta do Processo nº 21050.005671/2019-60, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação MANOEL LESSA III, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0006845-6 e na Autoridade Marítima sob o nº 443-009801-8 código da frota 2.04.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na Modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (fundo), espécie alvo Corvina (Micropogonias furnieri), Castanha (Umbrina canosai), Pescada (Cynoscion striatus), Abrotea (Urophycis brasiliensis) e Fauna acompanhante, na área de atuação Mar territorial Sul e Sudeste e Zona econômica exclusiva Sul e Sudeste, tendo em vista o não cumprimento do disposto nos art. 7º e por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa, incisos I e II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e do art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

PORTARIA SAP/MAPA Nº 599, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Suspender a Autorização de Pesca da embarcação SALVADOR COSTA, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº ES-0011267-8, por 60 (sessenta) dias corridos.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e o que consta do Processo nº 21018.002175/2021-75, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação SALVADOR COSTA, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº ES-0011267-8 e na Autoridade Marítima sob o nº 341-024104-3 código da frota 1.01.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento Espinhel horizontal (superfície), outras definições regionais ou locais Espinhel boiado e Long-line, espécie alvo Espadarte (Xiphias gladius) e Fauna acompanhante, na área de atuação Mar territorial e Zona Econômica Exclusiva e Águas internacionais, tendo em vista o não cumprimento do disposto nos art. 7º e por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e incisos I e II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

PORTARIA SAP/MAPA Nº 600, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Suspender a Autorização de Pesca da embarcação MANOEL LESSA I, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0006741-0, por 60 (sessenta) dias corridos.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e o que consta do Processo nº 00373.000588/2005-86, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação MANOEL LESSA I, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0006741-0 e na Autoridade Marítima sob o nº 445-008558-2 código da frota 2.04.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na Modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (fundo), espécie alvo: Corvina (Micropogonias furnieri), Castanha (Umbrina canosai), Pescada (Cynoscion striatus), Abrotea (Urophycis brasiliensis) e Fauna acompanhante, na área de atuação Mar territorial Sul e Sudeste e Zona econômica exclusiva Sul e Sudeste, tendo em vista o não cumprimento do disposto nos art. 7º e por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa, inciso II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

AVISO

Foram publicadas em 18/2/2022 as edições extras nºs 35-A e 35-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

PORTARIA SAP/MAPA Nº 602, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Suspender a Autorização de Pesca da embarcação AL MAR-II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº ES-0010357-1, por 60 (sessenta) dias corridos.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e o que consta do Processo nº 21018.003052/2021-51, resolve:

Art. 1º Suspender a Autorização de Pesca da embarcação AL MAR-II, inscrita no inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº ES-0010357-1 e na Autoridade Marítima sob o nº 341-023539-6 código da frota 1.01.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento Espinhel horizontal (superfície), outras definições regionais ou locais Espinhel boiado e Long-line, espécie alvo Espadarte (Xiphias gladius) e fauna acompanhante, na área de atuação Mar territorial e Zona Econômica Exclusiva e Águas internacionais, tendo em vista o não cumprimento do disposto nos art. 7º e por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e incisos I e II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação de pesca fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JORGE SEIF JÚNIOR

PORTARIA SAP/MAPA Nº 605, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Suspender a Autorização de Pesca para embarcação Pesqueira SÃO PAULO II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RS-0000594-4, por 60 (sessenta) dias corridos.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e a Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa e o que consta do Processo nº 21042.010162/2019-58, resolve:

Art. 1º Suspender, a Autorização de Pesca da embarcação SÃO PAULO II, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº RS-0000594-4 e na Autoridade Marítima sob o nº 461-008629-8 código da frota 2.08.001 no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, na modalidade de permissionamento Emalhe Costeiro Diversificado, espécie alvo Anchova (Pomatomus saltatrix), Corvina (Micropogonias furnieri), Pescada (Cynoscion guatucupa), Castanha (Umbrina canosai), Abrótea (Urophycis brasiliensis) e fauna acompanhante, na área de atuação S/SE, tendo em vista o não cumprimento do disposto no art. 7º e por força do art. 19 da Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 04 de setembro de 2006 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Defesa; inciso II do art. 4º da Instrução Normativa nº 18, de 18 de junho de 2008 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e do art. 12 da Instrução Normativa nº 20, de 10 setembro de 2014 do Ministério da Pesca e Aquicultura, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da entrada em vigor desta Portaria.

Art. 2º No período de suspensão a embarcação fica proibida de realizar cruzeiro de pesca. O descumprimento da sanção imposta poderá gerar o cancelamento da Autorização de Pesca.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação

JORGE SEIF JÚNIOR

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 533, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Submete à Consulta Pública, a proposta de Portaria que estabelece as normas para a produção, a certificação, a responsabilidade técnica, o beneficiamento, a reembalagem, o armazenamento, a amostragem, a análise, a comercialização e a utilização de material de propagação vegetativa e de mudas, e seus respectivos anexos.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e o que consta do Processo nº 21000.105551/2021-71, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, a proposta de Portaria que estabelece as normas para a produção, a certificação, a responsabilidade técnica, o beneficiamento, a reembalagem, o armazenamento, a amostragem, a análise, a comercialização e a utilização de material de propagação vegetativa e de mudas, e seus respectivos anexos, e de consequente revogação da Instrução Normativa MAPA nº 24, de 16 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. A Minuta de Portaria encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.agricultura.gov.br, menu Acesso à Informação, menu Participação Social, submenu Editais e Consultas Públicas, ou acesso pelo *link* direto http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas.

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Portaria, que visa atualizar as normas para a produção, a certificação, a responsabilidade técnica, o beneficiamento, a reembalagem, o armazenamento, a amostragem, a análise, a comercialização e a utilização de material de propagação vegetativa e de mudas, atualmente vigentes, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3º As sugestões de que trata o art. 2º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos - SISMAN, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, por meio do *link*: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/.

§1º Para ter acesso ao SISMAN, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso - SOLICITA, do MAPA, por meio do *link*: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/.

§2º Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e a relevância e o impacto positivo da contribuição para a efetividade do Sistema Nacional de Sementes e Mudas.

Art. 4º A inobservância do disposto no art. 3º desta Portaria implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5º Findo o prazo estabelecido no art. 1º, desta Portaria, a Coordenação-Geral de Sementes e Mudas deverá avaliar as sugestões recebidas e proceder às adequações pertinentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA SDA Nº 534, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara área sob quarentena para a praga quarentenária presente Bactrocera Carambolae (mosca-da-carambola), no Estado de Roraima, nos Municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Mucajaí, Normandia, Pacaraima e Uiramutã, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 24 e 68, do Anexo I, do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, nos § 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do Art. 10, no § 1º do Art. 12, no Art. 15 e nos incisos I e II, do Art. 24, da Instrução Normativa nº 28, de 20 de julho de 2017 e o que consta do Processo nº 21048.001240/2018-92, resolve:

Art. 1º Declarar para *Bactrocera carambolae* (mosca-da-carambola), no estado de Roraima, as seguintes localidades:

I- Área Sob Quarentena - os municípios de Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Uiramutã;

II- Zona Tampão - municípios de Iracema e Caracaraí.

III- Área Erradicada - vila de Martins Pereira, no município de Rorainópolis.

Art. 2º As demais localidades não mencionadas nos incisos I, II e III, do art. 1°, desta Portaria, são consideradas Áreas Sem Ocorrência de *Bactrocera carambolae* (mosca-da-carambola) no estado de Roraima.

I- Excetuam-se do caput do art. 2°, desta Portaria, as áreas interditadas cautelarmente por ato do Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Roraima.

Art. 3º As declarações constantes nos artigos 1º e 2º, desta Portaria, terão vigência por tempo indeterminado, desde que não ocorra alteração de status fitossanitário e sejam observadas as exigências legais para sua manutenção.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 273, publicada no D.O.U. de 18 de março de 2021, Edição 52, Seção 1, Página 7.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA SDA Nº 535, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter no estado do Acre e o município de Guajará, no estado do Amazonas, como área sob quarentena para a praga quarentenária ausente *Moniliophthora roreri*.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 24 e 68, do Anexo I, do Decreto n° 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no Decreto n° 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto n° 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto n° 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa nº 112, de 11 de dezembro de 2020 e o que consta do Processo nº 21000.053542/2021-98, resolve:

Art. 1º Declarar os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, no estado do Acre e o município de Guajará, no estado do Amazonas, como área sob quarentena para a praga quarentenária ausente *Moniliophthora roreri*.

Art. 2º Fica proibido o trânsito de materiais vegetais das espécies do gênero Theobroma e Herrania e outras hospedeiras de *Moniliophthora roreri* provenientes da área sob quarentena para as demais unidades da federação até que seja declarada a erradicação dos focos.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SDA nº 372, de 3 de agosto de 2021, publicada no D.O.U. em 05 de agosto de 2021, Edição 147, Seção 1, Página 3.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL



Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a atualização dos valores das deduções aplicadas na análise de comprometimento da renda familiar de que trata a Portaria Conjunta MDS/INSS nº 3, de 21 de setembro de 2018.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA E O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 4º da Portaria Conjunta MC/MTP/INSS nº 14, de 7 de outubro de 2021, resolvem:

Art. 1º Os valores das deduções de que tratam a alínea f do inciso III do caput do art. 8º e o Anexo III da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 3, de 21 de setembro de 2018, serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2022, em 10,16% (dez inteiros e dezesseis décimos por cento).

§ 1º Os valores atualizados e arredondados para cima da Tabela 1 do Anexo III da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 3, de 2018, passam a ser:

Categoria de gasto dedutível (SUS)	Valor dedutível por categoria (em R$)
Medicamentos	45
Consultas e tratamentos médicos	90
Fraldas	99
Alimentação especial	121

§ 2º O valor atualizado e arredondado para cima da Tabela 2 do Anexo III da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 3, de 2018, passa a ser:

Categoria de gasto dedutível (SUAS)	Valor dedutível por categoria (em R$)
Centro-Dia	32

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA
Secretária Nacional de Assistência Social

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Secretário de Previdência

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

PORTARIA Nº 22, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, revoga a Portaria nº 24, de 15 de março de 2021, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, do Ministério da Cidadania, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, pela Portaria nº 115, de 20 de março de 2017, do então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, e pela Portaria nº 305, de 10 de março de 2020, do Ministério da Cidadania;

Considerando o art. 25 da Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que trata sobre a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, resolve:

Art. 1º Estabelecer o rol padronizado de equipamentos e materiais permanentes, nos termos dos Anexos I desta Portaria, que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania, em conformidade com o disposto no art. 25 da Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

§1º Os equipamentos e materiais permanentes deverão ser destinados aos equipamentos públicos ou às entidades de assistência social para a execução dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Art. 2º O rol padronizado de veículos está estabelecido no Anexo I da Portaria nº 121, de 19 de outubro de 2021, da SNAS.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 24, de 15 de março de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

TIPO	ITEM	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL						
		SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)	Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL	Serv. de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS	SERVIÇO ESPECIAIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E EM REPÚBLICA	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	ARO DE BASQUETEBOL	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	BRINQUEDO COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	BRINQUEDO PARA ESTIMULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	BRINQUEDOTECA COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	BRINQUEDOTECA SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	CAMA ELÁSTICA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	CASA DE BONECAS	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	CRONÔMETRO ESPORTIVO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	MESA DE JOGOS	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	PISCINA DE BOLINHA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	PLAYGROUND COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	PLAYGROUND SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	POSTE DE SPIROBOL	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	POSTE DE VÔLEI	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TABELA DE BASQUETEBOL	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TAPETE EMBORRACHADO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TATAME	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TENDA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ARTIGOS ESPORTIVOS E/OU LÚDICOS	TRAVE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
COLEÇÕES	COLEÇÃO DE FILMES EM BLU-RAY	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
COLEÇÕES	COLEÇAO DE FILMES EM DVD	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
COLEÇÕES	COLEÇÃO DE LIVROS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado

ELETROELETRÔNICOS	AMPLIFICADOR DE SOM	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO DE AR CONDICIONADO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO DE BLU-RAY	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO DE SOM	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO DVD	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	APARELHO TELEFÔNICO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	AQUECEDOR DE AMBIENTE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	ASPIRADOR DE PÓ	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	BATEDEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	BEBEDOURO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CAFETEIRA ELÉTRICA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CAIXA ACÚSTICA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CÂMERA DE SEGURANÇA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CÂMERA FOTOGRÁFICA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CAMPAINHA DE ALARME	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CENTRAL PABX	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CHAPA PARA LANCHE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CHUVEIRO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CIRCUITO INTERNO DE TV	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	CLIMATIZADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	COIFA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	COMPUTADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	DEPURADOR/PURIFICADOR DE AR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	DESCASCADOR DE TUBÉRCULOS	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	ESPREMEDOR DE FRUTAS	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	ESTABILIZADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	EXAUSTOR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FERRO DE PASSAR ROUPA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FILMADORA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FOGÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FOGÃO INDUSTRIAL	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FORNO A GÁS	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FORNO ELÉTRICO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FORNO MICROONDAS	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FREEZER	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FRITADEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	FURADEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	GELADEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	GRAVADOR DE SOM	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	HD EXTERNO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	HOME THEATER	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	IMPRESSORA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	LAVADORA DE ROUPA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA (LAVA E SECA)	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	LIQUIDIFICADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MÁQUINA DE COSTURA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MÁQUINA DE MOER CARNE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MESA DE SOM	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MICROFONE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	MULTIPROCESSADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	NOBREAK	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	NOTEBOOK	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	SMARTPHONE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	PIPOQUEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	PROJETOR MULTIMÍDIA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	PURIFICADOR/REFRIGERADOR DE ÁGUA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	RÁDIO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	REFLETOR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	REPETIDOR DE SINAL WI-FI DE ALTA POTÊNCIA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado

ELETROELETRÔNICOS	ROTEADOR WI-FI	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	SANDUICHEIRA ELÉTRICA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	SCANNER	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	SECADORA DE ROUPA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TABLET	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TANQUINHO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TELA DE PROJEÇÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TELEVISÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TORRADEIRA ELÉTRICA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	TRANSFORMADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	UMIDIFICADOR DE AR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	VENTILADOR	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
ELETROELETRÔNICOS	VÍDEOGAME	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	ACORDEÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	ADUFE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	AFOXÉ	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	AGOGÔ	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	ATABAQUE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BARÍTONO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BATERIA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BERIMBAU	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BONGÔ	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	BUMBO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CAIXA DE FANFARRA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CAJÓN	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CASTANHOLA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CAVAQUINHO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CAXIXI	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CHOCALHO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CLARINETE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CONGA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CONTRABAIXO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CORNETA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	CUÍCA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	FLAUTA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	GAITA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	GUITARRA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	PANDEIRO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	PRATO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	RECO-RECO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	REPIQUE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	SAXOFONE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	SURDO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TAMBOR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TAMBORIM	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TANTÃ	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TAROL	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TECLADO MUSICAL	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TRIÂNGULO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TROMBONE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TROMPA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TROMPETE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	TUBA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	VIOLA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	VIOLÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	VIOLINO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	VIOLONCELO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
INSTRUMENTO MUSICAL	XILOFONE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado

INSTRUMENTO MUSICAL	ZABUMBA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	ARMÁRIO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	ARQUIVO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BALCÃO/BANCADA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BANCO/BANQUETA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BANHEIRA COM SUPORTE E TROCADOR	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BEBÊ CONFORTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BELICHE/TRILICHE	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BERÇO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BIOMBO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	BUFFET COM PROTETOR SALIVAR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CADEIRA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CAMA	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	CAMA RECLINÁVEL COM PROTEÇÃO LATERAL	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	MESA DE CABECEIRA	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	ESTANTE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	ESTRADO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	FLIPCHARTER	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	GAVETEIRO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	GLOBO TERRESTRE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	LONGARINA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	MESA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	POLTRONA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	POLTRONA DE AMAMENTAÇÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	PORTA CHAPÉU	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	QUADROS UTILITÁRIOS	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	RELÓGIO DE PAREDE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MOBILIÁRIO	SOFÁ	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	ANDADOR PARA ADULTOS E IDOSOS COM ASSENTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	ANDADOR PARA ADULTOS E IDOSOS SEM ASSENTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	ANDADOR PARA CRIANÇA COM ASSENTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	ANDADOR PARA CRIANÇA SEM ASSENTO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	CADEIRA DE BANHO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS DE ACESSIBILIDADE	CADEIRA DE RODAS	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	ABAJUR	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	BARRA DE APOIO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	BOTIJÃO DE GÁS	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRINHO DE BEBÊ	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRINHO DE MÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRO FUNCIONAL DE BANDEJA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRO FUNCIONAL DE LAVANDERIA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	COLCHÃO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	COLCHÃO PNEUMÁTICO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	MOTOR PARA COLCHÃO PNEUMÁTICO	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CORTADOR DE GRAMA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	CORTINA/PERSIANA	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	ESCADA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	ESPELHO DE PAREDE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	EXTINTOR DE INCÊNDIO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	GRADE DE CAMA	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	GRADE DE PROTEÇÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	MÁQUINA DE FAZER FRALDA	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	PRANCHA DE CABELO (CHAPINHA)	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SECADOR DE CABELO	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA CAIXA DE SOM	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA GALÃO DE ÁGUA	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA PARTITURA MUSICAL	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA PROJETOR	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado

UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA TELA DE PROJEÇÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	SUPORTE PARA TELEVISÃO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS GERAIS	TÁBUA DE PASSAR ROUPA	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
UTENSÍLIOS VEICULARES	ASSENTO DE ELEVAÇÃO VEICULAR INFANTIL	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
UTENSÍLIOS VEICULARES	CADEIRA VEICULAR INFANTIL	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL BÁSICO	VEÍCULO DE PASSEIO COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL BÁSICO	VEÍCULO DE PASSEIO SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL UTILITÁRIO	VEÍCULO UTILITÁRIO COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL UTILITÁRIO	VEÍCULO UTILITÁRIO SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL UTILITÁRIO	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO SUV COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
AUTOMÓVEL UTILITÁRIO	VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO SUV SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
VAN	VEÍCULO TIPO VAN COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
VAN	VEÍCULO TIPO VAN SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado
MICRO-ÔNIBUS	VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
MICRO-ÔNIBUS	VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ÔNIBUS	VEICULO TIPO ÔNIBUS COM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
ÔNIBUS	VEICULO TIPO ÔNIBUS SEM ACESSIBILIDADE	Adequado	Adequado	Não Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado
EMBARCAÇÃO	CONJUNTO NÁUTICO	Adequado	Adequado	Adequado	Não Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado	Adequado

PORTARIA Nº 23, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Padroniza as especificações técnicas para aquisição de equipamentos do Equipa-SUAS.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, e pela Portaria nº 305, de 10 de março de 2020, do Ministério da Cidadania,

CONSIDERANDO a Portaria MC nº 733, de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Estrutura de Equipagem do Sistema Único de Assistência Social - Equipa-SUAS, resolve:

Art. 1º Padronizar as especificações técnicas para aquisição de equipamentos do Equipa-SUAS, conforme Anexos:

I - Anexo I: Kit CRAS;
II - Anexo II: Kit Centro Convivência;
III - Anexo III: Kit CREAS;
IV- Anexo IV: Kit Centro-Dia;
V - Anexo V: Kit Centro Pop Rua;
VI - Anexo VI: Kit Família Acolhedora;
VII - Anexo VII: Kit Abrigo para Criança e Adolescente;
VIII - Anexo VIII: Kit Casa Lar;
IX - Anexo IX: Kit Abrigo Idoso;
X - Anexo X: Kit Abrigo Adulto e Família Pop Rua;
XI - Anexo XI: Kit Abrigo Mulher Vítima de Violência; e
XII - Anexo XII: Kit Residência Inclusiva.

§1º O Kit Família Acolhedora mencionado no inciso VI deverá ser utilizado exclusivamente para estruturar a gestão do serviço.

§2º O Kit Casa Lar mencionado no inciso VIII é destinado às unidades de Casa Lar para Crianças e Adolescentes.

Art. 2º O kit do EquipaSUAS é uma lista exaustiva de equipamentos e materiais permanentes, inclusive com relação aos quantitativos.

§1º O EquipaSUAS não afasta a possibilidade de seleção de outros equipamentos e materiais permanentes no SIGTV sob a lógica estabelecida pela Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, e regulamentações complementares.

§ 2º A opção pela execução pela forma de kits do EquipaSUAS não possibilita modificação, acréscimo ou decréscimo de itens.

§3º Após a aprovação da programação o ente federado não poderá modificar a forma de execução de kit para seleção avulsa de itens, conforme estabelecido pela Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, ou o contrário.

Art. 3º A indicação de unidade beneficiária no SIGTV quando a escolha de execução for pelo EquipaSUAS deverá respeitar os seguintes parâmetros:

I - o valor da indicação da unidade beneficiária deverá conter no mínimo o valor estipulado para o kit pretendido, pelo ente federado;

II - a programação poderá conter indicação de kits e de equipamentos e materiais permanentes avulsos, conforme estabelecido pela Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, e regulamentações complementares; e

III - a unidade beneficiária só poderá receber indicação de 1 (um) kit.

Art. 4º Os valores repassados na lógica instituída pelo EquipaSUAS deverão ser devolvidos nas hipóteses de:

I - irregularidade na execução do recurso;
II - ocorrência de dano ao erário;
III - se no transcurso do prazo de execução do art. 36 da Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020, existir saldo de recursos não utilizados;
IV - o ente federado adquirir quantidade de itens maior que a estabelecida no kit; e
V - o ente federado adquirir itens não listados no kit.

Parágrafo único. Não ensejará a devolução de recursos aquisição de quantidades inferiores as previstas no Kit.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO I

Kit CRAS		
Nº	Item	Quantidade
1	Computador	2
2	Notebook	2
3	Tablet	2
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Smartphone	2
7	Projetor Multimídia	1
8	Tela de Projeção	1
9	Televisão	1
10	Aparelho de Som	1
11	Microfone	2
12	Geladeira	1
13	Fogão	1
14	Forno Microondas	1
15	Poltrona de Amamentação	1
16	Cadeira Veicular Infantil	1
17	Brinquedoteca sem acessibilidade	1
Total	22	
Valor total estimado	R$ 55.000,00	

ANEXO II

Kit Centro Convivência		
Nº	Item	Quantidade
1	Computador	2
2	Notebook	2
3	Tablet	2
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Smartphone	2
7	Projetor Multimídia	1
8	Tela de Projeção	1
9	Televisão	1
10	Aparelho de Som	1
11	Microfone	2
12	Geladeira	1
13	Fogão	1
14	Forno Microondas	1
15	Poltrona de Amamentação	1
16	Cadeira Veicular Infantil	1
17	Brinquedoteca sem acessibilidade	1
Total	22	
Valor total estimado	R$ 55.000,00	

ANEXO III

Kit CREAS		
Nº	Item	Quantidade
1	Computador	2
2	Notebook	2
3	Tablet	2
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Smartphone	2
7	Projetor Multimídia	1
8	Tela de Projeção	1
9	Televisão	1
10	Aparelho de Som	1
11	Microfone	2
12	Geladeira	1
13	Fogão	1
14	Forno Microondas	1
15	Poltrona de amamentação	1
16	Cadeira Veicular Infantil	1
17	Brinquedoteca sem acessibilidade	1
Total	22	
Valor total estimado	R$ 55.000,00	

ANEXO IV

Kit Centro-Dia		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	2
2	Notebook	2
3	Tablet	2
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Smartphone	2

7	Projetor Multimídia	1
8	Tela de Projeção	1
9	Televisão	1
10	Aparelho de Som	1
11	Microfone	2
12	Geladeira	1
13	Fogão	1
14	Forno Microondas	1
15	Poltrona de amamentação	1
16	Cadeira Veicular Infantil	1
17	Cama	4
18	Colchão	4
19	Cadeira de rodas	1
20	Cadeira de banho	1
Total	31	
Valor total estimado	R$ 50.000,00	

ANEXO V

Kit Centro Pop Rua		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	2
2	Notebook	2
3	Tablet	2
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Smartphone	2
7	Projetor Multimídia	1
8	Tela de Projeção	1
9	Televisão	1
10	Aparelho de Som	1
11	Microfone	2
12	Geladeira	1
13	Fogão	1
14	Forno Microondas	1
15	Poltrona de amamentação	1
16	Cadeira Veicular Infantil	1
17	Máquina de lavar roupa (lava e seca)	3
18	Armário	1
Total	25	
Valor total estimado	R$ 60.000,00	

ANEXO VI

Kit Família Acolhedora		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	2
2	Notebook	2
3	Tablet	3
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Smartphone	3
7	Projetor Multimídia	1
8	Tela de Projeção	1
9	Televisão	1
10	Aparelho de Som	1
11	Microfone	2
12	Geladeira	1
13	Fogão	1
14	Forno Microondas	1
15	Poltrona de amamentação	1
16	Cadeira Veicular Infantil	1
Total	23	
Valor total estimado	R$ 50.000,00	

ANEXO VII

Kit Abrigo Criança e Adolescente		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	1
2	Notebook	5
3	Tablet	20
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Projetor Multimídia	1
7	Tela de Projeção	1
8	Televisão	3
9	Aparelho de Som	1
10	Microfone	2
11	Geladeira	1
12	Freezer	1
13	Fogão Industrial	1
14	Forno Microondas	1
15	Máquina de lavar roupa (lava e seca)	2
16	Armário	20
17	Cama	20
18	Colchão	20
19	Poltrona de amamentação	1
20	Cadeira Veicular Infantil	1
Total	104	
Valor total estimado	R$ 120.000,00	

ANEXO VIII

Kit Casa-Lar		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	1
2	Notebook	3
3	Tablet	10
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Projetor Multimídia	1
7	Tela de Projeção	1
8	Televisão	2
9	Aparelho de Som	1
10	Microfone	1
11	Geladeira	1
12	Freezer	1
13	Fogão Industrial	1
14	Forno Microondas	1
15	Máquina de lavar roupa (lava e seca)	1
16	Armário	10
17	Cama	10
18	Colchão	10
19	Poltrona de amamentação	1
20	Cadeira Veicular Infantil	1
Total	59	
Valor total estimado	R$ 80.000,00	

ANEXO IX

Kit Abrigo Idoso		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	1
2	Notebook	2
3	Roteador Wi-Fi	1
4	Impressora	1
5	Projetor Multimídia	1
6	Tela de Projeção	1
7	Televisão	4
8	Aparelho de Som	1
9	Microfone	2
10	Geladeira	1
11	Freezer	1
12	Fogão Industrial	1
13	Forno Microondas	1
14	Máquina de lavar roupa (lava e seca)	3
15	Armário	30
16	Cama	30
17	Cama Reclinável com Proteção Lateral	15
18	Colchão	45
19	Colchão Pneumático	15
20	Motor para Colchão Pneumático	15
21	Andador para Adultos e Idosos sem assento	5
22	Andador para Adultos e Idosos com Assento	5
23	Cadeira de Rodas	10
24	Cadeira de Banho	5
Total	196	
Valor total estimado	R$ 175.000,00	

ANEXO X

Kit Abrigo Adulto e Família Pop Rua		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	1
2	Notebook	2
3	Roteador Wi-Fi	1
4	Impressora	1
5	Projetor Multimídia	1
6	Tela de Projeção	1
7	Televisão	4
8	Aparelho de Som	1
9	Microfone	2
10	Geladeira	1
11	Freezer	1
12	Fogão Industrial	1
13	Forno Microondas	1
14	Máquina de lavar roupa (lava e seca)	3
15	Armário	50
16	Cama	50
17	Colchão	50
18	Poltrona de amamentação	1
19	Cadeira Veicular Infantil	1
Total	173	
Valor total estimado	R$ 115.000,00	

ANEXO XI

Kit Abrigo Mulher Vítima Violência		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	1
2	Notebook	3
3	Tablet	10
4	Roteador Wi-Fi	1
5	Impressora	1
6	Projetor Multimídia	1
7	Tela de Projeção	1
8	Televisão	3
9	Aparelho de Som	1
10	Microfone	2
11	Geladeira	1
12	Freezer	1
13	Fogão Industrial	1
14	Forno Microondas	1
15	Máquina de lavar roupa (lava e seca)	2
16	Armário	20
17	Cama	20
18	Colchão	20

19	Poltrona de amamentação	1
20	Cadeira Veicular Infantil	1
Total	92	
Valor total estimado	95.000,00	

ANEXO XII

Kit Residência Inclusiva		
Nº	Equipamento	Quantidade
1	Computador	1
2	Notebook	2
3	Roteador Wi-Fi	1
4	Impressora	1
5	Projetor Multimídia	1
6	Tela de Projeção	1
7	Televisão	1
8	Aparelho de Som	1
9	Microfone	1
10	Geladeira	1
11	Freezer	1
12	Fogão Industrial	1
13	Forno Microondas	1
14	Máquina de lavar roupa (lava e seca)	3
15	Armário	10
16	Cama	10
17	Cama Reclinável com Proteção Lateral	10
18	Colchão	20
19	Colchão Pneumático	10
20	Motor para Colchão Pneumático	10
21	Andador para Adultos e Idosos sem assento	5
22	Andador para Adultos e Idosos com Assento	5
23	Cadeira de Rodas	5
24	Cadeira de Banho	5
Total	107	
Valor total estimado	R$ 115.000,00	

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 9, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01245.001471/2022-49 (721)
CNPJ: 43.520.442/0001-71 - MATRIZ
Razão Social: SYNERGY ANIMAL RESEARCH LTDA.
Nome da Instituição: SYNERGY ANIMAL RESEARCH
Endereço da Instituição: Rua Bogotá, nº 290, Araçás, CEP 29.103-023, Vila Velha/ES
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0669.2022

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 09/2022/CONCEA/MCTI. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de março de 2021.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

EXTRATO DE PARECER Nº 10, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 6º da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01250.004290/2016-57 (522)
CNPJ: 05.440.725/0001-14 - MATRIZ
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Nome da Instituição: UNIVASF
Endereço da Instituição: Avenida José de Sá Manicoba, s/n - Campus Universitário - Centro - CEP: 56.304-205 - Petrolina/Pe
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0454.2022

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 10/2022/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

EXTRATO DE PARECER Nº 11, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 6º da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.000158/2013-19 (52)
CNPJ: 00.981.411/0002-96 - FILIAL
Razão Social: SPF DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: SP 215 Km 114,5 - Estrada Municipal n.7, Sítio Jararaca, Rural, CEP. 13.690-000, Descalvado/SP
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0023.2022

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 11/2022/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EKATERINA AKIMOVNA BOTOVCHENCO RIVERA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 750, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022 (*)

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta e de remessa de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto "Estresse hídrico artificial e suas consequências sobre uma floresta tropical chuvosa na Amazônia Oriental", coordenado pelo Dr. João de Athaydes Silva Junior, da Universidade Federal do Pará (UFPA), em cooperação com o Dr. Patrick Meir, do Australian National University (AUS), conforme Processo CNPq nº 01300.010319/2019-40.

Art. 2º As atividades de coleta e de remessa de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	INSTITUIÇÃO	VISTO - PAÍS
Patrick William Meir	Australian National University	Canberra - Austrália
Edward Thomas Alexander Mitchard	Universidade de Edimburgo	Londres - Reino Unido
Lucy Miranda Rowland	Universidade de Exeter	Londres - Reino Unido
Stephen Alexander Sitch	Universidade de Exeter	Londres - Reino Unido
David Bartholomew	Universidade de Exeter	Londres - Reino Unido
Simon Jones	Universidade de Exeter	Londres - Reino Unido
Emma Docherty	Universidade de Leeds	Londres - Reino Unido
Martin Gilpin	Universidade de Leeds	Londres - Reino Unido
Santiago Clerci	Universidade de Leeds	Londres - Reino Unido
David Ashley	Universidade de Leeds	Londres - Reino Unido
Andrew Nottingham	Universidade de Leeds	Londres - Reino Unido
Mathias Inguar Disney	Universidade College Londres	Londres - Reino Unido
Andrew Philip Burt	Universidade College Londres	Londres - Reino Unido
Maurizio Mencuccini	Universitat Autònoma de Barcelona	Barcelona - Espanha
Oliver John Binks	Australian National University	Canberra - Austrália
Sarah Ingrid Coughlin	Australian National University	Canberra - Austrália
Hannah Jayne Carle	Australian National University	Canberra - Austrália
Ross Milton Deans	Australian National University	Canberra - Austrália
Callum Bryant	Australian National University	Canberra - Austrália
Sassan Saatchi	Jet Propulsion Laboratory	Los Angeles - Estados Unidos da América
Jack Bush	Jet Propulsion Laboratory	Los Angeles - Estados Unidos da América

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para as localidades compreendendo a área da Floresta Nacional de Caxiuanã - Melgaço, Pará.

Art. 4º As atividades de coleta tem autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, SISBIO nº 69014-1.

Art. 5º Esta autorização terá validade a partir de 1º de março de 2022 a 31 de abril de 2025.

Parágrafo único. O prazo previsto no art. 5º poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileira, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo em até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

(*)Republicado por ter saído com incorreções no DOU de 18/02/2022, Seção 1, pág. 07.

PORTARIA CNPQ Nº 752, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 3 de outubro de 2016, tendo em vista o disposto nos Decretos nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, e nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e nos termos do processo nº 01300.003061/2021-40, resolve:

Art. 1º Regulamentar os instrumentos de fomento adequados ao Programa Agentes Locais de Inovação - ALI, objeto do Acordo de Parceria celebrado entre o CNPq e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, definindo modalidades, níveis, valores das bolsas, atividades dos bolsistas e regras destinadas à operacionalização do Programa ALI.

CAPÍTULO I

OBJETIVO, SISTEMÁTICA DE FUNCIONAMENTO E FORMAS DE APOIO

Art. 2º O Programa ALI tem como objetivo apoiar ações voltadas para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores e a disseminação de conhecimento, cuja relevância possa contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento econômico do país.

Art. 3º Serão concedidas bolsas de Extensão no País (modalidade EXP-S), nos níveis SA (orientador), SB (ALI) e SC (candidato a ALI).

§ 1º As bolsas concedidas no âmbito deste Programa decorrem do ingresso dos participantes no Programa ALI e não caracterizam, em nenhuma hipótese, a criação de vínculo empregatício, seja com o SEBRAE, seja com o CNPq.

I - finalidade das bolsas:

a) apoiar profissionais e especialistas visando ao desenvolvimento de atividades de extensão inovadora e/ou transferência de tecnologia. Compreende ações voltadas para o desenvolvimento de negócios e processos inovadores e a disseminação de conhecimento, cuja relevância possa contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento econômico do País.

II - requisitos para o bolsista:

a) ter conhecimento adequado à atividade a ser desenvolvida;

b) dedicar tempo adequado às necessidades do projeto, conforme definido no plano de trabalho;

c) não estar realizando curso superior durante a vigência da bolsa; e

d) não ser beneficiário de outra bolsa do CNPq ou de qualquer entidade brasileira.

§ 2º Para as modalidades EXP-SC e EXP-SB, os bolsistas não poderão estar vinculados ao mercado de trabalho, tampouco participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionistas, cotistas ou comanditários.

§ 3º Para as modalidades EXP-SA e EXP-SB, aluno de pós-graduação (stricto sensu) poderá ser beneficiário da bolsa desde que forneça anuência formal do orientador e do coordenador do curso.

§ 4º Aposentado não poderá ser beneficiário da bolsa na instituição na qual exercia sua atividade quando se aposentou, exceto com autorização explícita da Diretoria de Cooperação Institucional do CNPq.

§ 5º Profissionais com vínculo celetista ou estatutário poderão ser bolsistas apenas na modalidade EXP-SA, e desde que sejam apresentadas justificativas para tal no momento da indicação do bolsista, as quais devem conter a comprovação da disponibilidade de carga horária compatível com as atividades do projeto.

§ 6º As mensalidades das bolsas EXP-SA outorgadas a pesquisadores que mantenham vínculo empregatício serão pagas na proporção de 60% (sessenta por cento).

§ 7º Caso o bolsista EXP-SA declare em seu Currículo Lattes ter assumido vínculo empregatício, celetista ou estatutário, durante a concessão da bolsa, a mesma será suspensa automaticamente e o fato notificado ao bolsista para a apresentação, no prazo de trinta dias, sob pena de cancelamento a bolsa, de justificativas ao CNPq, as quais devem conter a comprovação da disponibilidade de carga horária compatível com as atividades do projeto.

CAPÍTULO II

CRITÉRIOS, BENEFÍCIOS E DURAÇÃO DAS BOLSAS

Art. 4º Os critérios mínimos para enquadramento dos bolsistas são os seguintes:

I - categoria/nível EXP-SA: Profissional com título de mestre ou título de doutor e com atuação efetiva mínima de 6 (seis) anos em atividades de extensão, desenvolvimento de tecnologia, inovação e sustentabilidade;

II - categoria/nível EXP-SB: Profissional de nível superior que tenha concluído com sucesso a capacitação concedida com a bolsa EXP-SC; e

III - categoria/nível EXP-SC: Profissional de nível superior, graduado há no máximo 10 (dez) anos.

a) os critérios de enquadramento serão verificados por meio do Currículo Lattes no momento da indicação do candidato junto ao CNPq.

Parágrafo único. Todos os bolsistas deverão ter sido selecionados e classificados conforme requisitos estabelecidos em Chamada Pública SEBRAE/CNPq.

Art. 5º Os valores das bolsas estão definidos no Anexo desta Portaria.

Art. 6º A duração das bolsas deve seguir os seguintes limites máximos:

I - categoria/nível EXP-SA: até 12 (doze) meses;

II - categoria/nível EXP-SB: até 24 (vinte e quatro) meses; e

III - categoria/nível EXP-SC: até 1 (um) mês.

CAPÍTULO III

REGRAS GERAIS

Art. 7º O Programa ALI observará as seguintes regras gerais:

I - é vedada a outorga de bolsa do Programa ALI para fomentar ações indiretas, tais como apoio administrativo, prestação de serviço, consultoria e outras atividades similares, bem como as que não estejam estritamente ligadas à execução do projeto de pesquisa científica ou de inovação ao qual se vinculem;

II - a implementação das bolsas será feita por indicação do coordenador do projeto respeitando os requisitos, critérios de enquadramento e prazos de cada nível;

III - não haverá pagamento ou ressarcimento de quaisquer despesas anteriores ao mês de início das atividades do bolsista;

IV - o bolsista não poderá acumular bolsas do Programa ALI com bolsas de outros projetos ou programas do CNPq ou de qualquer outra agência de fomento, embora possa receber suplementação;

V - é vedada a concessão de bolsa a quem estiver cumprindo pena derivada de improbidade administrativa ou em débito de prestação de contas de bolsa de estudo ou auxílio à pesquisa outorgado pelo CNPq ou por qualquer agência pública de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação;

VI - qualquer mudança acadêmica e/ou profissional do bolsista, durante a concessão da bolsa, que venha a alterar suas condições de qualificação para a modalidade/nível de bolsa implementada, como também qualquer alteração relativa ao plano de trabalho, deverá ser imediatamente comunicada à área técnica responsável do CNPq, como também deverão ser atualizados seus dados cadastrais no Currículo Lattes;

VII - será permitida a concessão de qualquer modalidade de bolsa de projetos ALI a estrangeiro, em situação regular no País;

VIII - o CNPq se reserva ao direito de solicitar, a qualquer momento, documentação julgada necessária para análise das indicações;

IX - o monitoramento e a avaliação das atividades dos bolsistas ALI, assim como a apreciação da prestação de contas serão orientados, no que couber pelas disposições pertinentes do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018;

X - é vedado utilizar as dependências do SEBRAE e/ou CNPq para a execução das atividades de campo;

XI - é vedado o acompanhamento a empresas informais no Programa ALI, bem como não é permitido ao ALI acompanhar outras empresas de porte diferente ao previsto nas normas do SEBRAE;

XII - o Agente não desempenhará trabalho de consultoria em nome do SEBRAE, tampouco poderá exercer esta atividade de forma autônoma, zelando pelo cumprimento do plano de trabalho;

XIII - compete ao Coordenador do projeto:

a) indicar os bolsistas;

b) ser responsável por qualquer comunicação referente ao projeto, com o CNPq e o SEBRAE;

c) manter sob sua guarda toda e qualquer documentação relativa aos bolsistas por 5 (cinco) anos após o encerramento do projeto;

d) responsabilizar-se por todas as obrigações contratuais, permitindo que o CNPq, a qualquer tempo, possa confirmar a veracidade das informações prestadas, inclusive pela utilização dos recursos recebidos; e

e) apresentar ao CNPq e ao SEBRAE o relatório final do projeto e a avaliação do desempenho de cada bolsista, inclusive dos substituídos, até 60 (sessenta) dias, a contar do término da vigência do projeto. A não apresentação destes documentos acarretará em débito junto ao CNPq, sendo fator impeditivo a novas concessões.

XIV - compete ao bolsista:

a) executar as atividades e publicações programadas em seu plano de trabalho;

b) seguir a orientação técnico-científica da coordenação do projeto de Inovação; e

c) apresentar ao coordenador os conteúdos acadêmicos (artigo e/ou estudo de caso).

CAPÍTULO IV

IMPLEMENTAÇÃO E DESLIGAMENTO

Art. 8º A implementação das bolsas se dará da seguinte forma:

I - as bolsas serão implementadas por meio de processos individuais, em nome do bolsista indicado pelo coordenador do projeto, a partir da seleção realizada nas Chamadas Públicas SEBRAE/CNPq e capacitação conduzida pelo SEBRAE;

II - as bolsas terão como início de vigência sempre o primeiro dia do mês e será considerado o mês completo para pagamento;

III - a indicação dos bolsistas deverá ocorrer até o dia 5 (cinco) do mês de início das atividades previstas no plano de trabalho. A aceitação da bolsa pelo candidato deverá ocorrer até o dia 10 (dez) do mesmo mês;

IV - o fechamento da folha de pagamento ocorrerá no dia 20 (vinte) do mês corrente, ou quando este for final de semana ou feriado, no dia útil imediatamente anterior, exceto no mês de dezembro, quando, até o dia 5 (cinco) deverão ser concluídas a indicação pelo coordenador e a aceitação pelo bolsista; e

V - o pagamento da bolsa será efetuado diretamente ao bolsista, mediante depósito mensal em conta corrente individual no Banco do Brasil, até o 5º (quinto) dia útil. Faz-se necessário que o bolsista seja correntista do banco.

Art. 9º O desligamento das bolsas se dará da seguinte forma:

I - fica facultado ao SEBRAE efetuar desligamento de bolsistas que apresentarem baixo desempenho em suas atividades, que não realizarem as atividades previstas em seu plano de trabalho ou que apresentem postura inadequada no Programa:

a) o SEBRAE deverá advertir o bolsista, estabelecendo um prazo de até 15 (quinze) dias para que tenha a oportunidade de melhorar o seu desempenho ou postura e realizar as atividades previstas.

II - é facultado ao bolsista solicitar o desligamento do Programa por iniciativa própria, devendo, neste caso, comunicar ao Coordenador estadual do programa por sua opção, com antecedência de até 15 (quinze) dias, respeitando o previsto no seu plano de trabalho:

a) no caso de desligamento a pedido do bolsista ou por definição da coordenação do Programa, o bolsista fica obrigado a entregar os conteúdos acadêmicos (artigo e/ou estudo de caso), conforme definido em seu plano de trabalho.

III - no caso de parto ou adoção ocorrido durante o período da bolsa, formalmente comunicado pelo Coordenador ao CNPq, fica garantido ao(à) bolsista o afastamento de suas atividades com a manutenção das mensalidades por até 4 (quatro) meses limitada à vigência da bolsa:

a) fica garantida à bolsista que se encontra afastada por conta de parto ou adoção, a readequação das entregas previstas em seu plano de trabalho, sem qualquer prejuízo.

CAPÍTULO V

ADVERTÊNCIA, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO

Art. 10. O descumprimento de obrigação atribuída ao bolsista implicará a cominação de advertência, suspensão de pagamento ou cancelamento, assegurado ao interessado o exercício do contraditório e da defesa ampla.

§ 1º Será revogada a outorga da bolsa se constatado fornecimento de informação falsa relativa ao atendimento de requisito ou condição para ser bolsista.

§ 2º A advertência poderá ser aplicada pelo SEBRAE, no exercício das atividades de supervisão da execução, quando verificar desempenho insuficiente do bolsista, não realização das atividades previstas em seu plano de trabalho ou conduta incompatível com os fins do Programa.

§ 3º Poderá ser suspenso o pagamento da bolsa se o bolsista deixar de atender aos requisitos da outorga, inclusive na hipótese do bolsista EXP-SA assumir vínculo empregatício, celetista ou estatutário, ainda que o fato seja declarado em seu Currículo Lattes.

§ 4º A suspensão do pagamento da bolsa será imediatamente comunicada ao bolsista, facultando que comprove perante o CNPq o atendimento dos requisitos para a bolsa integral ou parcial, no prazo de trinta dias, sob pena de cancelamento a bolsa.

§ 5º Caberá o cancelamento da bolsa quando não apresentada tempestivamente justificativa para a reativação de bolsa suspensa; quando ocorrer o desligamento do programa, a interrupção injustificada da execução das atividades de pesquisa ou inovação a ela vinculadas ou o desvio da finalidade da outorga.

§ 6º O cancelamento implica a obrigação do bolsista restituir os valores indevidamente creditados em seu favor.

CAPÍTULO VI

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11. A prestação de contas consiste do envio do relatório técnico final e avaliações de bolsistas no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da vigência dos processos institucionais inculados ao projeto, de ambos os partícipes.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos ou excepcionais serão apreciados e submetidos à Comissão de Coordenação do Programa ALI, composta por membros do CNPq e membros do SEBRAE, com a chancela da Diretoria do CNPq e do SEBRAE, quando for o caso.

Art. 13. Fica revogada a Resolução Normativa nº 33, de 23 de dezembro de 2019, prevalecendo essa e as normas anteriores para as concessões de projetos de pesquisa já em vigência.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de março de 2022.

Anexo I: Tabela de Valores

Modalidade	Sigla	Categoria/Nível	Valor R$
Extensão no País	EXP	SA	4.000,00
		SB	5.000,00
		SC	2.000,00

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 4.448, DE 6 DE JANEIRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no art. 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo nº 01250.059795/2018-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 43.665.629/0001-63, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Rio de Janeiro (Serra do Mendanha), estado do Rio de janeiro, com reuso do canal 46 (quarenta e seis), outorgado à referida entidade na localidade de Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 43.665.629/0001-63, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto de 11 de junho de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2001, para execução do serviço no município de Aparecida, estado de São Paulo.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no art. 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 4.467, DE 11 DE JANEIRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no art. 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo nº 01250.014066/2019-16, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 00.564.475/0001-00, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo, com reuso do canal 45 (quarenta e cinco), outorgado à referida entidade na localidade de Cotia/SP.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 00.564.475/0001-00, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto de 13 de setembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 272, de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2000, para execução do serviço no município de São José dos Campos, estado de são Paulo.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no art. 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

DESPACHO Nº 380, DE 21 DE JANEIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, designada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições, opta por acolher o Parecer nº 00180/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e em face da Decisão Judicial do MS 13.273/DF, exarada no bojo da ação judicial nº 2007/0308025-3, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, resolve TORNAR SEM EFEITO o Despacho de 8 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2013, Seção 1, Página 64, que manteve a classificação da SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA., na Concorrência 158/1997-SSR/MC, restaurando-se a validade do Despacho do Ministro publicado em 16 de outubro de 2006, que anulava a homologação da Concorrência nº 158/1997 para a localidade de Porto Alegre/RS e o Despacho do Ministro publicado em 23 de agosto de 2007 que determinou a ANULAÇÃO definitiva do ato de homologação, procedendo-se a exclusão da respectiva proponente do certame.

ESTELLA DANTAS

DESPACHO Nº 381, DE 21 DE JANEIRO DE 2022

Acolho a Nota Técnica nº 12.888/2021/SEI-MCOM e o Parecer nº 00474/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, invocando seus respectivos fundamentos como razão desta decisão, de sorte a HOMOLOGAR a Concorrência nº 158/1997 - SSR/MC e promover a adjudicação de seu objeto à proponente vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ESTELLA DANTAS

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
158/1997 - SSR/MC	RS	PORTO ALEGRE	TV	TELEVISÃO DIAMANTE LTDA.	53790.000352/1998-03 e 53000.000200/1998-15

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

PORTARIAS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A CORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53524.001528/2019	Fm Liberdade de Abre Campo Ltda	FM	Abre Campo	MG	Advertência	Art. 5º, parágrafo único, da Portaria MC nº 26/96.	Portaria CGFM n° 3986 de 17/02/2022	Portaria MC n° 112/2013
53524.001699/2019	Rádio Atividade de Juiz de Fora FM Ltda	FM	Juiz de Fora	MG	Advertência	Art. 5º, parágrafo único, da Portaria nº 26/96.	Portaria CGFM n° 3987 de 17/02/2022	Portaria MC n° 112/2013
53524.001675/2019	Rádio Energia de Juiz de Fora FM Ltda	FM	Juiz de Fora	MG	Advertência	Art. 5º, parágrafo único, da Portaria nº 26/96.	Portaria CGFM n° 3988 de 17/02/2022	Portaria MC n° 112/2013

ANA CLARA SILVA LOPES

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 19/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.000796/2022-93, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1502/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 11 de janeiro de 2022, da frequência 750 kHz, outorgada à Rádio Aliança Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Concórdia, estado de Santa Catarina.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 20/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.000378/2022-04, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1514/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 5 de janeiro de 2022, da frequência 660 kHz, outorgada à emissora Difusoras de Pernambuco Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Limoeiro, estado de Pernambuco.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 22/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.000366/2022-71, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1526/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 5 de janeiro de 2022, da frequência 880 kHz, outorgada à Rádio Sociedade Seberi Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Seberi, estado do Rio Grande do Sul.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 23/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.002783/2022-59, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1606/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 2 de fevereiro de 2022, da frequência 890 kHz, outorgada à Rádio Canoinhas Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 24/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.001324/2022-58, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1608/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 18 de janeiro de 2022, da frequência 810 kHz, outorgada à Rádio Esperança de Prudentópolis Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Prudentópolis, estado do Paraná.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 25/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.002813/2022-27, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1656/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 3 de fevereiro de 2022, da frequência 830 KHz, outorgada à Rádio Extremo Sul da Bahia Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Itamaraju, estado da Bahia.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 28/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.002991/2022-58, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1781/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 4 de fevereiro de 2022, da frequência 540 kHz, outorgada à Sistema Nova Era de Comunicações Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Borrazópolis, estado do Paraná.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 29/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.003082/2022-37, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1799/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 7 de fevereiro de 2022, da frequência 1020 kHz, outorgada à Rádio Colombo do Paraná Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Colombo, estado do Paraná.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 30/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.002773/2022-13, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 1885/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 2 de fevereiro de 2022, da frequência 1180 kHz, outorgada à Rádio Integração do Oeste Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São José do Cedro, estado de Santa Catarina.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 17, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53500.013622/2011-94
Recorrente/Interessado: CLARO S.A. CNPJ nº 40.432.544/0001-47

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 69/2021/MM (SEI nº 6820601), ratificada pela Análise nº 6/2022/MM (SEI nº 7963298), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, reformando a sanção de multa para R$ 1.800.309,59 (um milhão, oitocentos mil, trezentos e nove reais e cinquenta e nove centavos) pela infração ao item 4.12.1, alínea "b", do Edital de Licitação nº 002/2007/SPV-ANATEL, conforme planilha SEI nº 7026764; e,

b) conhecer das petições extemporâneas protocolizadas sob os nº 3364051 e nº 6022243, nos termos da Súmula nº 21, de 10 de outubro de 2017, para, no mérito, deferi-las parcialmente.

WILSON DINIZ WELLISCH
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃOS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 32 - Processo nº 53578.001605/2010-20
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0007-64

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 3/2022/CB (SEI nº 7889440), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, dar-lhe provimento parcial; e,

b) alterar, de ofício, o valor da sanção de multa para R$ 3.003,25 (três mil, três reais e vinte e cinco centavos).

Nº 33 - Processo nº 53500.008855/2018-41
Recorrente/Interessado: OI MÓVEL S.A., OI S.A. CNPJ nº 05.423.963/0001-11 e nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 8/2022/CB (SEI nº 7954912), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo (SEI nº 5784184) interposto pelo GRUPO OI para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 34 - Processo nº 53500.054572/2020-96
Recorrente/Interessado: RPZ SERVIÇOS MULTIMÍDIA LTDA. CNPJ nº 08.001.192/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 9/2022/CB (SEI nº 7955177), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 35 - Processo nº 53569.002321/2010-60
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0009-26

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 2/2022/CB (SEI nº 7886766), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão expressa no Despacho Decisório nº 322/2021/COUN/SCO (SEI nº 7677672), em que o Superintendente de Controle de Obrigações retratou-se parcialmente da decisão recorrida.

Nº 36 - Processo nº 53500.003993/2016-72
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 13/2022/CB (SEI nº 7973284), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 37 - Processo nº 53500.046649/2020-54
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 12/2022/CB (SEI nº 7970521), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 39 - Processo nº 53575.000619/2012-18
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 15/2022/VA (SEI nº 7994916), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, de modo a: (i) considerar a prática de apenas uma infração correspondente aos incisos IV e VI do art. 59 do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (RSCM), aprovado pela Resolução nº 272, de 9 de agosto de 2001; (ii) considerar a Receita Operacional Líquida (ROL) anual da TELEMAR NORTE LESTE S.A. referente ao ano de 2016 no Estado do Amapá para o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM); e (iii) excluir os registros de reincidência específica, com a consequente revisão nos valores das respectivas multas; e,

b) proceder, de ofício, aos seguintes ajustes:

b.1) art. 59, inciso VII, do RSCM: reclassificar a natureza da infração, de grave para média, e agravar a correspondente multa em 10% (dez por cento), em atenção ao § 3º do art. 9º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012; e,

b.2) art. 59, inciso XII, do RSCM: reclassificar a natureza da infração, de grave para média; e,

c) em virtude das medidas descritas nas alíneas "a" e "b", revisar o valor total da sanção da multa, de R$ 49.852,65 (quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) para R$ 8.271,36 (oito mil, duzentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).

WILSON DINIZ WELLISCH
Presidente do Conselho
Substituto

ACÓRDÃO Nº 45, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53500.030145/2020-12
Recorrente/Interessado: TIM S.A. CNPJ nº 04.206.050/0001-80

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 5/2022/CB (SEI nº 7949719), integrante deste acórdão:

a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e,

b) rever, de ofício, o valor da multa de R$ 213.198,36 (duzentos e treze mil, cento e noventa e oito reais e trinta e seis centavos) para R$ 4.486,64 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

WILSON DINIZ WELLISCH
Presidente do Conselho
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 2.210, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53512.000271/2020-11. Extinguir, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço de Interesse Restrito, expedida à MED LASER S/S LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.059.105/0001-90, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada ao SERVIÇO MÓVEL AERONÁUTICO, com fulcro no parágrafo único do art. 30 do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, no parágrafo 7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 03 de novembro de 2016 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. A extinção não implica isenção de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente expedida.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 2.674, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53512.000078/2022-34. Expede autorização à Santa Clara Industria de Papel e Embalagens Ltda, CNPJ nº 00556594000545, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 2.748 - Processo nº 53516.000419/2022-31: EDUARDO SIMIONI, CPF nº ***.635.929-**.

Nº 2.750 - Processo nº 53516.000420/2022-66: ADAVILSON MULLER, CPF nº ***.354.141-**.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 965, DE 25 DE JANEIRO DE 2022

Processo nº 53504.013051/2021-20. Expede autorização ao Lauro Cesar dos Santos, CPF nº ***.556.458-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 1.718, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53504.011427/2021-61. Expede autorização ao Antonio Carlos Cerquetani, CPF nº ***.582.948-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 2.613, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53504.011438/2021-41. Expede autorização ao Cicero Augusto Vieira Neto, CPF nº ***.501.208-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 2.002, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53504.012995/2021-80. Expede autorização ao Ademir Jovanini Augusto Filho, CPF nº ***.866.568-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.550. Processo nº 53548.002244/2021-49. Outorga autorização para uso de radiofreqüências à MINERACAO CORUMBAENSE REUNIDA S.A., CNPJ nº 03.327.988/0001-96, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.551. Processo nº 53548.000141/2022-25. Outorga autorização para uso de radiofreqüências ao NELSON ANTONINI, CPF nº ***.770.159.**, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.557. Processo nº 53548.000169/2022-62. Expede autorização à AGROPECUARIA SOLO MIO EIRELI, CNPJ nº 33.247.454/0001-10, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.571. Processo nº 53548.000182/2022-11. Outorga autorização para uso de radiofreqüência à MIRAGEM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.906.037/0001-37, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.619. Processo nº 53548.000173/2022-21. Expede autorização ao CLAUDIO ROBERTO RAITER, CPF nº ***.007.101-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 2.620. Processo nº 53548.004093/2021-63. Expede autorização à F.R.C CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, CNPJ nº 22.705.512/0001-96, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 2.749, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Expedir autorização a Claudio Ricardo Alvares Andrade, CPF: XXX.050.794-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 2.752, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53524.000559/2022-19. declara extinta, por renúncia, a partir de 15 de fevereiro de 2022, a autorização outorgada a JOSE EURISSON GALDINO BARBOSA, CPF ***.106.012-**, por intermédio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Boletim de Serviço Eletrônico de 24/12/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 2.758, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53569.000288/2022-77. Expede autorização a Bruno Lima Gomes, CNPJ nº ***.786.513.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 9.584, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2021

Processo nº 53500.068598/2021-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 04.974.569/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Barbacena/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 28 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.318 Processo nº 53500.005357/2022-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Chácara/MG.

Nº 1.348 Processo nº 53500.005392/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cachoeirinha/PE.

Nº 1.352 Processo nº 53500.005396/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lagoa dos Gatos/PE.

Nº 1.353 Processo nº 53500.005397/2022-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itumirim/MG.

Nº 1.443 Processo nº 53500.005500/2022-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tiros/MG.

Nº 1.444 Processo nº 53500.005501/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Turvolândia/MG.

Nº 1.445 Processo nº 53500.005503/2022-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Umburatiba/MG.

Nº 1.448 Processo nº 53500.005506/2022-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência a CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Virgolândia/MG.

Nº 1.449 Processo nº 53500.005507/2022-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Wenceslau Braz/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 29 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.475 Processo nº 53500.005800/2022-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Fronteira/MG.

Nº 1.476 Processo nº 53500.005801/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Fronteira/MG.

Nº 1.478 Processo nº 53500.005805/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Igaratinga/MG.

Nº 1.481 Processo nº 53500.005841/2022-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santana do Manhuaçu/MG.

Nº 1.484 Processo nº 53500.005845/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Fronteira/MG.

Nº 1.485 Processo nº 53500.005847/2022-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Igaratinga/MG.

Nº 1.488 Processo nº 53500.005850/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Rio Preto/MG.

Nº 1.540 Processo nº 53500.006304/2022-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conceição do Mato Dentro/MG.

Nº 1.542 Processo nº 53500.006309/2022-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Solidão/PE.

Nº 1.543 Processo nº 53500.006310/2022-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Careaçu/MG.

Nº 1.544 Processo nº 53500.006311/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Datas/MG.

Nº 1.548 Processo nº 53500.006318/2022-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.184.649/0001-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sabinópolis/MG.

Nº 1.549 Processo nº 53500.006319/2022-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A, CNPJ 60.628.369/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conceição dos Ouros/MG.

Nº 1.551 Processo nº 53500.006338/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Abre Campo/MG.

Nº 1.554 Processo nº 53500.006342/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Extrema/MG.

Nº 1.556 Processo nº 53500.006344/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tombos/MG.

Nº 1.618 Processo nº 53500.007239/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV CHATEAUBRIAND LTDA, CNPJ 10.830.954/0001-85, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Maria do Cambucá/PE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 31 DE JANEIRO DE 2022

Nº 1.621 Processo nº 53500.006336/2022-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, CNPJ 01.637.536/0001-85, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Palmas/TO.

Nº 1.648 Processo nº 53500.006712/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Água Fria/BA.

Nº 1.650 Processo nº 53500.006714/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Antônio Gonçalves/BA.

Nº 1.651 Processo nº 53500.006715/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Apuarema/BA.

Nº 1.652 Processo nº 53500.006716/2022-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Araças/BA.

Nº 1.653 Processo nº 53500.006717/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aramari/BA.

Nº 1.654 Processo nº 53500.006718/2022-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arataca/BA.

Nº 1.655 Processo nº 53500.006719/2022-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aurelino Leal/BA.

Nº 1.656 Processo nº 53500.006720/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Baianópolis/BA.

Nº 1.657 Processo nº 53500.006721/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Feliz Deserto/AL.

Nº 1.658 Processo nº 53500.006722/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jacaré dos Homens/AL.

Nº 1.659 Processo nº 53500.006724/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jundiá/AL.

Nº 1.661 Processo nº 53500.006727/2022-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tanque d'Arca/AL.

Nº 1.662 Processo nº 53500.006728/2022-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conceição das Pedras/MG.

Nº 1.663 Processo nº 53500.006730/2022-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Conceição das Pedras/MG.

Nº 1.666 Processo nº 53500.007029/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV VALE DO ACO LTDA, CNPJ 02.243.356/0001-81, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coronel Fabriciano/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 1.728 Processo nº 53500.006946/2022-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Juliana/MG.

Nº 1.761 Processo nº 53500.007077/2022-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Igaporã/BA.

Nº 1.762 Processo nº 53500.007079/2022-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Igrapiúna/BA.

Nº 1.763 Processo nº 53500.007080/2022-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Iraquara/BA.

Nº 1.764 Processo nº 53500.007081/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itajuípe/BA.

Nº 1.765 Processo nº 53500.007082/2022-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itapitanga/BA.

Nº 1.766 Processo nº 53500.007084/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itatim/BA.

Nº 1.767 Processo nº 53500.007085/2022-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ituaçu/BA.

Nº 1.768 Processo nº 53500.007086/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ituberá/BA.

Nº 1.769 Processo nº 53500.007087/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jiquiriçá/BA.

Nº 1.770 Processo nº 53500.007089/2022-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Jitaúna/BA.

Nº 1.771 Processo nº 53500.007090/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de João Dourado/BA.

Nº 1.772 Processo nº 53500.007092/2022-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lagoa Real/BA.

Nº 1.773 Processo nº 53500.007093/2022-42. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Laje/BA.

Nº 1.774 Processo nº 53500.007094/2022-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Lapão/BA.

Nº 1.775 Processo nº 53500.007095/2022-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Licínio de Almeida/BA.

Nº 1.776 Processo nº 53500.007096/2022-86. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Macururé/BA.

Nº 1.777 Processo nº 53500.007097/2022-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Malhada de Pedras/BA.

Nº 1.778 Processo nº 53500.007099/2022-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Manoel Vitorino/BA.

Nº 1.779 Processo nº 53500.007101/2022-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mansidão/BA.

Nº 1.780 Processo nº 53500.007102/2022-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Maraú/BA.

Nº 1.809 Processo nº 53500.007143/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Poço Redondo/SE.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.131, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53500.009000/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO REGIONAL DE FATIMA DO SUL LTDA, CNPJ 03.899.515/0001-63, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Fátima do Sul/MS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.203 Processo nº 53500.008842/2022-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE EMISSORA RADIOVOX LTDA, CNPJ 14.830.103/0001-93, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Muritiba/BA.

Nº 2.235 Processo nº 53500.001386/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à OTENZI COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ 02.403.659/0001-14, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Buriti Alegre/GO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 13 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.358 Processo nº 53500.006052/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à VALENTE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ 01.707.213/0001-10, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Caçu/GO.

Nº 2.359 Processo nº 53500.008268/2022-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ELDORADO DO PARANA LTDA, CNPJ 76.750.983/0001-45, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São José dos Pinhais/PR.

Nº 2.362 Processo nº 53500.009003/2022-58. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Gurinhém/PB.

Nº 2.363 Processo nº 53500.009012/2022-49. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TELEVISAO EDUCATIVA DE POCOS DE CALDAS, CNPJ 04.455.894/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita de Caldas/MG.

Nº 2.364 Processo nº 53500.009017/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cristais/MG.

Nº 2.365 Processo nº 53500.009025/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO, CNPJ 05.461.142/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Perdigão/MG.

Nº 2.366 Processo nº 53500.009199/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Baependi/MG.

Nº 2.368 Processo nº 53500.009203/2022-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Baependi/MG.

Nº 2.369 Processo nº 53500.009204/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita de Caldas/MG.

Nº 2.370 Processo nº 53500.009205/2022-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carneirinho/MG.

Nº 2.371 Processo nº 53500.009207/2022-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE MINEIRA DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 25.640.004/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Carneirinho/MG.

Nº 2.390 Processo nº 53500.009557/2022-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL DE JANUARIA, CNPJ 03.492.528/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Varzelândia/MG.

Nº 2.391 Processo nº 53500.009559/2022-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL ALTO PARANAIBA, CNPJ 23.089.402/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Arapuá/MG.

Nº 2.392 Processo nº 53500.009562/2022-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Mantimento/MG.

Nº 2.393 Processo nº 53500.009565/2022-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brasilândia de Minas/MG.

Nº 2.394 Processo nº 53500.009567/2022-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Vazante/MG.

Nº 2.395 Processo nº 53500.009570/2022-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nova Serrana/MG.

Nº 2.396 Processo nº 53500.009576/2022-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Teixeiras/MG.

Nº 2.397 Processo nº 53500.009577/2022-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ataléia/MG.

Nº 2.398 Processo nº 53500.009578/2022-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Abadia dos Dourados/MG.

Nº 2.399 Processo nº 53500.009579/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alto Caparaó/MG.

Nº 2.400 Processo nº 53500.009580/2022-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Alvorada de Minas/MG.

Nº 2.401 Processo nº 53500.009581/2022-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São José do Mantimento/MG.

Nº 2.402 Processo nº 53500.009583/2022-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bicas/MG.

Nº 2.403 Processo nº 53500.009584/2022-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Teixeiras/MG.

Nº 2.404 Processo nº 53500.009585/2022-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Urucânia/MG.

Nº 2.405 Processo nº 53500.009586/2022-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Brasilândia de Minas/MG.

Nº 2.406 Processo nº 53500.009587/2022-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de São João da Ponte/MG.

Nº 2.407 Processo nº 53500.009588/2022-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Abaeté/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.539, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53500.011924/2022-81. declara extinta, por renúncia, a partir de 11/02/2022, a autorização outorgada a NETDIGIT TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 09.520.389/0001-70, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.543 Processo n° 53500.075520/2021-34. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à CONDOMINIO DO PATIO BRASIL SHOPPING, CNPJ nº 02.262.656/0001-08, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 2.556 Processo nº 53500.012009/2022-11. Expede autorização à TECINFO SOLUCOES LTDA, CNPJ/MF nº 19.406.428/0001-67, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.558 Processo nº 53500.011880/2022-99. Expede autorização à NIVITEC SOLUCOES EM SERVICOS ON LINE LTDA, CNPJ/MF nº 32.467.484/0001-70, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.562 Processo nº 53500.010608/2022-91. Expede autorização à ACESSE SOLUCOES TECNOLOGIA DA INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 44.626.049/0001-20, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.563 Processo nº 53500.010244/2022-40. Expede autorização à ELO2 TELECOMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 35.048.483/0001-89, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.569 Processo nº 53500.011812/2022-20. declara extinta, por renúncia, a partir de 11/02/2022, a autorização outorgada a NETDIGIT TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 09.520.389/0001-70, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020 (5864225), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.570 Processo nº 53500.002104/2022-06. Expede autorização à NOVUM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 29.619.688/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 2.599 Processo nº 53500.000593/2022-53. Expede autorização à SINAI TRANSMISSOES INTELIGENTES LTDA, CNPJ/MF nº 42.351.070/0001-34, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.600 Processo nº 53500.000548/2022-07. Expede autorização à NETCOM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 30.555.021/0001-34, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.601 Processo n° 53500.075848/2021-51. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à Ld Celulose S.a., CNPJ nº 29.627.430/0001-10, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

Nº 2.602 Processo n° 53500.065343/2021-88. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à VALE S.A., CNPJ nº 33.592.510/0164-09, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

Nº 2.603 Processo n° 53500.072536/2021-95. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à VALLOUREC TUBOS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 17.170.150/0001-46, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

Nº 2.604 Processo n° 53500.080874/2021-09. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TRS - SOLUCOES EM COMUNICACAO LTDA - EPP, CNPJ nº 18.894.388/0001-87, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado - Prestação a Terceiros.

Nº 2.607 Processo nº 53504.014298/2016-04. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à INTELISENSE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ/CPF: 06.045.031/0001-45, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 2.629 Processo nº 53500.010636/2022-17. Expede autorização à COELHO E BARRA INTERNET E TV POR ASSINATURA LTDA, CNPJ/MF nº 27.820.209/0001-58, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.630 Processo nº 53500.008541/2022-25. Expede autorização à PS-PLF ADMINISTRAÇÃO LTDA, CNPJ nº 37.994.587/0001-01, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.631 Processo nº 53500.010638/2022-06. Expede autorização à Diego Carneiro Nascimento, CPF nº ***.992.042-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.632 Processo nº 53500.006334/2022-36. Expede autorização à CANAL TELECOM BRASIL SERVICOS DE INSTALACAO E COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, CNPJ/MF nº 17.280.577/0001-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 2.663, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº 53569.002389/2021-00. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à VALE S.A., CNPJ 33.592.510/0089-96, associada à autorização para execução de Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria GM-MD nº 729, de 11 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 32, de 15 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 48, onde se lê: "(...) no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto nos arts. 23 e 50 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 (...)", leia-se: "(...) no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, no art. 2º do Decreto nº 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, no art. 16 da Instrução Normativa nº 01/GSI/PR, de 27 de maio de 2020 (...)".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM-MD N° 361, de 24 de janeiro de 2022, publicada no DOU nº 21, de 31 de janeiro de 2022, Seção 1, página 15, que estabelece as metas globais de desempenho institucional para o cálculo do valor da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM no âmbito do Comando do Exército, para o período avaliativo de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022:

Onde se lê:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	RESPONSÁVEL PELO INDICADOR	FÓRMULA	META ANUAL
OEE-09 — APERFEIÇOAR O SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	IR-09 Índice de aperfeiçoamento do SCTIEx	DCT	=(Índice de contribuição para BID x 6)+(Índice de Pesquisa, Desempenho e Inovação de PRODE x 38)+(Índice de modernização laboratorial do SCTIEx x 16)+(Índice de capitação do corpo técnico x 14)+(Índice de reestruturação do SCTIEx x 8)+(índice de atualização da normatização do SCTIEx x 18)/100)	100% de desempenho anualmente

Leia-se:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	RESPONSÁVEL PELO INDICADOR	FÓRMULA	META ANUAL
OEE-09 — APERFEIÇOAR O SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	IR-09 Índice de aperfeiçoamento do SCTIEx	DCT	=[(Índice de contribuição para BID x 6)+(Índice de Pesquisa, Desempenho e Inovação de PRODE x 38)+(Índice de modernização laboratorial do SCTIEx x 16)+(Índice de capitação do corpo técnico x 14)+(Índice de reestruturação do SCTIEx x 8)+(índice de atualização da normatização do SCTIEx x 18)]/100)	100% de desempenho anualmente

COMANDO DO EXÉRCITO

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1 - SALC, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022 - UASG 160171

O Ordenador de Despesas do 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO, no exercicio de suas atribuicoes resolve:

Credenciar a OCS TAVARES E BRITTO TERAPIA OCUPACIONAL LTDA-ECTO, CNPJ Nr 28.285.672/0001-00, para prestar servicos de saude na especialidade de psicologia, terapia ocupacional e nutricionista, de acordo o Termo de Adesao Nr 01/2022, ao Edital de Credenciamento Nr 01/2019. Processo: 64046006626/2019-02. Inexigibilidade Nr 03/2019.

LUCIANO FLAVIO ALMEIDA DE LIMA Ten Cel

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 321, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera o artigo 2° da Portaria nº 2,716, de 03 de novembro de 2021, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Araçariguama/SP, para ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° O art. 2° da Portaria n. nº 2716, de 03 de novembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, neste ato fixados em R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), correrão: R$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais), à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000316, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012; e R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), à título de contrapartida financeira do Ente beneficiário consignado na Lei Orçamentária Anual n° 951, de 21 de dezembro de 2021, do referido Município."

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 397, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708 de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 669, de 12 de abril de 2021, constante no processo administrativo nº 59502.005559/2021-04, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ribeirão Largo - BA, para ações de Defesa Civil até 23/05/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 405, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708 de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 1.563, de 02 de junho de 2019, constante no processo administrativo nº 59053.000689/2017-56, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Maceió - AL, para ações de Defesa Civil até 22/05/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 413, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Ilha das Flores - SE, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 2.708 de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Ilha das Flores - SE, no valor de R$ 313.736,98 (trezentos e treze mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.005551/2021-20.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2021NE000327, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única, nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 433, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Dois Vizinhos - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Dois Vizinhos - PR, no valor de R$ 62.842,50 (sessenta e dois mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008937/2022-84.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 434, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Entre Rios - SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Entre Rios - SC, no valor de R$ 193.678,20 (cento e noventa e três mil seiscentos e setenta e oito reais e vinte centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008900/2022-56.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 435, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Espigão Alto do Iguaçu - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Espigão Alto do Iguaçu - PR, no valor de R$ 78.436,80 (setenta e oito mil quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008674/2022-11.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 436, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Terezinha de Itaipu - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santa Terezinha de Itaipu - PR, no valor de R$ 10.703,84 (dez mil setecentos e três reais e oitenta e quatro centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008758/2022-47.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 437, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Riqueza - SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Riqueza - SC, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008899/2022-60.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 438, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Jaguari - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Jaguari - RS, no valor de R$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008842/2022-61.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 439, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São João - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São João - PR, no valor de R$ 32.220,00 (trinta e dois mil duzentos e vinte reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008897/2022-71.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 440, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Rio dos Índios - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Rio dos Índios - RS, no valor de R$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008981/2022-94.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 442, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de São José das Palmeiras - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de São José das Palmeiras - PR, no valor de R$ 15.727,00 (quinze mil setecentos e vinte e sete reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008898/2022-15.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 443, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ronda Alta - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Ronda Alta - RS, no valor de R$ 108.160,00 (cento e oito mil cento e sessenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008823/2022-34.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 444, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Progresso - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Progresso - RS, no valor de R$ 71.250,00 (setenta e um mil duzentos e cinquenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008808/2022-96.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 445, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Passa Sete - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Passa Sete - RS, no valor de R$ 50.520,00 (cinquenta mil quinhentos e vinte reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008765/2022-49.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 446, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Maçambará - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Maçambará - RS, no valor de R$ 39.997,00 (trinta e nove mil novecentos e noventa e sete reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008801/2022-74.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 447, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Jaíba - MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Jaíba - MG, no valor de R$ 75.540,00 (setenta e cinco mil quinhentos e quarenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008759/2022-91.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 448, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Pedras Altas - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Pedras Altas - RS, no valor de R$ 193.520,00 (cento e noventa e três mil quinhentos e vinte reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008874/2022-66.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 449, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Irati - SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Irati - SC, no valor de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008872/2022-77.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 450, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Anta Gorda - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Anta Gorda - RS, no valor de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008756/2022-58.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 451, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Saltinho - SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Saltinho - SC, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008849/2022-82.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 452, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Irati - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Irati - PR, no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008806/2022-05.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 453, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Candiota - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Candiota - RS, no valor de R$ 267.275,00 (duzentos e sessenta e sete mil duzentos e setenta e cinco reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008839/2022-47.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 454, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Agudo - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Agudo - RS, no valor de R$ 72.290,00 (setenta e dois mil duzentos e noventa reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008820/2022-09.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 455, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ponte Preta - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de

janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Ponte Preta - RS, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008815/2022-98.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 456, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Putinga - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Putinga - RS, no valor de R$ 94.224,00 (noventa e quatro mil duzentos e vinte e quatro reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008810/2022-65.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 457, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Rondinha - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Rondinha - RS, no valor de R$ 20.001,80 (vinte mil um reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008814/2022-43.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 458, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Campos Borges - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Campos Borges - RS, no valor de R$ 242.128,00 (duzentos e quarenta e dois mil cento e vinte e oito reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008822/2022-90.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 459, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Rondinha - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Rondinha - RS, no valor de R$ 59.280,00 (cinquenta e nove mil duzentos e oitenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008813/2022-07.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 460, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ronda Alta - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Ronda Alta - RS, no valor de R$ 18.506,00 (dezoito mil quinhentos e seis reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008825/2022-23.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 461, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Iraceminha - SC, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Iraceminha - SC, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008743/2022-89.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 462, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santo Augusto - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santo Augusto - RS, no valor de R$ 102.051,00 (cento e dois mil cinquenta e um reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008666/2022-67.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 463, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Manfrinópolis - PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Manfrinópolis - PR, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008740/2022-45.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 464, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Soledade - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Soledade - RS, no valor de R$ 298.138,00 (duzentos e noventa e oito mil cento e trinta e oito reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.008708/2022-60.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATO Nº 1, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 1º da Resolução ANA nº 123, de 16/12/2019, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 12.334, de 20/9/2010, na Resolução CNRH nº 143, de 10/7/2012, e na Resolução ANA nº 132, de 22/2/2016, resolveu aprovar o ato de classificação de barragens quanto ao Dano Potencial Associado:

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás - SED, Barragem Rio Paranã, código SNISB 022, Municípios de Formosa e São João D'Aliança/GO.

O inteiro teor do Ato de Classificação de Barragens, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRE PANTE

Ministério da Economia

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.982, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Resolução nº 2.838, de 30 de maio de 2001, que dispõe sobre a atividade de agente autônomo de investimento.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17 de fevereiro de 2022, com base nos arts. 3º, incisos I e IV, e 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e tendo em vista o disposto nos arts.16, incisos I e III, e 18, inciso I, da referida Lei nº 6.385, de 1976, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 2.838, de 30 de maio de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Agente autônomo de investimento é a pessoa natural ou jurídica que tenha como atividade a distribuição e mediação de títulos, valores mobiliários, quotas de fundos de investimento e derivativos, sempre sob a responsabilidade e como preposto das instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários de que trata o art. 15 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 2 de março de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.983, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera a Resolução nº 4.753, de 26 de setembro de 2019, que dispõe sobre a abertura, a manutenção e o encerramento de conta de depósitos.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17 de fevereiro de 2022, com base nos arts. 3º, inciso V, e 4º, inciso VIII, da citada Lei, e 69, parágrafo único, da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 4.753, de 26 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

§ 1º As instituições devem fornecer ou disponibilizar aos titulares da conta uma via do contrato de que trata o caput por meio de qualquer canal de atendimento disponível, inclusive eletrônico.

§ 2º As instituições, previamente à contratação, devem fornecer ao titular da conta, por meio físico ou eletrônico, prospecto de informações essenciais, explicitando, no mínimo, de forma sintética, informações relativas às regras básicas do funcionamento da conta, os riscos existentes e as medidas de segurança para fins de movimentação da conta, inclusive em caso de perda, furto ou roubo de credenciais do titular." (NR)

"Art. 4-A É vedado às instituições financeiras postergar saques em espécie de contas de depósitos à vista de valor igual ou inferior a R$5.000,00 (cinco mil reais), admitida a postergação para o expediente seguinte de saques de valor superior ao estabelecido." (NR)

Art. 2º Ficam revogados:

I - a Resolução nº 3.695, de 26 de março de 2009; e

II - o parágrafo único do art. 4º da Resolução nº 4.753, de 2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.984, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a certificação de empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17 de fevereiro de 2022, com base nos arts. 4º, inciso VIII, da referida Lei, 1º e 10, inciso III, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, 7º e 23, alínea "a", da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, resolveu:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a certificação de empregados das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que atuam no atendimento aos clientes da instituição nas atividades de distribuição e mediação de títulos, valores mobiliários e derivativos.

Parágrafo único. No caso do segmento cooperativista, o disposto nesta Resolução se aplica somente às cooperativas de crédito singulares.

Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem assegurar que seus empregados, para exercerem as atividades de distribuição e mediação de títulos, valores mobiliários e derivativos, sejam previamente considerados habilitados em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica.

Art. 3º As instituições mencioandas no art. 1º devem assegurar que os conhecimentos de seus empregados considerados habilitados para os efeitos desta Resolução sejam atualizados periodicamente.

Art. 4º O Banco Central do Brasil adotará, no âmbito de suas atribuições legais, as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 5º Ficam revogados:

I - a Resolução nº 3.158, de 17 de dezembro de 2003; e

II - os arts. 1º, 2º e 4º da Resolução nº 3.309, de 31 de agosto de 2005.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.985, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Dispõe sobre a constituição e o funcionamento das companhias hipotecárias.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17 de fevereiro de 2022, com base no art. 4º, inciso VIII, da mesma Lei, resolveu:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a constituição e o funcionamento de companhias hipotecárias.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO

Art. 2º As companhias hipotecárias são instituições financeiras, devendo ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. Na denominação das instituições mencionadas no caput, deve constar a expressão "Companhia Hipotecária", sendo vedado o uso de denominação ou nome fantasia que contenha termos característicos das demais instituições do Sistema Financeiro Nacional ou de expressões similares em vernáculo ou em idioma estrangeiro.

Art. 3º O funcionamento das companhias hipotecárias depende de autorização do Banco Central do Brasil.

Art. 4º As companhias hipotecárias devem observar permanentemente o limite mínimo de capital realizado e patrimônio líquido de R$3.000.000,00 (três milhões de reais).

CAPÍTULO III

DO OBJETO SOCIAL

Art. 5º As companhias hipotecárias têm por objeto social:

I - a concessão de financiamentos destinados à aquisição, construção, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais e não residenciais, inclusive terrenos;

II - a concessão de financiamentos para aquisição de material para a construção, reforma ou ampliação de imóveis residenciais e não residenciais;

III - a concessão de empréstimos e financiamentos, garantidos por hipoteca ou pela alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o inciso I;

IV - a compra, a venda, o refinanciamento e a administração de créditos garantidos por hipoteca ou pela alienação fiduciária de bens imóveis;

V - a administração de fundos de investimento imobiliário, desde que autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

VI - o repasse de recursos destinados ao financiamento das operações de que trata o inciso I; e

VII - a prestação de garantias.

Art. 6º As companhias hipotecárias podem atuar como agente fiduciário, observada a regulamentação específica.

CAPÍTULO IV

DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 7º As companhias hipotecárias podem empregar em suas atividades, além de recursos próprios, os provenientes de:

I - emissão de:

a) letras hipotecárias;

b) letras de crédito imobiliário;

c) letras imobiliárias garantidas;

d) letras financeiras;

e) cédulas hipotecárias;

f) cédulas de crédito imobiliário; e

g) certificados de cédulas de crédito bancário;

II - depósitos interfinanceiros; e

III - empréstimos e financiamentos no País e no exterior.

CAPÍTULO V

DIPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O Banco Central do Brasil adotará, nos termos de suas competências legais, as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 9º Ficam revogados:

I - o inciso IV do art. 1º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994;

II - a Resolução nº 2.122, de 30 de novembro de 1994;

III - a Resolução nº 3.017, de 28 de agosto de 2002; e

IV - a Resolução nº 3.425, de 21 de dezembro de 2006.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.986, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera e consolida as normas que dispõem sobre a forma de aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17 de fevereiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 3º e 4º, caput e alínea "c", do Decreto-Lei nº 1.290, de 3 de dezembro de 1973, resolveu:

Art. 1º Fica reconhecida a situação de que trata o art. 4º, caput e alínea "c", do Decreto-Lei nº 1.290, de 3 de dezembro de 1973, para efeito de aplicação, na forma estabelecida nesta Resolução, das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta e das pessoas jurídicas sob o controle acionário de qualquer delas.

Art. 2º A aplicação das disponibilidades de que trata o art. 1º, no País, somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, constituídos com observância do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Com a finalidade específica de acolher a aplicação das disponibilidades de que trata o art. 2º, fica autorizada a constituição de:

I - fundos de investimento extramercado comuns;

II - fundos de investimento extramercado exclusivos.

Parágrafo único. Os fundos referidos neste artigo são regidos, no que couber, pela regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários aplicável aos fundos de investimento, devendo constar de sua denominação a expressão "extramercado".

Art. 4º Na carteira dos fundos de investimento extramercado, comuns ou exclusivos, deverão estar presentes:

I - títulos de emissão do Tesouro Nacional, em percentual não inferior a 75% (setenta e cinco por cento), adquiridos em compras sem compromisso de revenda;

II - certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro referido no art. 2º, em percentual não superior a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º Os recursos remanescentes dos fundos de investimento extramercado podem ser destinados a operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, mantidos em contas de depósitos à vista ou, observado o disposto no § 2º, direcionados à realização de operações em mercados de derivativos.

§ 2º As operações em mercados de derivativos:

I - são facultadas apenas a fundo de investimento extramercado exclusivo;

II - devem ser realizadas com o objetivo precípuo de minimizar os riscos associados a descasamento de prazos e de indexadores entre os ativos do fundo e os passivos do condômino; e

III - não podem ter valor nocional superior ao valor dos títulos de emissão do Tesouro Nacional integrantes da carteira do fundo.

§ 3º Dos recursos provenientes da colocação de certificados ou recibos de depósito bancário nas carteiras dos fundos de investimento extramercado, 70% (setenta por cento), no mínimo, devem ser aplicados em operações de crédito rural.

§ 4º A política de investimento dos fundos extramercado deverá, nas aplicações previstas no inciso I do caput, ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice que tenha em sua composição títulos atrelados à taxa de juros de 1 (um) dia.

Art. 5º No fundo de investimento extramercado comum:

I - o resgate de quotas deve ser efetivado com base no valor da quota resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de quotas do fundo, apurados, ambos, no encerramento do dia;

II - a remuneração da instituição administradora pela prestação dos serviços de gestão e de administração do fundo não pode ser superior ao equivalente a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano), calculados pro rata die sobre o valor do patrimônio líquido deste.

Art. 6º A constituição de fundo de investimento exclusivo depende de iniciativa de uma das pessoas jurídicas referidas no art. 1º, observado que as taxas de administração e de desempenho, respeitado o limite de remuneração previsto no inciso II do art. 5º, devem ser estabelecidas de comum acordo entre a instituição administradora e o condômino.

Art. 7º O disposto nesta Resolução, à exceção do art. 1º, não se aplica:

I - às pessoas jurídicas nele referidas que exerçam atividades sujeitas à supervisão do Banco Central do Brasil, nem às subsidiárias integrais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e

II - às sociedades de economia mista de capital aberto controladas diretamente pela União que não se enquadrem no conceito de empresa estatal dependente, a que se refere o inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a as pessoas jurídicas sob seu controle acionário.

Art. 8º Ficam o Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência, autorizados a adotar as medidas e a baixar as normas complementares que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 9º Ficam revogados:

I - a Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005;

II - o art. 1º da Resolução nº 4.034, de 30 de novembro de 2011; e

III - a Resolução nº 4.540, de 24 de novembro de 2016.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2022.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

PORTARIA SGD/ME Nº 844, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Institui o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de impressão, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 132, inciso I, e o art. 137, incisos I e II do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e arts. 39 e 40 da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Estabelecer o modelo de contratação de serviços de outsourcing de impressão, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A contratação de serviços de outsourcing de impressão deverá ser realizada observando-se o processo de contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação disposto na Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019, e o modelo de contratação descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O modelo de contratação de serviços de outsourcing de impressão é de utilização obrigatória.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades poderão utilizar outros modelos de contratação, desde que devidamente justificado pela área técnica proponente, comunicado via Ofício e aprovado previamente pela Secretaria de Governo Digital - SGD.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Orientações Gerais

Art. 4º Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações e recursos adicionais.

Disposições Transitórias

Art. 5º O disposto nesta Portaria deve ser observado nos planejamentos da contratação iniciados após a sua vigência, sendo facultativa a sua adoção para os processos cujo planejamento da contratação tenha se iniciado antes de sua vigência ou para os casos de prorrogação de contratos anteriores.

Vigência

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2022.

FERNANDO ANDRE COELHO MITKIEWICZ

ANEXO

MODELO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este modelo baseia-se em estudos técnicos e análise de cenários, considerando as boas práticas, a legislação e a jurisprudência pertinentes. Os problemas e as dificuldades mais frequentes em editais e licitações públicas também foram levados em consideração para formulação de ações que visam contornar tais obstáculos e otimizar os processos relacionados ao planejamento da contratação, nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019.

1.2. Os elementos que serão abordados neste documento visam orientar a Equipe de Planejamento da Contratação, nos termos da IN SGD/ME nº 1, de 2019, em controles mais apurados por parte dos gestores de tecnologia da informação e comunicação (TIC) dos órgãos e entidades, de modo a minimizar os problemas encontrados em contratações de serviços de outsourcing de impressão, com foco na:

a) Identificação e avaliação dos cenários possíveis para serviços de impressão e digitalização;

b) Melhoria do planejamento da contratação, com ênfase em estudos técnicos preliminares e análise de riscos;

c) Melhoria das especificações dos equipamentos, baseando-se em requisitos fundamentais para a prestação dos serviços de impressão/digitalização e ampliando-se a competitividade entre os licitantes; e

d) Melhoria dos instrumentos de fiscalização e gestão contratual.

1.3. As orientações contidas neste modelo, além de objetivarem a realização de um planejamento da contratação adequado e a melhor utilização dos recursos públicos, visam evitar os recorrentes problemas encontrados em diversos processos e acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), a exemplo: Acórdão 696-10/2016 - Plenário, Acórdão 10.584/2015 - 2ª Câmara, Acórdão 1.643-12/2015-2, Acórdão 3.009-48/2015 - Plenário, Acórdão 646/2016 - Plenário, Acórdão 1.401/2016 - Plenário, Acórdão 1.325/2015 - 2ª Câmara, Acórdão 2.537-41/2015 - Plenário, Acórdão 2.124/2015-Plenário, Acórdão 2.480/2015 - Plenário, Acórdão 2.523-41/2015 - Plenário, Acórdão 0265-05/2010 - Plenário, Acórdão 717-19/2006 - Plenário, Acórdão 1.297-19/2015 - Plenário.

1.4. Em grande parte desses acórdãos, os problemas encontrados estão relacionados a definição de critérios técnicos excessivos, restritivos e não justificados para equipamentos de impressão; direcionamentos do certame para um fornecedor específico; restrição do caráter competitivo do certame; falhas nas pesquisas de preços durante o planejamento da contratação; aglutinação de todos os itens do pregão em um único grupo, de modo a serem adjudicados a uma única empresa, em situações em que poderia haver a separação em lotes distintos; indícios de sobrepreço, contrariando a economicidade da contratação; ausência de levantamento adequado das soluções disponíveis no mercado capazes de atender aos requisitos estabelecidos; e exigências de declaração do fabricante para fins de habilitação em certames, dentre outros.

1.5. Por fim, independentemente das disposições deste modelo e da modalidade a ser adotada, é dever do órgão criar e institucionalizar uma Política de Impressão que instrua os usuários quanto à correta utilização dos equipamentos de impressão e digitalização, sejam eles próprios ou cedidos via terceirização de serviços.

1.6. A Política de Impressão pode variar conforme as necessidades e particularidades de cada órgão ou entidade, todavia deve tratar e orientar sobre assuntos como: uso consciente de impressões monocromáticas e policromáticas, combate ao desperdício, uso da impressão frente e verso (duplex), evitar a impressão de e-mails, diretrizes sobre monitoramento ou auditoria, controle de tarifação e cotas de impressão, entre outras.

2. TERMOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste documento, aplicam-se os seguintes termos e definições:

2.1.1. Custo total de propriedade (do inglês Total Cost of Ownership - TCO): é uma técnica de análise de custos que considera os custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços da solução, incluindo custos diretos e indiretos, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia, manutenção, licenças de software, serviços de instalação, configuração, suporte, treinamento, apoio para a colocação da solução em produção, execução de rotinas de produção pelo órgão ou pela contratada, bem como outros consumíveis.

2.1.2. Franquia: Na cobrança com franquia é definido um valor mínimo a ser cobrado, junto com um limite de cópias mensal para o cliente. Caso o cliente ultrapasse esse número de impressões/cópias estipulado, será feito o pagamento da franquia somado com o valor das páginas excedentes.

2.1.3. Gerenciamento eletrônico de documentos (GED): é definido por um conjunto de tecnologias que facilitam o controle, bem como o armazenamento, compartilhamento e recuperação de dados existentes em uma determinada instituição, seja ela privada ou pública.

2.1.4. Impressão por página: produção/reprodução gráfica de textos/tabelas/figuras/desenhos entre outros, seja em preto e branco/monocromático ou colorido/policromático, em um dos lados da folha de papel.

2.1.5. Impressora 3D: É um equipamento que transforma um arquivo 3D digital em uma peça física através da criação de várias camadas sobrepostas. O que diferencia uma impressora 3D da outra é justamente como cada umas dessas camadas é construída, ao que chamamos tecnologia de impressão 3D.

2.1.6. Locação de equipamento: Consiste na cessão temporária do direito de uso do equipamento mediante pagamento periódico durante determinado período.

2.1.7. Monocromático(a): Característica da impressora que possui capacidade de impressão limitada a diferentes intensidades das cores preto e branco.

2.1.8. Outsourcing: Consiste no uso de provedores externos à organização para fornecer efetivamente um processo de negócio ou serviço.

2.1.9. Páginas por minuto (do inglês: Page per minute - PPM): é a medida que indica a quantidade de páginas que uma impressora efetivamente imprime por minuto.

2.1.10. Plotter: Um plotter é uma impressora destinada a imprimir desenhos em grandes dimensões, com elevada qualidade e rigor, como por exemplo mapas cartográficos, projetos de engenharia e grafismo.

2.1.11. Policromático(a): Característica da impressora que possui capacidade de impressão em escala de cores, em diversas intensidades e tonalidades.

2.1.12. Prototipagem: A prototipagem é a prática de criar um protótipo de algo que deseja produzir.

2.1.13. Reprografia: É o conjunto de meios e/ou processos ou mesmo o departamento de reprodução de documentos encontrado em instituições de ensino e empresas públicas e privadas, para serviços como: fotocópia, microfilmagem, heliografia, etc.

3. ESCOPO

3.1. O escopo deste modelo abrange a contratação de serviços de impressão corporativa de documentos.

3.2. Não faz parte do escopo deste modelo:

a) serviços gráficos, serigrafia;

b) GED (Gestão Eletrônica de Documentos);

c) plotters ou grandes formatos;

d) prototipagens em impressoras 3D;

e) impressoras térmicas (para cupom fiscal e não fiscal, código de barras, etc.);

f) contratações de operadores de reprografia e concessões de uso de espaço interno para prestação de serviços de reprografia/impressão/digitalização para usuários externos; e

g) contratação de serviços de gestão documental ou exclusivamente de digitalização e indexação de documentos.

4. CONCEITOS

4.1. Para os fins deste modelo, entende-se por serviços de outsourcing de impressão (ou serviços de impressão corporativa): a disponibilidade de equipamentos (multifuncionais e/ou impressoras) nas dependências da contratante, agregando a instalação de software de gerenciamento para monitoramento e tarifação/bilhetagem; a assistência técnica de manutenção preventiva/corretiva; e a reposição de insumos/peças/suprimentos, inclusive papel, quando justificado.

4.2. Os serviços de outsourcing de impressão não se confundem com os serviços de aluguel ou locação de impressoras. A locação de impressoras consiste na mera disponibilização de equipamentos de impressão, por parte da contratada sem a prestação de serviços agregados. O faturamento do contrato de locação de impressoras decorre tão somente da disponibilização da quantidade de máquinas de impressão. O serviço de locação de impressoras, como demais serviços de locação de equipamentos, são modalidades excepcionais destinadas a atender necessidades em um curto período, conforme jurisprudência do TCU a exemplo do Acórdão TCU 3.091/2014-Plenário.

4.3. Nesse sentido, o presente modelo aborda três modalidades de serviços de outsourcing de impressão, a primeira delas é a Modalidade Franquia Mensal e consiste na fixação de um valor fixo que abrange o fornecimento do equipamento (impressoras) e uma quantidade mínima de páginas sendo cobrado o excedente quando ultrapassada a franquia. Neste modelo, a remuneração é baseada em um valor mensal fixo que dará direito a uma quantidade limitada de impressões, e caso haja necessidade de mais impressões, paga-se por impressões excedentes, conforme descrito na seção 5.2.

4.4. A segunda modalidade tratada neste modelo é a Modalidade Sem Franquia que consiste na prestação de todos os serviços que caracterizam o outsourcing de impressão como fornecimento dos equipamentos, prestação dos serviços de suporte, manutenção e reposição de insumos, mas utilizando como modelo de pagamento a quantidade de página impressa. Ou seja, neste modelo, a remuneração é baseada em valores mensais variados, exclusivamente sobre a quantidade de impressões, conforme descrito na seção 5.3.

4.5. A terceira modalidade tratada neste modelo é a Modalidade fornecimento de equipamentos de impressão com pagamento de páginas impressas. Ela consiste na prestação dos serviços previstos de outsourcing de impressão considerando o pagamento fixo mensal por equipamento fornecido além do pagamento por página impressa. Neste modelo, a remuneração é baseada em um valor fixo atrelado a quantidade de equipamentos contratados adicionado a um valor variável atrelado à quantidade de impressões realizadas por cada equipamento, conforme descrito na seção 5.4.

4.6. Este modelo trata também dos aspectos técnicos a serem considerados nas aquisições de equipamentos de impressão e digitalização. Tais aquisições devem atender a necessidades específicas e pontuais, com justificativas que demonstrem a inviabilidade de se contratar o outsourcing de impressão, assim como a análise de custo total de propriedade (TCO). Nesse cenário, todos os custos são de responsabilidade da Administração Pública, conforme descrito na seção 5.5.

4.7. Entende-se como exemplos de vantagens do modelo de contratação de serviços outsourcing de impressão em relação à aquisição dos equipamentos:

4.7.1. Desoneração administrativa quanto à gestão patrimonial das impressoras e suprimentos, inclusive com redução de espaço físico para armazenar equipamentos fora de uso (destinados ao descarte).

4.7.2. Maior controle das impressões realizadas e maior capacidade de implementação de políticas de racionalização de gastos com impressões.

4.7.3. Pagamento dos serviços prestados é realizado de forma proporcional ao uso dos equipamentos e serviços ao longo do contrato.

4.8. Há situações em que o modelo de contratação de serviços outsourcing de impressão pode se mostrar inviável ou mais oneroso em relação à aquisição dos equipamentos, a exemplo de:

4.8.1. Locais remotos ou demasiadamente afastados dos centros urbanos, o modelo de outsourcing pode-se mostrar mais oneroso ou inviável em função da dificuldade de acesso ao local para prestação dos serviços inerente ao modelo.

4.8.2. Situações em que a demanda por impressão for extremamente baixa.

5. MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

5.1. DEFINIÇÃO

5.1.1. Os serviços de outsourcing de impressão são prestados em diferentes modalidades, que apresentam vantagens e desvantagens a serem consideradas à luz das características e realidades de cada órgão ou entidade.

5.1.2. As principais modalidades de prestação desses serviços são:

a) Cobrança por franquia de páginas mais excedente;

b) Cobrança apenas por custo unitário de página (sem franquia); e

c) Cobrança pelo fornecimento do equipamento mais custo unitário por página impressa (modalidade híbrida).

5.1.3. Outra opção que, embora não seja enquadrada como outsourcing de impressão, mas que também tem sido adotada pela Administração Pública, em situações excepcionais, é a aquisição de equipamentos de impressão e digitalização. Em geral, os custos totais de propriedade para esse tipo de estratégia tende a ser superior aos custos totais de propriedade da contratação de outsourcing de impressão, à exceção das situações descritas no item 4.8.

5.2. MODALIDADE FRANQUIA MENSAL DE PÁGINAS MAIS EXCEDENTE

5.2.1. A modalidade franquia mensal consiste na fixação de um valor fixo que abrange o fornecimento do equipamento e uma quantidade mínima de páginas sendo cobrado o excedente quando ultrapassada a franquia.

5.2.2. A modalidade franquia mensal apresenta as seguintes vantagens:

a) Foco maior na produtividade dos equipamentos;

b) Controle mais eficaz sobre a quantidade de equipamentos e páginas impressas;

c) Suporte, insumos e peças ficam por conta da contratada;

d) Em geral, é fácil obter preços públicos para pesquisa de preços;

e) Não há custo separado para locação de equipamento (mais flexibilidade);

f) O valor fixo (franquia) já possui uma quantidade mínima de impressões associada;

g) O valor da página excedente é sempre inferior ao valor da página dentro da franquia; e

h) Modalidade em que o valor pago é o que mais se aproxima do efetivamente realizado (por meio da compensação semestral).

5.2.3. A modalidade franquia mensal possui as seguintes desvantagens:

a) Maior dificuldade de gestão das páginas impressas, quando comparado com as demais modalidades; e

b) Pode ser mais complexo de planejar, em órgãos/entidades que não possuam histórico de consumo anterior.

5.2.4. É imprescindível especificar no Termo de Referência todos os itens que contemplam a prestação dos serviços, a exemplo: fornecimento e disponibilidade dos equipamentos, software de gerenciamento de ativos e bilhetagem das páginas, assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva, treinamento de usuários (se houver), reposição de peças e insumos/consumíveis.

5.2.5. A franquia de páginas cuja cobrança é um valor fixo mensal não deve ser confundida com "valor fixo mensal por equipamento", pois essas modalidades diferem na forma de amortização do ativo. Na primeira, a amortização é sobre uma quantidade de páginas sob o regime de comodato, enquanto na segunda, em que existe cobrança mensal específica por equipamento, a amortização do valor do equipamento pode ser diluída nas modalidades de remuneração por equipamento e na remuneração por página impressa.

5.2.6. Cálculo de franquia de páginas:

a) Para fins de dimensionamento inicial durante o planejamento da contratação, pode-se utilizar a Tabela 2 como referência de estimativa de páginas por tipo de equipamento.

b) A franquia deve ser estabelecida em 60% (sessenta por cento) do consumo mensal estimado por tipo de equipamento.

c) Embora o valor de 60% seja adequado à maioria dos cenários, excepcionalmente o órgão ou entidade pode determinar, através de Estudos Técnicos e Análise de Riscos, um percentual entre 50% e 70%.

d) Para o correto dimensionamento do consumo de impressão, deve-se verificar a seção "6" deste modelo, Recomendações para Dimensionamento da Quantidade de Páginas Impressas e Equipamentos, em Contratações de Outsourcing de Impressão.

5.2.6.1. O cálculo de franquia individual, baseado em equipamentos ou tipos de equipamentos é utilizado apenas para fins de dimensionamento inicial durante o planejamento da contratação. Para a compensação de franquia, deve-se somar as franquias individuais, por tipo de impressão e tamanho de papel.

5.2.7. Recomenda-se a especificação de compensação semestral de franquia e o detalhamento de sua efetivação durante a vigência do contrato:

a) De modo a simplificar a gestão contratual, recomenda-se que a compensação seja baseada na franquia mensal - soma das franquias dos tipos de equipamentos (quando houver mais de um tipo: Tipo I + Tipo II + ...), vide Tabela 1, separando-se as impressões monocromáticas e policromáticas, e por tamanho de papel, quando for o caso.

b) Para o valor unitário de página excedente é recomendado que haja apenas um valor unitário único por tipo de impressão (monocromática e policromática) e por tamanho de papel, que deve ser inferior ao menor valor unitário de página impressa dentro da franquia mensal. Como a amortização já ocorreu no custo da página impressa dentro da franquia, não há justificativa para que o custo da página excedente à franquia seja igual ou superior ao praticado dentro da franquia. Geralmente este valor do excedente tem variado entre 33% a 80% do valor cobrado pela página impressa dentro da franquia, nas contratações de outsourcing com a Administração Pública.

c) Somente haverá compensação na fatura do último mês de cada semestre contratual se tiver havido pagamento de excedente de páginas impressas além da franquia mensal durante o respectivo período.

d) A cada mês, para fins de faturamento, deve haver a apuração do saldo. Se o saldo do mês for negativo (ou seja, de CRÉDITOS), deverá ser pago o valor da FRANQUIA MENSAL. Caso o saldo seja positivo (ou seja, de EXCEDENTE), o órgão deve pagar a FRANQUIA MENSAL acrescida do valor EXCEDENTE gerado no respectivo mês.

e) Caso seja constatado, a cada análise semestral, que o volume realizado/produzido não esteja atingindo o volume da franquia estipulada para o semestre, o órgão ou entidade deve reavaliar o dimensionamento do contrato, seja revisando a estimativa de páginas impressas, a quantidade de impressoras ou sua melhor distribuição.

f) Se essa diferença for recorrente, proveniente de uma tendência de baixa ou mudança no perfil do consumo, o órgão ou entidade deve aditivar o contrato visando consolidar essa mudança, de modo que não ocorra de forma reiterada o pagamento por páginas não impressas, devendo ainda serem observados os limites estabelecidos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

g) Durante a compensação ao final de cada semestre contratual são previstos cinco cenários possíveis (vide Apêndice A), dentro de duas situações principais, com a respectiva forma de cálculo, conforme exemplificado abaixo. O Apêndice B apresenta uma de planilha modelo de compensação semestral de franquia, exemplificando a aplicação das fórmulas, e a Tabela 1 traz uma legenda para as variáveis envolvidas nos cálculos:

Legenda

Franquia mensal	Soma das franquias dos tipos de equipamentos (mesmo quando houver mais de um tipo: Tipo I + Tipo II + Tipo III ...), separando-se por tipo de impressão (monocromáticas ou policromáticas) e tamanho de papel (A4, A3, etc) ... (em páginas).
Valor fixo da franquia mensal	Soma dos valores das franquias dos tipos de equipamentos (mesmo quando houver mais de um tipo: Tipo I + Tipo II + Tipo III ...), separando-se por tipo de impressão (monocromáticas ou policromáticas) e tamanho de papel (A4, A3, etc) ... (em R$).
Σ F	Somatório das franquias mensais no semestre, separando-se monocromática e policromática (em páginas).
Σ P	Somatório das páginas impressas/copiadas no semestre ou volume produzido (em páginas).
Σ VE	Somatório do Valor Excedente no semestre, ou seja, soma dos valores pagos por produção excedente à franquia em cada mês (em R$).
Δ Exc	Delta Excedente (Δ Exc = Σ P - Σ F), ou seja, a diferença entre o somatório das páginas efetivamente impressas e o somatório das franquias mensais dentro do semestre da compensação (em páginas).
Valor Δ Exc	Valor Delta Excedente (Valor Δ Exc = Δ Exc * Valor Unitário Excedente), ou seja, o valor calculado da diferença excedente (volume produzido menos volume da franquia) que será aplicado na fórmula da redução (em R$).

Redução	Valor da Redução = Σ VE - Valor Δ Exc, ou seja, a diferença entre o somatório do Valor Excedente e o Valor Delta Excedente (em R$). Esse valor será usado na fórmula do Novo Valor a ser pago. Importante lembrar que só existirá redução se houver produção de excedente de páginas durante o semestre.
Novo Valor a ser pago	Novo Valor a ser pago = Valor do último mês (da compensação semestral) - Valor da Redução (em R$), ou seja, é a consolidação da compensação propriamente dita dentro do semestre, onde será descontado do último mês de cada ciclo semestral o valor referente à Redução calculada anteriormente. Cabe ressaltar que o "Novo Valor a ser pago" é o valor que será faturado.

Tabela 1 - Legenda das variáveis para cálculo da compensação de franquia no semestre.

5.2.8. Situação 1: Σ F ≥ Σ P, ou seja, se o somatório das franquias mensais (Σ F, que corresponde à franquia de cada mês multiplicada por 6) for igual ou maior que o somatório de páginas produzidas (Σ P) dentro do respectivo semestre.

a) Cenário 1 - Caso o volume produzido no semestre seja inferior à soma das franquias mensais do mesmo período não haverá compensação pois não há geração de excedente, devendo ainda serem observados os dispostos nos subitens 5.2.7.d, 5.2.7.e e 5.2.7.f;

b) Cenário 2 - Caso haja produção de excedente em alguns meses, mas o somatório de páginas produzidas seja inferior em relação ao somatório das franquias mensais, além da observância ao disposto nos subitens 5.2.7.d, 5.2.7.e e 5.2.7.f, será descontado no último mês do respectivo semestre o valor referente à redução, através da fórmula: Novo Valor a ser pago = Valor do último mês (da compensação semestral) - Valor da Redução.

c) Cenário 3 - Esse cenário é uma excepcionalidade do cenário anterior, onde o Valor da Redução seja superior ao valor do último mês do semestre contratual. O novo valor a ser pago será calculado conforme a mesma fórmula anterior: Novo Valor a ser pago = Valor do último mês (da compensação semestral) - Valor da Redução. Entretanto, deverá ser emitida uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para que o fornecedor faça a devida compensação do pagamento. Ressalta-se que, como só existe compensação mediante geração de excedente de páginas. Em todos os meses a amortização do ativo do fornecedor é garantida por meio do pagamento mínimo da franquia mensal, mesmo que o órgão não a utilize na sua totalidade, incluindo-se ainda os pagamentos de excedentes mensais que vierem a ocorrer. A única diferença neste caso é que o valor da redução, referente à compensação, fica maior do que o valor que seria pago no último mês, acarretando o recolhimento da GRU para o fechamento do ciclo de compensação sem deixar restos a compensar para o próximo ciclo semestral. Como a soma das páginas produzidas no semestre continua inferior à soma das franquias mensais, continuam válidos os dispostos nos subitens 5.2.7.d, 5.2.7.e e 5.2.7.f.

c.1 Caso o órgão opte por finalizar a compensação no próximo semestre (ou seja, sem recolhimento de GRU e deixando restos a compensar para o próximo semestre), deverá fazer a compensação no primeiro mês subsequente. Todavia, deve atentar, neste caso, ao correto procedimento contábil para abatimento do valor da compensação proveniente de semestre anterior.

5.2.9. Situação 2: Σ F < Σ P, ou seja, se o somatório das franquias mensais (Σ F, que corresponde à franquia de cada mês multiplicada por 6) for menor que o somatório de páginas produzidas (Σ P) no respectivo semestre.

a) Cenário 4 - Caso haja produção de excedente em alguns ou todos os meses, o somatório de páginas produzidas seja superior ao somatório da franquia e o Valor Excedente seja igual ao Valor delta Excedente (Σ VE - Valor Δ Exc) = 0, deve-se observar o disposto no subitem 5.2.7.d e não há compensação, pois não há valor a ser reduzido ao final da compensação;

b) Cenário 5 - Caso haja produção de excedente em alguns ou todos os meses, o somatório de páginas produzidas seja superior ao somatório da franquia e o Valor Excedente seja maior que o Valor delta Excedente (Σ VE - Valor Δ Exc) > 0, deve-se observar o disposto no subitem 5.2.7.d e a compensação ocorrerá no último mês do respectivo semestre, quando será descontado o somatório dos valores excedentes, através da fórmula:

Novo Valor a ser pago = Valor do último mês (da compensação semestral) - Valor da Redução.

5.2.10. Durante o planejamento da contratação, é recomendado que o órgão efetue, além da análise do preço da franquia versus valor da página impressa, a análise do valor da franquia versus quantidade de equipamentos, para a obtenção de um valor mais adequado, em atendimento ao princípio da economicidade. Isso pode ser feito através da redução da quantidade de equipamentos ou do estabelecimento de quantidade maior de páginas por equipamento.

5.2.11. Importante ressaltar que devem ser respeitados os limites de acréscimos ou supressões, definidos no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2.12. É necessária especial atenção quanto à vigência dos contratos de outsourcing de impressão - modalidade franquia de páginas mais excedente. Comumente os contratos possuem duração superior a 12 meses (24, 36 ou 48 meses) com possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 60 meses, de modo a permitir a amortização completa do ativo e consequentemente a redução dos custos unitários por página.

5.2.13. Todavia, é importante levar em consideração as situações fáticas da contratação, considerando o momento e o contexto para definir a duração da vigência do contrato, a exemplo de cenários de migração de trabalho presencial para o teletrabalho, redução ou aumento da quantidade de servidores e funcionários presenciais no órgão ou entidade, e a iminência de implantação de processo eletrônico para documentos e processos administrativos.

a) Caso o órgão ou entidade opte por uma vigência contratual menor do que 48 meses, não deve fazer exigência por equipamentos novos e de primeiro uso no edital.

5.2.14. Para as prorrogações de contratos de prestação de serviços de outsourcing de impressão - modalidade franquia de páginas mais excedente, faz-se necessária, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, inciso II e § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, quais sejam:

a) Interesse da Administração na continuidade dos serviços;
b) Interesse expresso da contratada na prorrogação;
c) Limite de vigência total de 60 meses;
d) Prestação regular dos serviços até o momento do aditamento;
e) Preços e condições mais vantajosos para a administração pública;
f) Justificação por escrito; e
g) Prévia autorização da autoridade competente.

5.2.15. A IN SGD/ME nº 1, de 2019, determina em seu art. 12, inciso II, que o Termo de Referência ou Projeto Básico, elaborado pela equipe de planejamento da contratação, contenha os códigos de Catser para cada item da contratação. Os códigos possíveis de serem utilizados para a modalidade franquia de páginas mais excedente são os seguintes:

Item: 26646
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a3 - policromático - dentro da franquia com papel
Unidade de Medida: PAG/MÊS (Páginas mês)
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26638
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a3 - policromático - dentro da franquia sem papel
Unidade de Medida: PAG/MÊS (Páginas mês)
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26620
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a4 - policromático - dentro da franquia com papel
Unidade de Medida: PAG/MÊS (Páginas mês)
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26611
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a4 - policromático - dentro da franquia sem papel
Unidade de Medida: PAG/MÊS (Páginas mês)
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26603
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a3 - monocromático - dentro da franquia com papel
Unidade de Medida: PAG/MÊS (Páginas mês)
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26590
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a3 - monocromático - dentro da franquia sem papel
Unidade de Medida: PAG/MÊS (Páginas mês)
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26581
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a4 - monocromático - dentro da franquia com papel
Unidade de Medida: PAG/MÊS (Páginas mês)
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26573
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a4 - monocromático - dentro da franquia sem papel
Unidade de Medida: PAG/MÊS (Páginas mês)
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26727
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a3 - policromático - excedente a franquia - com papel
Unidade: Página
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26719
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a3 - policromático - excedente a franquia - sem papel
Unidade: Página
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26700
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a4 - policromático - excedente a franquia - com papel
Unidade: Página
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26697
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a4 - policromático - excedente a franquia - sem papel
Unidade: Página
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26689
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a3 - monocromático - excedente a franquia - com papel
Unidade: Página
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26670
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a3 - monocromático - excedente a franquia sem papel
Unidade: Página
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26662
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a4 - monocromático - excedente a franquia com papel
Unidade: Página
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
Item: 26654
Descrição: Outsourcing de impressão - páginas a4 - monocromático - excedente a franquia sem papel
Unidade: Página
Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

5.2.15.1. No caso da modalidade franquia de páginas mais excedente, devem ser utilizados apenas os códigos acima ou suas respectivas atualizações no Catser. Não devem ser combinados com os códigos das demais modalidades.

5.3. MODALIDADE SEM FRANQUIA - FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO COM COBRANÇA APENAS POR PÁGINA IMPRESSA

5.3.1. A modalidade sem franquia consiste na prestação de todos os serviços que caracterizam o outsourcing de impressão como fornecimento dos equipamentos, prestação dos serviços de suporte, manutenção e reposição de insumos, mas utilizando como modelo de pagamento a página impressa.

5.3.2. A modalidade sem franquia com pagamento apenas por página impressa apresenta as seguintes vantagens:

a) Única modalidade em que se paga exatamente pelas impressões produzidas durante a execução;

b) Opção que pode ser viável quando há um alto volume de impressões mensais, com baixa sazonalidade entre os meses (volume constante durante os meses do contrato);

c) Suporte, insumos e peças ficam por conta da contratada; e

d) Maior facilidade de gestão das páginas impressas, quando comparado com a modalidade franquia + excedente.

5.3.3. A modalidade sem franquia com pagamento apenas por página impressa apresenta as seguintes desvantagens:

a) Em geral, possui o custo unitário mais elevado (amortização está no custo da página);

b) Eleva o risco para o fornecedor, caso a quantidade de impressões fiquem aquém do estimado;

c) Eleva o risco para a Administração de repactuações ou reequilíbrio financeiro durante a gestão contratual; e

d) Como é uma modalidade pouco utilizada, pode haver dificuldade na pesquisa de preços.

5.3.4. Como situação excepcional, essa modalidade pode ser considerada desde que haja a justificativa e a demonstração da economicidade, por meio de estudos técnicos, quando comparada a outras modalidades de outsourcing de impressão.

5.3.5. Recomenda-se, para este modelo, atentar para não superestimar as estimativas de páginas, com vistas à obtenção de valores menores durante a licitação.

5.3.6. Não se deve confundir a modalidade "sem franquia" com a modalidade de remuneração por equipamentos com pagamento adicional por páginas impressas. Na primeira, a amortização é feita sobre o preço da página impressa com os equipamentos cedidos via regime de comodato, enquanto na segunda, em que existe cobrança mensal específica por equipamento, a amortização pode ser distribuída entre a remuneração do equipamento e a associada ao consumo de páginas impressas.

5.3.7. É necessária especial atenção quanto à vigência dos contratos de outsourcing de impressão - modalidade fornecimento de equipamentos via regime de comodato. Comumente os contratos possuem duração superior a 12 meses com possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 60 meses, de modo a permitir a amortização completa do ativo e consequentemente a redução dos custos unitários por página.

5.3.8. Todavia, é importante levar em consideração as situações fáticas da contratação, considerando o momento e o contexto para definir a duração da vigência do contrato, a exemplo de cenários de migração de trabalho presencial para o teletrabalho, redução ou aumento da quantidade de servidores e funcionários presenciais no órgão ou entidade, e a iminência de implantação de processo eletrônico para documentos e processos administrativos.

5.3.9. Caso o órgão ou entidade opte por uma vigência contratual menor do que 48 meses, não deve fazer exigência por equipamentos novos e de primeiro uso no edital.

5.3.10. Para as prorrogações de contratos de prestação de serviços de outsourcing de impressão - Fornecimento do equipamento com cobrança apenas por página impressa - faz-se necessária, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, inciso II e § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, quais sejam:

a) Interesse da Administração na continuidade dos serviços;

b) Interesse expresso da contratada na prorrogação;

c) Limite de vigência total de 60 meses;

d) Prestação regular dos serviços até o momento do aditamento;

e) Preços e condições mais vantajosos para a administração pública;

f) Justificação por escrito; e

g) Prévia autorização da autoridade competente.

5.3.11. A IN SGD/ME nº 1, de 2019, determina em seu art. 12, inciso II, que o Termo de Referência ou Projeto Básico, elaborado pela equipe de planejamento da contratação, contenha os códigos de Catser para cada item da contratação. Os códigos possíveis de serem utilizados para a modalidade "sem franquia" são os seguintes:

Item: 26964

Descrição: Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a3 policromática com papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26956

Descrição: Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a3 policromática sem papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26948

Descrição: Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a4 policromática com papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26930

Descrição: Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a4 policromática sem papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26921

Descrição: Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a3 monocromática com papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26913

Descrição: Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a3 monocromática sem papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26905

Descrição: Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a4 monocromática com papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26891

Descrição: Outsourcing de impressão - sem franquia - páginas impressas click a4 monocromática sem papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

5.3.11.1. No caso da modalidade "sem franquia", devem ser utilizados apenas os códigos acima ou suas respectivas atualizações no Catser. Não devem ser combinados com os códigos das demais modalidades.

5.4. MODALIDADE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO COM PAGAMENTO DE PÁGINAS IMPRESSAS

5.4.1. A modalidade consiste na prestação dos serviços previstos de outsourcing de impressão considerando o pagamento fixo mensal por equipamento fornecido (incluindo os serviços agregados de manutenção, suporte e troca de insumos), além do pagamento por página impressa.

5.4.2. A modalidade fornecimento de equipamentos com pagamento fixo por equipamentos mais variável por páginas impressas possui as seguintes vantagens:

a) Maior facilidade de gestão das páginas impressas, quando comparado com a modalidade franquia + excedente;

b) Em geral, é fácil obter preços públicos para pesquisa de preços; e

c) Suporte, Insumos e peças ficam por conta da contratada.

5.4.3. A modalidade fornecimento de equipamentos com pagamento fixo por equipamentos mais variável por páginas impressas possui as seguintes desvantagens:

a) Falsa sensação de pagar apenas pelo que é impresso (desconsiderando o custo com a locação);

b) Ociosidade ou baixa produtividade dos equipamentos não são questionadas durante a execução do contrato;

c) O custo fixo da locação equivale a uma franquia = 0;

d) Maior dificuldade em devolver equipamentos ociosos durante a gestão contratual;

e) Em geral se desconhece o real valor da página impressa; e

f) Custo real da página aumenta, ao se imprimir menos do que foi planejado.

5.4.4. Demais itens a serem analisados ou observados, neste cenário:

a) Especificar no Termo de Referência e edital que são de responsabilidade da CONTRATADA todos os itens que contemplam a prestação dos serviços: o fornecimento e disponibilidade dos equipamentos, software de gerenciamento de ativos e bilhetagem das páginas, assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva, treinamento de usuários (se houver), reposição de peças e insumos/consumíveis.

b) Devem estar claramente estabelecidos os valores fixos de remuneração dos equipamentos e os valores cobrados por página a ser impressa, detalhados por tamanho de papel e por tipo de impressão, tanto no Termo de Referência quanto nas propostas dos fornecedores.

c) Faz-se necessária a análise do Custo Total de Propriedade através do cálculo do Custo Unitário Total (CUT) por página, para se comparar com as demais modalidades de outsourcing, haja vista não ser possível a comparação direta do custo unitário por página especificado na modalidade remuneração por equipamento mais páginas impressas. O CUT por página pode ser obtido através da soma do valor total da remuneração pelo equipamento (VE) com o valor total das impressões/cópias (VI) dividida pela quantidade estimada de impressões/cópias (QI): CUT = (VE+VI)/QI, separando-se por tamanho de papel e tipo de impressão.

d) Não se deve estabelecer uma franquia de páginas quando o objeto da contratação envolver a presente modalidade. Entretanto, deve ser estabelecida no Termo de Referência uma estimativa mensal ou anual de páginas por equipamento para composição do preço unitário da página impressa.

e) Uma boa prática durante o dimensionamento das estimativas de páginas e quantidade de equipamentos é a análise de equilíbrio entre o custo fixo de remuneração dos equipamentos (incluindo os serviços agregados de suporte e troca de insumos) e o custo variável (estimativa das páginas impressas). Um indicador a ser considerado nessa análise é a relação entre o somatório dos valores de remuneração pelos equipamentos (VTE) e o valor total estimado da contratação (VT), em que VTE/VT seja inferior a 0,5.

f) É importante levar em consideração as situações fáticas da contratação, considerando o momento e o contexto para definir a duração da vigência do contrato, a exemplo de cenários de migração de trabalho presencial para o teletrabalho, redução ou aumento da quantidade de servidores e funcionários presenciais no órgão ou entidade, e a iminência de implantação de processo eletrônico para documentos e processos administrativos.

g) Caso o órgão opte por uma vigência contratual menor do que 48 meses, não deve fazer exigência por equipamentos novos e de primeiro uso no edital.

5.4.5. Recomenda-se incluir no Termo de Referência um anexo contendo o histórico de consumo, bem como o descritivo da memória de cálculo que embasou a definição do volume estimado de páginas impressas a serem consumidas.

5.4.6. São válidas também para a presente modalidade as recomendações dispostas no item 6 (exceto sobre assuntos que sejam exclusivos de franquia).

5.4.7. A IN SGD/ME nº 1, de 2019, determina em seu art. 12, inciso II, que o Termo de Referência ou Projeto Básico, elaborado pela equipe de planejamento da contratação, contenha os códigos de Catser para cada item da contratação. Os códigos possíveis de serem utilizados para a presente modalidade são os seguintes:

Item: 26883

Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a3 policromática com papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26875

Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a3 policromática sem papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26867

Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a4 policromática com papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26859

Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a4 policromática sem papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26840

Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a3 monocromática a3 com papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26832

Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a3 monocromática sem papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26824

Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a4 monocromática com papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26816

Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a4 sem papel

Unidade: Página

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26808

Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - policromático a3

Unidade: Unidade

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26794

Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - monocromático a3

Unidade: Unidade

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26786

Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - policromático a4 acima de 40 ppm

Unidade: Unidade

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26778

Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - policromático a4 - de 26 a 40 ppm

Unidade: Unidade

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26760

Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - policromático a4 até 25 ppm

Unidade: Unidade

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26751

Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - monocromático - a4 - acima de 45 ppm

Unidade: Unidade

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26743

Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - monocromático a4 de 31 a 45 ppm

Unidade: Unidade

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

Item: 26735

Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - monocromático a4 até 30 ppm

Unidade: Unidade

Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

5.5. RECOMENDAÇÕES GERAIS PARA UM CENÁRIO DE AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO

5.5.1. De forma geral, as aquisições de equipamentos de impressão e digitalização devem atender a necessidades específicas e pontuais, com justificativas que demonstrem a inviabilidade de se contratar o outsourcing de impressão, assim como a análise de custo total de propriedade (TCO). Nesse cenário, todos os custos são de responsabilidade da Administração Pública.

5.5.2. A modalidade aquisição de equipamentos possui as seguintes vantagens:

a) Opção viável quando o outsourcing de impressão não é possível ou vantajoso;

b) Em geral, é fácil obter preços públicos para pesquisa de preços; e

c) A aquisição é considerada investimento e não custeio.

5.5.3. A modalidade aquisição de equipamentos possui as seguintes desvantagens:

a) Em geral, o desembolso financeiro é integral na entrega dos equipamentos;

b) Maior dificuldade no cálculo do custo total de propriedade (muitas variáveis);

c) Em geral, há ausência de controle sobre as impressões;

d) Podem existir vários processos de compra separados: equipamentos, insumos, peças, assistência técnica, etc;

e) Aumenta o risco de fracionamento de despesas, em especial para insumos;

f) Necessidade de equipe própria ou terceirizada para manutenção corretiva/preventiva;

g) Necessidade de gerenciar diferentes tipos de equipamentos (parque heterogêneo) com seus respectivos insumos e peças;

h) Necessidade de se manter estoque de insumos, consumíveis, etc;

i) Maior tempo de equipamento parado em casos de manutenção/troca de peças/falta de insumos;

j) A Administração é responsável pela depreciação do investimento;

k) A Administração é responsável pelo descarte adequado dos toners e cartuchos utilizados; e

l) Ao final da vida útil, o órgão fica encarregado por armazenar, descartar ou doar os equipamentos, peças e consumíveis.

5.5.4. Recomenda-se que a aquisição de equipamentos de impressão seja evitada quando houver a possibilidade de contratação de outsourcing de impressão para atendimento das necessidades de impressões e cópias, em especial devido ao alto custo total de propriedade envolvido na aquisição/manutenção/insumos.

5.5.5. Caso o órgão opte pela aquisição de equipamentos de impressão (situação que deve ser tratada como excepcional), é necessário se demonstrar a vantajosidade desta opção, por meio de estudos técnicos, comparando com as modalidades de outsourcing de impressão.

5.5.6. Itens a serem analisados ou observados, neste cenário:

a) Análise dos Custos Totais de Propriedade (TCO): além do custo dos equipamentos em si, devem ser levados em consideração todos os demais custos que ficam a cargo do órgão, como os custos com reposição de peças e insumos/consumíveis, mão de obra para atendimento de chamados (help desk), licenças de software de bilhetagem e tarifação, mão de obra para manutenções corretivas e preventivas, dentre outros.

b) Durante a fase do Estudo Técnico Preliminar, é dever do órgão licitante identificar um conjunto representativo dos modelos de equipamentos que atendam às necessidades da Administração antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para marcas/modelos específicos ou restringir a competitividade entre os fornecedores, conforme já disposto em jurisprudência do TCU (Ex.: Acórdão nº 2383/2014-Plenário).

c) Deve-se ainda considerar a vida útil mínima de 4 (quatro) anos para aquisição de equipamentos de impressão e digitalização para fins de custo total de propriedade e de garantia de funcionamento.

d) Caso haja aquisição de insumos, é vedada a exigência em Termo de Referência por insumos (cartuchos ou toners) da mesma marca dos fabricantes, sendo a redação mais adequada: "cartuchos ou toners originais ou certificados pelo fabricante", conforme jurisprudência do TCU (Ex.: Acórdãos nº 3486-48/2014-Plenário, 1015-15/2015-Plenário, entre outros).

6. RECOMENDAÇÕES PARA DIMENSIONAMENTO DA QUANTIDADE DE PÁGINAS IMPRESSAS E EQUIPAMENTOS, EM CONTRATAÇÕES DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

6.1. Para o dimensionamento da quantidade de páginas impressas e equipamentos, deve-se considerar, durante o planejamento da contratação, o consumo mensal ou anual de impressões e cópias por ambiente/departamento.

6.2. Caso o órgão ou entidade possua um histórico de volume mensal ou anual conhecido, deve-se embasar o planejamento da contratação a partir dele, considerando inclusive a evolução anual - de acréscimo ou diminuição dos volumes de impressões e cópias.

6.3. Caso o órgão ou entidade desconheça seu volume histórico ou não possua controle sobre as impressões, deve-se recorrer a outras estratégias para obtenção de uma estimativa de consumo anual, que mais se aproxime da realidade, por um período mínimo de 1 (um) ano, por meio de:

a) Coleta mensal dos contadores dos equipamentos (nos equipamentos que permitam essa medição);

b) Levantamento de aquisições de insumos e peças por equipamento; ou

c) Levantamento estimado do consumo de papel por equipamento.

6.4. As estratégias descritas no subitem anterior podem ser combinadas, de modo a permitir a obtenção de dados mais completos, tanto para uma melhor estimativa da demanda a ser contratada, como para servir de insumo para os cálculos de custos totais de propriedade.

6.5. Em ambos os casos, devem ser levados em consideração para uma melhor estimativa de volume de páginas:

a) Sazonalidades conhecidas ou períodos com grande variação de volume de impressões;

b) Quantidade de usuários em teletrabalho, trabalho remoto ou à distância, pois nestes casos pode haver um menor contingente de pessoal nos órgãos;

c) Implantação de sistemas informatizados para trâmite de processos eletrônicos nos órgãos, que resultam em redução de impressão por parte dos usuários (exemplo: SEI - Sistema Eletrônico de Informações); e

d) Consulta a outros órgãos ou entidades da Administração Pública com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para uma comparação.

6.6. Levantamento das necessidades de impressão e digitalização para cada ambiente/departamento:

a) Tamanhos de papel que são utilizados pelo órgão ou entidade: A3, A4, Carta, Ofício, etc.;

b) Tipos de impressão: monocromática, policromática;

c) Classificação dos equipamentos: apenas impressora, multifuncional;

d) Análise, quando for o caso, dos locais onde cada equipamento será instalado, levando-se em consideração a área em metros quadrados (m2), comprimento em metros (m), requisitos de acessibilidade, formato do ambiente e a quantidade de andares, para fins de distribuição dos equipamentos de impressão; e

e) Análise da quantidade de usuários atendidos por impressora: recomenda-se a maior quantidade possível de usuários por equipamento, evitando-se a alocação de equipamentos individuais, salvo em situações específicas e justificadas.

6.7. Em ambientes onde há grande concentração de usuários por equipamento ou para garantir alta disponibilidade, podem ser avaliados também os cenários de redundância (clustering/failover) entre servidores de impressão e entre impressoras.

6.8. Importante lembrar que é dever do órgão ou entidade documentar e armazenar todas as memórias de cálculo, premissas e justificativas que demonstrem a relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada, em atenção ao inciso I do art. 11 da IN SGD/ME nº 1, de 2019.

7. REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE DOS EQUIPAMENTOS

7.1. Deve-se prever no Termo de Referência, critérios e requisitos acerca da acessibilidade e mobilidade, bem como as adaptações necessárias nos projetos, com fulcro principalmente no art. 23, parágrafo único, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

7.2. Deve-se avaliar a disponibilização de impressora específica para usuários internos com deficiência quanto à mobilidade, a partir de levantamento em conjunto com as unidades de negócio.

7.3. Deve-se avaliar a necessidade de adaptação ou aquisição de móveis específicos com requisitos de acessibilidade em locais com acesso à impressão por usuários com deficiência quanto à mobilidade.

7.4. Deve-se avaliar a definição de características técnicas dos equipamentos observando-se os requisitos de acessibilidade, a exemplo da definição de monitor ou painel de comando com inclinação.

8. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

8.1. Deve-se avaliar os requisitos específicos associados à segurança da informação a depender da natureza das atividades dos departamentos atendidos pelos recursos.

8.1.1. São exemplos de requisitos de Proteção à confidencialidade das informações objeto de impressão:

a) Liberação da impressão mediante senha específica para cada usuário; e

b) Uso do crachá funcional para autorização das impressões junto ao leitor da impressora.

8.2. Os requisitos de segurança devem ser compatíveis às necessidades da contratação e à natureza das atividades de cada departamento, devendo-se evitar requisitos que extrapolem as necessidades e restrinjam os tipos ou modelos de equipamentos capazes de atendê-los.

9. REQUISITOS TÉCNICOS DOS EQUIPAMENTOS

9.1. Recomenda-se a especificação de equipamentos de impressão policromática apenas para os casos em que seja necessária a utilização de cores em volume que justifique sua contratação, assim como a especificação de equipamentos de impressão de papel em formato A3, em atendimento ao princípio da motivação dos atos administrativos, conforme disposto na Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999, art. 2º, caput.

9.2. Embora recomende-se que as impressoras contemplem uma quantidade maior de usuários por equipamento, podem existir situações excepcionais que requeiram especificações de equipamentos de uso individual ou de conveniência. Entretanto, tais situações devem ser devidamente justificadas.

9.3. Devem ser especificadas no termo de referência apenas as funcionalidades básicas dos equipamentos que afetem diretamente o tipo de serviço prestado ou especificidades com relação ao ambiente onde os equipamentos serão instalados, como:

a) Classificação do equipamento: impressora, multifuncional;

b) Tecnologia da impressão: tecnologia laser, LED, jato de tinta ou equivalente; (vide subitem 9.9);

c) Tamanhos de papel e suas respectivas gramaturas (vide item 10);

d) Tipo de impressão: monocromática, policromática;

e) Resolução mínima da impressão: recomenda-se que não sejam exigidas resoluções mínimas superiores a 600 dpi para impressão monocromática e 1200 dpi para impressão policromática. Contratação de equipamentos com resolução superior a esses valores devem ser motivadas e justificadas. Para documentos comuns de texto utilizados em escritórios, em geral, não há necessidade por resolução de impressão acima de 600 dpi para impressão monocromática e 1200 dpi para impressão policromática, salvo necessidades pontuais e específicas, mas que na maioria das vezes recaem sobre outro tipo de impressão - material gráfico, que não está sendo tratado neste guia. Além disso, resoluções muito altas, utilizadas sem necessidade, podem encarecer o equipamento, aumentar o consumo de toner e reduzir a velocidade de impressão;

f) A estimativa de quantidade de equipamentos deve se basear no histórico de consumo do órgão ou entidade, já considerando a previsão de excedente. Caso a estimativa para um ambiente seja inferior aos valores mínimos de referência, será necessária a agregação das estimativas de mais de um ambiente em um único equipamento até que se atinjam os valores mínimos de referência da Tabela 2;

g) Não deve haver restrições para as propostas de fornecedores, que poderão ofertar equipamentos com velocidades acima das faixas estabelecidas na Tabela 2, garantindo-se a ampla concorrência. Entretanto, não deverão ser aceitas repactuações onerosas posteriores cuja justificativa seja o fornecimento de equipamentos com especificação superior ao que foi demandado pelo órgão;

h) Compatibilidade dos equipamentos com sistemas operacionais e padrões/protocolos de rede utilizados no órgão; e

i) Quando o equipamento for multifuncional com scanner, recomenda-se especificar:

I) Tamanho do documento a ser digitalizado, tanto a partir do vidro de exposição quanto do alimentador automático de documentos - ADF (quando houver): A3, A4, Carta, Ofício, etc.;

II) Formatos dos arquivos gerados pela digitalização, que devem ser pelo menos: Joint Photographic Experts Group (JPEG ou JPG) e Portable Document Format (PDF); e

III) Suporte à resolução ótica mínima para cópia e digitalização de 600x600 dpi.

9.4. Como referência, a tabela 2, abaixo, pode ser usada para auxiliar no dimensionamento das velocidades dos equipamentos, baseando-se na estimativa de consumo mensal levantada para cada equipamento:

	Tipo	Velocidade A4/Simples	Estimativa de consumo mensal (pág./mês) por equipamento
Impressora ou Multifuncional Monocromática	I	20 a 30 ppm	2000 a 6000
	II	31 a 45 ppm	6001 a 20000
	III	> 45 ppm	> 20000
Impressora ou Multifuncional Policromática	I	15 a 25 ppm	1000 a 2500
	II	26 a 40 ppm	2501 a 15000
	III	> 41 ppm	> 15000

Tabela 2 - Tabela de referência com velocidades mínimas e estimativas de consumo por tipos de equipamentos.

9.4.1. O intuito dessa tabela de referência é orientar ao órgão que, durante o planejamento da contratação, não especifique equipamentos de elevada velocidade/capacidade para uma pequena estimativa de páginas impressas.

9.4.2. A tabela acima pode ser utilizada independentemente da modalidade de outsourcing de impressão.

9.5. Especificações de equipamentos que fujam das recomendações do subitem 9.3 devem ser devidamente justificadas.

9.6. Nas especificações de equipamentos em contratos de outsourcing de impressão, não devem ser definidas características que possam ser consideradas desnecessárias, descabidas, sem razoabilidade para a devida prestação dos serviços, que possam indicar direcionamento para fabricantes específicos ou que restrinjam o caráter competitivo das licitações, a exemplo de:

a) Solicitação de possibilidade de expansão de memória RAM dos equipamentos;

b) Solicitação de tempo máximo para impressão da primeira página;

c) Especificação de frequência de processadores e/ou capacidades de memória RAM;

d) Especificação de tempo de aquecimento do equipamento;

e) Especificação de inclinação máxima ou mínima para display LCD ou Touch Screen; e

f) Temperatura (faixa de operação) do equipamento durante a impressão.

9.7. Não obstante à obrigatoriedade de detalhamento apenas do que for imprescindível à adequada prestação do serviço, as propostas de preços das empresas licitantes devem trazer as marcas e modelos dos equipamentos ofertados com os respectivos acessórios (quando houver), incluindo ainda o detalhamento dos custos unitários para a prestação dos serviços.

9.8. Deve-se justificar a necessidade da exigência de fac-símile (fax) ou modem para prestação de serviços de outsourcing de impressão. Embora em muitas impressoras multifuncionais esses itens já estejam naturalmente disponíveis, em outros equipamentos tais recursos são opcionais ou inexistentes e podem encarecer desnecessariamente o valor do serviço ofertado se forem pouco utilizados ou não utilizados.

9.8.1. Caso haja justificativa que saliente a necessidade de fac-símile (fax), o termo de referência deve trazer também cláusula exigindo que o equipamento ofertado esteja de acordo com o regulamento para certificação e homologação de produtos para telecomunicações, anexo à Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

9.9. Com os recentes avanços da tecnologia a jato de tinta, no mercado corporativo, os resultados das páginas impressas entre um equipamento laser, led ou jato de tinta (inkjet) são comparáveis e equivalentes.

9.10. De modo a ampliar a competitividade no setor de outsourcing de impressão, considera-se também que as impressoras a jato de tinta, voltadas ao mercado corporativo, podem ser utilizadas nas contratações de outsourcing de impressão (referência: Acórdão TCU nº 2.175/2021- Plenário).

9.11. Sendo assim, recomenda-se que no termo de referência, em contratações de outsourcing de impressão, seja utilizada a nomenclatura: "tecnologia laser, LED, jato de tinta ou equivalente".

9.12. Independentemente da tecnologia da impressão (laser, led ou jato de tinta), devem ser evitados aqueles equipamentos voltados ao público residencial.

9.13. Em equipamentos multifuncionais com recurso de scanner, é desejável que a solução ofertada permita que, após sua digitalização, o arquivo possa ser encaminhado via correio eletrônico, caminho de rede (SMB) ou servidor FTP. Os equipamentos que possuam saída USB devem permitir salvamento do arquivo gerado em um dispositivo do tipo USB flash drive (pendrive).

9.14. Outras exigências como: impressão a partir de dispositivos móveis, conectividade wireless, leitor de cartões RFID ou smartcards devem ser justificadas, demonstrando a existência de demanda e sua imprescindibilidade para a prestação dos serviços, de modo a restringir tais recursos apenas aos locais onde efetivamente serão necessários.

9.15. Após identificar as especificações mínimas requeridas, é importante pesquisar um conjunto representativo de marcas e modelos de equipamentos que atendam às especificações mínimas. Esta ação amplia a competitividade e mitiga os riscos de possível direcionamento a uma marca ou fornecedor específico.

10. RECOMENDAÇÕES SOBRE GRAMATURA DE PAPEL NAS ESPECIFICAÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO

10.1. Não se deve fazer exigências em excesso ou injustificadas de gramatura de papel nas especificações dos equipamentos de modo a limitar a competitividade entre as empresas. Considera-se que a impressão típica monocromática, em tamanho A4 da Administração Pública não exige papéis com gramatura inferior a 75 g/m2 ou superior a 180 g/m2.

10.2. Em contratações de outsourcing de impressão, a necessidade de impressão de papéis de outras gramaturas deve ser devidamente justificada através de estudos técnicos, incluindo a respectiva estimativa mensal dessa utilização, conforme jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 2537/2015-Plenário, 1297/2015-Plenário, 3009/15-Plenário).

11. RECOMENDAÇÕES PARA OS SISTEMAS DE TARIFAÇÃO OU BILHETAGEM

11.1. Caso o órgão ou entidade não possua sistema próprio, é recomendável explicitar que a empresa contratada deverá disponibilizar sistema informatizado para a contabilização das páginas impressas/copiadas em todo o ambiente contratado. Cabe ressaltar ainda que apenas páginas efetivamente impressas/copiadas devem ser contabilizadas, descartando as tarefas não executadas que forem enviadas à fila de impressão.

11.2. Recomenda-se que não haja cobrança separada ou adicional, sobre o software de bilhetagem, seja por valor global, por páginas impressas ou por usuários. O software de bilhetagem, em geral, faz parte da prestação de outsourcing de impressão.

11.3. O software deve ser instalado nas dependências do órgão onde estiverem instalados os equipamentos. Caso o fornecedor ofereça infraestrutura em nuvem para disponibilização desse serviço, somente poderá ser aceito respeitando-se, no que couber, o disposto na seção 4 do Anexo da IN SGD/ME nº 1, de 2019.

11.4. Em qualquer cenário, com relação à gestão do software de bilhetagem, o fornecedor deve possuir apenas acessos de consulta (quando necessário) ou acesso para suporte/manutenção, sem possibilidade de manipulação dos dados de bilhetagem por parte do mesmo. Além disso, o acesso à gestão do software de bilhetagem deve ser concedido apenas aos usuários indicados pelo gestor do contrato ou pela autoridade competente.

11.5. Recomenda-se que o software de bilhetagem possua integração/autenticação com sistemas de serviço de diretório, como Microsoft Active Directory ou OpenLDAP (de acordo com o sistema utilizado pelo órgão ou entidade), de forma que seja possível contabilizar a quantidade de impressões por usuários.

11.6. É desejável que o software de bilhetagem possua controle e monitoramento sobre a fila de impressão e possibilite também a criação de cotas de impressão para usuários ou grupos de usuários.

11.7. É desejável que o software de bilhetagem permita estabelecer cotas diferenciadas para impressões monocromáticas e policromáticas, assim como o compartilhamento de cotas entre os usuários de um grupo de usuários e entre as impressoras de um grupo de impressoras.

11.8. Recomenda-se que o software de bilhetagem possua suporte ao envio pré-agendado de relatórios previamente configurados.

11.9. Recomenda-se que a solução a ser contratada permita a geração de relatórios que forneçam informações gerenciais sobre o parque de impressão, como quantidades de páginas, data/horário, valores e nomes dos documentos impressos e também permita a utilização de filtros como (rol exemplificativo que pode variar dependendo da política de impressão e demais necessidades de cada órgão ou entidade):

a) Por local (conforme cadastrado no sistema): setor, departamento, coordenação, bloco, sala, etc.;

b) Por equipamento;

c) Por centro de custo;

d) Por usuário e por grupo de usuários;

e) Por tamanho de papel;

f) Por tipo de impressão: monocromática, policromática;

g) Por modo de impressão: modo econômico, modo normal; e

h) Por sigilo de documento: quantidade de impressões classificadas como sigilosas/confidenciais por usuário.

11.10. É desejável que o software também implemente a restrição ao uso de cores e force impressão em duplex, por usuário e grupo de usuários.

11.10.1. Caso o software não possua as funcionalidades previstas neste item, cabe ao órgão ou entidade implementar os recursos através do uso de diretivas de grupo, diretamente nos drivers das impressoras instalados nas estações de trabalho.

11.11. No intuito de possibilitar auditorias e evitar o desperdício e impressões não relacionadas aos propósitos da Administração, é desejável que o software de bilhetagem permita armazenar, de forma compactada, as primeiras páginas de cada documento impresso, associado ao respectivo usuário.

11.11.1. Documentos classificados como confidenciais, a critério de cada solicitante, não devem ser armazenados, mas continuam sendo tarifados normalmente. Todavia, a quantidade de documentos confidenciais impressos pelos usuários deve ser auditada, de modo a restringir eventuais abusos.

11.12. É desejável que o software possua recursos de redirecionamento dos trabalhos de impressão de uma impressora off-line para uma impressora on-line, mantendo-se a contabilização para o usuário que solicitou a impressão. É desejável que o usuário seja notificado em tela, inclusive com possibilidade de optar para qual equipamento o trabalho deva ser encaminhado.

12. RECOMENDAÇÕES SOBRE O GERENCIAMENTO DE NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS

12.1. O gerenciamento dos níveis de serviço perfaz-se no monitoramento, que evidenciará a qualidade e a tendência dos serviços prestados, e no controle, que alinhará a execução dos serviços aos resultados pretendidos, por meio de um conjunto de procedimentos rotineiros e de regras preestabelecidos pelo órgão ou entidade contratante.

12.2. O tipo e grau de exigência dos níveis mínimos de serviço pode comprometer a qualidade dos serviços e o alcance dos resultados pretendidos com a contratação, se não houver um alinhamento às necessidades de negócios e aos riscos identificados.

12.3. Os indicadores de níveis de serviços devem abranger as diferentes dimensões de avaliação, com vistas a assegurar a efetiva prestação de serviço com a qualidade esperada.

12.4. Os indicadores são instrumentos práticos de aferição do cumprimento do alcance dos níveis mínimos de serviço, evidenciando de maneira objetiva e mensurável o desempenho e as tendências de um serviço demandado. Devem ser objetivamente mensuráveis e compreensíveis, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço.

12.5. Recomenda-se que o órgão realize a aferição dos indicadores por meio de ferramenta automatizada que não esteja sob gestão da contratada, otimizando a rotina da fiscalização e gestão do contrato e fazendo com que as informações e erros não passem despercebidos.

12.6. É vedada a aferição baseada exclusivamente em relatório ou outro artefato produzido pela própria contratada.

12.7. A definição dos indicadores deve considerar as necessidades de negócio, riscos e criticidades dos serviços. A seguir apresenta-se uma lista exemplificativa de indicadores. No mínimo os indicadores de Tempo de Atendimento Técnico (ITAT), de Substituição de Equipamentos (ISE) e de Troca por Reincidência de Defeitos (ITRD) devem estar presentes em serviços de outsourcing de impressão.

a) Indicador de Atendimento Técnico (ITAT) com o objetivo de aferir o tempo de resposta da contratada após abertura de um chamado de incidente, conforme quadro exemplificativo a seguir.

Finalidade	Garantir a tempestiva resolução de problemas técnicos.
Meta a cumprir	Monitorar o tempo de resposta aos chamados técnicos para resolução de problemas relacionados à prestação do serviço contratado. As metas de atendimento devem observar os prazos definidos por categoria ou tipo de serviço conforme previsto na seção de requisitos temporais do Termo de Referência.
Forma de acompanhamento	Para cada chamado aberto, será contabilizado o prazo de atendimento efetivo em relação ao prazo previsto.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	ITAT = Pmp - Par Pmp = Prazo máximo previsto no Termo de Referência para atendimento técnico contabilizado em horas. Par = Prazo de atendimento realizado contabilizado em horas.
Início da vigência	Data de emissão da Ordem de Serviço.
Sanções / faixas de ajustes	<Faixas percentuais definidas pelo órgão / entidade e respectivas glosas, multas ou outras sanções>
Observações	O Termo de Referência deve descrever claramente, o local os prazos e a forma como os chamados técnicos devem ser realizados pela contratante.

b) Indicador de Substituição de Equipamentos (ISE) com o objetivo de aferir o tempo de resposta da contratada após a abertura de um chamado de manutenção e/ou substituição de equipamento, conforme quadro exemplificativo a seguir.

Finalidade	Garantir a continuidade dos trabalhos em situações de falhas nos equipamentos que exijam manutenção.
Meta a cumprir	Monitorar o tempo de resposta da contratada nas situações de substituição do equipamento em caráter provisório ou definitivo.
Forma de acompanhamento	Devem ser realizados levantamentos mensais verificando-se os tempos das substituições dos equipamentos.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	ISE = Pmp - Pr Pmp = Prazo máximo previsto no Termo de Referência para troca dos equipamentos. Pr = Prazo realizado de troca.
Início da vigência	Data de emissão da Ordem de Serviço.
Sanções / faixas de ajustes	<Faixas percentuais definidas pelo órgão / entidade e respectivas glosas, multas ou outras sanções>
Observações	O Termo de Referência deve descrever claramente, o local e forma como os chamados de manutenção e/ou substituição devem ser realizados pela contratante.

c) Indicador de Troca por Reincidência de Defeitos (ITRD) com o objetivo de aferir a quantidade de troca de equipamentos por reincidência de defeitos, conforme quadro exemplificativo a seguir.

Finalidade	Incentivar o fornecimento de equipamentos com qualidade mínima esperada com vistas a evitar a indisponibilidade frequente de equipamentos.
Meta a cumprir	Monitorar a quantidade de trocas em virtude de defeitos de mesma natureza.
Forma de acompanhamento	Devem ser realizados levantamentos mensais verificando-se a quantidade de trocas em função de defeitos.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	ITRD = QR / QT ITRD = Indicador de quantidade de trocas em função de reincidências de defeitos em relação a quantidade total de trocas realizadas no período de aferição. QR: quantidade de trocas realizadas em função de reincidência de defeitos de mesma natureza. QT: quantidade total de trocas realizadas no período de aferição.
Início da vigência	Data de emissão da Ordem de Serviço.
Sanções / faixas de ajustes	<Faixas percentuais definidas pelo órgão / entidade e respectivas glosas, multas ou outras sanções>
Observações	O Termo de Referência deve descrever claramente, o número de reincidências de chamados de manutenção para que o equipamento seja obrigatoriamente substituído por outro pela contratada.

13. RECOMENDAÇÕES SOBRE O FORNECIMENTO DE PAPEL EM CONTRATAÇÕES DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO

13.1. Se o órgão ou entidade necessitar que o fornecimento de papel ocorra juntamente à contratação do serviço de outsourcing de impressão, deve, através de estudo técnico, demonstrar a economicidade dessa forma de aquisição, quando comparada à aquisição direta do papel em contratação separada do outsourcing.

13.2. A cobrança do fornecimento de papel deve ser discriminada separadamente durante o faturamento, uma vez que pode haver divergências entre as quantidades de impressões/cópias efetivamente realizadas e o fornecimento do papel. Tal prática auxilia a administração em futuras auditorias ou fiscalizações por uso indevido dos recursos.

14. RECOMENDAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA EM CONTRATAÇÕES DE ABRANGÊNCIA NACIONAL

14.1. Para os casos em que a contratação envolva uma abrangência regional ou nacional para atendimento da demanda, viabilidade da assistência técnica, atendimento ao usuário e garantia ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço (NMS), pode ser necessário avaliar a viabilidade técnica e econômica de formação de consórcios ou subcontratação de serviços, definindo claramente seus parâmetros, quando desejável, ou vedando sua ocorrência, quando indesejável, nos termos dos art. 15, inciso IV, art. 23, §§ 1º e 2º, art. 33 e 72 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Em uma contratação em abrangência regional ou nacional é importante avaliar a possibilidade ou não do parcelamento do objeto, observando-se o disposto na Súmula TCU nº 247.

14.3. Também pode ser necessário estabelecer as informações sobre a tensão da rede elétrica (se 110 V e/ou 220 V) de cada localidade a ser atendida pelos equipamentos e o formato do plug de tomada, de forma que a empresa possa se programar corretamente com relação à adequação das fontes de entrada de cada equipamento apropriado a cada localidade ou o uso de transformadores de tensão, caso seja essa a recomendação do fabricante.

15. RECOMENDAÇÕES SOBRE O SUPORTE TÉCNICO

15.1. Devem ser determinados de forma clara os canais de comunicação para abertura dos chamados técnicos, explicitando inclusive quais devem ser os horários de atendimento. Exemplos de canais: telefone - de segunda a sexta-feira, dias úteis das 8h às 19h (horário local ou horário de Brasília), página web (internet) e endereço eletrônico de e-mail.

15.2. A exigência em edital, por canal de atendimento via 0800 (sistema DDG - Discagem Direta Gratuita) deve ser avaliada e justificada pelo órgão, e inicialmente só deve prevalecer para contratações em âmbito nacional.

15.3. Não se deve exigir, para fins de habilitação, quesito de atestado da licitante onde a prestação de serviços de suporte técnico esteja em conformidade com os modelos de referência ITIL, COBIT ou similares, por extrapolar o conteúdo do art. 14 do Decreto nº 5.450, de 2005, substituído pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, em seu art. 40 (Decisão 486/2000 e Acórdãos TCU nº 808/2003, 1.670/2003, 1.676/2005, 423/2007, 539/2007, 1729/2008, 2.056/2008, do Plenário; 2.404/2009, da 2ª Câmara, 696-10/2016, entre outros).

16. RECOMENDAÇÕES SOBRE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE USUÁRIOS

16.1. Deve ser previsto no termo de referência se haverá necessidade de treinamento dos usuários para utilizarem os equipamentos que serão instalados, assim como capacitação nos sistemas que estiverem dentro do escopo da contratação (software de monitoramento de parque de impressoras, software de bilhetagem e tarifação de impressão, etc.).

16.2. Especificar o local de treinamento e/ou capacitação dos usuários. A preferência natural deve ser o local onde os equipamentos estiverem sendo implantados.

16.3. O conteúdo programático dos treinamentos ou cursos de capacitação deve prever todas as funções necessárias para a correta operação e prestação dos serviços previstos por parte dos usuários.

16.4. Treinamentos podem ser realizados através de videoaulas ou de forma on-line. Todavia, nestes casos eles devem contemplar todas as exigências mínimas previstas nos treinamentos presenciais: instruções para utilização, implantação, configuração, parametrização, gerenciamento e administração das funções e acessos dos equipamentos e sistemas disponibilizados. Além disso, deve ser previsto um canal de comunicação direto entre o órgão contratante e o fornecedor para esclarecimento de dúvidas.

16.5. Caso necessário, pode ser disponibilizada à equipe de help-desk ou central de suporte do órgão e demais usuários, documento para consulta com resoluções de problemas mais comuns, estilo FAQ - Frequently Asked Questions.

17. RECOMENDAÇÕES SOBRE LOGÍSTICA REVERSA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1. Deve-se prever no Termo de Referência cláusula relacionado ao dever da contratada em fornecer equipamentos sustentáveis, comprovados por documento de certificação (ou na sua falta, por meio de diligências do órgão), em atenção ao Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

17.2. É necessário especificar que a logística reversa deve ser de responsabilidade da contratada, que deverá obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados, em conformidade com a legislação vigente, como a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e os preceitos de preservação ambiental.

17.3. De modo a atender essas disposições, deve ser exigido no Termo de Referência e Edital que a empresa forneça o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação supracitada.

17.4. No caso da logística reversa, a empresa contratada deve apresentar periodicamente (a exemplo de semestralmente ou trimestralmente), declaração confirmando o recebimento dos cartuchos e toners já utilizados e respectivas embalagens dos equipamentos, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas, em outros ciclos - como cooperativas de reciclagem - ou outra destinação final ambientalmente adequada.

17.5. A periodicidade desse recolhimento deverá ser definida no Termo de Referência, de forma a não deixar acumular os materiais utilizados sem serventia nas dependências das instituições públicas.

18. ORIENTAÇÕES ADICIONAIS

18.1. Deve-se observar as vedações, independentemente da modalidade de contratação, a seguir:

a) Aglutinações de serviços de naturezas distintas que possam diminuir a competitividade e criar dependência excessiva da contratada, como por exemplo: serviços de outsourcing de impressão com contratação de serviços de plotagem sob demanda ou de impressoras térmicas; serviços de outsourcing de impressão com serviços de GED ou, ainda, serviços de outsourcing de impressão com contratação de serviços gráficos/serigrafia ou grandes formatos em um mesmo contrato. Mesmo que existam justificativas para que as contratações ocorram juntamente, deve-se desmembrá-las em lotes, para adjudicação separada, conforme determinam o art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993, a Súmula 247 do TCU e art. 12, § 2º, I, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 2019.

b) Exigência de apresentação de atestado, declaração do fabricante, carta de solidariedade ou credenciamento junto ao fabricante do equipamento, como condição para habilitação. Tais exigências extrapolam o que determinam os art. 27 a 31, da Lei nº 8.666, de 1993, e art. 40 do Decreto nº 10.024, de 2019.

c) Exigência de que todos os equipamentos licitados devem ser de um único fabricante, por impor restrição à uma eventual combinação de equipamentos tecnicamente compatíveis e com maior vantagem econômica, extrapolando o previsto no inciso I do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, e contrariando a jurisprudência do TCU: como o Acórdão de Relação 10.584/2015-2ª Câmara e Acórdão 756/2017-Plenário.

d) O estabelecimento de franquia de páginas quando o objeto da contratação envolver a remuneração por equipamentos. Entretanto, deve ser estabelecida no Termo de Referência uma estimativa mensal/anual de páginas por equipamento para composição do preço unitário da página impressa.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O presente modelo substitui o Guia de Boas Práticas, orientações e vedações para contratação de serviços de outsourcing de impressão, lançado em 2017, e deve ser observado nos planejamentos da contratação iniciados após a sua vigência, sendo facultativa a sua adoção para os processos cujo planejamento da contratação tenham se iniciado antes de sua vigência ou para os casos de prorrogação de contratos anteriores.

APÊNDICE A

Cenários de compensação semestral para outsourcing de impressão

CENÁRIO 1 - (∑ F > ∑ P) O volume produzido no semestre é menor que o somatório das franquias mensais para o semestre. Não há redução, haja vista não ter havido excedente no período da compensação.

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago			
Mês 1	6000	4500	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 2	6000	4500	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 3	6000	5000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 4	6000	5500	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 5	6000	5500	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00	Redução	Novo Valor a ser pago	
Mês 6	6000	5000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00	(∑ P/ ∑ F)
Total	**36000**	**30000**	**R$ 3.600,00**	**R$ -**	**Total a ser pago**		**R$ 3.600,00**	**83%**
	Δ Exc	-6000						
	Valor Δ Exc	R$ -						

Obs.: Nesse caso, como além da franquia não ter sido atingida em nenhum mês e o produzido menor que a franquia para o respectivo semestre. Sendo assim, o dimensionamento do contrato deve ser reavaliado

CENÁRIO 2 - (∑ F > ∑ P) Órgão supera a franquia mensal em alguns meses, mas o somatório de páginas produzidas é inferior ao somatório das franquias mensais no período de compensação. Entretanto há redução, pois houve excedente de páginas no período (∑ VE - Valor Δ Exc) > 0

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago			
Mês 1	6000	4000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 2	6000	4500	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 3	6000	5000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 4	6000	6000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 5	6000	7500	R$ 600,00	R$ 105,00	R$ 705,00	Redução	Novo Valor a ser pago	
Mês 6	6000	8000	R$ 600,00	R$ 140,00	~~R$ 740,00~~	R$ 245,00	R$ 495,00	(∑ P/ ∑ F)
Total	**36000**	**35000**	**R$ 3.600,00**	**R$ 245,00**	**Total a ser pago**		**R$ 3.600,00**	**97%**
	Δ Exc	-1000						
	Valor Δ Exc	R$ -						

Obs.: como Δ Exc < 0, não existe Valor Δ Exc

CENÁRIO 3 - (∑ F > ∑ P) Órgão supera a franquia em alguns meses e o somatório do volume produzido é inferior ao somatório das franquias mensais no semestre, todavia o Novo Valor a ser pago no último mês da compensação semestral é menor que o valor da franquia (Opção recolhimento GRU)

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago			
Mês 1	6000	1000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 2	6000	9500	R$ 600,00	R$ 245,00	R$ 845,00			
Mês 3	6000	8000	R$ 600,00	R$ 140,00	R$ 740,00			
Mês 4	6000	1000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00		Novo Valor a ser pago GRU	
Mês 5	6000	9500	R$ 600,00	R$ 245,00	R$ 845,00	Redução		
Mês 6	6000	6000	R$ 600,00	R$ -	~~R$ 600,00~~	R$ 630,00	-R$ 30,00	(∑ P/ ∑ F)
Total	**36000**	**35000**	**R$ 3.600,00**	**R$ 630,00**	**Total a ser pago**		**R$ 3.600,00**	**97%**
	Δ Exc	-1000						
	Valor Δ Exc	R$ -	*Obs.: como Δ Exc < 0, não existe Valor Δ Exc*					

CENÁRIO 4 - (∑ F < ∑ P) Órgão na maioria dos meses supera a franquia,o somatório do volume produzido no período da compensação é maior que o somatório das franquias mensais, entretanto não há Redução, pois o Valor do Excedente é igual ao Valor delta excedente (∑ VE - Valor Δ Exc) = 0

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago			
Mês 1	6000	7000	R$ 600,00	R$ 70,00	R$ 670,00			
Mês 2	6000	6500	R$ 600,00	R$ 35,00	R$ 635,00			
Mês 3	6000	6000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 4	6000	6000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 5	6000	7500	R$ 600,00	R$ 105,00	R$ 705,00	Redução	Novo Valor a ser pago	
Mês 6	6000	8000	R$ 600,00	R$ 140,00	R$ 740,00	-R$ 0,00	R$ 740,00	(∑ P/ ∑ F)
Total	**36000**	**41000**	**R$ 3.600,00**	**R$ 350,00**	**Total a ser pago**		**R$ 3.950,00**	**114%**
	Δ Exc	5000						
	Valor Δ Exc	R$ 350,00						

CENÁRIO 5 - (∑ F < ∑ P) Órgão supera a franquia em alguns meses e o somatório do volume produzido supera o somatório das franquias mensais no período de compensação. Há Redução, haja vista que o Valor do Excedente gerado é maior que o Valor delta Excedente (∑ VE - Valor Delta Excedente) > 0

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago			
Mês 1	6000	3500	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 2	6000	6500	R$ 600,00	R$ 35,00	R$ 635,00			
Mês 3	6000	6000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 4	6000	5000	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00			
Mês 5	6000	7500	R$ 600,00	R$ 105,00	R$ 705,00	Redução	Novo Valor a ser pago	
Mês 6	6000	8000	R$ 600,00	R$ 140,00	~~R$ 740,00~~	R$ 245,00	R$ 495,00	(∑ P/ ∑ F)
Total	**36000**	**36500**	**R$ 3.600,00**	**R$ 280,00**	**Total a ser pago**		**R$ 3.635,00**	**101%**
	Δ Exc	500						
	Valor Δ Exc	R$ 35,00						

LEGENDA

	∑ F	Somatório das Franquias Mensais (em páginas)	**Franqua Mensal = somas das franquias individuais dos tipos de equipamentos, separando-se monocromáticas e policromáticas*
	∑ P	Somatório das páginas produzidas (em páginas)	
	∑ VE	Somatório Valor Excedente (em R$)	
	Δ Exc	Delta Excedente (em páginas)	Δ Exc = ∑ P - ∑ F *(diferença entre o somatório produzido e o somatório das franquias no semestre)*
	Valor Δ Exc	Valor Delta Excedente (em R$)	Valor Δ Exc = Δ Exc * Valor Unitário Excedente
	Redução	Valor da Redução (em R$)	Valor da Redução = ∑ VE - Valor Delta Excedente
	Novo Valor a ser pago	(em R$)	Novo Valor a ser pago = Valor mensal do último mês da apuração semestral - Valor da Redução

APÊNDICE B
Planilha modelo para compensação de franquia de outsourcing de impressão - Compensação Semestral

PLANILHA MODELO PARA COMPENSAÇÃO DE FRANQUIA DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO - Compensação Semestral

***Campos a serem preenchidos estão na cor branca**

Quantidade Mensal de páginas contratadas na franquia mensal	6000
Valor fixo da Franquia Mensal	R$ 600,00
Valor da página impressa Excedente à Franquia Mensal	0,07

INSTRUÇÕES:

1 - Insira a quantidade mensal de páginas contratadas (Campo D3)

2 - Insira o valor fixo da franquia mensal contratado (Campo D4)

3 - Insira o valor a ser pago por página excedente contratado (Campo D5)

4 - Preencha a coluna de quantidade de páginas produzidas em cada mês (Coluna C)

5 - O valor a ser pago mensalmente estará na coluna "Valor Mensal"

6 - No último mês do período de compensação (Mês 6) o valor a ser pago será o resultado apresentado no campo "Novo Valor Pago". Se esse valor estiver negativo, o órgão deverá gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU) a ser recolhida pela empresa contratada.

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor mensal		
Mês 1	6000	6412	R$ 600,00	R$ 28,84	R$ 628,84		
Mês 2	6000	5412	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00		
Mês 3	6000	6104	R$ 600,00	R$ 7,28	R$ 607,28		
Mês 4	6000	4953	R$ 600,00	R$ -	R$ 600,00		
Mês 5	6000	9524	R$ 600,00	R$ 246,68	R$ 846,68	Redução	Novo Valor Pago
Mês 6	6000	9863	R$ 600,00	R$ 270,41	R$ 870,41	R$ 114,45	R$ 755,96
Total	36000	42268	R$ 3.600,00	R$ 553,21	TOTAL A SER PAGO		R$ 4.038,76
Delta Excedente (Δ Exc = ∑ P - ∑ F)		6268					
		R$ 438,76					

	∑ F	Somatório das Franquias Mensais (em páginas)	**Franqua Mensal = somas das franquias dos tipos de equipamentos, separando-se monocromáticas e policromáticas*
	∑ P	Somatório das páginas produzidas no semestre (em páginas)	
	∑ VE	Somatório Valor Excedente (R$)	
	Δ Exc	Delta Excedente (páginas)	Δ Exc = ∑ P - ∑ F *(diferença entre o somatório produzido e o somatório das franquias mensais no semestre)*
	Valor Δ Exc	Valor Delta Excedente (R$)	Valor Δ Exc = Δ Exc * Valor Unitário Excedente
	Redução	Valor da Redução (R$)	Valor da Redução = ∑ VE - Valor Delta Excedente
	Novo Valor Pago	(R$)	Novo Valor Pago = Valor mensal do último mês da apuração semestral - Valor da Redução

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 1.460, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso VIII, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 outubro de 2021, tendo em vista o disposto no art. 205 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e nos elementos que integram o Processo nº 10469.002560/93-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte a proceder a transferência do direito de ocupação do imóvel urbano, conceituado como terreno de marinha, com área da União de 122,19m², localizado na Praia de Zumbi, s/nº, no Município de Rio do Fogo, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrado sob o RIP nº 1749.00000104-67, conforme Escritura Pública de Cessão e Transferência de Posse e de Direito de Ocupação, lavrada em 23 de fevereiro de 2016, Livro nº 009, Folhas nº 013/014, do Ofício Único de Rio do Fogo, situado na Rua Cecília Monteiro, nº 191, daquela Comarca, para Riva Construções Ltda, CNPJ **.*91.724/0001-**, sociedade empresarial de Enrico Riva e Giusepe Nava, ambos italianos, cadastrados sob o CPF ***.517.091-** e CPF ***.785.294-**, respectivamente, Registro de Nacional de Estrangeiro - RNE nº G442246-0 e Registro de Nacional de Estrangeiro - RNE nº G4422235-5, Classificação Permanente, com validade indeterminada.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos translativos de ocupação praticados no processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 3, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso incisos III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de Julho de 2020, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica MDG INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA, CNPJ nº 35.474.405/0001-46, conforme o dossiê administrativo nº 13042.000058/2022-22, nos termos da Instrução Normativa SRF n, º 242 de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 4, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso incisos III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de Julho de 2020, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica SPECIALIZED BRASIL COMERCIO DE BICICLETAS LTDA, CNPJ nº 11.838.642/0003-42, conforme o dossiê administrativo nº 13042.127464/2021-51, nos termos da Instrução Normativa SRF n, º 242 de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA-RR, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara que:

Art. 1º - Nos termos do que dispõem os §§ 4º e 5º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, fica inscrito no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o interessado abaixo identificado:

Nome do Interessado	CPF	Nº do Processo Administrativo	Nº de Inscrição no Registro de Ajudante
RANIELY GOMES SOARES	007.851.932-27	13042.011/2022-71	-

Art. 2º - O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiro, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOAQUIM JERONIMO DA SILVA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 13083.000877/2022-93, resolve:

Autorizar o fornecimento de 173.040 (Cento e setenta e três mil e quarenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA., CNPJ nº. 01.135.153/0004-51, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/095, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Ballantines	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	170.880
Royal Salute	Caixas com 06 garrafas de 750 ml, 40% GL	2.160

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10271.012209/2021-12, resolve:

Autorizar o fornecimento de 58.176 (Cinquenta e oito mil, cento e setenta e seis) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Teachers	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 43% GL	58.176

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/VIT Nº 1, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA (ES), no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão do dossiê digital de atendimento nº 13113.053830/2021-78, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a Pessoa Jurídica SBM CAPIXABA OPERAÇÕES MARÍTIMAS LTDA, CNPJ nº 06.341.155/0001-78, extensivo à sua filial, CNPJ nº 06.341.155/0003-30, para atuar como PRESTADORA DE SERVIÇO CONTRATADA, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso II, "a"; 5º e 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017.

Parágrafo Único. O prazo estabelecido é até 26/10/2022.

Art. 2º A operadora contratante é a empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do Regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS COSTA KOEHLER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 11, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.013620/2022-05 fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços

e navegação de apoio marítimo NORSKAN OFFSHORE LTDA, CNPJ 04.023.447/0001-37 e as filiais 0002-18 e 0006-41, até 06/08/2025, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Trident Energy do Brasil Ltda , CNPJ 33.639.843/0001-91.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 12, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural - Repetro-Sped a pessoa jurídica que menciona

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.014885/2022-12, fica prorrogado o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, concedido à pessoa jurídica MARINE PRODUCTIONS SYSTEMS DO BRASIL LTDA , CNPJ nº 01.950.374/0001-30 e suas filiais 0003-00 e 0006-45, até 05/01/2024, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art.3º A empresa contratada é Constellation S.A Serviços de Petróleo, CNPJ nº 30.521.090/0001-27.

Art. 4º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art.5º Fica revogado o ADE DECEX nº 154, de 03 de outubro de 2021.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.013659/2022-14, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a prestação de serviços e navegação de apoio marítimo DOF SUBSEA BRASIL SERVIÇOS LTDA, CNPJ (matriz) nº 07.925.451/0001-89 até 06/08/2025, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada é Trident Energy do Brasil Ltda, CNPJ 33.639.843/0001-91.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

PORTARIA ALF/VCP Nº 37, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera Portaria que define a estrutura, disciplina as atribuições e delega competência no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Viracopos - ALF/VCP.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU nº 142, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e considerando a necessidade de organizar, aperfeiçoar e disciplinar a execução dos serviços e atividades aduaneiras desta Alfândega, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria ALF/VCP nº 146, de 21 de dezembro de 2020, publicada no DOU nº 01, de 04 de janeiro de 2020, no que segue:

"(...)

Art. 25(...)

III - Proceder à retificação e cancelamento de DTA e DTI;

Art. 27 (...)

II - Decidir, no curso do despacho aduaneiro de importação, inclusive de remessa expressa, e antes da lavratura de Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal ou Edital de Intimação, sobre cancelamento de Documento de Movimentação de Carga em Abandono (DMCA), bem como visar tais cargas no Sistema Mantra.

Art. 34 (...)

XIV - Gerir os processos de trabalho de sua equipe relativos ao controle aduaneiro de bens de viajantes, exceto bagagem desacompanhada, no recinto alfandegado do São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional (código OACI "SBJH").

(...)

Art. 35 (...)

§1º (...)

XVI - Realizar as atividades relativas ao controle aduaneiro de bens de viajantes no recinto alfandegado do São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional, quando designado e nos horários e dias pré-estabelecidos.

§3º (...)

II - Proceder ao despacho aduaneiro de importação de declarações vinculadas a regimes especiais, mercadorias perecíveis, animais vivos e objetos relacionados, ovos férteis, partes e peças para manutenção de aeronave ou embarcações, urnas funerárias, mala diplomática ou consular e valores;

XXVI - Proceder ao indeferimento de Declarações de Trânsito, com a devida fundamentação.

Art. 36 (...)

§ 1º

IX - Realizar as atividades relativas ao controle aduaneiro de bens de viajantes no recinto alfandegado do São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional, quando designado e nos horários e dias pré-estabelecidos.

Art. 38 (...):

III - Analisar os elementos indiciários de irregularidades na importação e exportação e encaminhar os casos identificados à EDESP, à SAFIA e à EQDQ para prosseguimento do controle aduaneiro.

Art. 44(...):

XVII - Proceder ao registro das sanções aplicadas aos despachantes e ajudantes aduaneiros no seu respectivo cadastro e providenciar o ADE quando for o caso;

XVIII - Proceder ao cadastro dos intervenientes no CCT modal aéreo.

(...)"

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo servidor, no uso das atribuições acima descritas, até a publicação da presente Portaria no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

CAMILO PINHEIRO CREMONEZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF08/RFB Nº 10 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Habilita a pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto no art. 9ºA da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, nos arts. 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, na Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11 de setembro 2020, e a competência delegada na Portaria DRF/SOR n° 38, de 13 de outubro de 2020, e considerando o que consta no processo administrativo nº 13032.121960/2021-10, declara:

Art. 1º Habilitada de maneira definitiva no Programa Mais Leite Saudável a seguinte pessoa jurídica:

Nome Empresarial:	USINA DE LATICÍNIOS JUSSARA S/A
CNPJ:	47.964.911/0001-00
Processo MAPA:	000014.0565911/2020
Prazo de execução:	01/02/2021 a 31/01/2024

Art. 2º Cessada a vigência da habilitação provisória, estando convalidados os seus efeitos.

Art. 3º Esta habilitação será cancelada automaticamente na data do protocolo do relatório de conclusão do projeto de investimento.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 11, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, pelo presente ato, considerando o que consta no processo administrativo nº 10314.720208/2021-00 e com fundamento no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.430/1996 e no inciso III do art. 41 e no § 2º do art. 44 da Instrução Normativa RFB nº 1.863/2018, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de nº 19.870.224/0001-82 do contribuinte ALL GREEN IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI, desde a data de publicação deste Ato, em razão de não comprovar a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência dos recursos empregados em operações de comércio exterior.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pelo contribuinte acima referido, a partir de 02 de março de 2017, nos termos do inciso II do § 3º do art. 48 da Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 2018.

VICTOR VIGGIANO NEVES DE FREITAS

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 1.536, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 9.500.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 406, de 8 de dezembro de 2020, e tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1031	**Agropecuária Sustentável**							**9.500.000**
		Operações Especiais							
20 605	**1031 00RW**	**Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Lei nº 13.986, de 2020)**							**9.500.000**
20 605	1031 00RW 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Lei nº 13.986, de 2020) - Nacional							9.500.000
			F	3	1	90	0	100	9.500.000
TOTAL - FISCAL									**9.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.500.000**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1031	**Agropecuária Sustentável**							**9.500.000**
		Operações Especiais							
20 605	**1031 0611**	**Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 10.437, de 2002)**							**9.500.000**
20 605	1031 0611 0001	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 10.437, de 2002) - Nacional							9.500.000
			F	3	1	90	0	100	9.500.000
TOTAL - FISCAL									**9.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.500.000**

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 1.523, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, substituto, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de2021, e

Considerando a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, relativo às fontes 52 - Resultado do Banco Central, 71 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito Bea/bib, 73 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios e 97 - Dividendos da União, para fazer face ao pagamento de amortização da Dívida Pública Federal, e a disponibilização dos recursos provenientes das fontes 00 - Recursos Primários de Livre Aplicação e 88 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação; e

Considerando, também, a possibilidade de utilização do superávit financeiro relativo às fontes 00, 51 - Recursos Livres da Seguridade Social, 53 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social, 54 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social e 88, e dos recursos disponibilizados da Dívida Pública Federal, e por meio da redução em Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS, para o atendimento de despesas com Benefícios Previdenciários, no âmbito do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne ao Ministério do Trabalho e Previdência e à Dívida Pública Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO I Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2214	Nova Previdência							125.662.536.433
		Operações Especiais							
09 271	2214 00SJ	Benefícios Previdenciários							125.662.536.433
09 271	2214 00SJ 0001	Benefícios Previdenciários - Nacional							125.662.536.433
			S	3	1	90	0	100	58.894.156.472
			S	3	1	90	0	188	47.172.026.453
			S	3	1	90	0	300	4.201.976.794
			S	3	1	90	0	351	3.622.823.867
			S	3	1	90	0	353	6.267.883.949
			S	3	1	90	0	354	1.301.692.104
			S	3	1	90	0	388	4.201.976.794
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									125.662.536.433
TOTAL - GERAL									125.662.536.433

ÓRGÃO: 75000 - Dívida Pública Federal
UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO I Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							106.066.182.925
		Operações Especiais							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							106.066.182.925

28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional							106.066.182.925
			F	6	0	90	0	352	76.294.202.405
			F	6	0	90	0	371	1.528.929.159
			F	6	0	90	0	373	9.834.834.543
			F	6	0	90	0	397	18.408.216.818
TOTAL - FISCAL									106.066.182.925
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									106.066.182.925

ANEXO II

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência

UNIDADE: 40904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	2214	Nova Previdência							125.662.536.433
		Operações Especiais							
09 271	2214 00SJ	Benefícios Previdenciários							125.662.536.433
09 271	2214 00SJ 0001	Benefícios Previdenciários - Nacional							125.662.536.433
			S	3	1	90	0	944	125.662.536.433
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									125.662.536.433
TOTAL - GERAL									125.662.536.433

ÓRGÃO: 75000 - Dívida Pública Federal

UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO II

Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)							106.066.182.925
		Operações Especiais							
28 843	0905 0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna							106.066.182.925
28 843	0905 0455 0001	Serviços da Dívida Pública Federal Interna - Nacional							106.066.182.925
			F	6	0	90	0	100	58.894.156.472
			F	6	0	90	0	188	47.172.026.453
TOTAL - FISCAL									106.066.182.925
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									106.066.182.925

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Nº 19.579 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ANDRE ALVARENGA CHEDE, CPF nº 067.422.719-06, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.580 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JOÃO GABRIEL ROBERTO DE VASCONCELOS LUNA, CPF nº 356.026.968-73, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.581 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza CLÁUDIO KAZUYOSHI OMAGARI, CPF nº 082.197.758-07, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.582 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza TALITA HAWERROTH DOS SANTOS, CPF nº 417.484.548-46, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.583 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza RAFAEL DE FELICE LOPEZ, CPF nº 309.055.118-75, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

RAFAEL BARROS CUSTODIO
Em Exercício

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA FUNDOS DE GOVERNO

CIRCULAR Nº 977, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Disciplina procedimentos operacionais para credenciamento de Agentes Financeiros para atuação no âmbito do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), e no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, o Decreto nº 103, de 22 de abril de 2001, o Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020, a Resolução CCFDS nº 225, de 17 de dezembro de 2020 e a Instrução Normativa MDR nº 2, de 21 de janeiro de 2021, alterada pela Instrução Normativa MDR nº 25, de 03 de agosto de 2021, divulga a presente Circular.

1. Em decorrência da Resolução do CCFDS nº 232, de 07 de fevereiro de 2022, a Circular CAIXA nº 962, de 10 de novembro de 2021, passa a vigorar acrescida da alínea a.2, no subitem 1.2, a seguir descrita: a.2) Os bancos públicos ou com participação pública que tenham interesse em se credenciar nos termos desta Circular e dos regulamentos do Programa, poderão, alternativamente à comprovação da experiência no setor da habitacional, demonstrar experiência na concessão de microcrédito a pequenas e médias empresas.

1.1 Desta forma, o item 1.3 sofreu alteração, definindo-se novo prazo para solicitação de credenciamento, conforme a seguir:

1.3 A solicitação de credenciamento deve ser encaminhada pelo Agente Financeiro à CAIXA, na qualidade de Agente Operador, até 30 de junho de 2022.

2. A presente Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação e, a partir dessa data, fica disponível no sítio da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, opção downloads, item Circulares CAIXA.

EDILSON CARROGI RIBEIRO VIANA
Diretor Executivo

Ministério da Educação

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

CAMPUS PARINTINS

PORTARIAS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO IFAM CAMPUS PARINTINS AM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere a Portaria nº 1.134-GR/IFAM, de 27 de maio de 2019, publicada no DOU nº 102, de 29/05/2019, republicada no DOU nº 116, de 18/06/2019, Seção 2, pág. 31; considerando o disposto no caput do artigo 205, do Regimento Geral do IFAM; e a necessidade de adequar a estrutura organizacional do IFAM Campus Parintins para a continuidade das demandas administrativas e acadêmicas resolve:

Nº 37 - ALTERAR, na estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Parintins, a coordenação abaixo, conforme a especificação a seguir:

	NOMENCLATURA	CÓDIGO
DE	Coordenação de Cursos de Graduação - CCG	FCC
PARA	Coordenação do Curso de Graduação de Tecnologia em Gestão Comercial - CCGTGC	FCC

Nº 38 - ALTERAR, na estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Parintins, a coordenação abaixo, conforme a especificação a seguir:

	NOMENCLATURA	CÓDIGO
DE	Coordenação de Cursos Proeja - CCPROEJA	FCC
PARA	Coordenação do Curso Proeja Técnico em Administração - CCPTA	FCC

Nº 39 - EXTINGUIR, da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Parintins, as coordenações abaixo, conforme as especificações a seguir:

NOMENCLATURA	CÓDIGO
Coordenação de Extensão - COEX	FCC
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação e Pesquisa - CCPGP	FCC

Nº 40 - ALTERAR, na estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Parintins, a coordenação abaixo, conforme a especificação a seguir:

NOMENCLATURA		CÓDIGO
DE	Coordenação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática - CCTINFO	FCC
PARA	Coordenação do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Informática - CCTIINFO	FCC

Nº 41 - ALTERAR, na estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Parintins, a coordenação abaixo, conforme a especificação a seguir:

NOMENCLATURA		CÓDIGO
DE	Coordenação do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária - CCTAGRO	FCC
PARA	Coordenação do Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária - CCTIAGRO	FCC

Nº 42 - CRIAR, na estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Parintins, as coordenações e setores abaixo, conforme as especificações a seguir:

NOMENCLATURA	VINCULAÇÃO	CÓDIGO
Coordenação do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Informática - CCTSINFO	DEPEP	FCC
Coordenação do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Agropecuária - CCTSAGRO	DEPEP	FCC
Setor de Pesquisa e Pós-Graduação - SPPG	DEPEP	S/F
Setor de Extensão e Cursos de Formação Inicial Continuada - SEFIC	DEPEP	S/F

Estas portarias entram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBER DE BRITTO SOUZA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS CENTRO SERRANO

PORTARIA Nº 39, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CENTRO-SERRANO, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pela Portaria nº 1.992, de 22.11.2021 da Reitoria deste, Ifes e publicada no DOU de 23.11.2021, seção 2, página 21, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.070, de 05.06.2014 da Reitoria deste Ifes e considerando o contido no processo de número 23544.002077/2021-28, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor Substituto, da área de Atedimento Educacional Especializado, regido pelo Edital 01/2022, de 19 de janeiro de 2022, deste campus, conforme a anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

ANEXO

EDITAL Nº 1/2022, 19 DE JANEIRO DE 2022
RESULTADO FINAL
CURSO/DISCIPLINA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - 40H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS (PESO 4)	PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO (PESO 6)	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
04/2022	BERNARDINO GALDINO DE SENA	44,25	85,00	68,70	1º
05/2022	ADRIANA DA PENHA LIEBMANN SILVA	50,75	60,33	56,50	2º

RENATO CHAVES OLIVEIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 62, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Decreto Presidencial de 04 de dezembro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 07 de dezembro de 2020 e considerando a solicitação contida no Ofício 5 (1107240), de 18 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar a Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI) a vincular, no âmbito da estrutura organizacional do IFNMG-Campus Teófilo Otoni, a Coordenadoria Pedagógica ao Departamento de Ensino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 22/02/2022.

JOAQUINA APARECIDA NOBRE DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIAS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE, nomeada pelo Decreto de 03/10/2018, publicado no DOU de 04 subsequente, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008, resolve:

Nº 416 - Art. 1º Extinguir a Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimonio - COALP, código FG-01, subordinada à Gerência de Administração - GADM/DG/Campus Lagarto.

Art. 2º Criar a Coordenadoria de Patrimônio - COPAT, subordinada à Gerência de Administração - GADM/DG/Campus Lagarto.

Art. 3º Remanejar o código FG-01 da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - COALP/GADM/LAG, para Coordenadoria de Patrimônio - COPAT/GADM/DG/Campus Lagarto.

Art. 4º Criar a Coordenadoria de Almoxarifado - COAL, subordinada à Gerência de Administração - GADM/DG/Campus Lagarto.

Art. 5º Remanejar o código FG-02 da Coordenadoria de Transporte - COTRANS/GADM/LAG, para a Coordenadoria de Almoxarifado - COAL/GADM/DG/Campus Lagarto.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Nº 420 - Art. 1º Retificar a Portaria nº 331, de 11.02.2022, que trata da atribuição do código FG-01 à Coordenadoria do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, Campus Socorro.

Art. 2º Onde se lê: "Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros retroativos a 21/01/2022.", leia-se: "Esta portaria entra em vigor nesta data.".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

RUTH SALES GAMA DE ANDRADE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

PORTARIA REI/IFTO Nº 37, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Cria as unidades organizacionais de Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNE no âmbito do Instituto Federal do Tocantins.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeado pelo Decreto Presidencial de 3 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2018, seção 2, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Criar, no âmbito do Instituto Federal do Tocantins, as unidades organizacionais de Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNE, conforme detalhamento a seguir:

Unidade	Denominação	Sigla	Código da Função	Vinculação imediata	Vinculação mediata
Campus Araguaína	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/ARN	FG-1	Gerência de Ensino	Direção-Geral
Campus Araguatins	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/AGT	FG-1	Direção de Ensino	Direção-Geral
Campus Avançado Formoso do Araguaia	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/FAR	FG-1	Direção	-
Campus Avançado Lagoa da Confusão	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/LCO	FG-1	Direção	-
Campus Avançado Pedro Afonso	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/PAF	FG-1	Direção	-
Campus Colinas do Tocantins	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/CTO	FG-1	Gerência de Ensino	Direção-Geral
Campus Dianópolis	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/DNO	FG-1	Gerência de Ensino	Direção-Geral
Campus Gurupi	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/GUR	FG-1	Gerência de Ensino	Direção-Geral
Campus Palmas	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/PAL	FG-1	Diretoria de Assistência ao Estudante	Direção-Geral
Campus Paraíso do Tocantins	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/PSO	FG-1	Direção-Geral	-
Campus Porto Nacional	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/PNA	FG-1	Gerência de Ensino	Direção-Geral
Reitoria	Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	CNAPNE/REI	FG-1	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Reitoria

Art. 2º Fica a Diretoria de Gestão de Pessoas responsável pelo cadastro dessas unidades organizacionais no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG e pelas demais providências cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO DA LUZ JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

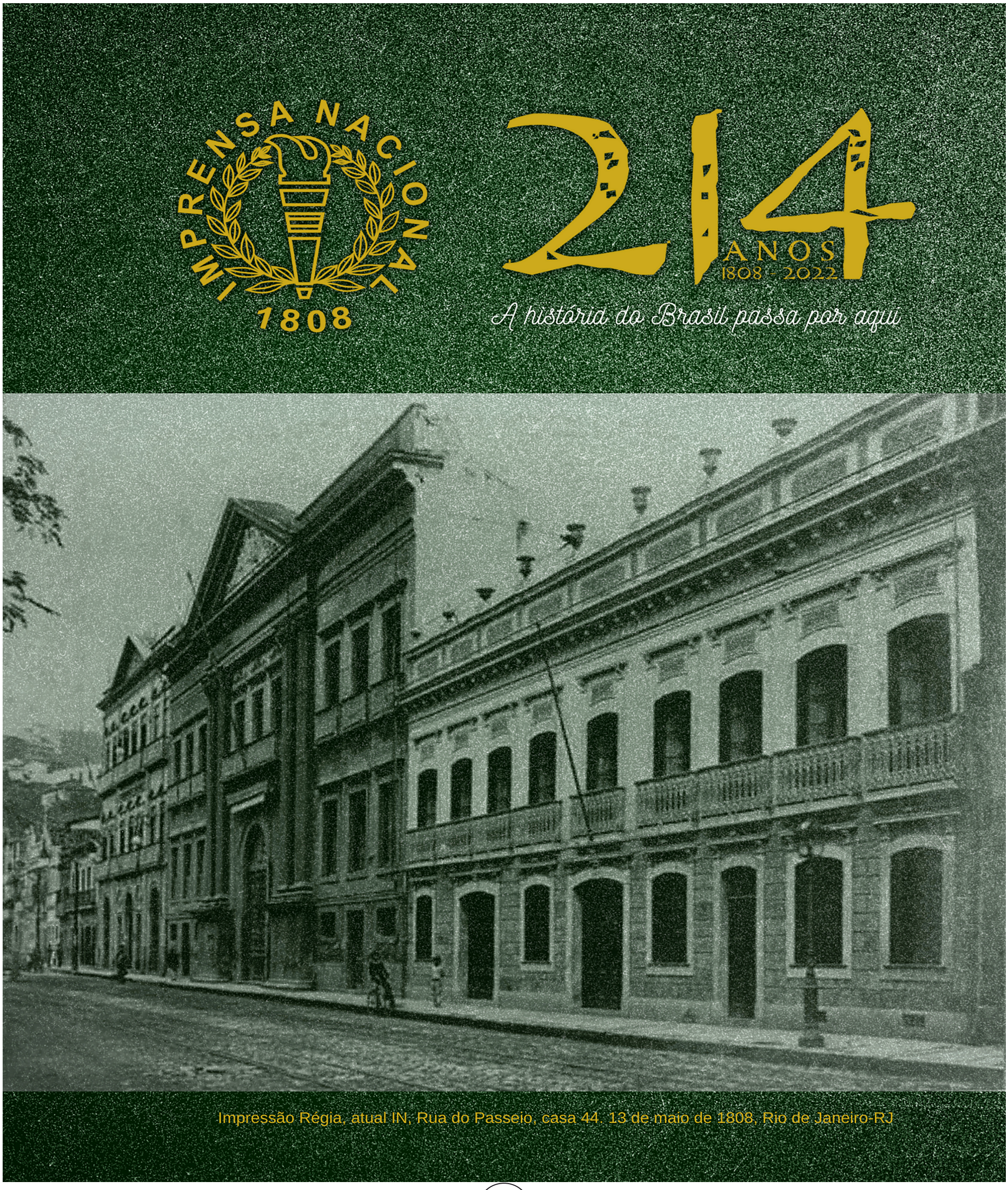
PORTARIA Nº 152, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, conforme Edital n° 03/2019, publicado no DOU de 29/11/2019.

Campus: Salvador	Unidade: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Departamento: Coordenação Acadêmica	Área de Conhecimento: Desenvolvimento, Território e Direitos Humanos
Classe: Adjunto A	Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.006850/22-76	Vagas: 01
Ord Classif Geral	Nome
1º	Diana Aguiar Orrico Santos
2º	Morgana Gertrudes Martins Krieger
3º	Pedro Lucas Dutra Salgado
4º	Priscila Cabral Almeida
5º	Isabella Alves Lamas

DENISE VIEIRA DA SILVA



Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 182, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Institui o Comitê de Territórios e de Sustentabilidade no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do artigo 87, da Constituição e o Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1° Instituir o Comitê de Territórios e de Sustentabilidade (CTS) com o objetivo de monitorar e garantir a implementação das Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura e tratar de matérias relacionadas ao desenvolvimento de infraestrutura de transportes sustentável e resiliente; aos procedimentos de licenciamento e regularização ambiental; à execução e gestão de programas, incluindo medidas compensatórias e mitigatórias ambientais e de mudança do clima; à gestão das faixas e áreas de domínio público; aos procedimentos de deslocamento compulsório de populações tais como: desapropriação, relocação e reassentamento; dentre outros.

Art. 2º O Comitê será presidido pelo(a) titular da Subsecretaria de Sustentabilidade, tendo como substituto o(a) titular da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental e será integrado por membros indicados pelos seguintes órgãos e entidades:

I -SE/Subsecretaria de Sustentabilidade-SUST;
II -Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias-SFPP;
III -Secretaria Nacional de Aviação Civil-SAC;
IV -Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários-SNPTA;
V -Secretaria Nacional de Transportes Terrestres-SNTT;
VI -Secretaria Nacional de Trânsito - Senatran;
VII -Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;
VIII -Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;
IX -Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;
X -Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;
XI -Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
XII -Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO; e
XIII -Empresa de Planejamento e Logística - EPL.

§1º Os dirigentes dos órgãos e entidades de que tratam os incisos do caput indicarão ao presidente do Comitê os respectivos representantes, sendo até 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes.

§2º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

§3º Possíveis despesas havidas com os membros do Comitê, em virtude do desempenho das competências aqui definidas, serão processadas e custeadas pelos respectivos órgãos ou entidades de exercício.

§4º A Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura poderá acompanhar as reuniões do Comitê na condição de ouvinte ou palestrante, sem direito a voto e, quando necessário, prestará o assessoramento jurídico.

§5º A Assessoria Especial de Controle Interno, Ouvidoria e as demais Subsecretarias da Secretaria-Executiva prestarão, no âmbito de suas atribuições, o auxílio necessário ao Comitê e poderão acompanhar as reuniões do Comitê na condição de ouvinte ou palestrante, sem direito a voto.

§6º Compete à Subsecretaria Sustentabilidade prestar o apoio técnico e administrativo ao Comitê.

§7º A indicação dos representantes dos órgãos mencionados nos §§ 4° e 5° será solicitada aos titulares das respectivas unidades participantes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 3º Compete ao presidente do Comitê:

I - editar o ato de designação dos membros do Comitê indicados nos termos do § 1º do art. 2º;

II - convocar e coordenar as reuniões; e

III - convidar servidores dos órgãos ou entidades integrantes do Ministério ou outros especialistas para participar dos trabalhos do Comitê.

Art. 4º O Comitê reunir-se-á ordinariamente três vezes a cada ano, preferencialmente, uma a cada quatro meses ou, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. Os membros que estiverem em entes federativos diversos deverão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, exceto na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência e desde que comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira para gastos com diárias e passagens.

Art. 5º O quórum mínimo para as reuniões do Comitê é de metade dos seus membros e o quórum para votação é da maioria dos presentes.

Art. 6º O Comitê apresentará ao Ministro da Infraestrutura, até 30 de março de cada ano, um relatório anual sobre os trabalhos realizados no exercício do ano anterior e o planejamento das ações a serem priorizadas no exercício do ano seguinte.

Art. 7º Ficam revogadas as Portarias nº 2.865 e 2.866, ambas de 28 de junho de 2019, do Ministro da Infraestrutura.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor em 1º de março de 2022.

MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 7.267, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.008635/2021-22, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar IS nº 21-003, Revisão A, intitulada "Lista Mestra de Equipamentos Mínimos (MMEL)".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 7.316, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera e renova a inscrição do Aeródromo Público Municipal de Linhares, em Linhares/ES, no cadastro de aeródromos.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.004880/2019-46, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Municipal de Linhares;
II - código identificador do aeródromo - CIAD: ES0002;
III - município (UF): Linhares (ES); e
IV- ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 21' 19''S / 040° 04' 17''W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 2.012/SIA, de 29 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2015, Seção 1, página 3.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 7.314, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova a Instrução Suplementar nº 121-014A.

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VII e VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00058.064430/2021-27, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 121-014, Revisão A (IS nº 121-014A), intitulada "Procedimentos para elaboração, revisão e utilização do Manual de Comissários de Voo (MCmsV) de operadores aéreos regidos pelo RBAC nº 121".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/links-acesso-rapido/boletim-de-pessoal-e-servico-bps) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 2 de março de 2022.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO
GERÊNCIA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO DE FORMAÇÃO

PORTARIA Nº 7.102, DE 28 DE JANEIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.003084/2022-01, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a revogação da autorização de funcionamento e das homologações dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião (PPA) e de Piloto Comercial de Avião/IFR (PCA/IFR) da UNICRUZ - UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA, CNPJ 92.928.845/0001-60, situada na Rodovia Municipal Jacob Della Mea, Km 4,6, Parada Benito, Cruz Alta - RS, CEP 98020-290.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 7.208, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 141 - RBHA nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.004814/2022-82, resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Comercial de Avião (PCA), Voo por Instrumentos (IFRA) e Instrutor de Voo de Avião (INVA) da ADLER TREINAMENTOS E ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ: 31.568.201/0001-13, situada à Rodovia MG 10, KM 80, S/Nº, Aeroporto Serra do Cipó, Zona Rural, Jaboticatubas - MG, CEP: 35.830-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 7.296, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022 e considerando o que consta do processo nº 00065.030835/2021-72, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos na modalidade ensino e adestramento do Centro de Instrução de Aviação Civil FLYBY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ 30.108.536/0001-96, situado na Avenida Ayrton Senna da Silva, 675 - Aeródromo SIXM-CIFI, Rodovia BR364 Km 10, Pascoal Ramos, Cuiabá/MT - CEP 78098-000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMAN

PORTARIA Nº 7.299, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 141 - RBHA nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.002961/2022-18, resolve:

Art. 1º Revogar a homologação dos cursos teóricos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica nas Habilitações Célula (MMA-CEL), Grupo Motopropulsor (MMA-GMP) e Aviônicos (MMA-AVI) da CETEC - LAGOS - CENTRO DE CAP. TEC. DA REGIÃO DOS LAGOS, CNPJ 07.870.201/0001-99, situada à Rua Cel. Mario Quintanilha, 578, Vila Nova, em Cabo Frio (RJ), CEP 28907-420.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 7.304, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022 e considerando o que consta do processo nº 00065.027245/2021-62, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos na modalidade ensino e adestramento e a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 17 de fevereiro de 2022, em favor do AEROCLUBE DE TIETÊ, CNPJ 45.510.013/0001-49, situado na Rua Humberto Bortoleto de Arruda, 140, Paraíso, Tietê/SP - CEP 18530-000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 7.311, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Suspende cautelarmente a autorização de funcionamento e a homologação do curso prático do AEROCLUBE DE SÃO BORJA.

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 141 - RBHA nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.027071/2021-38, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento e a homologação do curso prático Piloto Privado de Avião, do AEROCLUBE DE SÃO BORJA, situado na Av. Salgado Filho, nº 2001, CEP: 97670-000, SÃO BORJA - RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 37, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002506/2022-61 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer do pedido da Autoridade Portuária de Santos S.A. (SPA), nos termos do Ofício SPA-SIPRE-GD/54.2022, para, no mérito:I - autorizar a suspensão da aplicação da estrutura tarifária de todas as modalidades do grupo de infraestrutura de acesso aquaviário (Tabela I), aprovada pela Deliberação-DG ANTAQ nº 322/2021, de forma provisória, a viger de 09/02/2022 a 31/03/2022, com efeitos do diferimento previsto no art. 6º, inciso IV, da Resolução ANTAQ nº 61/2021, a serem compensados na próxima revisão tarifária; e II - manter inalterado o diferimento já aprovado para as demais modalidades tarifárias, nos termos do inciso II da Deliberação-DG ANTAQ nº 332/2021;

Art. 2º Determinar que a Autoridade Portuária de Santos S.A. (SPA) faça constar nas suas normas de aplicação o diferimento aprovado, dando ampla publicidade à medida, conforme o art. 14, §1º, alínea b, da Resolução ANTAQ nº 61/2021.

Art. 3º Cientificar a interessada acerca da presente decisão.Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU)

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

EXTRATO DA ATA DA 516ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE FEVEREIRO DE 2022

Às 15 horas do dia 3 de fevereiro de 2022, sob a presidência do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi aberta a 516ª Reunião Ordinária da Diretoria da ANTAQ, com a participação do Diretor Adalberto Tokarski, da Diretora Flávia Takafashi, do Secretário-Geral Paulo Morum Xavier e da representante da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, Subprocuradora Flávia Tavares.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Diretoria Colegiada homologou as atas referentes às Reuniões nº 514 e 515.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

As atas estão publicadas no Portal da ANTAQ na Internet (https://www.gov.br/antaq).

COMUNICAÇÕES

Do Diretor-Geral Eduardo Nery:

- Homenagem ao Diretor Adalberto Tokarski, cujo mandato se encerra em 18 de fevereiro, pelos serviços prestados à Agência.

- Publicação, na 'Central de Conteúdos' do portal da Agência, de painéis com informações a respeito das atividades finalísticas da Agência.

Do Diretor Adalberto Tokarski:

- Despedida, com agradecimento aos servidores da Agência e ao setor regulado e apresentação de breve histórico das ações por ele desenvolvidas no mandato que se encerra em 18 de fevereiro.

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Foram retirados de pauta os seguintes processos:

- 50300.012319/2021-12, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski; e

- 50300.008404/2021-78 e 50300.016370/2019-71, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi.

PEDIDOS DE VISTA

O processo nº 50300.009504/2020-31, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. O Relator proferiu seu voto.

PROSSEGUIMENTOS DE VOTAÇÃO

O prosseguimento de votação dos processos abaixo relacionados foi adiado para a próxima Reunião telepresencial, em razão das renovações dos pedidos de vista, aprovadas pela Diretoria Colegiada nos termos do § 1º do art. 29 da Resolução-ANTAQ nº 7.701:

- 50300.000538/2016-83, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski. O pedido de vista foi formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery por ocasião da Reunião nº 512 e prorrogado nas Reuniões de nºs 513, 514 e 516. O Relator proferiu seu voto na Reunião nº 514;

- 50300.001985/2019-01, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski. O pedido de vista foi formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery por ocasião da Reunião nº 512 e prorrogado nas Reuniões de nºs 513, 514 e 516. O Relator proferiu seu voto na Reunião nº 514; e

- 50300.005876/2020-98, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski. O pedido de vista foi formulado pela Diretora Flávia Takafashi na Reunião nº 513, após a representante legal da Brasil Terminal Portuário S.A. declinar do pedido de sustentação oral, e foi prorrogado nas Reuniões de nºs 514 e 516. O Relator proferiu seu voto na Reunião nº 513; e

- 50300.011583/2020-40, de relatoria do Diretor Adalberto Tokarski. O pedido de vista foi formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery na Reunião nº 513, após a realização da sustentação oral pela representante legal da ABRATEC, e foi prorrogado nas Reuniões de nºs 514 e 516. O Relator proferiu seu voto na Reunião nº 513.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 31 da Resolução-ANTAQ nº 7.701, foi reaberta a discussão dos seguintes processos:

- 50300.002494/2015-45 (apreciado na fase interna da Reunião por tratar de matéria administrativa da Agência) - após o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, proferir seu voto, a Diretoria Colegiada aprovou a prorrogação do pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery. O pedido de vista foi formulado por ocasião da Reunião nº 511 e prorrogado nas Reuniões de nºs 513, 514 e 516;

- 50300.002578/2015-89 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 79-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que contou com a anuência da Revisora, Diretora Flávia Takafashi;

- 50300.005941/2019-41 - após o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, proferir seu voto, a Diretoria Colegiada aprovou a prorrogação do pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery. O pedido de vista foi formulado por ocasião da Reunião nº 508 e prorrogado nas Reuniões de nºs 510, 511, 513 e 516;

- 50300.008203/2020-90 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 102-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que contou com a anuência do Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery;

- 50300.017076/2021-09 - após o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, proferir seu voto, a Diretoria Colegiada aprovou a prorrogação do pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery. O pedido de vista foi formulado por ocasião da Reunião nº 515 e prorrogado na Reunião nº 516;

- 50300.017319/2020-10 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 104-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que contou com a anuência da Revisora, Diretora Flávia Takafashi;

- 50300.019790/2018-28 - após o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, proferir seu voto, a Diretoria Colegiada aprovou a prorrogação do pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery. O pedido de vista foi formulado por ocasião da Reunião nº 515 e prorrogado na Reunião nº 516;

- 50300.019818/2021-22 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 106-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que acatou as sugestões oferecidas pelo Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery;

- 50300.020518/2018-91 - após o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, proferir seu voto, a Diretoria Colegiada aprovou a prorrogação do pedido de vista formulado pelo Diretor-Geral Eduardo Nery. O pedido de vista foi formulado por ocasião da Reunião nº 515 e prorrogado na Reunião nº 516; e

- 50300.022366/2020-85 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 103-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que acatou as sugestões oferecidas pela Revisora, Diretora Flávia Takafashi.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

A sustentação oral solicitada pelo Dr. Anderson Medeiros Bonfim em nome de Localfrio S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos, referente ao processo nº 50300.016370/2019-71, de relatoria da Diretora Flávia Morais Takafashi, foi adiada para próxima reunião telepresencial, em razão de o processo ter sido retirado de pauta pela Relatora.

ACÓRDÃOS APROVADOS

A Diretoria Colegiada aprovou os Acórdãos de nºs 59 a 106, disponíveis para consulta na internet (https://www.gov.br/antaq).

ENCERRAMENTO

Às 21 horas e 10 minutos, foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Diretoria Colegiada.

PAULO MORUM XAVIER
Secretário-Geral

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Diretora

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 47, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-324/BA, sob concessão da Concessionária de Rodovias S.A. - VIABAHIA - Interessado: Patrimonial A & M Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03/05/2018, e Portaria SUINF nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta no Processo nº 50500.115800/2021-02, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-324/BA, sob concessão à Concessionária de Rodovias S.A. - VIABAHIA, do Km 525+885m ao km 526+200m, pista leste no município de Feira de Santana/BA, de interesse de Patrimonial A & M Ltda.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional da Bahia - COINFBA sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária de Rodovias S.A. - VIABAHIA deverá encaminhar, à Unidade Regional da Bahia - URBA, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso- CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Patrimonial A & M Ltda. e a Concessionária de Rodovias S.A. - VIABAHIA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária de Rodovias S.A. - VIABAHIA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Patrimonial A & M Ltda. deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 55(cinquenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na readequação e conservação da referida obra, a Patrimonial A & M Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Concessionária de Rodovias S.A. - VIABAHIA, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A Patrimonial A & M Ltda. assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual.

Art. 9º A Patrimonial A & M Ltda. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária de Rodovias S.A. - VIABAHIA cópia do projeto "as built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo Único. A Patrimonial A & M Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 48, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza o projeto de regularização de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, sob concessão da Concessionária Autopista Litoral Sul - Interessado: Auto Posto o Cupim São José Ltda.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03/05/2018, e Portaria SUINF nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta no Processo nº 50500.118073/2021-27, resolve:

Art. 1º Autorizar o projeto de regularização de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, sob concessão à Concessionária Autopista Litoral Sul, do Km 619+700 ao km 619+900m, sentido Norte, no município de São José dos Pinhais/SC, de interesse de Auto Posto o Cupim São José Ltda.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de São Paulo - COINFSP sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária Autopista Litoral Sul deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso-CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Auto Posto o Cupim São José Ltda. e a Autopista Litoral Sul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária Autopista Litoral Sul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º O Auto Posto o Cupim São José Ltda. deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 04 (quatro) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na regularização e conservação da referida obra, o Auto Posto o Cupim São José Ltda. deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária Autopista Litoral Sul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º O Auto Posto o Cupim São José Ltda. assumirá todo o ônus relativo à regularização, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual.

Art. 9º O Auto Posto o Cupim São José Ltda. deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária Autopista Litoral Sul cópia do projeto "as built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo Único. O Auto Posto o Cupim São José Ltda. abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 49, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza a adequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-290/RS, sob concessão da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - VIASUL - Interessado: Graal Comércio, Empreendimentos e Participações Ltda. (Posto Rota 80)

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03/05/2018, e Portaria SUINF nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta no Processo nº 50500.006945/2022-96, resolve:

Art. 1º Autorizar a adequação de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-290/RS, sob concessão à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.-VIASUL, no Km 79+500, Sentido Leste, no município de Gravataí/RS, de interesse de Graal Comércio, Empreendimentos e Participações Ltda. (Posto Rota 80).

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional do Rio Grande do Sul - COINFRS sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso- CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre o Posto Rota 80 e a Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º O Posto Rota 80 deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na adequação e conservação da referida obra, o Posto Rota 80 deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º O Posto Rota 80 assumirá todo o ônus relativo à adequação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual.

Art. 9º O Posto Rota 80 deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. cópia do projeto "as built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo Único. O Posto Rota 80 abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 50, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza a implantação de rede de energia elétrica na rodovia BR-262/MG administrada pela Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA - Interessado: CEMIG Distribuição S.A - CEMIG

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.082176/2021-41, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG, rodovia federal administrada pela Concessionária CONCEBRA - Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A, por meio de travessia aérea no km 476+978m, em Bom Despacho/MG de interesse de CEMIG Distribuição S.A.

§1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Coordenação de Exploração da infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A CONCEBRA deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre CEMIG e a CONCEBRA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à CONCEBRA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A CEMIG deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 120(cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCEBRA, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A CEMIG assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art.9º A CEMIG deverá encaminhar à Coordenação de Exploração da infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG e à CONCEBRA cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10 A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A CEMIG abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza a implantação de rede de energia elétrica na rodovia BR-050/MG administrada pela Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA - Interessado: CEMIG Distribuição S.A

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020, e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta do processo nº 50500.102792/2021-26, resolve:

Art.1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG, rodovia federal administrada pela Concessionária CONCEBRA - Concessionária de Rodovias Centrais do Brasil S.A, por meio de travessia aérea no km 446+557m, em Nova Serrana/MG de interesse de CEMIG Distribuição S.A.

§1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitas em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Coordenação de Exploração da infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art.2º A CONCEBRA deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art.3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre CEMIG e a CONCEBRA e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art.4º Caberá à CONCEBRA acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art.5º A CEMIG deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 120(cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

Art.6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCEBRA, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art.7º A CEMIG assumirá todo o ônus relativo à implantação, manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art.8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art.9º A CEMIG deverá encaminhar à Coordenação de Exploração da infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG e à CONCEBRA cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art.10 A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A CEMIG abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE

PORTARIA Nº 52, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza a implantação de rede de energia elétrica na rodovia BR-290/RS administrada pela Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. - VIASUL - Interessado: Pampa Transmissão de Energia S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, alterada pela Resolução 5.881 de 31 de março de 2020 e Portaria nº 028 de 07/02/2019, fundamentado no que consta no Processo nº 50500.005715/2022-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de linha de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-290/RS, sob concessão à Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S/A - ViaSul, no km 031+064 m, em Santo Antônio da Patrulha/RS, de interesse da Pampa Transmissão de Energia S.A.

§ 1º A presente portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o Caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no Caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a concessionária informar à Unidade Regional da ANTT sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A ViaSul deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a Pampa e a ViaSul e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à ViaSul acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A Pampa deverá concluir a obra objeto desta portaria no prazo de 50(cinquenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a Pampa deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela ViaSul, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 7º A Pampa assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual.

Art. 9º A Pampa deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à ViaSul cópia do projeto "As built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência da ANTT.

Parágrafo Único. A Pampa abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 889, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 173 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, o art. 3º do Decreto nº 8.420, de 18/03/2015, e o art. 24 do Anexo I do Decreto nº 8.489, de 10/07/2015, alterado pelo Decreto nº 10.367, de 22/05/2020, e tendo em vista o constante do processo nº 50600.006666/2022-02, resolve:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 1.365, de 18/08/2014, publicada na Seção 1, página 92 do Diário Oficial da União de 20/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 22144406, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/88734 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ELECTI SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 43.446.912/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente THATIKAL SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ nº 09.232.350/0001-58:

8 (oito) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente THATIKAL SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ nº 09.232.350/0001-58:

144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.159, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/82496 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SSMCEMAX SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 21.345.898/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2605/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.160, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/91925 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa LE GUARD SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 28.239.328/0001-84, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 92/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.161, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/101858 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SVA SEGURANÇA E VIGILANCIA ARMADA EIRELI, CNPJ nº 08.944.765/0001-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 102/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.162, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/102827 - DPF/ANS/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EGOSERVICE - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 04.814.095/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 363/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.163, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/104297 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRAJUR SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA EPP, CNPJ nº 23.934.050/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 389/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.164, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/105450 - DELESP/DREX/SR/PF/MT, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RONDAI SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº 10.398.803/0002-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 358/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.165, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/1345 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ASSOCIACAO ALPHAVILLE RESIDENCIAL 3, CNPJ nº 51.243.905/0001-23, para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.166, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/2464 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SC SEGURANÇA PRIVADA EIRELLI, CNPJ nº 15.033.433/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 183/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.167, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/2484 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SCOLTT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 11.866.801/0001-50, especializada em segurança privada,

na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 412/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.168, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3064 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa GST SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 10.519.744/0001-70, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente ROTA CERTA SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 10.931.549/0001-53:

2 (duas) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente ROTA CERTA SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 10.931.549/0001-53:

48 (quarenta e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.169, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3129 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MODUS CENTRO DE FORMACAO E RECICLAGEM EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 10.385.850/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 239/2022 (CNPJ nº 10.385.850/0001-09); nº 375/2022 (CNPJ nº 10.385.850/0003-70) e nº 240/2022 (CNPJ nº 10.385.850/0002-90).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.170, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3136 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa C P V - CENTRAL PAULISTA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 71.536.619/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 241/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.171, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3169 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRADOCK SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 22.392.400/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 395/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.172, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3467 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARAJÁS SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 29.758.317/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 370/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.173, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/3537 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARMADA REAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.604.767/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 365/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.174, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5597 - DPF/GRA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa ALCATEIA SEGURANCA - LTDA. - ME, CNPJ nº 18.836.419/0001-43, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente J.H. EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.418.955/0001-99:

22 (vinte e duas) Pistolas calibre .380

12 (doze) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente J.H. EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.418.955/0001-99:

254 (duzentas e cinquenta e quatro) Munições calibre 12

972 (novecentas e setenta e duas) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.175, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/8093 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Conceder autorização à empresa NEUTRON SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 18.200.565/0001-88, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

5 (cinco) Pistolas calibre .380

3 (três) Revólveres calibre 38

275 (duzentas e setenta e cinco) Munições calibre .380

90 (noventa) Munições calibre 12

210 (duzentas e dez) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.176, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/8577 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0120-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 399/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.177, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/8786 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE ALDEIA DA SERRA RES. MORADA DOS PASSAROS, CNPJ nº 51.246.239/0001-87 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.178, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/106078 - DPF/DRS/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGILÂNCIA FORT SAFE LTDA, CNPJ nº 15.721.961/0002-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 233/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.179, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/8816 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 5497 de 27/08/2021 à empresa GRO SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ/MF nº 22.514.693/0003-35, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.180, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/8893 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa VIRTUS CURSO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA ME, CNPJ nº 11.487.275/0002-07, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9036 (nove mil e trinta e seis) Munições calibre .380

5000 (cinco mil) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380, 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.181, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/9898 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO MAXI SHOPPING JUNDIAI, CNPJ nº 58.387.614/0001-58 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.182, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/9918 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa TRAINING DE FORMACAO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 65.032.997/0001-07, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
9818 (nove mil e oitocentas e dezoito) Munições calibre .380
3708 (três mil e setecentas e oito) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Gramas de pólvora
80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38
9970 (nove mil e novecentas e setenta) Espoletas calibre .380
9970 (nove mil e novecentos e setenta) Projéteis calibre .380
3597 (três mil e quinhentas e noventa e sete) Buchas calibre 12
2908 (duas mil e novecentas e oito) Espoletas calibre 12
3708 (três mil e setecentos e oito) Estojos espoletados calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
54 (cinquenta e quatro) Armas de choque elétrico de contato direto
1000 (uma mil) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto
270 (duzentos e setenta) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
54 (cinquenta e quatro) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
270 (duzentas e setenta) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)
270 (duzentas e setenta) Granadas fumígenas de sinalização
1000 (uma mil) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico
54 (cinquenta e quatro) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)
180 (cento e oitenta) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo
180 (cento e oitenta) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos
270 (duzentos e setenta) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.183, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/10075 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa PAX SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 36.097.957/0001-45, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.184, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/10426 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa SECURITY TRAINING CENTER - CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.781.749/0001-37, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
40000 (quarenta mil) Espoletas calibre 38
6689 (seis mil e seiscentos e oitenta e nove) Gramas de pólvora
40000 (quarenta mil) Projéteis calibre 38
15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380
15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380
2500 (duas mil e quinhentas) Buchas calibre 12
60 (sessenta) Quilos de chumbo calibre 12
2500 (duas mil e quinhentas) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.185, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/10496 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa BBC SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.401.987/0001-44, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Da empresa cedente VIPAC SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.534.128/0001-60:
58 (cinquenta e oito) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Espingardas calibre 12
3 (três) Pistolas calibre .380
135 (cento e trinta e cinco) Munições calibre .380
72 (setenta e duas) Munições calibre 12
996 (novecentas e noventa e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.186, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/10741 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa VERZANI & SANDRINI SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0001-27, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
218 (duzentas e dezoito) Munições calibre .380
25 (vinte e cinco) Munições calibre 12
910 (novecentas e dez) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.187, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/10816 - DPF/PNG/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa PFEFFER & MACHADO SEGURANCA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 25.043.876/0001-46, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0001-08:
4 (quatro) Espingardas calibre 12
Da empresa cedente POLISERVICE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 73.946.238/0001-88:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
60 (sessenta) Munições calibre 38
96 (noventa e seis) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.188, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/10891 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa GUARD ANGEL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 00.809.803/0001-91, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente MENIYA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 25.080.502/0002-81:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.189, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/10950 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa D P WORLD INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA, CNPJ nº 84.453.224/0001-49 para atuar no Amazonas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.190, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11057 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AVAN PIZZARIA LTDA, CNPJ nº 06.059.225/0001-08 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.191, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11321 - DELESP/DREX/SR/PF/AL, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CUNHA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 06.247.344/0001-86 para atuar em Alagoas.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.192, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11332 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EDIFICIO PAULISTA BUSINESS CLASS, CNPJ nº 06.115.913/0001-30 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.193, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/11367 - DPF/CAC/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COAGRU COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL UNIÃO, CNPJ nº 77.198.794/0001-74 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 22149230, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08490.000446/2022-95 DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa EMBRACON SEGURANÇA E VIGILANCIA S/A, CNPJ/MF nº 04.452.053/0001-02, localizada no Estado de Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PORTARIA DG Nº 272, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, observado o contido no processo nº 08650.077147/2021-88, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do Planejamento Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período 2021 a 2028 (Estratégia PRF 2021-2028).

Parágrafo único. A Estratégia PRF 2021-2028 é única para todo o órgão e goza de efeito vinculante, devendo nortear todas as instâncias de tomada de decisão e de execução da instituição, com escopo na missão e em busca da visão de futuro, balizada por seus valores.

Art. 2º A Estratégia PRF 2021-2028 é integrada por:

I - revista da estratégia;

II - plano diretor;

III - planos táticos; e

IV - indicadores de desempenho estratégico.

Art. 3º A revista da estratégia é um artefato que contém o suporte metodológico de sustentação da Estratégia PRF 2021-2028 sendo composta por:

I - referencial estratégico:

a) missão;

b) visão; e

c) valores da instituição;

II - resultados institucionais com as entregas que a organização efetivamente se compromete junto à sociedade e ao Governo;

III - objetivos estratégicos segmentados em pessoas/recursos e processos internos, os quais a instituição pretende alcançar, visando atingir sua visão de futuro, distribuídos nas perspectivas; e

IV - mapa estratégico com a representação gráfica da Estratégia PRF 2021-2028, visando facilitar sua comunicação e disseminação, contendo a missão, visão e valores, além dos resultados e objetivos definidos pelo planejamento, ligados por uma relação de causa e efeito.

Parágrafo único. A revista da estratégia será validada e publicada por meio de portaria do Diretor-Geral.

Art. 4º O plano diretor é o instrumento integrador dos diversos eixos temáticos da instituição, que desdobra a Estratégia PRF 2021-2028 em períodos de dois ou três anos e estabelece diretrizes e projetos estratégicos.

§ 1º Durante a vigência da Estratégia PRF 2021-2028 deverão ser publicados três planos diretores para cada período, respectivamente:

I - 2021-2022;

II - 2023-2025; e

III - 2026-2028.

§ 2º O plano diretor será validado e publicado por meio de portaria do Diretor-Geral.

§ 3º Por força da Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019, do Ministério da Economia, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Rodoviária Federal (PDTIC-PRF) será o documento de alinhamento entre as estratégias e os planos de TIC e a Estratégia da organização.

§ 4º O PDTIC-PRF deverá ser atualizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e encaminhado à Direção-Geral em até 90 (noventa) dias após a publicação desta Portaria, em observância à previsão da Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019, do Ministério da Economia, de que esteja alinhado tanto com a Estratégia de Governo Digital quanto com o Planejamento Estratégico Institucional.

§ 5º O PDTIC-PRF deverá, preferencialmente, ter a mesma vigência de cada um dos Planos Diretores publicados durante o período 2021-2028, de forma a prever e priorizar ações de TIC que digam respeito a entregas previstas nos Projetos Estratégicos.

Art. 5º Os planos táticos são os instrumentos que estabelecem as diretrizes e a priorização de iniciativas táticas, em conformidade com as diretrizes estratégicas estabelecidas no plano diretor vigente.

§ 1º Durante a vigência da Estratégia PRF 2021-2028, cada Diretoria e cada Superintendência deverá publicar os respectivos planos táticos referentes aos períodos:

I - 2021-2022;

II - 2023-2025; e

III - 2026-2028.

§ 2º Os planos táticos serão validados e publicados, no âmbito de suas respectivas competências, por meio de portaria dos Diretores ou dos Superintendentes.

§ 3º Os planos táticos 2021-2022 terão como foco o realinhamento dos Planos Táticos Regionais homologados por meio da Portaria DG nº 381, de 20 de novembro de 2020 (29039662) aos atuais Objetivos Estratégicos, previstos na Portaria DG/PRF nº 686, de 30 de setembro de 2021 (SEI Nº 35721749), e às diretrizes previstas no Plano Diretor 2021-2022.

§ 4º As Diretorias que tiverem publicado seus respectivos Planos Táticos 2021-2022 devem realizar sua revisão para realinhamento à Estratégia ora publicada.

§ 5º As Diretorias que não tiverem publicado seus respectivos Planos Táticos 2021-2022 ficam dispensadas de fazê-lo, uma vez que, no segundo semestre de 2022, todas as Diretorias e Superintendências serão orientadas pela Coordenação-Geral de Estratégia Institucional (CGE) a confeccionarem seus Planos Táticos 2023-2025.

Art. 6º Os indicadores de desempenho estratégico são índices obtidos a partir da conjunção e correlação de dados relevantes para gestão, com objetivo de avaliar o desempenho institucional em relação aos fatores críticos para o alcance da visão estratégica.

Parágrafo único. Os indicadores de desempenho estratégico serão validados e publicados por meio de portaria do Diretor-Geral.

Art. 7º É vedada a elaboração, manutenção ou divulgação de quaisquer outros planos internos da PRF com características de planejamento estratégico, assim como outras formas de missão, visão e valores diferentes dos previstos na Estratégia PRF 2021-2028.

Art. 8º A implementação da Estratégia PRF 2021-2028 será monitorada por indicadores de desempenho estratégico e metas associadas aos objetivos estratégicos e aos resultados institucionais.

Art. 9º Incumbe à Diretoria-Executiva orientar e acompanhar o desdobramento da Estratégia PRF 2021-2028, estabelecer a metodologia e os prazos a serem observados pelas Superintendências e Diretorias, bem como promover revisões periódicas, necessárias à atualização do plano diretor.

Art. 10. Fica revogada a Portaria DG nº 84, de 09 de fevereiro de 2021.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

SILVINEI VASQUES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DECISÃO Nº 9, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Decisão nº 9/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência a imigrante, Resolução Normativa 14/2017
Processos: 47039.020525/2021-21 - 08018.009802/2022-11
Interessado(s): ROBERT WOTTON - IGREJA DO CULTO ECLETICO DA FLUENTE LUZ UNIVERSAL

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, decide pelo indeferimento do presente recurso, em razão de a recorrente não trazer fatos ou documentos que já não tenham sido objeto de análise anterior feita pela Administração ou que conduzam à alteração da decisão recorrida, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

LIGIA NEVES AZIZ LUCINDO

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS

Despacho nº 753/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Número do processo: 235881.0006536/2020
Requerente: ENSA SAMBU
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, o comprovante de residência dos quatro anos imediatamente anteriores ao pedido de naturalização e cópia integral do passaporte, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Despacho nº 754/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo MJSP nº 235881.0009590/2020
Interessado: Rosineia Marques de Oliveira
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida, visto que a interessada é brasileira, conforme informações constantes na Cédula de Identidade Brasileira apresentada e o parecer da Polícia Federal, verifica-se, assim, que ela não se encaixa no disposto no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 755/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo MJSP nº 235881.0008555/2020
Interessado: Douglas Harrison Engle
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente excedeu o limite legal de ausências do país, portanto, não atende às exigências contidas no art. 67, Lei n 13.445, de 2017.

Despacho nº 756/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessada: Ana Cristina Nunez Tucker
Processo: 235881.0007485/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pelo não cumprimento de exigências, tendo em vista que a requerente não apresentou tradução e apostilamento da certidão de antecedentes criminais do país de origem, nos termos do art. 40, Lei nº 9.784, de 1999.

Despacho nº 757/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: LEXIMER BELVY
Processo: 235881.0033086/2021
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pelo não cumprimento de exigência, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, nos termo do art. 40, Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 758/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: Jn Orel Omestil
Processo: 235881.0011833/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pelo não cumprimento de exigência, tendo em vista que o requerente não apresentou documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, que se enquadre nas condições elencadas na Portaria nº 623, de 2020, nos termos do art. 40, Lei nº 9.784, de 1999.

Despacho nº 759/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo nº: 235881.0011456/2020
Interessado: FRENIO PIERRE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida, pelo não cumprimento de exigência, tendo em vista que o requerente não apresentou legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, nos termos do art. 40, Lei nº 9.784, de 1999.

Despacho nº 760/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: Winshel Altidor
Processo: 235881.0010943/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não apresentou documento válido previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 761/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo nº: 235881.0009564/2020
Interessado: RAMI HATOUM
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida, pelo não cumprimento de exigências, tendo em vista que o requerente não apresentou todos os documentos necessários para instrução do processo de naturalização, nos termos do art. 40, Lei nº 9.784, de 1999.

Despacho nº 762/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção do Indeferimento
Interessado: OSNIC CEZAIRE
Processo: 235881.0009423/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não apresentou a documentação necessária para análise do pedido, disposta no anexo I, da Portaria retromencionada, contrariando o disposto nos incisos II, III e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 234, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 763/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção do Indeferimento
Interessado: BOUTAYEB KHARMOUCH
Processo: 235881.0009360/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não comprovou a proficiência em língua portuguesa, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem devidamente apostilada e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 764/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo nº: 235881.0009083/2020
Interessado: PABLO EDUARDO BARBOSA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não reside no país por prazo indeterminado, contrariando o disposto no inciso II, art. 65, Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221, do Decreto 9.199, de 2017.

Despacho nº 765/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: FLORA JOÃO
Processo: 235881.0008955/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente não atende à exigência contida no Art. 65 c/c inciso II do Art. 66 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c Art. 237 do Decreto 9.199/2017, vez que o imigrante não apresentou as certidões de antecedentes criminais da Justiça Estadual e federal, além de não anexar o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, devidamente legalizado e/ou apostilado e traduzido por tradutor público juramentado.

Despacho nº 766/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo MJSP nº 235881.0008081/2020
Interessado(a): HASSAN KASSEM
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente se ausentou do Brasil por um período superior a 13 meses no período de 4 (quatro) anos anteriores pedido de naturalização e, portanto, não atende à exigência contida no art. 65, inciso II da Lei 13.445/2017 c/c §2º, art. 233, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 767/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo MJSP nº 235881.0007621/2020
Interessado: SAMAR FAOUR
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente se ausentou por 3 anos e 2 meses do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 768/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: EHIJIATOR EUGENE AKHATOR
Processo: 235881.0007541/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pelo não cumprimento de exigências, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal, nos termos do art. 40, da Lei nº 9.784, de 1999.

Despacho nº 769/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: MARINELA GONÇALVES FUTA
Processo: 235881.0006466/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, vez que, mesmo devidamente notificada, não apresentou a certidão de país de origem, devidamente legalizada e/ou apostilada, com tradução pública juramentada e não foi anexada a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal do local onde residiu nos últimos anos.

Despacho nº 770/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: ANDRES THENOR
Processo: 235881.0006672/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso II e III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, vez que não apresentou documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, além de não comprovar sua residência no Brasil por, no mínimo, quatro anos imediatamente anteriores ao pedido e a certidão de antecedentes criminais não está legalização e/ou apostilada.

Despacho nº 771/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo MJSP nº 235881.0006429/2020
Interessado: YAMILKA CECILIA MENDEZ REVILLA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessado o disposto nos incisos IV art. 65 da Lei nº 13.445/2017, considerando que a requerente não apresentou as certidões de antecedentes criminais da Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, a tradução, por tradutor público juramentado no Brasil, da certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como, a íntegra do seu passaporte.

Despacho nº 772/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Interessado: WILQUENCE REGISTE
Processo: 235881.0006193/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pelo não cumprimento de exigências, tendo em vista que o requerente não apresentou legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, e documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, nos termos do art. 40, Lei nº 9.784, de 1999.

Despacho nº 773/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção do Indeferimento
Interessado: NYABEYE MARDOCHE
Processo: 235881.0005867/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não comprovou a proficiência em língua portuguesa e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 774/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento
Processo MJSP: nº 235881.0005429/2020
Interessado: MD DUDU MIAH
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos II e IV do Art. 65 c/c inciso II do Art. 66 da Lei nº 13.445/2017, considerando que o estrangeiro não apresentou o atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido no Brasil por tradutor público juramentado, cópia integral do passaporte e comprovante de residência recepcionado pela Portaria 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 775/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção do Indeferimento
Processo naturalizar-se n° 235881.0005012/2020
Interessado: NAWAF MOHAMMED RIDHA JAWAD AL BADRAN
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando que o estrangeiro não comprovou a residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, imediatamente anterior a data do pedido, bem como não comprovou a proficiência em língua portuguesa, conforme disposto nos incisos II e III, do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 776/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção do Indeferimento
Processo naturalizar-se n° 235881.0003394/2020
Interessado: CLEEFORD ANDRE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o estrangeiro não apresentou toda a documentação exigida para análise do pedido de naturalização ordinária, contrariando o disposto no anexo I, da Portaria retromencionada e art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 777/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção do Indeferimento
Interessado: YUSEL MARRERO GOMEZ
Processo: 235881.0001551/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de residência recepcionado pela Portaria retromencionada, a Declaração Pública de União Estável está desatualizada, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem e, portanto, não atende às exigências contidas na Portaria retromencionada e nos incisos II e IV, do art. 65 c/c art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 778/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção do Indeferimento
Interessado: AICHA SOFIA MAYIMONA
Processo: 235881.0009353/2020
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, pelo não cumprimento do requisito de não possuir capacidade civil, posto que a solicitação foi formalizada de forma inadequada, bem como, da fixação de residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, conforme previsto no inciso I, do art. 65 c/c art. 70, ambos da Lei 13.445/2017.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 162, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDULLAH AHMAD KALAM- G413477V, natural da Síria, nascido em 03 de janeiro de 1993, filho de Ahmad Kalam e de Sawsan Saraj Aldeen, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0008875/2020);

BRUNO MIGUEL GARCIA BARBOSA - G175800P, natural de Portugal, nascido em 5 de janeiro de 1983, filho de José Francisco Sousa Barbosa e filho de Maria Helena, residente no estado do Rio Grande do Sul (Processo 235881.0016371/2020);

CASTRO KATOLO JO - F141198J, natural de Angola, nascido em 24 de abril de 1982, filho de Castro Katolo e filho de Godeliva Nzande, residente no estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0014522/2020);

CINDY CHARLENE QUESNEL BARROS - G092813Q, natural da França, nascida em 09 de maio de 1989, filha de Michel Jean André Quesnel e de Marie Josephe Catherine Adele Vrignaud , residente no estado de Pernambuco (Processo nº 235881.0009101/2020);

EDUIN YULIAN ARANGO GOEZ - V602168-W, natural da Colombia, nascido em 19 de junho de 1980, filho de Maria Isabel Goez e de Jose Luis Arango, residente no estado de Sergipe (Processo n° 235881.0009713/2020);

FALAH NEHME - V626665-N, natural do Líbano, nascido em 01 de janeiro de 1983, filho de Fatme Nabelsi e Mahmoud Ali Ali Nehme, residente no estado do Paraná (Processo nº 235881.0011487/2020);

GUILLERMO ROMER - V839952-M , natural da Argentina, nascido em 11 de maio de 1981, filho de Elba Beatriz Casetta e de Juan Carlos Romer, residente no estado de São Paulo (Processo n° 235881.0008347/2020);

IVAN GONZALEZ VEGA - G275585-X, natural de Cuba, nascido (a) em 30 de setembro de 1982, filho de Martha Eludina Vega Mendez e de Berto Gonzalez Domenech, residente no estado do Pará (Processo nº 235881.0010338/2020);

JANNY CARRASCO MEDINA-G052104-5, natural de Cuba, nascida em 13 de março de 1983, filha de Enrique Ventura Carrasco Armas e de Delia Caridad Medina Acosta, residente no estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0014558/2020);

JOEY MICHAEL RODRIGUEZ - V9462729, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 4 de janeiro de 1977, filho de Jose Arcadio Rodriguez e filho de Sara Cabrera Prieto, residente no estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0015197/2020);

MARIYA ANATOLEVNA LIPAGINA - G093274P, natural de Uzbequistão, nascida em 06 de setembro de 1990, filha de Khalima Kurbanovna Lipagina e de Anatoliy Dmitrievich Lipagin, residente no estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0051253/2021);

MARIA ALEJANDRA TERAN NAVARRO DA SILVA - G100043W, natural da venezuela, nascida em 30 de julho de 1984, filha de Aracely Navarro de Teran e de Rafael Angel Teran Moreno, residente no estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0055829/2021);

MD ENAMUL HAQUE - G165755-A, natural de Bangladesh, nascido em 1 de abril de 1991, filho de Md abdul malik e de Kamrun nessa, residente no estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0113918/2021).

MUHAMMAD SULEMAN - G293056-L, natural do Paquistão, nascido em 10 de abril de 1988, filho de Haleema Bibi e de Johar Ali, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0015881/2020);

NAVEED KHAN - G224150-T, natural do Paquistão, nascido em 1 de abril de 1984, filho de Mumtaz Muhammad Khan e de Sadaqat Mumtaz, residente no estado de Goiás (Processo nº 235881.0082202/2021);

NELSON MURCIA GARCIA - G329360N, natural de Cuba, nascido em 06 de setembro de 1990, filho de Nelson Murcia Alonso e de Margarita de las Mercedes García Valdés, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0002639/2020)

OBIOMA MARYANN OKONKWO- V5975500, natural da Nigéria, nascido 27 de maio de 1982, filha de Peter Udeze e filha de Lucy Udeze, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0004222/2020);

ORLANDO RAMON FLORES SILVA - V449273-R , natural da Venezuela, nascido em 23 de outubro de 1995, filho de Mariel Silva de Flores e de Orlando Jose Flores Valera, residente no estado de São Paulo (Processo n° 235881.0005687/2020);

SAMI SHABBIR MALIK - F154506-D, natural do Paquistão, nascido em 17 de fevereiro de 1989, filho de Efat Jabeen Lodhi e de Ghulam Shabir Malik, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0004642/2020);

WILLIAM ALARAMOUNI - G212152-4, natural da Síria, nascido em 19 de março de 1981, filho de Amira Nofal e de Fouzi Alaramouni, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0004616/2020)

YAMILET CASTRO AVILA - G288585-C, natural de Cuba, nascida em 4 de junho de 1970, filha de José Del Carmem Castro Carbonell e de Bertha Estrella Avila García, residente no estado da Bahia (Processo nº 235881.0017704/2020);

YOSIEL FERNÁNDEZ CRUZ - G3682276, natural de Cuba, nascido em 01 de maio de 1983, filho de Jacinto Antonio Fernández Bravo e de Irene Cruz Oliva , residente no estado de Pernambuco (Processo nº 235881.0006973/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 742/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0027736/2021
Interessado: YADLEY MICHEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

Despacho nº 743/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0019480/2020
Interessado: MAME THIERNO DIOP

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 94 dias do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 51, da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 744/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0003825/2020
Interessado: Ratan Chandra Barmon

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 745/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0017677/2020
Interessado: ABDOU KHADIRE MBENGUE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, previsto na Portaria nº 623/2020, bem como original da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, nos termos da legislação vigente, e que tais exigências não foram atendidas pelo naturalizando, indefere o pedido tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 746/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0017174/2020
Interessado: IBRAHIMA MBAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 747/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016705/2020
Interessado: JOHN CIDER ELNEUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista que o requerente não atende o requisito previsto no inciso IV, do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 748/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016214/2020
Interessado: GINO ZUÑAGUA VALDEBENITO

A COORDENADORA DO PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que, notificado no prazo regulamentar, o estrangeiro não apresentou toda documentação exigida e indispensável para o procedimento de naturalização ordinária, indefere o pedido, tendo em vista o disposto no art. 65 da Lei n° 13.445, de 24 de maio de 2017 c/c art. 234, do Decreto n° 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Despacho nº 749/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013797/2020
Interessado: LUCY ARICARA MANUYAMA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou os documentos exigidos para a instrução do processo e, portanto, não atende à exigência contida no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 750/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013556/2020
Interessado: LUC PHANORD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a anexação de documentos necessários para a devida instrução processual, que não foi anexado, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 65, da Lei 13.445/2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

Despacho nº 751/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013190/2020
Interessado: MD SHAHAN UDIN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado para o requerente a apresentação de documentos necessários para a devida instrução processual, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 65, incisos III e IV, da Lei 13.445/2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

Despacho nº 779/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0049492/2021
Interessado: ADRIANA ISABEL SAMANIEGO MACHUCA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da certidão da Justiça Estadual/Federal e a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foram apresentadas até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 780/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0024834/2021.
Interessado: ABELO CLERJUSTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 781/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0011897/2020.
Interessado: GABRIEL FEDERICO RIVERO LERRENA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 782/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0024870/2021.
Interessado: MOSTAFA MOHAMED MOSTAFA AHMED SOLIMAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou nenhum dos documentos previstos pela legislação e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 783/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0025966/2021
Interessado: HENRICHEL PIERRE.A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 784/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0026024/2021
Interessado: CARLOS ALI TELESPHORE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 785/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0022366/2021
Interessada: Claudia Toussaint

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, bem como a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 786/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0004359/2020
Interessado: ELHAM AHMAD ABDUL SALAM EL ALI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS ou O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a interessada não preenche os requisitos do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 787/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0024831/2021
Interessado: ADIBO PIERRE DJEBOLAUD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente faz jus à redução de prazo, porém não possuía 1 ano de residência por prazo indeterminado na data do pedido e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 788/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0019717/2020
Interessada: YUSEINY BETANCOURT LAGUARDIA PAVLAK

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes sem a legalização no Brasil e sem tradução feita por tradutor juramentado, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 789/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0027736/2021.
Interessado: YADLEY MICHEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

Despacho nº 790/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0007450/2020
Interessado: MOHAMAD HASAN ALASAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o descumprimento do Art. 65 da Lei 13.445/2017, vez que, mesmo devidamente notificado, o requerente não apresentou o número do RNE.

Despacho nº 791/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0010653/2020
Interessado: MASSAR SARR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, uma vez que não foram apresentados a certidão de antecedentes criminais do país de origem com a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e traduzido no Brasil, por tradutor público juramentado; e documentos complementares de que sabe se comunicar em língua portuguesa.

Despacho nº 792/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0011532/2020
Interessado: AHMAD BAHAA AL MASRI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é menor de idade e, portanto, não atende às exigências contidas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 793/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0004032/2020
Interessado: Ousmane Ba

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou Certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 794/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0009488/2020
Interessado: GONZ MOISES

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou os documentos necessários para instrução do pedido de naturalização, e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 795/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0009683/2020
Interessado: Alexandro Louis

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou todos os documentos necessários para instrução do pedido de naturalização, e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, III, e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 796/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: MOHAMMED OSMAN GONI RASEL
Processo: 235881.0008795/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou tradução e legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, e não conseguiu comunicar-se em língua portuguesa durante o atendimento presencial na PF, portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 797/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0009823/2020
Interessado: Junior Lovin

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou todos os documentos necessários para instrução do processo de naturalização, e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, III, e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 798/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0011142/2020
Interessado: Luayi Makubika Jeferson

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a/o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 799/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: AHMAD KHALIL
Processo: 235881.0001764/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente já foi naturalizado por meio do processo SEI 08505.009337/2020-65, conforme Portaria nº 3.504, de 06 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 7 de julho de 2021.

Despacho nº 800/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0012139/2020
Interessado: Edison André Velasquez Coca

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 330 (trezentos e trinta) dias do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c do art. 51 da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 801/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0009409/2020
Interessada: Paola Milusska Sandoval Cerron

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por 312 dias do Brasil, e também apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução feita por tradutor juramentado no Brasil, e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 51 da referida Portaria, bem como inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, respectivamente.

Despacho nº 802/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0012697/2020
Interessado: Jesus Emílio Bravo Garcia

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado de no mínimo 04 (quatro) anos e, não tendo apresentado os documentos exigidos para a instrução do processo e, portanto, não atende à exigência contida no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 803/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: BRAIMA CAMARÁ
Processo: 235881.0004561/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou comprovante de situação cadastral do CPF - Cadastro de Pessoas Físicas pendente de regularização, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 804/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0009665/2020
Interessado: MD SULTAN AHMED

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS ou O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem no prazo de validade de 180 dias, bem como o comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa está em desacordo com a Portaria 623/2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre os requisitos previstos nos incisos III e IV, do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 805/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0009586/2020
Interessado: ABBASS KHALIFE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou todas as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiça Federal e a Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada junto às repartições consulares brasileira no exterior e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 806/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0022131/2021
Interessado: DACHENA CORVIL SOIFAITE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não comprovou a proficiência em língua portuguesa com documento previsto no art. 5°, da Portaria retromencionada, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada junto às repartições consulares brasileira no exterior e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado e, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 807/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0014219/2020
Interessado: HERMENEGILDO DA COSTA PAULO BARTOLOMEU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por mais de 3 meses do Brasil e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 237, inciso I do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 808/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0022094/2021
Interessado: LANDY NOEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pelas Justiça Estadual de 1° grau dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada junto às repartições consulares brasileira no exterior e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 809/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0009731/2020
Interessado: ERNESTO EDUARDO JAIME FELICIANO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 810/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0028886/2021
Interessada: KARLA GLORIMAR CARRASQUEL CEDENO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 65, inciso II da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 811/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0009542/2020
Interessado: Bismarck Dumarsais

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, e Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e portanto não atende às exigências contidas nos incisos III, e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 812/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0028458/2021
Interessada: LUDNIE MITIAL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 65, inciso II da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 813/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0028688/2021
Interessado: KOMLAN DAGBA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 65, inciso II da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 814/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0027025/2021.
Interessada: AFFOUE MARIGOT KOUADIO EPSE DJASSA BI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 65, inciso II da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 815/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se: nº 235881.0046570/2021
Interessado: MIRACIEN ARTHUR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou a residência dos últimos 04 (quatro) anos, imediatamente anteriores a data do pedido, não comprovou a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto nos §§ 4° e 5°, inciso I, letra "d", do art. 5°, da Portaria supramencionada, bem como, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e, portanto não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 816/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se: nº 235881.0049023/2021
Interessada: BERNATRICE HOLD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou a residência dos últimos 04 (quatro) anos, imediatamente anteriores a data do pedido, não comprovou a proficiência em língua portuguesa em conformidade com o previsto nos §§ 4° e 5°, inciso I, letra "d", do art. 5°, da Portaria supramencionada, não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, bem como, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e, portanto não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 817/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0055880/2021
Interessado: SERGO THEARD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a apresentação de atestado de antecedentes criminais do país de origem, da certidão da Justiça Federal e de comprovante válido de capacidade de comunicação em língua portuguesa, os quais não foram apresentados até o presente momento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento dos incisos III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 818/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0063347/2021
Interessado: Elizabeth Salas Milla

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 819/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0063310/2021
Interessado: Arturo Ulises Fernandez Perez

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 820/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0004697/2020
Interessado: SAINT HILAIRE FLAVIDE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, e certidão de antecedentes criminais emitida pelo País de Origem, portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 821/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0007252/2020
Interessado: YUNAIDIS ALARCON VAZQUEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 822/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0021991/2021
Interessado: WILNER PAUL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou as certidões de antecedentes criminais emitidas pelas Justiça Federal e a Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, bem como, não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem legalizada junto às repartições consulares brasileira no exterior e traduzida, no Brasil, por tradutor público juramentado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 823/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0014386/2020
Interessado: Sene Carlos Indjai

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Despacho nº 1/2022/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Aidar Khakimianov
Processo: 08018.011437/2021-24

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 2/2022/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MARCELO ANTONIO FRANCISCHELLI
Processo: 08018.011906/2021-13

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/9

Despacho nº 3/2022/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Wandrey Leal dos Santos Gouveia
Processo: 08018.017432/2021-13

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

Despacho nº 4/2022/DINAT_AVERBACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: AMENEH DARVISHI ZADEH
Processo: 08084.005119/2021-31

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, arquiva o processo, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784/99.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que os dados corretos de LAREEN TAHA ABUBAKER ALTURKI, incluída na Portaria CPMIG nº 42 de 14 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de janeiro de 2022, cuja a averbação de correção dos dados da naturalizada foi publicada no Diário Oficial da União do dia 03 de Fevereiro de 2022, Seção 1, página 71, são: LAREEN TAHA ABUBAKER ALTURKI, natural da Ucrânia, filha de Taha Abubaker Mustafa Alturki e Areij Emhmmed Ezeddin Abunaama e não como constou. Processo n° 08018.010382/2022-16

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a exata data de nascimento de NEGOL BASMAJIAN - G265076-N, incluído na Portaria CMIG nº 132, de 08 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 2022, é 14 de janeiro de 1998, e não como constou. Processo n° 08084.001010/2022-13

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que, a exata data de nascimento de Alberto Candolo, na conformidade do art. 1º, § 5º do Decreto n.º 6.948, de 14 de maio de 1908, combinado com o art. 25 do Decreto-lei n.º 389 de 25 de abril de 1938, é 04 de junho de 1887, e não como constou. Processo n° 08018.031045/2021-81

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o exato nome da genitora de Alberto Candolo, na conformidade do art. 1º, § 5º do Decreto n.º 6.948, de 14 de maio de 1908, combinado com o art. 25 do Decreto-lei n.º 389 de 25 de abril de 1938, é ELISABETTA CESCON, e não como constou. Processo nº 08018.031045/2021-81

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que, a exata data de nascimento de MUAUKA NSANGAMAYI PATIENCE, incluída na Portaria da CMIG nº 4.230, de 30 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 01 de dezembro de 2021, é 02 de fevereiro de 1991, e não como constou. Processo nº 08084.001013/2022-49

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que, JULIA SALU, incluída na Portaria CMIG nº 840, de 02 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 03 de abril de 2020, passou a assinar JULIA SALU NSILULU, em virtude de haver contraído matrimônio com Michard Dibatengi Nsilulu, em 02 de setembro de 2020, conforme certidão expedida pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Nova Iguaçu - Estado do Rio de Janeiro, extraída do Livro nº 141-B, folha 248, termo 53214. Processo nº 08000.034287/2021-16

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o exato nome do genitor de HEND MOHAMAD MAHMOUD, incluída na Portaria da SNJ nº 566, de 17 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2019, é MOHAMAD MAHMOUD, e não como constou. Processo nº 08018.053570/2021-58

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o exato nome do genitor de CLEVER MENDEZ ESCOBEDO, incluído na Portaria Naturalização nº 2.878, de 23 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2020, é ABEL ABELARDO MENDEZ e não como constou. Processo nº 08000.003951/2022-66

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o exato nome de NANCY HAMPARTSOUM KHATCHERIAN FOGAÇA, incluído na Portaria Nº 22, de 28 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 1 de julho de 2019, é NANCY HAMPARTSOUM KHATCHERIAN FOGAÇA, bem como a correta grafia dos nomes de seus genitores são HAMPARSOUM KHATCHERIAN e MARGUERITTE KEMECHIAN, e não como constou. Processo nº 08018.041171/2021-44

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a correta grafia do nome da genitora de LEONARDO SIUNA GUAD, incluído na Portaria de Naturalização nº 4.339, de 15 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2021, é DADA PEDRO DUARTE MONTEIRO e não como constou. Processo nº 08084.000016/2022-65

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o exato nome dos genitores de AHMAD ZARBA, incluído na Portaria da SNJ nº 4.266, de 06 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 07 de dezembro de 2021, é AIMAN ZARBA e TAMADOR FAHER ALDEEN, e não como constou. Processo nº 08018.006878/2022-95

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a correta grafia do nome do genitor de MARIA MBUYA NTUMBA, incluída na Portaria Naturalização nº 4.010, de 18 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2021, é JULES MWAMBA MBUYA e não como constou. Processo nº 08018.006644/2022-48

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a correta grafia do nome do genitor de NANA MAKIESE, incluída na Portaria Naturalização nº 3.674, de 13 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2021, é MAKIESE NDOSIMOU e não como constou. Processo nº 08018.006776/2022-70

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a correta grafia do nome da genitora de ALMEKDAD TALAL FRAG AL WERFELLI, incluída na Portaria Naturalização nº 101, de 28 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022, é KAREEMAH SALEM MOHAMMED ABU HAMEDAH e não como constou. Processo nº 08018.009514/2022-67

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 259, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: VISÕES DO IMPÉRIO (Portugal - 2020)
Produtor(es): Vende-se Filmes
Diretor(es): Joana Pontes
Distribuidor(es): BRETZ FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.000192/2022-09
Requerente: BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA-EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 260, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O ÚLTIMO PAÍS (EL ULTIMO PAIS, Angola / Brasil / Cuba - 2018)
Produtor(es): Belém de Oliveira/Jorge Cohen/Gretel Marín Palacio
Diretor(es): Gretel Marín Palacio
Distribuidor(es): CUP FILMES - IVAN CARLOS DE MELO PRODUÇÕES CULTURAIS ME
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.000234/2022-01
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 261, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: NUNCA FOMOS TÃO MODERNOS (Brasil - 2020)
Produtor(es): JG Produções
Diretor(es): Gustavo Coelho Moretzsohn
Distribuidor(es): PIPA PICTURES
Classificação Pretendida: livre

Gênero: Comédia/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000258/2022-52
Requerente: WALLACE DOS SANTOS ROCHA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 262, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: JURASSIC WORLD - DOMÍNIO - TRAILER 1A (JURASSIC WORLD - DOMINION, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Jcolin Trevorrow
Distribuidor(es): Warner Bros (South) Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Aventura/Ação
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.000309/2022-46
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 263, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: CHAMAS DA VINGANÇA (FIRESTARTER, Estados Unidos da América - 2020)
Produtor(es): Blumhouse Productions/Angry Adam Productions/Boulderlight Pictures/Night Platform/Universal Pictures/Weed Road Pictures
Diretor(es): Keith Thomas
Distribuidor(es): Warner Bros (South) Inc
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama/Suspense/Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000310/2022-71
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 264, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: DOWNTON ABBEY 2 - UMA NOVA ERA - TRAILER 2B (DOWNTON ABBEY 2 - A NEW ERA, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Simon Curtis
Distribuidor(es): Warner Bros (South) Inc
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000311/2022-15
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 265, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: LIGHTYEAR (Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Galyn Susman
Diretor(es): Angus Maclane
Distribuidor(es): THE WALT DISNEY COMPANY (BRASIL) LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação/Aventura
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.000313/2022-12
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 266, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: ASTERIX & OBELIX: SLAP THEM ALL! (França - 2021)
Produtor(es): MR. NUTZ STUDIO
Distribuidor(es): MICROIDS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000043/2022-31

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 267, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: OUTER WILDS (Estados Unidos da América - 2019)
Produtor(es): MOBIUS DIGITAL
Distribuidor(es): ANNAPURNA INTERACTIVE
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Computador PC/PlayStation 4/Xbox ONE/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000107/2022-02

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Despacho SG Nº 214/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000788/2022-92. Requerentes: Mitsui & Co., Ltd., Stima Energia Ltda., Stima Gestão de Recursos Ltda. e Stima Energia Fundo de Investimento Multimercado. Advogados: Francisco Todorov, Isabella Giorgi, Luis Nagalli, Camila Lisboa e Carolina Furlani. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 217/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000834/2022-53. Requerentes: Proquigel Química S.A. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: Leonor Cordovil, Ricardo Motta, Luiz Felipe Drummond e André de Almeida Barreto Tostes. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 218/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000825/2022-62. Requerentes: SBLA Holdings II DE LLC e Contabilizei Company. Advogados: Leonardo Rocha e Silva, Jackson Ferreira e Marina Chakmati. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 220/2022 - Ato de Concentração nº 08700.007344/2021-05. Requerentes: Agro Opportunities S.A., Agroline Comércio de Produtos Veterinários Ltda., Douraline Produtos Agropecuários Ltda. e Lineagro Produtos Agropecuários Ltda. Advogados: Leonardo Rocha e Silva, Jackson Ferreira e Marina Chakmati. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 221/2022 - Ato de Concentração nº 08700.000723/2022-47. Requerentes: Sul América Companhia de Seguro Saúde e Sompo Saúde Seguros S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, José Alexandre Buaiz Neto e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA FUNAI Nº 478, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Permuta Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE por cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de mesmo nível e categoria, no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, alterando a alínea "a" do Anexo II, que trata do Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Fundação Nacional do Índio, da Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017, que aprova o Regimento Interno da Fundação.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, e tendo em vista o art. 7º do Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, e o art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Permutar a Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe de Serviço de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, subordinada à Coordenação Regional de Ji Paraná, código FCPE 101.1, pelo Cargo em Comissão de Chefe de Serviço de Proteção Etnoambiental Madeirinha Juruena III, subordinado à Coordenação de Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha Juruena, código DAS 101.1.

Art. 2° O Anexo II a Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações do Anexo I a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de março de 2022.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

ANEXO I

(Anexo II da Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017)

" a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI:

.....

Regional de Ji Paraná	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
	7		FG-3

.....

COORDENAÇÕES DAS FRENTES DE PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL	11	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	13	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1

....." (NR)

PORTARIA FUNAI Nº 479, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Permuta Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE por cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de mesmo nível e categoria, no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, alterando a alínea "a" do Anexo II, que trata do Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Fundação Nacional do Índio, da Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017, que aprova o Regimento Interno da Fundação.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, e tendo em vista o art. 7º do Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, e o art. 16 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Permutar a Função Comissionada do Poder Executivo de Chefe de Serviço de Apoio Administrativo - SEAD, subordinada à Coordenação Regional de Juruá, código FCPE 101.1, pelo Cargo em Comissão de Chefe da Coordenação Técnica Local em Sena Madureira, subordinada à Coordenação Regional de Alto Purus, código DAS 101.1.

Art. 2° O Anexo II da Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações do Anexo I a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 01 de março de 2022.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

ANEXO

(Anexo II da Portaria nº 666, de 17 de julho de 2017)

" a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI:

.....

Regional do Juruá	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1

.....

COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL	121	Chefe	DAS 101.1
COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL	119	Chefe	FCPE 101.1

....." (NR)

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 99, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Altera parte do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, situado no estado do Maranhão (Processo n° 02123.000221/2018-54)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto n° 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta;

Considerando o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses/MA, aprovado pela Portaria nº 48, de 15 de setembro de 2003; e

Considerando o disposto no processo n° 02123.000221/2018-54; resolve:

Art. 1º Alterar o Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, aprovado pela Portaria n° 48, de 15 de setembro de 2003, conforme anexo.

§ 1º O texto consolidado do Plano de Manejo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses com as alterações realizadas será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

§ 2º Os arquivos digitais, em formato shapefile e kml, com os limites das zonas de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses serão disponibilizados no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 2º O Zoneamento do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses passa a valer como indicado na versão do Plano de Manejo onde foram realizadas as alterações.

Art. 3º A alteração pontual do Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi aprovado pelo Comitê Gestor do ICMBio, conforme estabelecido pela Portaria n° 298, de 26 de junho de 2019.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte a sua publicação.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO

Alterações no Encarte 6 - Planejamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Item 6.2. Zoneamento

Modificação: Atualização da Figura 6.1 - Zoneamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a versão atualizada está disponível na nova versão do Encarte 6 do plano de manejo.

Item 6.2.1 Zona Primitiva, subitem Normas Gerais (página 140)

Onde consta: - Tanto as atividades de pesquisa científica, quanto de proteção e de visitação, serão permitidas desde que não comprometam a integridade dos ecossistemas.

Passa a constar: - As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental.

Onde consta: - Não serão permitidas a implantação e a manutenção de qualquer infra-estrutura nesta Zona.

Passa a constar: - É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.

Inclusão: A instalação e reforma de infraestrutura relacionada a ocupação de população residente será regulada por Termo de Compromisso.

Onde consta: - A visitação deverá ser restrita e acompanhada por pessoal capacitado e autorizado.

Passa a constar: - A visitação com acompanhamento de condutor ou guia será recomendada e incentivada pela unidade, conforme normas institucionais vigentes.

Onde consta: - A fiscalização e a visitação ocorrerão somente a pé.

Passa a constar: O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado apenas quando indispensável para viabilizar as atividades de proteção, manejo, pesquisa e monitoramento ambiental e considerados impraticáveis outros meios.

Normas incluídas:

- O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, quando indispensáveis à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.

- É permitido o uso de fogareiro nas atividades de visitação desta zona.

Item 6.2.2 Zona de Uso Extensivo, subitem Objetivos Específicos (página 141)

Onde consta: - Conferir maior grau de proteção às lagoas Azul, Bonita, Esperança e do Peixe, diminuindo a intensidade de visitação.

Passa a constar: - Conferir maior grau de proteção às lagoas Azul, Bonita, Esperança e do Peixe, ordenando o uso público conforme os resultados do monitoramento de impactos da visitação e demais orientações institucionais.

Item 6.2.2 Zona de Uso Extensivo, subitem Normas Gerais (página 141)

Onde consta: - O acesso dos visitantes, acompanhados de pessoal capacitado, deverá ser precedido dos devidos esclarecimentos sobre as normas de segurança pré-determinadas;

Passa a constar: - A visitação com o acompanhamento de condutor ou guia será recomendada e incentivada pela unidade, conforme normas institucionais vigentes.

- Os visitantes deverão ser orientados e esclarecidos sobre as normas de segurança e conduta em unidades de conservação.

Inclusão da norma: - O uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em atividades coletivas e locais fixos, pré determinados nos instrumentos de gestão do uso público e com material para queima proveniente de fora da UC.

Item 6.2.3 Zona de Uso Intensivo, subitem Limites (página 141)

Onde consta: Esta Zona é composta por dois segmentos, Cantinho e Atins, localizados fora dos limites do Parque, correspondendo às áreas destinadas às edificações dos Centros de Visitantes, a serem definidas por projeto específico conforme apresentado neste Plano de Manejo na seção Áreas Funcionais.

Passa a constar: Esta Zona é composta por dois segmentos localizados fora dos limites do Parque: Cantinho e Atins, e quatro segmentos em seu interior: Canto dos Lençóis, Lagoa Azul, Lagoa Bonita e Lagoa da Andorinha.

a) Os segmentos correspondem às áreas destinadas a instalação de infraestrutura de apoio a visitação, a serem definidas por projeto específico.

Item 6.2.3 Zona de Uso Intesivo, subitem Normas Gerais (página 142)

Inclusão das seguintes normas:

- São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC.

- São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.

- Os efluentes gerados não poderão contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.

- O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades permitidas nesta zona.

- O uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em atividades coletivas e locais fixos, pré determinados nos instrumentos de gestão do uso público, e com material para queima proveniente de fora da UC.

- É permitida a realização de fogo para preparo de alimentos, exclusivamente nos locais pré-determinados nos instrumentos de gestão do uso público, como locais estruturados para piqueniques e churrasqueiras e com material para queima proveniente de fora da UC.

Item 6.2.4 Zona de Uso Especial, subitem Objetivos Específicos (página 142)

Onde consta: - Promover atividades de educação ambiental voltadas para moradores e visitantes.

Passa a constar: - Promover atividades de recreação e educação ambiental voltadas para moradores e visitantes.

Modificação: Atualização do Quadro 6.1 - Critérios de zoneamento e caracterização geral das zonas identificadas para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a versão atualizada está disponível na nova versão do Encarte 6 do plano de manejo.

Modificação: Inclusão do item 6.2.5. Normas Gerais de Uso Público, incluindo as seguintes normas (a inclusão desse tópico não exclui a necessidade de seguimento das normas que continuam dispersas nas Ações Gerenciais Gerais e Áreas Funcionais):

1. Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela administração do Parque e amplamente divulgados.

2. As obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão do uso público na UC devem considerar a adoção de alternativas de mínimo impacto ambiental para sua construção e utilização, preservar a harmonia com a paisagem local, seguir as diretrizes institucionais e legislação vigente e ter seu projeto previamente aprovado pelo órgão gestor.

3. As infraestruturas físicas permanentes de apoio à visitação deverão ser instaladas preferencialmente em áreas já degradadas e não poderão comprometer a continuidade da dinâmica natural dos campos de dunas livres e fixas.

4. O número balizador da visitação - NBV para acesso de visitantes e veículos às áreas e atrativos de visitação da UC será definido pelo ICMBio, no âmbito do protocolo de monitoramento da visitação, conforme o Roteiro de Manejo de Impactos da Visitação (ICMBio, 2011) e demais orientações institucionais.

5. Todo lixo gerado deverá ser transportado para local adequado fora da UC.

6. Os prestadores de serviço autorizados, concessionados e delegados, bem como parceiros decorrentes de outras relações jurídicas estabelecidas formalmente com o ICMBio, são responsáveis pelo tratamento e destinação adequada do lixo gerado durante a operação de suas atividades nas áreas de visitação do parque.

7. O uso de drones na UC poderá ser permitido, desde que de acordo com as normas da ANAC e mediante autorização do órgão gestor.

8. O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC serão admitidos para casos de emergência, resgate e salvamento e atividades de proteção da UC.

9. O voo panorâmico é permitido sobre a UC, exceto sobre a Zona Primitiva e outras áreas indicadas como sensíveis pelo Centro de Pesquisa e Conservação de Aves (CEMAVE) do ICMBio.

9.1. Essa atividade será disciplinada em instrumento de gestão do uso público, que deverá tratar das questões relacionadas às rotas, altura, entre outras definições técnicas, ouvindo o Centro de Pesquisa e Conservação de Aves do ICMBio, e seguindo as orientações das autoridades aeronáuticas competentes, podendo ser objeto de delegação de serviço.

10. O uso de animais de carga e montaria é permitido nas atividades de visitação, exceto na Zona Primitiva.

10.1. Esta atividade será restrita às áreas de visitação e percursos definidos nos instrumentos de gestão do uso público, podendo ser objeto de delegação de serviço.

11. Áreas de lagos, lagoas, mangues e rios com uso de embarcações motorizadas para recreação ou transporte de passageiros serão indicadas em instrumento de gestão de uso público, podendo também ser objeto de delegação de serviços.

12. É proibido a utilização de embarcações motorizadas nas lagoas interdunares.

13. As embarcações devem possuir isolamento acústico e estar com o motor coberto.

14. O uso de aparelhos sonoros no interior da embarcação é restrito às atividades ou eventos autorizados pela administração da UC e seu volume não poderá exceder o ruído do motor da própria embarcação quando em funcionamento.

15. O uso de equipamentos sonoros de pequeno alcance, por exemplo aparelhos de som e instrumentos musicais, são restritos às atividades de pesquisa cientificas, às áreas de moradia e às atividades ou eventos autorizados pela administração da UC.

16. O uso de aparelhos sonoros de longo alcance somente poderá ser autorizado pela administração da UC em situações específicas, que deverá considerar as regulamentações existentes, os impactos ambientais e à experiência de visitação, excetuando-se o uso por moradores ainda não indenizados ou signatários de termos de compromisso, desde que restrito às áreas de suas propriedades.

17. O ordenamento de uso das estradas e o trânsito de veículos motorizados em áreas de dunas, praia e restingas em atividades de visitação serão definidos e disciplinados por instrumento de gestão de uso público.

18. Serão elaborados estudos para avaliar e orientar a definição das estradas e rotas a serem utilizadas nas atividades de visitação, a fim de minimizar os impactos ambientais na UC e evitar conflitos de uso.

19. Será instituído o protocolo de gestão de segurança para a visitação na UC, conforme orientações institucionais vigentes.

20. O comércio e consumo de alimentos e bebidas, incluindo bebidas alcoólicas, será permitido nas áreas de visitação na UC, em locais pré-definidos, conforme instrumentos de gestão do uso público e termos de compromisso.

21. As atividades de uso público não previstas no presente Plano de Manejo poderão ser realizadas desde que compatíveis com zoneamento e normas vigentes e previstas em instrumentos de gestão de uso público.

Item 6.4.1.1 - Ações Gerenciais Gerais Internas, subitem Operacionalização Interna (página 10)

Onde consta: 24. Estabelecer em espaços específicos das instalações do Parque sistema de venda e reserva de ingresso condizente com sua situação. E seus subitens.

Passa a constar: 24. Definir sistemas e condições de venda de ingressos e mecanismos de controle de entrada de visitantes, por meio de instrumentos de gestão do uso público.

Exclusões:

24.1. Regulamentar as isenções de pagamento de ingresso.

24.2. Definir ingresso diferenciado, como estímulo, para os moradores do entorno, principalmente jovens, idosos, alunos de escolas públicas e portadores de necessidades especiais.

24.3. Definir sistema identificador de visitantes através de material que será utilizado durante toda a atividade de uso público, tais como: pulseiras, tornozeleiras, colares, dedais ou outros. E seus subitens.

24.4. Definir o valor das taxas, serviços e facilidades oferecidos pelo Parque, tais como: alojamento para pesquisadores, acampamento, salas para treinamento, espaço para eventos etc.

Onde consta: 27. Oferecer, através de terceirização, os seguintes serviços: estacionamento, transporte no interior da UC, aluguel de bicicleta, lanchonetes, restaurante, passeios de barco e outras atividades aquáticas, trilhas guiadas, lojas de souvenir, áreas de acampamento, atividades de interpretação e demais atividades de uso público, recolhimento e transporte do lixo produzido no interior do Parque. E seus subitens.

Passa a constar: 27. Oferecer serviços de apoio às atividades de uso público (ex: estacionamento, aluguel de bicicleta, lanchonetes, restaurante, passeios de barco e outras atividades aquáticas, condução de visitantes, lojas de souvenir, áreas de acampamento, etc).

a) Poderão ser propostas delegações de serviço, e outras formas de cooperação ou parcerias de apoio à visitação de acordo com a legislação vigente, diretrizes institucionais, ou conforme disposto em instrumentos de gestão uso público e regulamentos específicos.

Exclusão: 28. Elaborar relatórios anuais acerca das condições de segurança e impactos ambientais relativos às atividades desenvolvidas pelos concessionários, bem como da satisfação do visitante no que se refere à prestação dos serviços. E seus subitens.

Onde consta: 31. Avaliar melhor local e implantar pontos de apoio ao visitante nos trajetos entre as áreas de uso público.

Passa a constar: 31. Avaliar melhor local para implantar estruturas de apoio à visitação nas áreas de uso público e nos trajetos entre elas.

Exclusão: 32.1. Identificar e contatar concessionário ou patrocinador para a elaboração e implantação de parte ou de todo o Projeto de Sinalização. E seus subitens.

Onde consta: 32.3. Remover as atuais placas de sinalização que não estejam dentro do padrão estabelecido. E seu subitem.

Passa a constar: 32.3. Remover as atuais placas de sinalização que não estejam dentro do padrão estabelecido.

a) Até que a UC disponha de projeto de sinalização, é permitida a instalação de placas indicativas, de orientação e para a segurança dos visitantes, pesquisadores e funcionários.

Exclusões:

35. Proibir a venda, porte, transporte, consumo e comercialização de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas nas suas áreas de uso público, no interior do Parque. E seu subitem.

36. Proibir, incondicionalmente, o uso de qualquer tipo de sonorização ambiente nas áreas de uso público do Parque.

Item 6.4.1.1 - Ações Gerenciais Gerais Internas, subitem Educação Ambiental e Uso público (página 19)

Onde consta: 49. Centralizar no setor técnico na Sede Administrativa da UC a criação e administração de todas as atividades de interpretação. E seus subitens.

Passa a constar: 49. As atividades de Interpretação Ambiental devem seguir as diretrizes institucionais.

Exclusões:

50. Implantar passeios especiais guiados e interpretados nas diversas áreas de uso público da UC.

51. Desenvolver mecanismos para aprimorar o manejo da visitação em cada área de uso público, ou sua capacidade de visitação, podendo-se utilizar o método Visitor Impact Management (VIM). E seu subitem.

52. Fechar o Parque uma vez por semana à visitação pública para procedimentos de manutenção e limpeza das áreas e equipamentos. E seus subitens.

Onde consta: 53. Condicionar a entrada de todo visitante nesta UC ao uso de seguro de vida e/ou de acidentes pessoais, que poderá estar compondo o pacote da atividade e ser adquirido junto à concessionária.

Passa a constar: 53. O visitante deverá declarar ciência sobre os procedimentos e condutas durante a visita à UC, conforme a natureza da atividade e a avaliação do órgão gestor da UC.

a) Os visitantes deverão ser informados sobre as normas de segurança e condutas na UC.

Item 6.4.1.2 - Ações Gerenciais Gerais Externas, subitem Incentivo à Alternativas Econômicas (página 30)

Exclusão: 87. Estimular o uso público no município de Santo Amaro, bem como em outros municípios como forma de reduzir o impacto da visitação nas áreas do Parque.

Item 6.4.2.1. Área Funcional Sede, subitem Ações e Normas (página 34)

Onde consta: 1. Elaborar projeto construtivo e construir o CV Barreirinhas, considerando espaços para uma sala para o coordenador do CV com sanitário privativo, local para cobrança de ingressos, reservas e serviços, uma recepção, uma sala multiuso e um auditório para 50 pessoas, dois sanitários masculino e dois feminino, uma sala para exposições com cerca de 40m2, um depósito, local para lanchonete e quiosque para venda de souvenires e estacionamento e jardim. E seus subitens.

Passa a constar: 1. Elaborar projeto construtivo e implantar o CV Barreirinhas.

a) Poderão ser instaladas estruturas de interpretação ambiental.

b) As edificações deverão observar o padrão construtivo local, utilizar técnicas sustentáveis de construção, fontes alternativas de energia quando viável e soluções sanitárias eficientes.

c) O detalhamento do funcionamento do CV será feito em instrumento de gestão do uso público.

d) Oferecer serviços de apoio a visitação por meio de delegações.

Exclusões:

1.2. Dotar as instalações do CV Barreirinhas de mobiliário, equipamentos e materiais, tal como apresentado no Quadro 6.4. E seu subitem, incluindo o Quadro 6.4.

1.3. Dotar as instalações do alojamento de mobiliário, equipamentos e materiais, tal como apresentado no Quadro 6.5. E seu subitem, incluindo o Quadro 6.5.

1.4. Implantar sistemas de iluminação, segurança, refrigeração e acústica para todo a Área Funcional. E seu subitem.

Onde consta: 1.6. Elaborar um projeto de sinalização interna, de acordo com os padrões estabelecidos pelo IBAMA/DIREC.

Passa a constar: 1.6 Elaborar um projeto de sinalização interna, de acordo com os padrões estabelecidos pelas diretrizes institucionais.

Exclusões:

3. Elaborar e implantar projeto de jardim e paisagismo no CV Barreirinhas. E seus subitens.

5. Exigir do concessionário da lanchonete e da loja de souvenir o cumprimento das seguintes condições. E seus subitens.

6. Estabelecer como horário para funcionamento do Centro de Visitantes o período de 8:00h às 18:00h diariamente. E seu subitem.

Onde consta: 10. Elaborar e disponibilizar para venda no CV folhetos sobre o Parque e seus atrativos, contendo informações sobre:

- Trilhas autoguiadas: localização, existência de áreas para acampamentos, distância, dificuldades, atrativos, dicas de segurança, e outros;

Passa a constar: 10. Elaborar e disponibilizar no CV folhetos e outros materiais informativos sobre o Parque e seus atrativos, contendo informações sobre:

- Trilhas: localização, existência de áreas para acampamentos, distância, dificuldades, atrativos, dicas de segurança, e outros;

Exclusões:

14. Instalar Central de Controle de Ingressos no CV Barreirinhas. E seu subitem.

15. Operacionalizar as ações de criação, manutenção e outras de interpretação ambiental no CV Barreirinhas, atendendo a demanda também dos demais centros.

Item 6.4.2.2. Área Funcional Atins, subitem Ações e Normas (página 274)

Onde consta: 21. Elaborar projeto construtivo e construir o CV Atins, considerando espaços para uma sala para o coordenador do CV com sanitário privativo, local para cobrança de ingressos, reservas e serviços, uma recepção, uma sala multiuso e um auditório para 50 pessoas, dois sanitários masculino e dois feminino, uma sala para exposições com cerca de 40 m2, um depósito e espaços externos ao CV, local para lanchonete e quiosque para venda de souvenires, estacionamento e jardim. E seus subitens.

Passa a constar: 21. Elaborar projeto construtivo e implantar CV Atins.

a) Poderão ser instaladas estruturas de interpretação ambiental.

b) As edificações deverão observar o padrão construtivo local, utilizar técnicas sustentáveis de construção, fontes alternativas de energia quando viável e soluções sanitárias eficientes.

c) O detalhamento do funcionamento do CV será feito em instrumento de gestão do uso público.

d) Oferecer serviços de apoio a visitação por meio de delegações.

Exclusões:

21.1. Dotar as instalações do CV Atins de mobiliário, equipamentos e materiais, tal como apresentado no Quadro 6.8. E seu subitem, incluindo o Quadro 6.8.

21.2. Implantar sistemas de iluminação, segurança, refrigeração e acústica para toda a área. E seu subitem.

21.3. Instalar na recepção do CV um mapa informando as demais atividades de uso público do Parque. E seu subitem.

21.4. Elaborar um projeto de sinalização interna, de acordo com os padrões estabelecidos pelo IBAMA/DIREC.

22. Elaborar e implantar projeto de jardim e paisagismo no CV Atins. E seu subitem.

23. Solicitar à prefeitura de Barreirinhas que doe terreno destinado à construção do Centro de Visitantes. E seus subitens.

27. Realizar procedimentos legais para concessão da lanchonete e da loja de souvenir. E seus subitens.

32. Estabelecer como horário para funcionamento do Centro de Visitantes o período de 8:00h às 18:00h diariamente. E seu subitem.

35. Instalar Central de Controle de Ingressos no CV Atins. E seu subitem.

Onde consta: 36. Implantar atividades do Circuito Ponta dos Lençóis. E seus subitens.

Passa a constar: 36. Implantar atividades na área de visitação Ponta dos Lençóis.

a) Esta área de visitação compreende as localidades de Santo Inácio, Ponta do Mangue e Canto dos Lençóis tendo, durante o percurso, a oportunidade de interpretar restinga, manguezal, campo de restinga, dunas, lagoas interdunares e ambiente de praia.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

Exclusão: 36.1. Terceirizar os serviços do Circuito Ponta dos Lençóis. E seus subitens.

Onde consta: 36.2. Elaborar projeto específico para este circuito abrangendo. E seus subitens.

Passa a constar: 36.2. Elaborar projeto específico para esta área de visitação abrangendo:

a) Viabilidade econômica da exploração da área de visitação para delegação;

b) Planejamento e implantação de trilha;

c) Projetos e produtos de interpretação;

d) Sinalização

Onde consta: 37. Implantar atividades do Circuito Foz do Rio Negro. E seus subitens.

Passa a constar: 37. Implantar atividades da área de visitação Foz do Rio Negro.

a) Esta área de visitação compreende a Praia dos Lençóis Pequenos até a Foz do Rio Negro, dunas e lagoas interdunares da região. O visitante terá contato com o campo de restinga e a praia podendo observar as transições entre esses ecossistemas. A Praia dos Lençóis Pequenos é uma exuberante paisagem costeira com aproximadamente 20km de extensão onde é possível contemplar diversos afloramentos de rochas areníticas, canais de marés e eventuais lagunas, além de poder realizar atividades recreativas pertinentes a este ambiente.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

Exclusão: 37.1. Terceirizar os serviços do Circuito Foz do rio Negro. E seus subitens.

Onde consta: 37.2. Indicar os locais apropriados para as atividades de banho na Praia dos Lençóis Pequenos, considerando a presença dos afloramentos de arenitos ao longo da praia e a proximidade da Barra das Preguiças. E seus subitens.

Passa a constar: 37.2. Indicar os locais apropriados para as atividades de banho na Praia dos Lençóis Pequenos, considerando a presença dos afloramentos de arenitos ao longo da praia e a proximidade da Barra das Preguiças.

a) Os horários apropriados para o banho deverão ser definidos e devidamente sinalizados conforme o regime de marés.

b) Deverão ser instaladas placas de aviso alertando aos banhistas sobre os perigos de ultrapassar a zona de arrebentação em função das fortes correntes e presença de tubarões.

Onde consta: 37.3. Elaborar projeto específico para este circuito abrangendo. E seus subitens.

Passa a constar: 37.3. Elaborar projeto específico para esta área de visitação abrangendo:

a) Viabilidade econômica da exploração da área de visitação para delegação;

b) Planejamento e implantação de trilha;

c) Projetos e produtos de interpretação;

d) Sinalização.

Item 6.4.2.3. Área Funcional Lagoas, subitem Ações e Normas (página 285)

Onde consta: 48. Implantar atividades do Circuito Lagoa Azul. E seus subitens.

Passa a constar: 48. Implantar atividades da área de visitação Lagoa Azul.

a) A área de visitação compreende trilhas rústicas adentrando matas de restinga, além de campos de dunas e lagoas interdunares. O visitante poderá praticar atividades de banho e realizar caminhadas até a Lagoa do Peixe e demais lagoas adjacentes além de poder contemplar o pôr do Sol do alto das dunas.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

c) É proibido o trânsito de veículos sobre as dunas, exceto em casos excepcionais autorizados pela UC, como acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

Onde consta: 48.1. Elaborar projeto específico para este circuito abrangendo: E seus subitens.

Passa a constar: 48.1. Elaborar projeto específico para esta área de visitação abrangendo:

- Viabilidade econômica da exploração da área de visitação para delegação;
- Instalação de infraestruturas de apoio para visitação;
- Planejamento e implantação de trilha, assim como a previsão de equipamentos facilitadores;
- Projetos e produtos de interpretação;
- Sinalização.

Exclusões:

48.3. Desenvolver temas interpretativos no Circuito Lagoa Azul abordando: E seus subitens.

48.5. Terceirizar as atividades desenvolvidas neste circuito, atendendo a: E seus subitens.

Onde consta: 49. Implantar as atividades do Circuito Lagoa Bonita. E seus subitens.

Passa a constar: 49. Implantar as atividades da área da visitação Lagoa Bonita.

a) A Lagoa Bonita se sobressai pelo fato de estar localizada em um dos pontos mais altos do Parque e compor um complexo de lagoas interdunares, oferecendo várias alternativas para a visitação. A área de visitação compreende também as localidades Bracinho e Baixa da Onça.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

Exclusão: 49.1. Terceirizar os serviços do Circuito Lagoa Bonita. E seus subitens.

Onde consta: 49.2. Elaborar projeto específico para este circuito abrangendo: E seus subitens.

Passa a constar: 49.2. Elaborar projeto específico para esta área de visitação abrangendo:

- Viabilidade econômica da exploração da área de visitação para delegação;
- Planejamento e implantação de trilha, assim como a previsão de equipamentos facilitadores;
- Projetos e produtos de interpretação;
- Sinalização.

Onde consta: 49.4. Projetar e implantar ponto de apoio à visitação contendo: estacionamento para 10 veículos, uma lanchonete, uma sala de primeiros socorros, um banheiro masculino e um feminino, dois quiosques, lixeiras, bancos e sistema de captação de água. E seus subitens.

Passa a constar: 49.4. Projetar e implantar ponto de apoio à visitação.

a) Poderão ser instaladas estruturas de interpretação ambiental.

b) O ponto de apoio à visitação deverá ser construído em área já alterada e não inundável, localizada o mais próximo possível da base do campo de dunas móveis.

c) As edificações deverão observar o padrão construtivo local, utilizar técnicas sustentáveis de construção, fontes alternativas de energia quando viável e soluções sanitárias eficientes.

d) O detalhamento do funcionamento do ponto de apoio a visitação será feito por instrumento de uso público.

e) Oferecer serviços de apoio a visitação por meio de delegações.

Exclusões:

50. Implantar atividades do circuito Lagoa Azul - Lagoa Bonita. E seus subitens.

50.1. Desenvolver estudo de viabilidade econômica e proceder à terceirização do circuito integrado Lagoa Azul - Lagoa Bonita em conformidade com as recomendações resultantes. E seus subitens.

50.2. Desenvolver temas interpretativos abordando o processo de construção das dunas e as diferentes feições que podem ser observadas (barcanas, transversais, parabólicas e outras) e o processo de formação das lagoas. E seu subitem.

51. Implantar atividade Luau dos Lençóis. E seus subitens.

51.1. Desenvolver projeto de viabilidade econômica da atividade Luau dos Lençóis com vistas à terceirização dos serviços. E seus subitens.

51.2. Elaborar carta celeste para cada estação do ano com vistas à interpretação das estrelas durante as atividades noturnas.

Onde consta: 52. Implantar atividades do circuito Lagoa da Esperança. E seus subitens.

Passa a constar: 52. Implantar atividades da área de visitação Lagoa da Esperança.

a) O cenário paisagístico desta área de visitação é muito agradável tornando-o ponto turístico obrigatório no período de estiagem para os visitantes do Parque. Sobressai-se como atrativo natural o Rio Negro que no limite entre o campo de dunas móveis e fixas forma a Lagoa da Esperança. Esta é circundada por uma densa vegetação de restinga com estrato arbustivo arbóreo, dividindo os municípios de Barreirinhas e Santo Amaro, apresentando um volume de água permanente que atinge a profundidade de até 12 metros. A área de visitação compreende também as localidades Buritizal e Buriti Amarelo. Neste circuito serão desenvolvidas atividades de caminhadas, contemplação, natação, passeios de canoa e caiaque, kite surf e equivalentes.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

Onde consta: 52.1. Promover atividades guiadas de interpretação ambiental direcionadas à:

Passa a constar: 52.1. Recomendar atividades guiadas de interpretação ambiental direcionadas à:

Onde consta: 52.2. Desenvolver estudos específicos para implantação das atividades a serem desenvolvidas no circuito, considerando: E seus subitens.

Passa a constar: 52.2. Elaborar projeto específico para esta área de visitação abrangendo:

- Viabilidade econômica da exploração da área de visitação para delegação;
- Planejamento e implantação de trilha;
- Projetos e produtos de interpretação;
- Sinalização.

Onde consta: 52.3. Projetar e implantar ponto de apoio à visitação contendo: estacionamento para 10 veículos, uma lanchonete, uma sala de primeiros socorros, um banheiro masculino e um feminino, dois quiosques, um espaço fechado para aluguel e guarda de equipamentos, lixeiras, bancos e sistema de captação de água. E seus subitens.

Passa a constar: 52.3. Projetar e implantar infraestrutura de apoio à visitação.

a) Poderão ser instaladas estruturas de interpretação ambiental.

b) O ponto de apoio à visitação deverá ser construído em área já alterada e não inundável, localizada o mais próximo possível da base do campo de dunas móveis.

c) As edificações deverão observar o padrão construtivo local, utilizar técnicas sustentáveis de construção, fontes alternativas de energia quando viável e soluções sanitárias eficientes.

d) O detalhamento do funcionamento do ponto de apoio a visitação será feito por instrumento de gestão do uso público.

e) Oferecer serviços de apoio a visitação por meio de delegações.

Onde consta: 52.5. Proporcionar atividades náuticas na Lagoa da Esperança. E seus subitens.

Passa a constar: 52.5. Proporcionar atividades náuticas na Lagoa da Esperança.

a) Os serviços ligados à atividade poderão ser delegados.

Exclusões:

56. Implementar sistema de revezamento de funcionamento das lagoas. E seu subitem.

58. Desenvolver estudo de capacidade de visitação por meio do método VIM, ou outro método que atenda as especificidades, para as atividades de visitação nas lagoas Azul, Bonita e Esperança.

60. Instalar corrente na base da duna de entrada da Lagoa Azul, impedindo o trânsito de veículos sobre o campo de dunas móveis.

Item 6.4.2.4. Área Funcional Santo Amaro, subitem Ações e Normas (página 297)

Onde consta: 93.1. Oferecer a programação das atividades de UP. E seus subitens.

Passa a constar: 93.1 Elaborar projeto específico para as áreas de visitação que compõem a AF abrangendo:

- Viabilidade econômica da exploração para delegação;
- Instalação de estruturas de apoio à visitação;
- Planejamento e implantação de trilhas;
- Planejamento e ordenamento de atividades náuticas;
- Projetos e produtos de interpretação;
- Sinalização.

Exclusões:

93.2. Instalar painel informativo no PIC de Santo Amaro indicando tratar-se de uma área natural protegida por lei, com o horário, dias de funcionamento do Parque e valores de ingressos. E seus subitens.

93.3. Elaborar e disponibilizar para venda no PIC folheto informativo sobre o Parque. E seus subitens.

93.4. Exigir do concessionário o cumprimento das condições estabelecidas neste documento, a saber: E seus subitens.

93.5. Realizar estudos para ajustar e aprimorar o índice da capacidade de suporte das atividades de uso público.

Onde consta: 96. Proporcionar atividades de caminhadas e contemplação nas adjacências do Lago de Santo Amaro, em áreas localizadas dentro da UC. E seus subitens.

Passa a constar: 96. Proporcionar atividades recreativas na área de visitação Lago de Santo Amaro.

a) Esta área de visitação compreende o Lago de Santo Amaro e suas adjacências, como dunas e lagoas interdunares das Américas e a localidade Ponta Verde.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas no planejamento específico.

Onde consta: 97. Implantar a Trilha Betânia - Espigão. E seus subitens.

Passa a constar: 97. Implantar as atividades da área de visitação Betânia - Espigão.

a) Esta área de visitação compreende as localidades de Betânia, Rancharia, Patacas e Espigão.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas nos instrumentos de gestão do uso público.

c) Serviços de apoio a visitação poderão ser delegados.

Exclusões:

97.1. Terceirizar a trilha Betânia - Espigão. E seus subitens.

97.2. Contratar levantamento para definição do melhor traçado para trilha Betânia - Espigão. E seus subitens.

97.4. Desenvolver os seguintes temas educativos e interpretativos nesta trilha. E seus subitens.

97.5. Elaborar e produzir um folheto interpretativo sobre os recursos da trilha Betânia - Espigão. E seus subitens.

97.6. Instalar estrutura de apoio para a atividade da Travessia do rio Grande. E seus subitens.

Onde consta: 98. Estabelecer área para acampamento em Betânia.

Passa a constar: 98. Estabelecer área para implantação de infraestrutura de apoio à visitação na Lagoa da Andorinha, com estruturas de interpretação ambiental, possibilidade de pernoite, alimentação entre outros serviços.

a) Definir as diretrizes para operação em instrumentos de gestão do uso público.

b) Elaborar estudo específico para definir a infraestrutura e as ações de manejo necessárias para sua implantação.

c) Oferecer serviços de apoio a visitação por meio de delegações.

Exclusões:

98.1. Elaborar projeto para construir banheiros. E seus subitens.

98.2. Elaborar projeto e construir um lava pratos para o acampamento. E seu subitem.

98.3. Instalar lixeiras no acampamento de Betânia, nos seguintes lugares: uma no acampamento, duas nos banheiros, três no lava-pratos e quatro na entrada da área das barracas. E seus subitens.

98.4. Estabelecer sistema de reservas para acampamento da Betânia. E seu subitem.

Onde consta: 99. Incentivar e implementar canoagem na lagoa de Betânia. E seus subitens.

Passa a constar: 99. Implementar atividades náuticas de baixo impacto na lagoa de Betânia.

a) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

Exclusões:

100. Confeccionar e instalar painel interpretativo na Betânia. E seus subitens.

101. Confeccionar e instalar painel interpretativo no Espigão, indicando a era geológica e a formação e evolução dos campos de dunas. E seus subitens.

102. Construir estrutura de embarque e desembarque de visitantes em Betânia. E seus subitens.

103. Instalar o Circuito Queimada dos Britos. E seus subitens.

103.1 Terceirizar os serviços do Circuito Queimada dos Britos. E seus subitens.

103.2. Avaliar e indicar locais seguros para a possibilidade de banhos de mar na praia dos Lençóis Grandes ou nas lagoas interdunares ao longo do circuito. E seus subitens.

103.3. Elaborar e produzir um folheto interpretativo sobre os recursos do circuito. E seus subitens.

103.4. Desenvolver projeto específico para indicar pontos georeferenciados para o estabelecimento dos acampamentos. E seus subitens.

103.5. Estabelecer o funcionamento do acampamento na praia dos Lençóis Grandes. E seus subitens.

103.6. Buscar solução para WC móvel para este circuito. E seu subitem.

103.7. Desenvolver os seguintes temas interpretativos e educativos nesta trilha: E seus subitens.

103.8. Implementar atividade de observação astronômica. E seus subitens.

103.9. Implementar atividade de instrução para utilização de GPS (Global Positioning Systems) como meio de interpretação. E seus subitens.

Item 6.4.2.5. Área Funcional Travosa, subitem Ações e Normas (página 313)

Exclusão: No item 104, subitem a) O inicio de qualquer atividade em Travosa fica condicionado a indenização dos residentes no Parque.

Onde consta: 107. Elaborar projeto construtivo e construir o PI Travosa, considerando espaços para uma sala para o técnico de educação ambiental com sanitário privativo, um espaço para recepção e informação com mapa e material para a UC, uma sala de multiuso, um pequeno espaço para exposições, um pequeno depósito, um sanitário masculino e um feminino e espaços externos ao PI que contemplem estacionamento e jardim. E seus subitens.

Passa a constar: 107. Elaborar projeto construtivo e construir o PI Travosa.

a) O detalhamento do funcionamento do PI será feito por instrumento de uso público.

Exclusões:

107.1. Dotar as instalações do PI Travosa de mobiliário, equipamentos e materiais, tal como apresentado no Quadro 6.21. E seu subitem, incluindo o Quadro 6.21.

107.2. Implantar sistemas de iluminação, segurança, refrigeração e acústica para todo o PI. E seu subitem.

107.3. Instalar na recepção do PI um mapa informativo das outras atividades de uso público do Parque. E seu subitem.

107.4. Elaborar um projeto de sinalização interna, de acordo com os padrões estabelecidos pelo IBAMA/DIREC.

Onde consta: 129. Organizar as atividades de visitação da AF Travosa.

Passa a constar: Organizar as atividades de Uso Público da AF Travosa.

a) Elaborar projeto específico para as áreas de visitação que compõem a AF abrangendo:

- Viabilidade para delegação de serviços;
- Instalação de estruturas de apoio à visitação;
- Planejamento e implantação de trilhas;
- Projetos e produtos de interpretação;
- Sinalização.

b) As diretrizes para operação do uso público das áreas de visitação serão definidas nos instrumentos de gestão do uso público.

Exclusões:

129.1. Oferecer a programação das atividades de visitação. E seus subitens.

129.2. Instalar painel informativo no PI Travosa, indicando tratar-se de uma área natural protegida por lei, com o horário, dias de funcionamento do Parque e valores de ingressos. E seus subitens.

129.3. Elaborar e disponibilizar, para venda no PI, folheto informativo sobre o Parque. E seus subitens.

129.4. Exigir do concessionário o cumprimento das condições estabelecidas neste documento, a saber: E seus subitens.

129.5. Realizar estudos para ajustar o manejo da visitação e, quando for o caso, do índice da capacidade de suporte das atividades de visitação.

131. Estudar a possibilidade de implantar mirante em Travosa. E seus subitens.

131.1. Instalar no mirante painel interpretativo sobre o Parque. E seus subitens.

133. Instalar painel informativo apresentando os ambientes possíveis de serem visualizados, orientação e informação para o visitante e mapa da UC com as atividades de visitação.

135. Distribuir lixeiras nas áreas de visitação , nos seguintes locais: (1) Posto de Informação, (2) atracadouro, (3) nos banheiros e nos lava-pratos do acampamento, (4) na entrada da área das barracas e (5) no final das trilhas. E seus subitens.

135.1. Recolher, a cada dois dias, o lixo deixado ao longo das áreas de visitação. E seus subitens.

135.2. Realizar, com voluntários, campanhas de coleta de lixo e resíduos sólidos encontrados nas praias e transportá-los para o PIC, para posterior aproveitamento nas oficinas de educação e conscientização ambientais. E seu subitem.

137. Construir estrutura de embarque e desembarque de visitantes na praia dos Veados. E seus subitens.

Onde consta: 138. Implantar circuito Lagoa da Travosa. E seus subitens.

Passa a constar: 138. Implantar atividades da área de visitação Lagoa da Travosa.

a) A área visitação compreende ambientes de buritizais, pequenas lagoas, restinga e lagoa da Travosa.

b) As diretrizes para operação da visitação na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

Exclusões:

138.1. Terceirizar a canoagem na lagoa de Travosa. E seus subitens.

138.2. Desenvolver interpretação ambiental sobre: E seus subitens.

138.3. Elaborar e implantar o projeto de sinalização do circuito, de acordo com os padrões estabelecidos pelo IBAMA. E seus subitens.

138.4. Prever a instalação de um sistema de alerta e salvamento ao longo do circuito. E seus subitens.

138.5. Confeccionar e instalar painel interpretativo. E seus subitens.

138.6. Elaborar e produzir um folheto interpretativo sobre os recursos do circuito da lagoa de Travosa. E seus subitens.

Onde consta: 139. Estabelecer área para acampamento em Travosa. E seus subitens.

Passa a constar: 139. Estabelecer área para implantação de infraestrutura de apoio à visitação na AF Travosa, com estruturas de interpretação ambiental, possibilidade de pernoite, alimentação entre outros serviços.

a) As diretrizes para operação do uso público serão definidas em instrumento de uso público.

b) Estudos para delegação de serviços definirão infraestrutura necessária para sua implantação.

Exclusões:

140.1. Elaborar projeto para construir banheiros. E seus subitens.

140.2. Elaborar projeto e construir um lava-pratos três tanques para o acampamento. E seus subitens.

140.3. Estabelecer sistema de reservas para acampamento de Travosa. E seu subitem.

Onde consta: 140. Implantar Trilha da Praia da Travosa. E seus subitens.

Passa a constar: 140. Implantar atividades da área de visitação Praia da Travosa.

a) A área de visitação compreende as dunas fixas e móveis, lagoas interdunares, manguezais e extensa praia até a Barra da Baleia.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumento de uso público.

Exclusões:

140.1. Terceirizar os serviços da Trilha da Praia de Travosa. E seus subitens.

140.2. Instalar apoio para descanso e para proteção contra o sol em ranchos de pescadores, conforme modelo local. E seu subitem.

140.3. Proporcionar banho de mar na praia da Travosa. E seus subitens.

141. Estudar a possibilidade de instalação de uma pousada em Travosa. E seus subitens.

Item 6.4.2.6. Área Funcional Queimada dos Britos, subitem Ações e Normas (página 328)

Exclusão: 145. Proceder a uma vistoria mensal e/ou manutenção periódica (quando de responsabilidade da administração do Parque) das áreas destinadas ao uso público nesta Área Funcional.

Onde consta: 150. Organizar atividades de uso público. E seus subitens.

Passa a constar: 150. Implementar o uso público na Área Funcional Queimada dos Britos:

a) É permitida a instalação de infraestrutura física, conforme normas da zona primitiva.

b) Nesta AF serão permitidas somente atividades com baixo grau de intervenção.

c) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

d) A viabilidade para delegação de serviços será avaliada;

e) Projetos específicos poderão ser elaborados, abrangendo:

- Infraestrutura mínima;
- Planejamento de trilhas;
- Produtos de interpretação;
- Sinalização.

Exclusões:

150.1. Desenvolver interpretação ambiental sobre: E seus subitens.

150.2. Proporcionar a contemplação do pôr-do-sol nas dunas de Queimada dos Britos e observações noturnas do céu com a identificação de estrelas e constelações.

Onde consta: 151. Estabelecer o funcionamento do acampamento em Queimada dos Britos. Este acampamento complementa o Circuito Queimada dos Britos e as normas encontram-se descritas em Áreas Funcionais Queimada dos Britos.

Passa a constar: 151. Avaliar alternativas de baixo grau de intervenção para pernoite dos visitantes e outros serviços relacionados nesta Área Funcional.

a) As diretrizes para operação do uso público serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

b) Serão realizados estudos para delegação de serviços

Exclusão: 151.1. Implementar atividade de observação astronômica na área do acampamento. E seus subitens.

Item 6.4.2.7. Área Funcional Primeira Cruz, subitem Ações e Normas (página 331)

Onde consta: 179. Organizar as atividades de Uso Público da AF Primeira Cruz.

Passa a constar: 179. Implementar o uso público na Área Funcional Primeira Cruz:

a) As atividades e infraestruturas de apoio à visitação terão baixo ou médio grau de intervenção.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas nos instrumentos de gestão do uso público.

c) A viabilidade para delegação de serviços será avaliada;

d) Projetos específicos poderão ser elaborados, abrangendo:

- Infraestrutura;
- Planejamento de trilhas;
- Produtos de interpretação;
- Sinalização.

Exclusões:

179.1. Oferecer a programação das atividades de UP. E seus subitens.

179.2. Instalar painel informativo no PIC de Primeira Cruz indicando tratar-se de uma área natural protegida por lei, com o horário, dias de funcionamento do Parque e valores de ingressos. E seus subitens.

179.3. Elaborar e disponibilizar para venda no PIC folheto informativo sobre o Parque. E seus subitens.

179.4. Exigir do concessionário o cumprimento das condições estabelecidas neste documento, a saber: E seus subitens.

179.5. Realizar estudos para ajustar o índice da capacidade de suporte das atividades de uso público. E seus subitens.

Onde consta: 185. Implantar a trilha Praia dos Veados. E seus subitens.

Passa a constar: 185. Implantar atividades de uso público da área de visitação Praia dos Veados.

a) As atividades e infraestruturas de visitação terão baixo grau de intervenção.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

c) Até que seja definido o Número Balizador da Visitação, conforme orientações institucionais, fica definida a capacidade máxima de 50 pessoas ao mesmo tempo. Sendo dois grupos por dia (um pela manhã e outro após o almoço), totalizando a passagem de 100 pessoas pelo local ao dia, sem considerar os visitantes que estarão utilizando o acampamento.

Exclusões:

185.1. Terceirizar os serviços da trilha da praia dos Veados. E seus subitens.

185.2. Oferecer percursos em bianas pequenas para uma ou duas pessoas que tenham interesse em experimentar a condução da biana sob assistência de condutor capacitado e vinculado à concessão.

185.3. Estimular que os proprietários de bianas locais se organizem em associações e/ou cooperativas de modo que possam explorar a concessão da trilha.

185.5. Avaliar e indicar locais seguros para a possibilidade de banhos de mar na Praia dos Veados. E seu subitem.

185.6. Desenvolver os seguintes temas educativos e interpretativos nesta trilha. E seus subitens.

185.7. Elaborar e produzir um folheto interpretativo sobre os recursos da trilha da Praia dos Veados. E seus subitens.

186. Confeccionar e instalar painel interpretativo na praia dos Veados. E seus subitens.

187. Construir estrutura de embarque e desembarque de visitantes na praia dos Veados. E seus subitens.

Onde consta: 188. Estabelecer área para acampamento na praia dos Veados. E seus subitens.

Passa a constar: 188. Avaliar alternativas de baixo grau de intervenção para pernoite dos visitantes e outros serviços relacionados nesta Área Funcional.

a) As diretrizes para operação do uso público serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

b) Serão realizados estudos para delegação de serviços.

Exclusões:

188.1. Elaborar projeto para construir banheiros. E seus subitens.

188.2. Elaborar projeto e construir um lava pratos para o acampamento. E seu subitem.

188.3. Estabelecer sistema de reservas para acampamento da praia dos Veados. E seu subitem.

188.4. Contratar levantamento para definição de trilha na restinga do acampamento. E seus subitens.

188.5. Compor atividade do "contador de histórias" para apresentação aos campistas. E seus subitens.

188.6. Estimular o concessionário a escolher o contador de histórias entre os moradores locais.

188.7. Compor atividade noturna de interpretação astronômica para ofertar aos campistas. E seus subitens.

188.8. Disponibilizar cartas celestes no CV e PIC para venda aos visitantes.

189. Distribuir lixeiras na Trilha da praia dos Veados nos seguintes lugares: (1) atracadouro, (2) nos banheiros, (3) nos lava-pratos e (4) na entrada da área das barracas. E seus subitens.

190. Envolver o concessionário nas campanhas de retirada dos resíduos sólidos trazidos pelo mar.

191. Implantar canoagem para observação de aves. E seus subitens.

191.1. Terceirizar os serviços da canoagem. E seus subitens.

191.2. Desenvolver interpretação ambiental sobre: E seus subitens.

Onde consta: 192. Implantar a Trilha dos Manguezais. E seus subitens.

Passa a constar: 192. Implantar atividades de uso público na área de visitação dos Manguezais.

a) As atividades e infraestruturas de visitação terão baixo grau de intervenção.

b) As diretrizes para operação do uso público na área de visitação serão definidas em instrumentos de gestão do uso público.

c) Até que seja definido o Número Balizador da Visitação, conforme orientações institucionais, fica definida como capacidade máxima de visitação, 20 pessoas ao mesmo tempo, por todo o dia.

Exclusões:

192.1. Terceirizar os serviços da trilha dos Manguezais. E seus subitens.

192.2. Proporcionar o banho de mar na praia do Boquete. E seus subitens.

192.3. Desenvolver interpretação ambiental sobre: E seus subitens.

193. Estudar a possibilidade para a prática de surfe. E seus subitens.

INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 4, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Institui o PROGRAMA ECOMUSEU DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO, nomeada pela Portaria nº 64 da Casa Civil da Presidência da República, de 02 de março de 2020, publicada no DOU de 03 de março de 2020, e no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.316, de 06 de dezembro de 2001, publicada no DOU de 07 de dezembro de 2001, o Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016, publicado no DOU de 26 de agosto de 2016, a Portaria JBRJ nº 180, de 28 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2018, e considerando o constante nos autos do Processo nº 02011.000850/2021-47 , resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Ecomuseu do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (ECOMUSEU), no âmbito do Museu do Meio Ambiente com o propósito de promover e coordenar atividades e projetos visando a integração do patrimônio histórico e natural do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA

Art. 2º O Museu do Meio Ambiente promoverá o ECOMUSEU , visando criar intercâmbio entre as ações de educação ambiental e o acervo do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

Art. 3º O programa está alinhado ao Museu do Meio Ambiente, no que tange a promover diálogo entre os diversos campos da cultura e setores das ciências com vias a sensibilizar os indivíduos quanto a preservação do meio ambiente em um sentido amplo.

Art. 4º O programa integrará o acervo a partir de 7 (sete) núcleos conceituais: Sítios Arqueológicos, Coleções Vivas, Conjuntos Paisagísticos, Monumentos, Obras de artes, Pesquisa e Ensino.

Art. 5º São objetivos do Programa:

I - Estabelecer ações que buscam a conscientização ambiental a partir do fortalecimento das relações entre Instituição e sociedade;

II - Pesquisar, conservar e comunicar o patrimônio material e imaterial do JBRJ, bem como fomentar seu desenvolvimento cultural de forma sustentável;

III - Contribuir para o processo de construção de conhecimento, através de cursos de formação no campo da memória, preservação e conservação;

IV - Fortalecer os espaços de reflexão voltados para a divulgação científica das pesquisas realizadas no JBRJ;

V - Ampliar as possibilidades de espaços de extensão do JBRJ a fim de estabelecer ações com a comunidade interna e externa; e

VI - Aprimorar a experiência dos indivíduos no JBRJ, visando consolidar e ampliar o público visitante.

CAPÍTULO II

DO ACERVO

Art. 6º No desenvolvimento do programa será feita uma leitura cuidadosa do acervo, de modo a incorporá-lo integralmente aos núcleos estabelecidos.

I - Acervo fotográfico histórico: Ampliações, contatos, negativos e negativos em vidro contendo registros do JBRJ através dos anos e de importantes expedições científicas que marcaram sua trajetória.

II - Acervo tridimensional: Instrumentos científicos, máquinas, equipamentos, mobiliário, esculturas, entre outros itens que testemunham o trabalho de pesquisa realizado pelo JBRJ.

CAPÍTULO III

DAS AÇÕES

Art. 7º São ações do programa:

I - Realizar pesquisas voltadas à construção de uma narrativa integrada dos patrimônios que compõe o acervo do JBRJ.

II - Conceituar os núcleos que compõe o acervo do JBRJ de modo que todas as coleções sejam incorporadas a eles.

III - Elaborar conteúdos que abarquem a extensão do JBRJ em toda a sua diversidade através dos testemunhos físicos de sua trajetória enquanto instituto de pesquisas e enquanto marco na história do Rio de Janeiro e do Brasil.

IV - Integrar, à temática ampla do Museu do Meio Ambiente, ações e atividades voltadas ao patrimônio natural e histórico do JBRJ, valendo-se do conceito de ecomuseu.

V - Elaboração e montagem de um percurso expositivo interpretativo sobre o território do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e tudo que o compõe, no edifício sede do Museu do Meio Ambiente.

CAPÍTULO IV

DO GESTÃO

Art. 8º A gestão do ECOMUSEU fica a cargo da Diretoria de Conhecimento, Ambiente e Tecnologia - DICAT.

Art. 9º Cada projeto do ECOMUSEU contará com responsável técnico vinculado ao núcleo correspondente.

Art. 10. O ECOMUSEU tem como comitê consultivo o Comitê de Coleções, estabelecido na Portaria JBRJ nº 97, de 20 de julho de 2021.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS, TRANSITÓRIAS E CASOS OMISSOS

Art.11. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas com a aplicação deste Regulamento serão dirimidas pela Presidência do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a data de sua publicação.

ANA LÚCIA SANTORO

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa nº 934, de 18 de maio de 2021, constante no Processo n° 48500.004791/2018-70, publicada no DOU nº 96, de 24 de maio de 2021, seção 1, página 59, no art. 4º onde se lê:

" I - relatório R2 (Detalhamento Técnico da alternativa de referência):

Valor do R2 = 11.041,35 + 256,03 x 10-6X IE

II - relatório R3 (Definição da Diretriz de Traçado e Análise Socioambiental para Linhas de Transmissão e Subestações):

Valor do R3 = 62.219,13 + 220,3, x 10-6X IE"

leia-se:

"I - relatório R2 (Detalhamento Técnico da alternativa de referência):

$$\text{Valor do R2} = 11.041{,}35 + 256{,}03 \times 10^{-6} \times I_g$$

II- relatório R3 (Definição da Diretriz de Traçado e Análise Socioambiental para Linhas de Transmissão e Subestações):

$$\text{Valor do R3} = 62.219{,}13 + 220{,}63 \times 10^{-6} \times I_g".$$

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.173. Processo nº 48500.000300/2018-11. Interessado: Cassilândia Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.738.904/0001-42, a implantar e explorar a UFV Cassilândia 7, CEG UFV.RS.MS.035665-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada Cassilândia, Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.174. Processo nº 48500.000301/2018-66. Interessado: Cassilândia Solar Participações S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.738.904/0001-42, a implantar e explorar a UFV Cassilândia 8, CEG UFV.RS.MS.035666-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica - PIE, com 22.000 kW de Potência Instalada, localizada Cassilândia, Mato Grosso do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.188. Processo nº 48500.002954/2021-85. Interessado: ON Cristo Rei Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 42.025.946/0001-52, a implantar e explorar a UFV Cristo Rei I, CEG UFV.RS.RN.050206-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.189. Processo nº 48500.002955/2021-20. Interessado: ON Cristo Rei Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 42.025.946/0001-52, a implantar e explorar a UFV Cristo Rei II, CEG UFV.RS.RN.050207-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.190. Processo nº 48500.002956/2021-74. Interessado: ON Cristo Rei Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 42.025.946/0001-52, a implantar e explorar a UFV Cristo Rei III, CEG UFV.RS.RN.050208-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.191. Processo nº 48500.002957/2021-19. Interessado: ON Cristo Rei Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 42.025.946/0001-52, a implantar e explorar a UFV Cristo Rei IV, CEG UFV.RS.RN.050209-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 11.192. Processo nº 48500.002958/2021-63. Interessado: ON Cristo Rei Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 42.025.946/0001-52, a implantar e explorar a UFV Cristo Rei V, CEG UFV.RS.RN.050210-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

As íntegras destas Resoluções constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, constante no Processo n° 48500.005218/2020-06, publicada no DOU de 20/12/2021, edição 238, Seção 1, página 206 e republicada no DOU de 21/01/2022, edição nº 15, seção 1, página 74:

No Parágrafo único do art. 6º, onde se lê: "A distribuidora deve cadastrar de imediato a existência de pessoa usuária de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica." leia-se "A distribuidora deve cadastrar de imediato a existência de pessoa usuária de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica, mediante comprovação médica".

No caput do art. 139, onde se lê: "A distribuidora deve alterar a titularidade para o contrato de unidade consumidora do grupo A, observadas as condições do art. 346, desde que:" leia-se "A distribuidora deve alterar a titularidade para o contrato de unidade consumidora do grupo A, não se aplicando o encerramento da relação contratual, observadas as condições do art. 346, desde que:"

No §2º do art. 140, onde se lê: "A notificação do § 1º pode ser impressa em destaque na própria fatura, observados o §3º do art. 360.", leia-se "A notificação do § 1º pode ser impressa em destaque na própria fatura, observado o §3º do art. 360."

No inciso III do art. 286, onde se lê: "para o faturamento da demanda: observar o art. 260." leia-se "para o faturamento da demanda: observar o art. 294."

No § 7º do art. 323, onde se lê: "A devolução disposta no § 5º deve ser efetuada, a critério do consumidor e demais usuários, por meio de crédito na conta corrente indicada pelo consumidor e demais usuários, cheque nominal ou ordem de pagamento." leia-se "A devolução disposta no inciso II do caput deve ser efetuada, a critério do consumidor e demais usuários, por meio de crédito na conta corrente indicada pelo consumidor e demais usuários, cheque nominal ou ordem de pagamento."

No §10 do art. 323, onde se lê: "A data de constatação do §2º é a data:" leia-se "A data de constatação do inciso II do caput é a data:"

No inciso I do art. 326, onde se lê: "no caso de procedimento irregular: a tarifa que estava em vigor na data de emissão da fatura, considerando a ocorrência de cada bandeira tarifária durante o período irregular e o benefício tarifário a que o consumidor tiver direito; e" leia-se "a tarifa em vigor na data de emissão da fatura, considerando a ocorrência de cada bandeira tarifária durante o período irregular e o benefício tarifário a que o consumidor tiver direito; e"

No §3º do art. 342, onde se lê: "A devolução disposta no §2º deve ser efetuada, a critério do consumidor e demais usuários, por meio de crédito na conta corrente indicada pelo consumidor e demais usuários, cheque nominal ou ordem de pagamento." leia-se "A devolução disposta no caput deve ser efetuada, a critério do consumidor e demais usuários, por meio de crédito na conta corrente indicada pelo consumidor e demais usuários, cheque nominal ou ordem de pagamento."

No art. 369, onde se lê: "A distribuidora pode cobrar até 50% do custo administrativo de inspeção homologado pela ANEEL se apenas desligar o disjuntor das instalações na suspensão do fornecimento." leia-se "No caso de religação à revelia, a distribuidora pode cobrar até 50% do custo administrativo de inspeção homologado pela ANEEL se apenas desligar o disjuntor das instalações na suspensão do fornecimento."

No 1º do art. 438, onde se lê: "Nos casos de reclamação efetuada sobre a tensão em regime permanente, a distribuidora tem os seguintes prazos, contados da data da reclamação:" leia-se "Nos casos de reclamação efetuada sobre a tensão em regime permanente, a distribuidora, observadas as disposições do Módulo 8 do PRODIST, tem os seguintes prazos, contados da data da reclamação:"

No inciso I do §1º do art. 438, onde se lê: "até 15 dias: para realizar a inspeção técnica no ponto de conexão do consumidor, a medição instantânea do valor eficaz de duas leituras e comunicar o resultado ao consumidor; e" leia-se "I - até 15 dias: para realizar a inspeção técnica no ponto de conexão do consumidor, a medição instantânea do valor eficaz de duas leituras, avaliar a leitura da eventual medição permanente associada à qualidade e: a) comunicar o resultado ao consumidor em caso de reclamação improcedente; ou b) regularizar o problema e informar as providências de regularização; ou

c) quando existir medição permanente associada à qualidade e a reclamação for procedente, sem possibilidade de regularização durante a inspeção, informar as providências e os prazos para a regularização;"

No inciso II do §1º do art. 438, onde se lê: "até 30 dias: para realizar a medição pelo período de 168 horas, caso o problema não tenha sido regularizado ou o consumidor solicite, e entregar ao consumidor o laudo técnico do resultado da medição." leia-se "até 30 dias: para realizar a medição pelo período de 168 horas e entregar ao consumidor o laudo técnico do resultado, caso não exista medição permanente associada à qualidade e o problema não tenha sido regularizado ou o consumidor solicite a medição."

No §2º do art. 438, onde se lê: "Se a distribuidora concluir pela improcedência da reclamação após a inspeção técnica ou regularizar o problema no prazo do inciso I do § 1º, o consumidor deve ser informado que:" leia-se "Caso não exista medição permanente associada à qualidade e a distribuidora concluir pela improcedência da reclamação após a inspeção técnica ou regularizar o problema no prazo do inciso I do § 1º, o consumidor deve ser informado que:"

No §1º do art. 471, onde se lê: "Em caso de atraso da distribuidora na atualização das novas instalações e intervenções dos pontos de iluminação pública, conforme § 2º do art. 461, a distribuidora deve corrigir o faturamento de acordo com os procedimentos dispostos no art. 323." leia-se "Em caso de atraso da distribuidora na atualização das novas instalações e intervenções dos pontos de iluminação pública, conforme § 2º do art. 462, a distribuidora deve corrigir o faturamento de acordo com os procedimentos dispostos no art. 323."

No §2º do art. 471, onde se lê: "Nos casos de faturamento incorreto por motivo atribuível ao poder público municipal, tais como ultrapassagem do prazo do § 1º do art. 462 ou a prestação de informação equivocada, a distribuidora deve aplicar o art. 324." leia-se "Nos casos de faturamento incorreto por motivo atribuível ao poder público municipal, tais como ultrapassagem do prazo do caput do art. 462 ou a prestação de informação equivocada, a distribuidora deve aplicar o art. 324."

No art. 505 onde se lê: "Na conexão entre distribuidoras, a demanda faturada deve ser o maior valor dentre o contratado e o medido, independentemente do fluxo de energia." leia-se "Na conexão temporária entre distribuidoras, a demanda faturada deve ser o maior valor dentre o contratado e o medido, independentemente do fluxo de energia."

No inciso III do art. 663, onde se lê: "prestação de atividade de recarga de veículos elétricos, de que trata o art. 559;" leia-se "prestação de atividade de recarga de veículos elétricos, de que trata o art. 557;"

No Anexo IV onde se lê:

2	art. 421, § 1º, II	prazo informado	comunicar as providências adotadas na Ouvidoria da distribuidora em caso de prorrogação do prazo
2	art. 438, §1º, I	15 dias	realizar a inspeção técnica, a medição instantânea e comunicar o resultado em casos de reclamação de tensão

leia-se

2	art. 421, § 2º	prazo informado	comunicar as providências adotadas na Ouvidoria da distribuidora em caso de prorrogação do prazo
2	art. 438, §1º, I	15 dias	realizar a inspeção técnica, a medição instantânea e demais providências em casos de reclamação de tensão

PORTARIA Nº 6.725, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova os Procedimentos Gerais do Programa de Gestão na Secretaria-Geral - SGE.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso IX, e no art. 9º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 349, de 28 de novembro de 1997, do Ministério de Minas e Energia, e o que consta do Processo nº 48500.000186/2022-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação do Programa de Gestão no âmbito da Secretaria-Geral - SGE, com base na Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, do Ministério da Economia, na nova versão da Norma Organizacional ANEEL nº 51, de 13 de dezembro de 2021, e nas diretrizes desta Portaria.

Art. 2º Fica aprovada, para fins de cadastro no Sistema de Acompanhamento e elaboração do Plano de Trabalho, a tabela de atividades da SGE, conforme Anexos I e II.

Parágrafo Único. Alterações na tabela de atividades devem ser precedidas de nova publicação oficial, após análise da Superintendência de Recursos Humanos.

Art. 3º O Programa de Gestão da SGE contempla as modalidades presencial, teletrabalho parcial e teletrabalho integral.

Art. 4º Não há percentual mínimo ou máximo de participantes no Programa de Gestão da SGE.

Art. 5º O Plano de Trabalho dos participantes do Programa de Gestão da SGE terá duração de 3 meses.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

ANEXO I

PARÂMETRO: Todas as atividades da Secretaria-Geral devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo da TABELA DE ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL e execução como parâmetro da faixa de complexidade. Todos os níveis de complexidade descritos no ANEXO II serão cadastrados como possibilidades para cada atividade detalhada neste Anexo, de forma a possibilitar a personalização do Plano de Trabalho a cada participante.

GRUPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADE	NÍVEL DE COMPLEXIDADE (ANEXO II)	ENTREGAS ESPERADAS
Comitês e comissões - SGE - Integrante	Atuar em comissão/comitê da ANEEL	O, H, D	Relatório de Atividades
CE/ANEEL - SGE - Secretaria Executiva	Secretariar a Comissão de Ética da ANEEL - CE	E	Relatório de Atividades e número de registro no SICNET da Ata (sigilosa) da Reunião Ordinária da Comissão de Ética da ANEEL - CE
CE/ANEEL - SGE - Secretaria Executiva	Prestar apoio administrativo à Comissão de Ética da ANEEL - CE	G	Relatório de Atividades
CEDOC - SGE - Gestão	Monitorar as Equipes - CEDOC	B	Relatório de Monitoramento
CEDOC - SGE - Gestão	Planejar e prover recursos à equipe - CEDOC	H	Planejamento
CEDOC - SGE - Gestão	Gerir contratos - CEDOC	K	Relatório de Gestão de Contratos
CEDOC - SGE - Gestão	Propor Soluções - CEDOC	N	Relatório de Monitoramento
CPPA - SGE - Apoio	Apoiar as atividades da CPPA	B	Relatório de Atividades de Apoio à CPPA
GEDOC - SGE - Gestão	Acompanhar projetos de gestão documental	E	Relatório de Acompanhamento de Projetos
GEDOC - SGE - Gestão	Manter o SICNET	E, R	Relatório de Manutenção do SICNET
GEDOC - SGE - Gestão	Gerir Contratos - GEDOC	I	Relatório de Gestão de Contratos
GEDOC - SGE - Gestão	Planejar e prover recursos à equipe - GEDOC	I	Planejamento
GEDOC - SGE - Gestão	Monitorar as Equipes - GEDOC	I	Relatório de Monitoramento
GOVERNANÇA - SGE - Assessoramento	Prestar suporte e apoio às reuniões da Diretoria e às Lideranças	S	Relatório de Atividades
GOVERNANÇA - SGE - Coordenação	Manter a Governança da SGE	D	Relatório de Atividades
GOVERNANÇA - SGE - Coordenação	Gerir os Recursos Humanos da SGE	M	Relatório de Monitoramento
GOVERNANÇA - SGE - Coordenação	Gerir dados de planejamento orçamentário	O	Relatório de Planejamento Orçamentário
GOVERNANÇA - SGE - LAI	Distribuir e monitorar as demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI)	F, U	Relatório de Atividades
GOVERNANÇA - SGE - LAI	Realizar a gestão, controle e capacitação para Lei de Acesso à Informação (LAI)	L	Relatório de Monitoramento
LIDERANÇA - SGE - Secretário-Geral	Planejar e prover recursos à equipe da SGE	U	Planejamento
NGEP - SGE - Coordenação	Monitorar a Equipe - NGEP	O	Relatório de Monitoramento
NGEP - SGE - Coordenação	Planejar e prover recursos à equipe - NGEP	O	Planejamento
NGEP - SGE - Execução	Propor Soluções - NGEP	U	Relatório de Monitoramento

NGEP - SGE - Execução	Automatizar Soluções - NGEP	U	Relatório de Monitoramento
Processo Decisório - SGE - NQR	Numerar Atos Administrativos	H	Levantamento de Numeração
Processo Decisório - SGE - NQR	Revisar de Atos Administrativos	P	Levantamento de Revisão
Processo Decisório - SGE - NQR	Publicar Atos Administrativos	I	Levantamento de Publicação
Processo Decisório - SGE - Projetos	Executar projetos, visando à criação de um produto, serviço ou resultado exclusivo.	D, I	Relatório de Atividades
Processo Decisório - SGE - Reunião da Diretoria	Preparar e publicar pautas das Reuniões Administrativas Ordinárias e Extraordinárias da Diretoria	E	Pauta da Reunião publicada na intranet
Processo Decisório - SGE - Reunião da Diretoria	Preparar e publicar Pautas das Reuniões Públicas Ordinárias e Extraordinárias da Diretoria	I	Pauta da Reunião publicada no Portal da ANEEL
Processo Decisório - SGE - Reunião da Diretoria	Realizar o controle de qualidade dos artefatos de secretariado das Reuniões Públicas da Diretoria	J	Levantamento de Sorteio, Resultados, Pautas e Atas
Processo Decisório - SGE - Reunião da Diretoria	Manter base de dados do Processo Decisório da Diretoria	L	Relatório de Atividades
Processo Decisório - SGE - Reunião da Diretoria	Coordenar as equipes de apoio das Reuniões Públicas da Diretoria	O	Ata Prévia das Reuniões Públicas
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Controle das análises de juízo de reconsideração	A	Relatório de E-mails encaminhados às Lideranças
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Emitir despachos dos processos sorteados na SSAO e juntar aos autos	A	Relatório de Sorteios Realizados
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Emitir despachos dos processos sorteados na SSPO e juntar aos autos	B	Relatório de Sorteios Realizados
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Realizar sessões de sorteio de credenciamento	B	Relatório de Sorteios Realizados
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Realizar sessões de sorteio extraordinário	B	Relatório de Sorteios Realizados
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Registrar das Decisões Monocráticas	B	Levantamento de Registro de Decisões
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Alimentar a planilha de recursos protocolados (juízo de reconsideração)	C	Relatório de Juízo de Reconsideração
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Registro de dados sobre a execução e resultados do processo decisório da Diretoria	C	Relatório de Banco de Dados
Processo Decisório - SGE - Reuniões de Diretoria	Emitir Ofícios dos processos das Agências Estaduais sorteados pela SGE ref. aos Recursos Administrativos em face de Autos de Infração. Arquivar processos relacionados ao Sorteio e já finalizados.	D	Relatório de Ofícios Emitidos e Processos Arquivados

ANEXO II

TABELA DE EQUIVALÊNCIA POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE

PARÂMETRO: Todas as atividades da Secretaria Geral devem ser cadastradas no Sistema de Acompanhamento do Programa de Gestão considerando o tempo de execução como parâmetro da faixa de complexidade.			
Nível de Complexidade	Texto Explicativo (horas semanais)	Tempo da Atividade (em teletrabalho)	Tempo da Atividade (presencial)
A	1:30	19:30	19:30
B	2:00	26:00	26:00
C	3:00	39:00	39:00
D	4:00	52:00	52:00
E	5:00	65:00	65:00
F	6:00	78:00	78:00
G	7:00	91:00	91:00
H	8:00	104:00	104:00
I	10:00	130:00	130:00
J	12:00	156:00	156:00
K	13:00	169:00	169:00
L	14:00	182:00	182:00
M	16:00	208:00	208:00
N	17:00	221:00	221:00
O	20:00	260:00	260:00
P	22:00	286:00	286:00
Q	23:00	299:00	299:00
R	30:00	390:00	390:00
S	33:00	429:00	429:00
T	38:00	494:00	494:00
U	40:00	520:00	520:00

Obs1: Os valores informados em "Tempo da Atividade" referem-se às horas que serão efetivamente contabilizadas, considerando um ciclo de duração de três meses do Plano de Trabalho.

Obs2: Para efeito de cálculo de equivalência, considerou-se 1 mês = 22 dias úteis e 1 trimestre = 13 semanas.

DESPACHO Nº 527, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004736/2019-61, decide não conhecer do Requerimento Administrativo interposto pela Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A., por estar exaurida a análise da questão na esfera administrativa, consoante art. 14 da Norma de Organização ANEEL n° 001, aprovada pela Resolução Normativa n° 273, de 2007.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 511, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Processos nºs: 48500.002661/2014-79, 48500.002652/2014-88, 48500.003077/2014-31, 48500.003084/2014-32 e 48500.005078/2014-10. Interessado: Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A. Decisão: (i) renovar até 10 de fevereiro de 2023 a validade do Despacho nº 331, de 8 de fevereiro de 2021, que registrou o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Eólicas - EOLs Ventos de São Januário 02, 07 a 09 e 12. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 512, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme as atribuições estipuladas na Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, e do Processo nº 48500.006167/2017-26, decide: alterar para 26 de junho de 2024 a vigência do Despacho nº 2.326, de 10 de setembro de 2019, que concedeu o Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS-PCH referente à PCH I12, com 9.801 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o CEG PCH.PH.SC.038195-0.01, de titularidade da Fornasa Geração de Energia Ltda.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

DESPACHO Nº 528, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.000203/2022-13. Interessado: COC Energia e Engenharia Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no Anexo deste Despacho, localizadas no município de Irecê, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 508, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Processos nº: 48500.001519/2021-33, 48500.001520/2021-68, 48500.001536/2021-71, 48500.004374/2021-22, 48500.004765/2021-47, 48500.004764/2021-01, 48500.004763/2021-58, 48500.004762/2021-11, 48500.004761/2021-69, 48500.004760/2021-14, 48500.004759/2021-90, 48500.004758/2021-45, e 48500.004757/2021-09. Interessada: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil. Decisão: alterar as parcelas de Receita Anual Permitida estabelecidas pela Resolução Autorizativa nº 10.921, de 23 de novembro de 2021, conforme anexo deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

DESPACHO Nº 522, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.002244/2021-55. Interessadas: EDP Transmissão Aliança SC S.A. e Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. - LMTE. Decisão: estabelecer os valores devidos a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. - LMTE, pela elaboração dos relatórios R3 e R4, com referência em dezembro de 2021, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-029/2021-rev.0 - "Solução Estrutural para Aumento da Confiabilidade do Atendimento a Macapá", de 29 de abril de 2021, utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo com a Resolução nº 922, de 2021, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 19 de fevereiro de 2022.

Nº 506 Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: Mogano Energia Ltda. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Mogano Energia. Unidades Geradoras: UG1, de 1.000,00 kW. Localização: Município de Guatambú, no estado de Santa Catarina.

Nº 530 Processo nº: 48500.001049/2019-93. Interessados: Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos da Bahia XXIII. Unidades Geradoras: UG9, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Souto Soares, no estado da Bahia.

Nº 531 Processo nº: 48500.004647/2021-39. Interessados: Amazonbio - Indústria E Comércio De Biodiesel Da Amazônia Ltda.,Brasil Bio Fuels S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE BBF Urucumacuã. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 320,00 kW cada. Localização: Município de Chupinguaia, no estado de Rondônia

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 521, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 48500.000380/2017-24. Interessados: Permissionárias de Serviço Público de Distribuição, consumidores, usuários e agentes do setor. Decisão: fixa a atualização dos valores limites de Parcela B contidos na Tabela 1 do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, que serão observados nos processos tarifários de 2022 das permissionárias do serviço público de distribuição. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 529, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 783, de 26 de setembro de 2017, e nº 803 de 23 de janeiro de 2018, e o que consta do Processo nº 48500.003793/2016-80, resolve homologar o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCE500SUP (CCE nº 147456/DRSP) celebrado entre a compradora Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia - CERTEL ENERGIA e a vendedora RGE SUL Distribuidora de Energia S.A. - RGE SUL., na modalidade de contratação com tarifa regulada do atual agente supridor, ressalvado o montante de janeiro de 2022, nos montantes definidos abaixo.

MÊS/ANO	MONTANTES DE ENERGIA (MWh)				
	2022	2023	2024	2025	2026
Janeiro	-	500,00	500,00	500,00	500,00
Fevereiro	45,00				
Março	45,00				
Abril	40,00				
Maio	40,00				
Junho	40,00				
Julho	40,00				
Agosto	40,00				
Setembro	40,00				
Outubro	40,00				
Novembro	40,00				
Dezembro	45,00				

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 500, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.004743/2021-87, resolve por: (i) conhecer e negar provimento à reclamação interposta pela Sra. Ana Paula Andrade Angiole.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 525, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 2022; (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores do CVU de janeiro de 2022 para os patamares 1, 2 e 3 e do valor do CVU de fevereiro de 2022 para o patamar 4 a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; (iii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina nos respectivos meses; e (iv) determinar à CCEE que efetue o ajuste financeiro no valor de R$ 422.759,98 (quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos), por meio de débito para a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. e como alívio do Encargo de Serviços de Sistema - ESS nos termos do módulo Encargos das Regras de Comercialização vigentes, no próximo processo de contabilização e liquidação financeira.

CVU [R$/MWh]

Patamar da usina	Janeiro/2022	Fevereiro/2022
Norte Fluminense 1	100,10	-
Norte Fluminense 2	113,89	-
Norte Fluminense 3	219,42	-
Norte Fluminense 4	-	762,70

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

DESPACHO Nº 526, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.004084/2016-11, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da Termopernambuco S.A. para autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Termopernambuco (CEG: UTE.GN.PE.028031-3.01), no valor de R$ 202,58/MWh (duzentos e dois reais e cinquenta e oito centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor do CVU indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na UTE Termopernambuco a partir do mês de janeiro de 2022.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 36/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
830.129/2021-GERALDO RONALDO VIEIRA
831.858/2020-CERAMICA TRESPONTANA LTDA
830.136/2020-JOSE CARLOS DA FONSECA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
830.129/2021-GERALDO RONALDO VIEIRA
831.858/2020-CERAMICA TRESPONTANA LTDA
830.136/2020-JOSE CARLOS DA FONSECA
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.442/2018-MARCELO GONTIJO CARDOSO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
833.741/2007-JOSE GILSON DE PAULA- Área de 195,64 ha para 143,65 ha.-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-IPANEMA/MG
831.162/2014-MINERAÇÃO CASTELO LTDA- Área de 440,40 ha para 422,10 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-CRISTÁLIA/ GRÃO MOGOL/MG
833.700/2011-VASCO ALVES DE ASSIS- Área de 232,59 ha para 49,42 ha.-AREIA (uso Agregado) e ARGILA (uso: Fabricação de Cerâmica Vermelha-NOVA SERRANA/MG
830.264/2015-R & M MINERACAO LTDA- Área de 528,80 ha para 373,23 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-PORTEIRINHA/MG
832.975/2008-JOSE GILSON DE PAULA- Área de 1000,00 ha para 431,95 ha-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-INHAPIM/MG
831.051/2008-JOSE GILSON DE PAULA- Área de 879,03 ha para 486,17 ha.-GNAISSE (uso: Rocha de Revestimento).-MANHUAÇU/ SANTANA DO MANHUAÇU/MG
830.336/2019-G A M STONE LTDA- Área de 375,24 ha para 332,79 ha.-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-POCRANE/MG
831.200/2001-MICAPEL-MINERACAO CAPAO DAS PEDRAS LTDA- Área de 1.752,39 ha para 914,67 ha.-ARDÓSIA (uso: Rocha de revestimento), AREIA (uso: Agregado) e ARGILA (uso: Industrial).-MARTINHO CAMPOS/ PITANGUI /POMPÉU/MG/MG
830.667/2008-JOSE GILSON DE PAULA- Área de 952,09 ha para 135,23 ha-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-SANTANA DO MAHNUAÇU/MG
831.049/2008-JOSE GILSON DE PAULA- Área de 948,60 ha para 279,19 ha.-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-ABRE CAMPO/ MATIPÓ/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
830.815/2012-IMPÉRIO DAS PEDRAS LTDA. ME.-OF. N°5770/2022/DIREM-MG/ANM -
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.280/2006-ROSINEY APARECIDO BRANDÃO-OF. N°5728/2022/DIREM-MG/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
002.857/1935-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG-OF. N°5738/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
BARRAGENS: BARRAGEM MINA ENGENHO e BARRAGEM II MINA ENGENHO-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.-830.719/1982-AI. N°548 e 549/2022/GER-MG/DISBM-MG - (Proc.Adm. 930.443/2022 e 930.444/2022)
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2019)
BARRAGEM MRDM-MINERACAO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.-831.005/1982-OF. N°2124/2022/DISBM-MG/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
831.236/2006-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA-TAIOBEIRAS/MG - Guia n° 16/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-METAGLOMERADO (uso: Rocha de Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
832.359/2013-GERALDO AUGUSTO DA SILVA CARDOSO-OF. N°5757/2022/DIREM-MG/ANM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
830.338/2013-CIDEF DO BRASIL LTDA
830.332/2015-MINERAÇÃO GRANITOS DE MINAS LTDA
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de Licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
830.574/2017-MB MINERADORA LTDA- NOT Nº4810/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
830.574/2017-Mb Mineradora- AI N°465/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930396/2022-36)
832.872/2015-MARIA LUCIA A NAVES ME- AI N°460/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930390/2022-69)
830.168/2018-RUBILEIA PAMPLONA DE FIGUEIREDO PAMPLONA 70104123672-AI N°468/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930399/2022-70-)
831.191/2004-HELP PRESTADORA DE SERVICOS LTDA ME- AI N°543/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930429/2022-48)
831.256/2017-BIOTURFA MINERAÇÃO AGRÍCOLA LTDA- AI N°537/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930423/2022-71)
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
832.872/2015-MARIA LUCIA A. NAVES- Registro de Licença N° 4831/2017 - Vencimento em 30/03/2031
831.385/2019-ANA ISABEL RAMOS DE CARVALHO- Registro de Licença N° 5379/2020 - Vencimento em 04/10/2023
830.515/2018-MF CASCALHO E AREIA LTDA- Registro de Licença N° 5265/2020 - Vencimento em 03/11/2029
831.016/2017-RENATA BRANDAO CARDOSO- Registro de Licença N° 5088/2018 - Vencimento em 22/10/2025..
831.535/2015-COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA JR LIMITADA- Registro de Licença N° 4880?/2017 - Vencimento em 17/08/2030.
832.960/2014-COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA JR LIMITADA- Registro de Licença N° 4807?/2016 - Vencimento em 21/05/2022.
832.199/2017-LAGOA VERDE PESQUISA E EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA-Registro de Licença N° 5076/2018 - Vencimento em 27/09/2025.
830.608/2018-GH- COMERCIO E EXTRACAO DE MINERAIS LTDA- Registro de Licença N° 5260?/2020 - Vencimento em 23/04/2023?.
831.718/2014-DELTA SUCROENERGIA S A- Registro de Licença N° 4501?/2015 - Vencimento em 16/04/2026?.
830.151/2019-ARGILA CORGORICO LTDA- Registro de Licença N° 5168?/2019 - Vencimento em 17/01/2023
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
832.872/2015-MARIA LUCIA A. NAVES-OF. N°4787/2022/DFMNM-MG/ANM
830.168/2018-RUBILEIA PAMPLONA DE FIGUEIREDO PAMPLONA 70104123672-OF. N°4827/2022/DFMNM-MG/ANM
831.191/2004-HELP PRESTADORA DE SERVICOS LTDA ME-OF. N°5190/2022/DFMNM-MG/ANM
831.385/2019-ANA ISABEL RAMOS DE CARVALHO-OF. N°5365/2022/DFMNM-MG/ANM
830.515/2018-MF CASCALHO E AREIA LTDA-OF. N°5373/2022/DFMNM-MG/ANM
831.016/2017-RENATA BRANDAO CARDOSO-OF. N°5377/2022/DFMNM-MG/ANM
831.535/2015-COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA JR LIMITADA-OF. N°5386/2022/DFMNM-MG/ANM
832.960/2014-COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA JR LIMITADA-OF. N°5395/2022/DFMNM-MG/ANM
832.199/2017-LAGOA VERDE PESQUISA E EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA-OF. N°5401/2022/DFMNM-MG/ANM
830.608/2018-GH- COMERCIO E EXTRACAO DE MINERAIS LTDA-OF. N°5407/2022/DFMNM-MG/ANM
831.718/2014-DELTA SUCROENERGIA S A-OF. N°5415/2022/DFMNM-MG/ANM
830.151/2019-ARGILA CORGORICO LTDA-OF. N°5423/2022/DFMNM-MG/ANM
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
831.256/2017-BIOTURFA MINERAÇÃO AGRÍCOLA LTDA
831.293/2013-CLOUDINEI LEITE ME
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
831.838/2012-AILTON SANTOS EMPRESÁRIO INDIVIDUALL
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.635/2016-MINERAÇÃO PAZINHA LTDA-OF. N°4967/2022/DFMNM-MG/ANM
831.628/2001-MADEIREIRA SELVA DO MARQUINHO LTDA-OF. N°5842/2022/UAPM-MG/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.516/2013-RAFAEL HENRIQUE CORREA CASTRO-GOUVEIA/MG, PRESIDENTE JUSCELINO/MG, SANTANA DE PIRAPAMA/MG - Guia n° 15/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano-AREIA (uso: imediato na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir da sua publicação)

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 37/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)
831.080/2017-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.050/2012-JOAO VIANA LELIS-OF. N°6048/2022/SECOR-MG/ANM ; Mineração Monte Rei Ltda.
830.090/2013-JOAO VIANA LELIS-OF. N°6052/2022/SECOR-MG/ANM; Mineração Monte Rei Ltda.
831.933/2016-JOAO VIANA LELIS-OF. N°6053/2022/SECOR-MG/ANM ; Mineração Monte Rei Ltda.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
831.899/2016-MINE INVEST BRAZIL LTDA- Cessionário:MGA MARMORES E GRANITOS ALTOE LTDA- CPF ou CNPJ 01.184.095/0001-03- Alvará n°3339/2017
832.878/2010-SUL PEDRAS EIRELI EPP- Cessionário:GRANBER INDUSTRIA E SERVICOS EIRELI- CPF ou CNPJ 23.592.198/0001-45- Alvará n°14502/2010
832.512/2012-JOAO GENUINO DOS REIS- Cessionário:MINERAÇÃO GRANLESTE LTDA. ME- CPF ou CNPJ 24.416.477/0001-10- Alvará n°8243/2012
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
830.342/2018-HOTEL SANTORINI LTDA ME
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
830.342/2018-HOTEL SANTORINI LTDA ME
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
835.687/1993-EMPRESA DE MINERACAO FAVORETO LTDA- Nome da Fonte: Londrina I - Marca: Vivace - Volumetria: 10L e 20L, sem gás - Marca: Monte Carmelo - Volumetria: 500 mL, 1,5L, 10L e 20L, sem gás- MONTE CARMELO/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
001.362/1940-MINERACAO NOSSA SENHORA DO SION LTDA-OF. N°6080/2022/SECOR-MG/ANM;Mineração Serra do Lopes Ltda
002.263/1967-VALE S.A.-OF. N°6077/2022/DFMIM-MG/ANM
813.973/1970-MINERAÇAO MONTE AZUL LTDA-OF. N°8225/2022/DFMIM-MG/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
833.308/2013-NSA MINERACAO LTDA- Cessionário:CALCARIO JOÃO PINHEIRO LTDA.- CPF ou CNPJ 34.157.262/0001-86- Alvará n°1398/2014
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
831.804/2018-JANILDO PEREIRA AMORIN- Cessionário:CLAUDIA PEREIRA SILVA-CNPJ 13.743.642/0001-22- PLG n°128/2021
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.814/1998-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.- Registro de Licença N° 1403?/2000 - Vencimento em 01/07/2022?.
832.871/2015-MARIA LUCIA A. NAVES- Registro de Licença N° 4827/2017 - Vencimento em 30/03/2031
832.869/2015-MARIA LUCIA A. NAVES- Registro de Licença N° 4825/2017 - Vencimento em 30/03/2031
830.260/2017-MJP EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 5222/2019 - Vencimento em indeterminado
832.777/2006-MINEIRA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA- Registro de Licença N° 3213/2008 - Vencimento em 24/11/2023?.
833.046/2015-CATRAIA COMERCIO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 5129/2019 - Vencimento em 05/11/2023.
832.930/2002-CERÂMICA AZTECA LTDA - EPP- Registro de Licença N° 3032/2007 - Vencimento em 05/05/2022?.
832.575/2003-CERAMICA LUCAS PERES LTDA- Registro de Licença N° 2404?/2004 - Vencimento em 28/02/2040?.
834.978/2011-JOSE BOSI ME- Registro de Licença N° 5369?/2020 - Vencimento em 14/10/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.814/1998-ERCAL - EMPRESAS REUNIDAS DE CALCÁRIO LTDA.-OF. N°5439/2022/DFMNM-MG/ANM
832.871/2015-MARIA LUCIA A. NAVES-OF. N°4436/2022/DFMNM-MG/ANM
832.869/2015-MARIA LUCIA A. NAVES-OF. N°4474/2022/DFMNM-MG/ANM
831.903/2016-ETHOS ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA S/A-OF. N°4005/2022/DFMNM-MG/ANM
830.260/2017-MJP EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°4185/2022/DFMNM-MG/ANM
832.777/2006-MINEIRA INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA-OF. N°4193/2022/DFMNM-MG/ANM
833.046/2015-CATRAIA COMERCIO DE AREIA LTDA-OF. N°4202/2022/DFMNM-MG/ANM
832.930/2002-CERÂMICA AZTECA LTDA - EPP-OF. N°4215/2022/DFMNM-MG/ANM
832.575/2003-CERAMICA LUCAS PERES LTDA-OF. N°4225/2022/DFMNM-MG/ANM
834.978/2011-JOSE BOSI ME-OF. N°3790/2022/DFMNM-MG/ANM

830.666/2020-MINERADORA SANTA ROSA LTDA-OF. N°3803/2022/DFMNM-MG/ANM

Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)

833.114/2011-CONSTRUBRITA LTDA

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)

832.871/2015-MARIA LUCIA A NAVES ME- AI N°446/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930373/2022-21)

832.869/2015-MARIA LUCIA A NAVES ME- AI N°447/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930376/2022-65)

831.903/2016-Ethos Engenharia de Infraestrutura S A- AI N°403 e 404 /2022/GER-MG/DFMNM-MG - (Proc.Adm.48054.930334/2022-24 ; 48054.930335/2022-79)

834.978/2011-Jose Bosi Me- AI N°355/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm - 48054.930303/2022-73)

830.666/2020-Mineradora Santa Rosa Ltda- AI N°358/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930305/2022-62)

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

833.232/2014-IBSON JOSE BORGES-OF. N°5442/2022/DFMNM-MG/ANM

830.729/2014-UNIVERSO STONE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA-OF. N°6045/2022/SECOR-MG/ANM; Globe Representações Comerciais Ltda.

831.756/2013-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°6119/2022/UAPM-MG/ANM.

834.459/2011-PEDRA LÍDER LTDA-OF. N°4359/2022/DFMNM-MG/ANM

831.404/2001-DRAGAGEM BRASIL LTDA EPP-OF. N°4382/2022/DFMNM-MG/ANM

832.056/1993-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-OF. N°4395/2022/DFMNM-MG/ANM

831.824/2001-MINERACAO SANTA INES LTDA-OF. N°4411/2022/DFMNM-MG/ANM

830.619/1989-MINERAÇÃO ATLÂNTICA LTDA.-OF. N°4469/2022/DFMNM-MG/ANM

830.499/2001-MINERAÇÃO NEW STONE LTDA ME-OF. N°4368/2022/DFMNM-MG/ANM

832.289/2009-TECNOPAV ENGENHARIA LTDA-OF. N°3825/2022/DFMNM-MG/ANM

832.288/2009-TECNOPAV ENGENHARIA LTDA-OF. N°3860/2022/DFMNM-MG/ANM

836.810/1993-NEUGRAMAR GRANITOS LTDA-OF. N°3972/2022/DFMNM-MG/ANM

831.992/1986-CACHITA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°3981/2022/DFMNM-MG/ANM

830.348/1987-IUNAGRAL IUNA GRANITOS LTDA-OF. N°3994/2022/DFMNM-MG/ANM

830.276/1984-MINERACAO DO MOINHO LTDA-OF. N°4012/2022/DFMNM-MG/ANM

832.290/2009-TECNOPAV ENGENHARIA LTDA-OF. N°3824/2022/DFMNM-MG/ANM

Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)

830.466/1978- MINERAÇÃO JUNDU LTDA.

833.040/2013- GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA

Fase de Requerimento de Licenciamento

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

830.266/2020-SV.X SALLESVIEIRA MINERAÇÃO LTDA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 40/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)

831.823/2018-MINERACAO MARINHO CAMPOS LTDA

Multa aplicada-Não início de pesquisa comunicado/prazo para pagamento30 dias(1026)

833.215/2014-TERRA LATINA COMÉRCIO EXTERIOR EIRELI EPP.

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

830.968/2020-BARREIRO OLIVEIRA LTDA- Cessionário:MINERAÇÃO BARBOSA OLIVEIRA LTDA.- CPF ou CNPJ 40.185.717/0001-70- Alvará n°4091/2020

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

831.687/2017-R M DA SILVA AREIA ME

Determina o arquivamento definitivo do processo(279)

831.687/2017-R M DA SILVA AREIA ME

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

832.548/2014-JULIA CALDAS NIQUINI- Área de 254,98 ha para 142,50 ha.-GRANITO (uso: Ornamental).-MANHUAÇU/ SIMONÉSIA/MG

831.119/2015-MINERACAO THOMAZINI LTDA- Área de 105,65 ha para 92,93 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-GOUVEIA/MG

830.109/2006-MARCOS LUIS MARTINS SOARES DE SOUZA- Área de 933,35 ha para 817,54 ha.-QUARTZO (uso: Industrial).-FRANCISCO DUMONT/MG

833.015/2015-MINERACAO THOMAZINI LTDA- Área de 536,24 ha para 424,98 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-DIAMANTINA/MG

831.610/2006-MARCOS LUIS MARTINS SOARES DE SOUZA- Área de 979,84 ha para 685,69 ha.-QUARTZO (uso: Industrial).-FRANCISCO DUMONT/MG

830.058/2015-MIBRAX MINERAÇÃO LTDA- Área de 997,91 ha para 699,11 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-AUGUSTO DE LIMA/MG

830.058/2015-MIBRAX MINERAÇÃO LTDA- Área de 997,91 ha para 699,11 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-AUGUSTO DE LIMA/MG

830.059/2015-MIBRAX MINERAÇÃO LTDA- Área de 992, 59 ha para 628,84 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-AUGUSTO DE LIMA/BUENÓPOLIS/MG

831.685/2015-MINERACAO PAUMAR LTDA- Área de 976,98 ha para 790,17 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-RIACHO DOS MACHADOS/MG

Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)

831.888/2014-MINERAÇÃO PEDRA ROXA LTDA - ME-OF. N°7275/2022/DIREM-MG/ANM

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

831.676/2020-MONTE SIAO MINERACAO EIRELI-ALVARENGA/MG, INHAPIM/MG - Guia n° 28/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-15.900 toneladas/ano-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental).

833.185/2006-R3M MINERAÇÃO LTDA-GUANHÃES/MG - Guia n° 27/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-300.000 toneladas/ano-MINÉRIO DE FERRO (uso: Industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental

830.827/2018-MINERAÇÃO PORTO NACIONAL LTDA-UNAÍ/MG - Guia n° 20/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 t/ano e 20.000 t/ano-BRITA e CALCÁRIO (corretivo de solos)- Vigência da Guia:36 meses

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

833.185/2006-R3M MINERAÇÃO LTDA-OF. N°7162/2022/DIREM-MG/ANM

832.107/2014-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-OF. N°6956/2022/DIREM-MG/ANM

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

833.185/2006-R3M MINERAÇÃO LTDA- AI N°777/2022/DIREM-MG/ANM - (Proc.Adm.48054.930565/2022-38)

831.685/2015-MINERACAO PAUMAR LTDA- AI N°760/2022/DIREM-MG/ANM - (Proc.Adm. 48054.930564/2022-93)

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)

004.909/1962-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-OF. N°48245/2021/DFMIM-MG/ANM

Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)

BARRAGEM DIQUE LISA-VALLOUREC TUBOS DO BRASIL LTDA.-008.589/1942-AI. N°804/2022/GER - MG/DISBM - MG - (Proc.Adm.48054.930578/2022-15)

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(2284)

831.531/2015-ANTÔNIO C. DA SILVA MÁRMORES E GRANITOS ME- AI N°577/2022/DIREM-MG/ANM - (Proc.Adm.48054.930457/2022-65)

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)

830.566/2011-MEANI MINERACAO LTDA.-ALVINÓPOLIS/MG - Guia n° 21/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso: Rocha de revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

832.766/2007-AGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA

300.027/2017-

831.617/2010-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.

830.055/2011-MINERACAO SOLEDADE LTDA

832.833/2013-MARCEL PIMENTA GARRIDO

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

832.235/2012-CERÂMICA MCG LTDA-OF. N°3821/2022/DFMNM-MG/ANM

833.153/2015-COMERCIO DE AREIA PALMARES LTDA-OF. N°4289/2022/DFMNM-MG/ANM

832.870/2015-MARIA LUCIA A. NAVES-OF. N°4763/2022/DFMNM-MG/ANM

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

833.153/2015-COMERCIO DE AREIA PALMARES LTDA- Registro de Licença N° 4752?/2016 - Vencimento em 25/11/2023.

832.870/2015-MARIA LUCIA A. NAVES- Registro de Licença N° 4826/2017 - Vencimento em 30/03/2031

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)

832.870/2015-MARIA LUCIA A NAVES ME- AI N°458/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930389/2022-34)

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

830.968/2014-MINERACAO PROGRAMAR LTDA-OF. N°3630/2022/DFMNM-MG/ANM

832.011/2006-J & F MINERACAO LTDA-OF. N°4767/2022/DFMNM-MG/ANM

831.792/2004-NOBRE EXTRACAO DE CASCALHO AREIA E TRANSPORTE LTDA-OF. N°4354/2022/DFMNM-MG/ANM

834.597/2010-JOAO DE OLIVEIRA JUNIOR - 254.135.706-00-OF. N°6337/2022/UAPM-MG/ANM

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

831.792/2004-NOBRE EXTRACAO DE CASCALHO AREIA E TRANSPORTE LTDA-JOÃO PINHEIRO/MG, LAGOA GRANDE/MG - Guia n° 18/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50000 t/ano-AREIA- Vigência da Guia:36 meses

830.209/2008-MINERAÇÃO NOVA ZELÂNDIA LTDA-CANÁPOLIS/MG, ITUIUTABA/MG - Guia n° 19/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-30.000 t/ano-AREIA- Vigência da Guia:36 meses

833.687/2008-PBX MINERAÇÃO LTDA-OLIVEIRA/MG, PASSA TEMPO/MG - Guia n° 26/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-300.000 toneladas/ano-MINÉRIO DE FERRO (uso: Industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental ou equivalente)

830.971/2016-MONTE BIANCO MINERAÇÃO LTDA. ME.-MUTUM/MG - Guia n° 25/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GNAISSE (uso: Rocha de Revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

834.091/2008-CARLO DARTAGHAN ALMEIDA ME-CARANAÍBA/MG - Guia n° 24/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano-FILITO (uso: Rocha Industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS(a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

834.091/2008-CARLO DARTAGHAN ALMEIDA ME-CARANAÍBA/MG - Guia n° 24/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano-FILITO (uso: Rocha Industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS(a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

834.875/2011-ECO SEIXOS MINERADORA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AUGUSTO DE LIMA/MG, CORINTO/MG - Guia n° 23/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-50.000 toneladas/ano;8.500 toneladas/ano ;4.000 toneladas/ano-AREIA (uso: agregado);CASCALHO (uso: agregado); QUARTZO (uso: Industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir da sua publicação

832.206/2006-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA-SALINAS/MG - Guia n° 22/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO (uso: Rocha de revestimento)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)

832.430/2021-MARCIO JOSÉ TORRES

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

830.587/2020-GERALDO AMARO DA SILVA - ME-OF. N°4591/2022/DFMNM-MG/ANM

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

830.185/2020-MINERACAO MARINHO CAMPOS LTDA

830.386/2020-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

831.070/2016-GABRIELA CAMPOS-OF. N°5194/2022/SECOR-MG/ANM

832.025/2009-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°5191/2022/SECOR-MG/ANM

830.460/2021-DANTE NALGIDO GOMES MAIA-OF. N°5323/2022/SECOR-MG/ANM

830.752/2021-MAIKY SILVA MACHADO-OF. N°4761/2022/SECOR-MG/ANM

832.214/2021-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-OF. N°4718/2022/SECOR-MG/ANM

832.764/2021-KULUENE SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA.-OF. N°5473/2022/SECOR-MG/ANM

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

831.306/2006-MBR PARAOPEBA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 43/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)

834.883/2011-MINERACAO CORREGO AZUL LTDA-OF. N°6964/2022/DIREM-MG/ANM

831.894/2015-JESU LUIZ AFONSO JÚNIOR EPP-OF. N°6604/2022/DIREM-MG/ANM

833.085/2013-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°6667/2022/DIREM-MG/ANM
833.084/2013-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°6673/2022/DIREM-MG/ANM
832.731/2013-MINERACAO CORREGO AZUL LTDA-OF. N°7479/2022/DIREM-MG/ANM
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
834.883/2011-MINERACAO CORREGO AZUL LTDA
830.689/2005-VALE S.A.
832.677/2007-VALE S.A.
831.894/2015-JESU LUIZ AFONSO JÚNIOR EPP
833.085/2013-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
833.084/2013-PLENNA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
832.731/2013-MINERACAO CORREGO AZUL LTDA
830.571/2018-RILDO MENDES DE ALMEIDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.809/2016-MINERAÇÃO MINAS BRASIL EIRELI ME-OF. N°6959/2022/DIREM-MG/ANM
830.091/2003-CEZAR AUGUSTO SANTOS TEIXEIRA-OF. N°6623/2022/DIREM-MG/ANM
831.142/2012-MINAS PEROLA LTDA-OF. N°5993/2022/DIREM-MG/ANM
831.055/2009-GRAMINETE GRANITOS MINETE LTDA.-OF. N°6305/2022/DIREM-MG/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
831.869/2008-MINERACAO RIACHO DOS MACHADOS LTDA.-OF. N°6944/2022/DIREM-MG/ANM
832.817/2012-LAMBARI AREIAS LTDA-OF. N°5997/2022/DIREM-MG/ANM
831.068/2015-BRENORTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-OF. N°6335/2022/DIREM-MG/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.861/2016-GIALO MINERAÇÃO LTDA- Área de 552,28 ha para 463,32 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-SERRA AZUL DE MINAS/RIO VERMELHO/MG
832.728/2006-RIMA INDUSTRIAL S/A- Área de 890,45 ha para 708,72 ha.-QUARTZO (uso: Industrial).-FRANCISCO SÁ/ GRÃO MOGOL/MG
831.777/2016-NEW STONES MINERAÇÃO LTDA ME- Área de 984,23 ha para 830,81 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento) e QUARTZO (uso: Industrial).-GOUVEIA/ MONJOLOS/MG
830.119/2008-ARLINDO SALES CAMPOS- Área de 325,57 ha para 267,16 ha-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-ITAMBÉ DO MATO DENTRO/MG
831.661/2014-MINERAÇÃO CASTELO LTDA- Área de 988,84 ha para 904,15 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-CRISTÁLIA/MG
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
830.508/2018-MINERAÇÃO SÃO VICENTE LTDA-ALVARÁ N°8383/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.856/2015-MINERACAO MARIANELLI LTDA -Alvará N°10170/2016
831.319/2020-ECO135 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A. -Alvará N°4556/2020
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
831.068/2015-BRENORTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP- AI N°688/2022/DIREM-MG/ANM - (Proc.Adm.48054.930521/2022-16)
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.086/2015-GRAN VALE LTDA EPP-QUARTZITO (uso: Ornamental).-AUGUSTO DE LIMA/MG
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
831.687/2017-R M DA SILVA AREIA ME
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.687/2017-R M DA SILVA AREIA ME
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(2367)
BARRAGEM B2-MINERIOS NACIONAL S.A.-002.740/1947-OF. N°7270/2022/DISBM-MG/ANM- No prazo de especificados individualmente dias
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGEM B1- MINA IPÊ-CIA DE MINERAÇÃO SERRA DA FAROFA-805.374/1971-OF. N°6194/2022/DISBM-MG/ANM
BARRAGENS B1A IPÊ E QUÉIAS-EMICON MINERACAO E TERRAPLENAGEM LIMITADA-815.691/1971-OF. N°6180/2022/DISBM-MG/ANM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
830.954/2011-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.
830.352/2012-JOÃO BARCELLOS SOBRAL
834.285/2012-LEIZA MELO SIQUEIRA FERNANDES ME
830.312/2012-SERGIO LUIS DA SILVA
830.962/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.
835.013/2011-BRASIL RECURSOS NATURAIS INTERNACIONAL LTDA.
832.186/2004-CRUZEIRO AGRO PECUÁRIA LTDA.
830.185/2012-UNIAO MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA EPP
830.676/2005-THIAGO LOPES CANÇADO DE FARIA
830.081/2013-MSF MINERACAO S/A
830.274/2019-UNIÃO MINERADORA LTDA ME
830.082/2013-MSF MINERACAO S/A
300.078/2020-
830.473/2018-FIVE STAR MINERACAO LTDA.
830.517/2008-SAFEEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
832.362/2008-RICARDO PEREIRA DE FREITAS ME-OF. N°3875/2022/DFMIM-MG/ANM-60 dias
834.753/2010-F2 EXTRACAO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°6681/2022/DIREM-MG/ANM-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.147/2017-DRAGA SANTOS LTDA-OF. N°7181/2022/SECOR-MG/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
832.720/2021-ENOK COLARES DUARTE EIRELI
832.725/2021-ENOK COLARES DUARTE EIRELI
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.321/2021-ARTHUR PACHECO DOS SANTOS-OF. N°6937/2022/SECOR-MG/ANM
832.711/2021-INDUSTRIA DE CAL SN LTDA-OF. N°6610/2022/DIREM-MG/ANM
832.645/2021-RMB MANGANES LTDA-OF. N°6497/2022/DIREM-MG/ANM
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
833.056/2015-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA
833.059/2015-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 44/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito multa aplicada(106)
831.977/2015-STONE GOLD MINERAÇÃO EIRELI- DOU de 15/02/2022
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
831.406/2014-MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA - Publicado DOU de 05/10/2016., Relação n° 562/2016, Seção 1, pág. - Onde se lê: "... Aprova o relatório de pesquisa com redução de área 831.406/2014-MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA- Área de 50,58 ha para 50,00 ha-Areia e Cascalho...". Leia-se: "...Aprova o relatório de pesquisa com redução de área 831.406/2014-MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA- Área de 50,58 ha para 50,00 ha-Areia e Cascalho- MUNICIPIOS: NEPOMUCENO/MG, PERDÕES/MG...".
830.406/2012-CELTA CERAMICA LTDA - Publicado DOU de 09/02/2017., Relação n° 59/2017, Seção 1, pág. - Onde se lê: "... Aprova o relatório de Pesquisa830.406/2012-CELTA CERAMICA LTDA- Argila Industrial...". Leia-se: "...Aprova o relatório de Pesquisa 830.406/2012-CELTA CERAMICA LTDA-Argila Industrial - Município: PERDÕES/MG ...".
830.655/1993-MINERACAO SAMPAIO MARAVILHA LTDA - Publicado DOU de 02/02/2001, Relação n° , Seção , pág. - "Onde se lê:..Aprova o relatório de pesquisa / inciso I, do art. 30 do C.M. (3.17).DNPM n° 830.655/93 - Milton Cunha - Piracema - MG - Gnaisse -"Leia-se: Aprova o relatório de pesquisa / inciso I, do art. 30 do C.M. (3.17) - DNPM n° 830.655/93 - Milton Cunha - Piracema - MG - Itaguara/MG - Gnaisse
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
831.904/2018-SÉRGIO LUIZ DURÇO- DOU de 05/05/2020
832.527/2021-MARCEL MINERACAO LTDA- DOU de 14/12/2021.
832.550/2021-WORLDWIDE GESTAO E PARTICIPACAO S/A- DOU de 14/12/2021.

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 45/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.135/2009-JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA DE PÁDUA -Alvará N°3467/2021
830.488/2021-WELTON IZIDORIO DA SILVA -Alvará N°4546/2021
830.604/2021-AREIAL NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA -Alvará N°3527/2021
831.320/2020-ECO135 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A. -Alvará N°4555/2020
831.726/2021-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA -Alvará N°8805/2021
831.727/2021-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA -Alvará N°7431/2021
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
831.267/2020-JUDÁ MENDES GORI- OF. N° 6740/2022/DIREM-MG/ANM
832.133/2021-FLAVIO AUGUSTO RIBEIRO AREDES- OF. N° 6338/2022/DIREM-MG/ANM
830.160/2018-ELAINE FIGUEIREDO LACERDA- OF. N° 6647/2022/DIREM-MG/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
830.674/2009-CHAMONIX MIX LTDA-OF. N°6105/2022/DIREM-MG/ANM
832.663/2015-LAMBARI AREIAS LTDA-OF. N°6108/2022/DIREM-MG/ANM
830.089/2012-J A EXTRACAO DE AREIA E ARGILA, SERR, SERV. TERR. E TRANSPORTE LTDA ME-OF. N°6114/2022/DIREM-MG/ANM
831.398/2009-CHAMONIX MIX LTDA-OF. N°6098/2022/DIREM-MG/ANM
832.395/2013-AREIAS E ARGILA SÃO JUDAS LTDA ME-OF. N°7417 e 7420/2022/DIREM-MG/ANM
832.723/2012-IMPÉRIO DAS PEDRAS LTDA. ME.-OF. N°7434/2022/DIREM-MG/ANM
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
830.844/2015-BRS HILL STONES MINERACAO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°7454/2022/DIREM-MG/ANM
831.613/2009-MINERACAO CORREGO AZUL LTDA-OF. N°7834 e 7834/2022/DIREM-MG/ANM
832.325/2016-COSTA E VITA LTDA ME-OF. N°7659/2022/DIREM-MG/ANM
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.844/2015-BRS HILL STONES MINERACAO E TRANSPORTES LTDA
831.613/2009-MINERACAO CORREGO AZUL LTDA
832.325/2016-COSTA E VITA LTDA ME
830.410/2003-JOÃO VICENTE CARTELI
832.951/2014-MINERACAO LIMEIRA,COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
831.759/2017-JARBAS SOARES FERNANDES FILHO ME
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.115/2015-DJ GRANITOS EIRELI- Área de 944,69 ha para 785,29 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-BUENÓPOLIS/MG
832.116/2015-DJ GRANITOS EIRELI- Área de 933,71 ha para 802,69 ha-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-BUENÓPOLIS/MG
832.289/2014-MINERACAO SANTA INES LTDA- Área de 951, 03 ha para 876, 49 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-SANTO ANTNÔNIO DO RETIRO/MG
832.266/2015-MINERAÇÃO CASTELO LTDA- Área de 388,97 ha para 246,61 ha-XISTO (uso: Rocha de Revestimento).-CRISTÁLIA/ GRÃO MOGOL/MG
832.290/2014-MINERACAO SANTA INES LTDA- Área de 932, 45 ha para 740, 61 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.052/2013-GRANGRIPP MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°7642/2022/DIREM-MG/ANM
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
831.613/2009-MINERACAO CORREGO AZUL LTDA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.748/2020-MINERACAO VMC LTDA-ALVORADA DE MINAS/MG, DOM JOAQUIM/MG - Guia n° 30/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-QUARTZITO- Vigência da Guia:3 ANOS ((a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
830.076/1986-AGUA MINERAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA LTDA-(arrendatária) - Interessado: Nova Água Mantiqueira da Serra Ltda. - Nome da Fonte: Rio Claro I -Marca: Serra da Mantiqueira - Volumetria: 5L, 10L e 20L, sem gás- DELFIM MOREIRA/MG
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
830.103/1998-PEDREIRAS DO BRASIL S A-GRANITO.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
832.427/2006-MINERACAO & TRANSPORTE ROSA DO VALE LTDA-OF. N°3867/2022/DFMIM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
807.500/1971-VALE S.A.-OF. N°3156/2022/DFMIM-MG/ANM
807.499/1971-VALE S.A.-OF. N°3154/2022/DFMIM-MG/ANM
807.497/1971-VALE S.A.-OF. N°3153/2022/DFMIM-MG/ANM
807.501/1971-VALE S.A.-OF. N°3162/2022/DFMIM-MG/ANM
808.571/1971-VALE S.A.-OF. N°3169/2022/DFMIM-MG/ANM
808.570/1971-VALE S.A.-OF. N°3174/2022/DFMIM-MG/ANM
804.139/1974-VALE S.A.-OF. N°3176/2022/DFMIM-MG/ANM

801.740/1976-VALE S.A.-OF. N°3178/2022/DFMIM-MG/ANM
801.741/1976-VALE S.A.-OF. N°3180/2022/DFMIM-MG/ANM
831.353/2016-MML - METAIS MINERACAO LTDA-OF. N°6071/2022/DFMIM-MG/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
833.790/2008-SCORPION MINERACAO LTDA-OF. N°7441/2022/DIREM-MG/ANM-60 dias
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.797/2021-MARLLOS ANDRELLE JOSÉ DA SILVA MONTEIRO-OF. N°6068/2022/DIREM-MG/ANM
832.672/2021-RP MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°6613/2022/DIREM-MG/ANM
831.918/2021-PETRA MG INDUSTRIA E COMERCIO DE AGREGADOS LTDA.-OF. N°6745/2022/DIREM-MG/ANM
832.687/2021-JOAQUIM PEDRO DE SOUZA ME-OF. N°6067/2022/DIREM-MG/ANM
832.891/2021-MINERACAO UBA MINAS LTDA-OF. N°6495/2022/DIREM-MG/ANM
832.883/2021-FLAPA ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°6496/2022/DIREM-MG/ANM
831.966/2021-BRS HILL STONES MINERACAO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°7392/2022/DIREM-MG/ANM
832.563/2021-LEANDRO MARTINS DA SILVA-OF. N°7697/2022/DIREM-MG/ANM
Defere pedido de reconsideração(182)
831.904/2018-SÉRGIO LUIZ DURÇO
832.527/2021-MARCEL MINERACAO LTDA
832.550/2021-WORLDWIDE GESTAO E PARTICIPACAO S/A
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
832.788/2021-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA
831.406/2013-MINERACOES DO BRASIL LTDA
833.552/2012-MINERACAO NIQUEL SANTA MARIA LTDA

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 46/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
831.557/2014-GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA -Alvará N°9804/2014
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
831.766/2017-FREYK FREYLLA KAREM MACHADO GOMES 05953072643
830.410/2003-JOÃO VICENTE CARTELI
831.759/2017-JARBAS SOARES FERNANDES FILHO ME
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.454/2016-MINERADORA HARD STONE LTDA- Área de 698,94 ha para 577,20 ha.-QUARTZO (uso: Industrial).-JOSENÓPOLIS/MG
831.140/2014-GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA- Área de 922, 68 ha para 562,19 ha.-QUARTZITO (uso: Rocha de Revestimento).-RIACHO DOS MACHADOS/MG
831.154/2013-MINERACAO PORTO FIRME MPF LTDA- Área de 996,51 ha para 862,44 ha-MINÉRIO DE FERRO (uso Industrial).-PORTO FIRME/MG
832.019/2007-JOSE GILSON DE PAULA- Área de 715,00 ha para 389,16 ha.-GRANITO (uso: Rocha de revestimento).-PEDRA BONITA/SANTA MARGADRIDA/MG
831.564/2015-VALE GRANITOS LTDA- Área de 978,85 ha para 524,12 ha.-GRANITO (uso: Rocha de Revestimento).-PORTEIRINHA/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
830.564/2008-ALAN VINICIUS DUARTE E SILVA-OF. N°8223/2022/DIREM-MG/ANM
832.985/2015-ANDREZA DANIELLI DOS SANTOS-OF. N°8183/2022/DIREM-MG/ANM
832.049/2018-BRUNO ADRIANO DE SOUSA MEIRELES-OF. N°8220/2022/DIREM-MG/ANM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
830.816/2018-WILTON SILVEIRA-QUARTZO (uso: Industrial).-JANAÚBA/MG/MG
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
831.759/2017-JARBAS SOARES FERNANDES FILHO ME-OF. N°8193/2022/DIREM-MG/ANM
830.410/2003-JOÃO VICENTE CARTELI-OF. N°8217/2022/DIREM-MG/ANM
Homologa renúncia parcial da Autorização de Pesquisa(2162)
830.391/2020-LEAO DE JUDA MINERACAO LTDA -Alvará N°3711/2020Área reduzida de 1901,86 ha para 969,53 ha
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência -- Prazos estabelecidos em ofício:(2368)
BARRAGEM DECANTAÇÃO DE ÁGUA E POLPA- EBII- MINERODUTO - SAMARCO MINERACAO S A-930.706/1982-OF. N°7320/2022/DISBM-MG/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(2367)
BARRAGEM CDS I-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-930.181/2008-OF. N°7338/2022/DISBM-MG/ANM- No prazo de 90 dias
BARRAGEM BOM JARDIM-BAUMINAS MINERAÇÃO LTDA-831.091/1981-OF. N°6791/2022/DISBM-MG/ANM- No prazo de 180 dias
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
004.557/1940-CROMITA PIUMHIENSE LTDA.-OF. N°5132/2022/DFMNM-MG/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
004.557/1940-CROMITA PIUMHIENSE LTDA.- AI N° 536/2022/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930421/2022-81)
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
BARRAGEM BARRAGEM 01 - JOSE JAIME-MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.-830.000/1989-AI. N°803/2022/GER - MG/DISBM - MG - (Proc.Adm.48054.930577/2022-62)
BARRAGEM MINA ENGENHO e BARRAGEM II MINA ENGENHO-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.-830.719/1982-AI. N°548 e 549/2022/GER-MG/DISBM-MG
Determina a interdição da barragem de mineração(2363)
BARRAGEM: BARRAGEM 01 - JOSE JAIME-MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA.-830.000/1989
BARRAGEM: BARRAGEM II MINA ENGENHO-MASSA FALIDA DE MUNDO MINERAÇÃO LTDA.-830.719/1982
Nega provimento a defesa apresentada(476)
831.202/2006-MINERINVEST MINERAÇÃO LTDA.
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
831.202/2006-MINERINVEST MINERAÇÃO LTDA.- AI Nº 105/2019/DISBM/GER/ANM/MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
831.445/2010-MAURO GONCALVES MARTINS 07528629600-NOVA SERRANA/MG, SÃO GONÇALO DO PARÁ/MG - Guia n° 31/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-12.000 toneladas/ano;50.000 toneladas/ano-ARGILA (uso: Industrial);AREIA (uso: Agregado)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
300.270/2019-
Fase de Licenciamento
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
831.896/1999-LUIZ CARLOS FIUZA DE SOUZA- AI N°227 e 228/2022/DFMNM-MG/ANM -(Proc.Adm.48054.930215/2022-71 e 48054.930216/2022-16))
831.045/2015-MINERACAO VRB LTDA- AI N°190 e 191/2022GER-MG/DFMNM-MG.(Proc.Adm. 48054.930177/2022-57 - 48054.930178/2022-00)
832.583/2001-JOSÉ ERNANI DA SILVA PEREIRA- AI N°217 e 218/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930197/2022-28 - 48054.930198/2022-72)
834.800/2008-Alyson Mácio Teixeira Ramos Me- AI N°211 e 212/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930193/2022-40 e 48054.930194/2022-94)
831.842/1998-Draga Veloso Ltda- AI N°200 e 201/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930185/2022-01 ; 48054.930186/2022-48)
830.836/2010-MARCRONE FIGUEIREDO- AI N°203 e 204/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930187/2022-92 e 48054.930188/2022-37)
831.692/1999-AREIA CONQUISTA- AI N°205 e 206/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930189/2022-81 e 48054.930190/2022-14)
831.029/1999-EULINA TEIXEIRA DE REZENDE- AI N°208 e 209/2022GER-MG/DFMNM-MG.(Proc.Adm.48054.930191/2022-51 ;48054.930192/2022-03)
831.359/2015-MINERAÇÃO VRB LTDA- AI N°192 e 193/2022GER-MG/DFMNM-MG.(Proc.Adm48054.930179/2022-46; 48054.930180/2022-71)
831.825/2015-MINERAÇÃO VRB LTDA- AI N°194 e 195/2022GER-MG/DFMNM-MG.(Proc.Adm.48054.930181/2022-15 ; 48054.930182/2022-60)
830.986/1986-PEDREIRA JAIBA LTDA- AI N°229 e 230/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930217/2022-61 ; 48054.930218/2022-13)
831.018/1981-CONSTRUTORA MARAJOARA LTDA- AI N°233 e 235/2022GER-MG/DFMNM-MG.(Proc.Adm.48054.930220/2022-84 e 48054.930221/2022-29)
833.776/2004-Marex Extração e Comércio de Areia Ltda,- AI N°239 e 240/2022GER-MG/DFMNM-MG.(Proc.Adm.48054.930222/2022-73 - 48054.930223/2022-18)
832.983/2005-PEDREIRA ZANON LTDA- AI N°241 e 242/2022GER-MG/DFMNM-MG.- (Proc.Adm.48054.930226/2022-51 48054.930227/2022-04)
832.262/2000-Areal Sagrado Coração de Jesus Ltda ME- AI N°246 e 247/2022GER-MG/DFMNM-MG.(Proc.Adm. 48054.930233/2022-53 ;48054.930234/2022-06)
833.083/2007-Draga Açucar Ltda- AI N°214 e 215/2022GER-MG/DFMNM-MG.(Proc.Adm.48054.930195/2022-39 - 48054.930196/2022-83)
831.888/2013-PORTO DE AREIAS ÁGUA VERMELHA LTDA- AI N°188 e 189/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930175/2022-68 - 48054.930176/2022-11)
831.813/1995-Comércio de Areia Andrade Dias Ltda M.E- AI N°7981 E Nº 7982/2021/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.- 48054.934566/2021-71-48054.934567/2021-15)
830.553/1991-Areial do Náutico Ltda Me- AI N°161 e 163/2022GER-MG/DFMNM-MG - (Proc. Adm4 . 8054.930132/2022-82 - 48054.930134/2022-71)
831.236/2012-Maurélio Vieira Toledo- AI N°167 E Nº 168/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 48054.930139/2022-02 -48054.930140/2022-29)
831.953/1996-SIDNEI CANDIDO BOMFORTI-ME- AI N°177 E Nº 178/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (ProcAdm 48054.930158/2022-21 - 48054.930159/2022-75)
831.109/2003-Claudineia Ribeiro da Silva Me- AI N°179 E Nº 180/2022GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm.48054.930164/2022-88 -48054.930165/2022-22)
831.336/1998-MILTON DE FREITAS GUEDES-ME- AI N°181 E Nº 182/2022GER-MG/DFMNM-MG. (Proc.Adm.48054.930166/2022-77 - 48054.930167/2022-11)
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.961/2001-PEDREIRA GM COMERCIO DE PEDRAS LTDA-SÃO DOMINGOS DO PRATA/MG - Guia n° 29/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-30.000 toneladas/ano-GNAISSE (uso: agregado)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
830.067/2001-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-SANTA RITA DO ITUETO/MG - Guia n° 32/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ano-GRANITO- Vigência da Guia:3 ANOS(a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.118/2006-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°8231/2022/DFMIM-MG/ANM
832.441/2014-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°7233/2022/DFMNM-MG/ANM
Despacho publicado(356)
830.118/2006-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-prorrogação do prazo para requerer a lavra 1 ano
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
831.451/2017-CERÂMICA FORTE LTDA
831.457/2020-R S AMORIM
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(1165)
831.451/2017-CERÂMICA FORTE LTDA-OF. N°1425/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 26/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
867.234/2014-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO -AI N°609/2021
866.410/2015-DOURADO COMERCIO DE AREIA LTDA ME -AI N°615/2021
866.484/2015-GIONGO IMOVEIS LTDA -AI N°1620/2021
866.485/2015-GIONGO IMOVEIS LTDA -AI N°1621/2021
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
866.085/2015-REBEQUI & PINHEIRO LTDA - ME-AI N°1757/2021

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 27/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Retificação de despacho(1386)
867.080/2019-EXPERT MINAS GOLD BRASIL S.A - Publicado DOU de 10/02/2022, Relação n° 20/2022, Seção 1, pág. 100- Onde se lê:"...Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência (1.34) - 867.080/2019 - Expert Minas Gold Brasil S.A - Of. 6298/2022-DIREM..."..." - Leia-se: "...Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias (1.33) - 867.080/2019 - Expert Minas Gold Brasil S.A - Of. 6298//2022-DIREM..."

LEVI SALIÉS FILHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 16/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
821.179/2015-ALCINDO PEREIRA DE ANDRADE ME
821.180/2015-ALCINDO PEREIRA DE ANDRADE ME
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
821.180/2015-ALCINDO PEREIRA DE ANDRADE ME -AI N°2595/2021/DIREM-SP/ANM
821.179/2015-ALCINDO PEREIRA DE ANDRADE ME -AI N°2596/2021/DIREM-SP/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.206/2015-EMAIS URBANISMO AGIR LTDA-OF. N°7561/2022/DIREM-SP/ANM
821.101/2015-MINERAÇÃO CAMPO VERDE ROSEIRA LTDA.-OF. N°7567/2022/DIREM-SP/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.107/2013-ESTRELA MINERAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA. EPP- Área de 49,98 ha para 41,81 ha-AREIA (construção civil)-Iperó/(SP)
821.111/2015-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP- Área de 141,52 ha para 48,16 ha-AREIA (construção civil) e ARGILA (cerâmica vermelha)-Itapetininga/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.513/2016-VITOR BERVIND CAETANO- Cessionário:Thruxton Participações Ltda.- CPF ou CNPJ 33.111.286/0001- 31- Alvará n°7684/2017
820.229/2020-WALDRIGUI E LORCA PORTO DE AREIA LTDA- Cessionário:JOSE FERNANDO FERRAZ FLORENCIO WALDRIGUI- CPF ou CNPJ 220.072.898-06- Alvará n°1340/2021
820.086/2021-PAULO CESAR CORDEIRO DE ABREU- Cessionário:MINERACAO BEM TE VI LTDA- CPF ou CNPJ 43.002.110/0001-03- Alvará n°4761/2021
820.086/2021-PAULO CESAR CORDEIRO DE ABREU- Cessionário:MINERACAO BEM TE VI LTDA- CPF ou CNPJ 43.002.110/0001-03- Alvará n°4761/2021
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
820.798/2007-MOHAMAD RAMADAN EL ALI - AI N°51/2019-ANM/GER/SP
820.795/2007-GLAUCIO FELISBERTO DE MOURA - AI N°50/2019-ANM/GER/SP
820.581/2007-JOSÉ BRANDÃO FILHO - AI N°48/2019-ANM/GER/SP
820.541/2007-PORTO DE AREIA BERTIOGA LTDA - AI N°46/2019-ANM/GER/SP
820.512/2007-TERESA MORISHIGUE STRIOLI - AI N°45/2019-ANM/GER/SP
820.384/2007-EMERSON ROSSI DE MATOS - AI N°44/2019-ANM/GER/SP
820.342/2007-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA - AI N°43/2019-ANM/GER/SP
820.643/2005-ADILSON PURIFICAÇÃO DE OLIVEIRA - AI N°38/2019-ANM/GER/SP
820.525/2005-EXTRATORA DE AREIA RECANTO BOY MARINO LTDA - AI N°35/2019-ANM/GER/SP
820.380/2005-HNK BR INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA - AI N°33/2019-ANM/GER/SP
820.232/2005-RAFAEL PEGOLARO SALIONE - AI N°31/2019-ANM/GER/SP
821.170/2012-RODOBARRO TRANSPORTES E ESCAVACAO LTDA - AI N°2/2019-ANM/GER/SP
821.215/2012-CERAMICA URUBI LTDA - AI N°7/2019-ANM/GER/SP
821.173/2012-DANIEL ZEM GIMENEZ - AI N°3/2019-ANM/GER/SP
821.246/2012-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME - AI N°10/2019-ANM/GER/SP
820.070/2013-MC CONSTRUTORA E TOPOGRAFIA LTDA. - AI N°20/2019-ANM/GER/SP
820.089/2013-ANTONIO MARANGONI NETO ME - AI N°21/2019-ANM/GER/SP
820.091/2013-CERÂMICA SANTA CATARINA LTDA EPP - AI N°22/2019-ANM/GER/SP
820.094/2013-CARLOS EDUARDO RUZ CAPUTI - AI N°23/2019-ANM/GER/SP
820.095/2013-CARLOS EDUARDO RUZ CAPUTI - AI N°24/2019-ANM/GER/SP
820.096/2013-CARLOS EDUARDO RUZ CAPUTI - AI N°25/2019-ANM/GER/SP
820.119/2013-MAXBRITA COMERCIAL LTDA - AI N°27/2019-ANM/GER/SP
820.691/2007-GERALDO REGINALDO CAOVILA - AI N°49/2019-ANM/GER/SP
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
820.143/2016-OLARIA JBM LTDA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
820.334/2012-TOGRAN PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-ALVARÁ N°8850/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
820.213/2004-FONTE JARDIM COMERCIO DE AGUA LTDA- "Fonte Águas Virtuosas" (Poço) - Marca "Lumière Levíssima": Garrafas descartáveis de 1,5 L, com e sem gás.- CACONDE/SP, TAPIRATIBA/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.213/2004-FONTE JARDIM COMERCIO DE AGUA LTDA-OF. N°7099/2022/DIFAM-SP/ANM
820.276/1995-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7790/2022/DIFAM-SP/ANM
821.616/1999-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7791/2022/DIFAM-SP/ANM
820.192/2005-FUNDACAO JOAO PAULO II-OF. N°48402.820192/2005-90.
820.790/1986-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7844/2022/DIFAM-SP/ANM
820.149/2002-LAURO G CARDOSO DE ALMEIDA EPP-OF. N°7918/2022/DIFAM-SP/ANM
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(437)
820.686/1996-VERA APARECIDA DE PAULI SILVA- Início:22/09/2017-Término:22/07/2023
Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)
"MBR II SUL"-MINERACAO BOM RETIRO II EIRELI-820.853/1996-AI. N°805/2022/DIFAM-SP/ANM
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
008.678/1962-MINERAÇÃO A R M LTDA EPP-OF. N°7944/2022/DIFAM-SP/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
821.055/2001-CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM BRASIL LTDA.-OF. N°8166/2022/DIREM-SP/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
820.716/2015-MINERADORA ILHA LTDA-OF. N°37894/2021/DIFAM-SP/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.159/2010-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7797/2022/DIFAM-SP/ANM
820.174/2010-SANEN ENGENHARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°7823/2022/DIFAM-SP/ANM
821.089/2011-EXTRAÇAO MINERIOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NELU LTDA-OF. N°8286/2022/DIFAM-SP/ANM
820.931/2002-SAITA & CIA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°8294/2022/DIFAM-SP/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
820.337/2013-VLADIMIR DE CÁSSIO MOISÉS
820.332/2018-AREIA SÃO JOSE EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA ME
820.068/2021-ANILDO DE MILANDA
820.080/2021-CERAMICA ENDO EIRELI
820.138/2021-MINERACAO PARAIBA LTDA
820.187/2021-GREGORIO VASSILIVE FERREIRA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
820.651/2021-PEDREIRA DIABASIO EIRELI-OF. N°7081/2022/DIREM-SP/ANM

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 86/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1715)
850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°734/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950132/2021-78)
850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°733/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950133/2021-12)
850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°225/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950134/2021-67)
850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7391/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951409/2021-80)
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°730/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950129/2021-54)
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°221/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950130/2021-89)
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°732/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950131/2021-23)
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7401/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951414/2021-92)
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°726/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950126/2021-11)
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°727/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950127/2021-65)
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°728/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950128/2021-18)
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7468/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951419/2021-15)
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°722/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950123/2021-87)
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°723/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950124/2021-21)
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°725/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950125/2021-76)
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7473/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951424/2021-28)
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°717/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950120/2021-43)
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°718/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950121/2021-98)
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°721/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950122/2021-32)
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7479/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951429/2021-51)
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°714/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950117/2021-20)
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°715/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950118/2021-74)
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°716/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950119/2021-19)
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7484/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951434/2021-63)
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°1268/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950114/2021-96)
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°712/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950115/2021-31)
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°713/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950116/2021-85)
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7509/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951454/2021-34)
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°702/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950111/2021-52)
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°703/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950112/2021-05)
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°704/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950113/2021-41)
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7489/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951439/2021-96)
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°699/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950108/2021-39)
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°700/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950109/2021-83)
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°701/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950110/2021-16)
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7495/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951444/2021-07)
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°696/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950104/2021-51)
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°697/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950105/2021-03)
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°698/2021/GER-PA/DIFAM-PA (PROCESSO SEI?48059.950106/2021-40)
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7501/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951449/2021-21)
850.069/2016-EDESIO LUCAS VITORIA MOREIRA- AI N°7641/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951483/2021-04)
850.069/2016-EDESIO LUCAS VITORIA MOREIRA- AI N°7642/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951484/2021-41)
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(577)
850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7392/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951410/2021-12)
850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7393/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951411/2021-59)
850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7394/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951412/2021-01)

850.085/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7395/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951413/2021-48)
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7402/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951415/2021-37)
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7404/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951416/2021-81)
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7405/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951417/2021-26)
850.086/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7406/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951418/2021-71)
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7469/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951420/2021-40)
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7470/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951421/2021-94)
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7471/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951422/2021-39)
850.087/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7472/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951423/2021-83)
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7474/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951425/2021-72)
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7475/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951426/2021-17)
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7476/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951427/2021-61)
850.088/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7477/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951428/2021-14)
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7480/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951430/2021-85)
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7481/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951431/2021-20)

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 87/2022

Fase de Lavra Garimpeira
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(577)
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7482/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951432/2021-74)
850.089/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7483/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951433/2021-19)
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7485/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951435/2021-16)
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7486/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951436/2021-52)
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7487/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951437/2021-05)
850.090/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7488/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951438/2021-41)
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7511/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951455/2021-89)
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7512/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951456/2021-23)
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7513/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951457/2021-78)
850.091/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7514/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951458/2021-12)
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7490/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951440/2021-11)
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7491/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951441/2021-65)
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7492/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951442/2021-18)
850.092/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7493/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951443/2021-54)
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7496/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951445/2021-43)
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7497/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951446/2021-98)
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7498/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951447/2021-32)
850.093/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7499/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951448/2021-87)
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7502/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951450/2021-56)
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7503/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951451/2021-09)
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7504/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951452/2021-45)
850.094/2016-MARCIO AFONSO RODRIGUES- AI N°7505/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951453/2021-90)
850.069/2016-EDESIO LUCAS VITORIA MOREIRA- AI N°7643/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951485/2021-95)
850.069/2016-EDESIO LUCAS VITORIA MOREIRA- AI N°7644/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951486/2021-30)
850.069/2016-EDESIO LUCAS VITORIA MOREIRA- AI N°7645/2021/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI?48059.951487/2021-84)

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 88/2022

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
850.658/2015-AREIAL MINERAIS E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°6922/2022/DIFAM-PA/ANM
850.658/2015-AREIAL MINERAIS E CONSTRUTORA LTDA-OF. N°6923/2022/DIFAM-PA/ANM

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 89/2022

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho publicado(1417)
850.658/2015-AREIAL MINERAIS E CONSTRUTORA LTDA- DOU de 19/01/2022

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 90/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
850.620/2016-ALCENIR PAES PEREIRA - PLG N°73/2022 - Prazo 05(cinco) anos anos
850.956/2020-VANDERLEY AGUIAR DO NASCIMENTO - PLG N°74/2022 - Prazo 05(cinco) anos anos
850.959/2020-VANDERLEY AGUIAR DO NASCIMENTO - PLG N°75/2022 - Prazo 05 (cinco) anos anos

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 10/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
864.489/2013-PB SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA- Alvará n°511/2018 - Cessionario:864.756/2021-SIDERCAL CALCÁRIO DO BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 42.189.487/0001-42
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.237/2021-RONALDO MENDES BORGES- Cessionário:BMZ MINERALS LTDA- CPF ou CNPJ 43.278.210/0001-59- Alvará n°751/2022
864.203/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°163/2019
864.202/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°162/2019
864.149/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°7.344/2018
864.150/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°7.345/2018
864.151/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°7.346/2018
864.152/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°7.347/2018
864.153/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°2.901/2019
864.204/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°164/2019
864.205/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°165/2019
864.033/2020-M P O TRANSPORTADORA DE CARGAS EIRELI- Cessionário:GCX ASSET MANAGEMENT LTDA- CPF ou CNPJ 44.153.439/0001-20- Alvará n°2.318/2020
864.274/2021-GRANIMARBELLE BRAZIL LTDA- Cessionário:ROBINSON DE OLIVEIRA CARVALHO- CPF ou CNPJ 007.791.557-59- Alvará n°8.056/2021
864.104/2021-MATHEUS FRANCA RIGAUD- Cessionário:MINERAÇÃO S.A. LTDA- CPF ou CNPJ 05.326.995/0001-07- Alvará n°7.111/2021
864.265/2016-NORALDINO LADEIRA JUNIOR- Cessionário:SÉRGIO LUIS DA SILVA ANDRADE- CPF ou CNPJ 561.543.481-34- Alvará n°1.034/2018
864.206/2018-AMAZON CONSULTORIA EM MINERACAO E SERVICOS LTDA- Cessionário:PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 32.060.982/0001-01- Alvará n°166/2019
864.066/2018-MULTICOMM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.- Cessionário:FX MINERAÇÃO E GEOLOGIA LTDA- CPF ou CNPJ 45.017.259/0001-83- Alvará n°1.221/2019
864.065/2018-MULTICOMM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.- Cessionário:FX MINERAÇÃO E GEOLOGIA LTDA- CPF ou CNPJ 45.017.259/0001-83- Alvará n°1.220/2019
864.249/2021-AUGUSTO CESAR DAMASCENO RAYOL- Cessionário:AUROSTAR MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 29.217.941/0001-63- Alvará n°8.037/2021
864.248/2021-AUGUSTO CESAR DAMASCENO RAYOL- Cessionário:AUROSTAR MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 29.217.941/0001-63- Alvará n°8.036/2021
864.247/2021-AUGUSTO CESAR DAMASCENO RAYOL- Cessionário:AUROSTAR MINERAÇÃO E EXPLORAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 29.217.941/0001-63- Alvará n°8.035/2021
864.114/2017-MARCOS CORREIA DA SILVA- Cessionário:GRANTO LTDA ME- CPF ou CNPJ 04.416.339/0001-24- Alvará n°2.099/2018
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
864.317/2021-PAULO EUSTAQUIO NOGUEIRA PENIDO
864.318/2021-ELIANE E SILVA RODRIGUES
864.316/2021-PAULO EUSTAQUIO NOGUEIRA PENIDO
864.311/2021-IDEAL NEGOCIOS IMOBILIARIO EIRELI

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 12/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.234/2021-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-Registro de Licença N° 8/2022 - Vencimento em Indeterminado
848.259/2021-SEBASTIAO GURGEL TAVARES-Registro de Licença N° 9/2022 - Vencimento em 22/07/2031
848.223/2020-ELASTRI ENGENHARIA S/A-Registro de Licença N° 5/2022 - Vencimento em 23/10/2030

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 13/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
848.077/2010-GREEN MINERAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 11/06/2019, Relação n° 47/2019, Seção 1, pág. 111- Onde se lê: "...848.077/2010-Arão Silva de Paiva-Área de 1.943,85 ha para 761,61 ha-Xisto (uso agrícola); Feldspato; Berilo; Esmeralda-Municípios-Alexandria; Marcelino Vieira; Tenente Ananias/RN..."; Leia-se: "... 848.077/2010-Arão Silva de Paiva-Área de 1.943,85 ha para 761,61 ha-Xisto (uso agrícola); Feldspato; Berilo; Esmeralda-Municípios; Marcelino Vieira e Tenente Ananias/RN ...",

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 14/2022

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito exigência(766)
848.207/2007-FRANCISCO GUEDES JUNIOR-OF. N°43060/2021/SEFAM-RN/ANM-DOU de 02/12/2021

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO
Relação nº 11/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.225/2015-ROBERTO PESSÔA JUNIOR-AI N°675/2022/NPFAM-PI/ANM
803.229/2015-FERRAZ AGROPECUARIA E MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°680/2022/NPFAM-PI/ANM
803.226/2015-ROBERTO PESSÔA JUNIOR-AI N°683/2022/NPFAM-PI/ANM
803.230/2015-FERRAZ AGROPECUARIA E MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°686/2022/NPFAM-PI/ANM
803.248/2015-LEANDRO ZARONI-AI N°687/2022/NPFAM-PI/ANM
803.246/2015-LEANDRO ZARONI-AI N°689/2022/NPFAM-PI/ANM
803.247/2015-LEANDRO ZARONI-AI N°815/2022/NPFAM-PI/ANM
803.227/2015-MINERADORA MARANHENSE LTDA-AI N°816/2022/NPFAM-PI/ANM
803.249/2015-LEANDRO ZARONI-AI N°817/2022/NPFAM-PI/ANM
803.245/2015-LEANDRO ZARONI-AI N°818/2022/NPFAM-PI/ANM

ANTONIO SANZIO AVILA CAVALCANTE
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 57/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Wilkens Saboia Freire - 884010/19 - Not.2/2022 - R$ 4.367,09

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 58/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
ac Decor Comércio Atacadista de Produtos de Decoração Ltda Epp - 880058/16 - Not.1/2022 - R$ 33.147,32, 880059/16 - Not.3/2022 - R$ 42.964,89
Erinaldo Gomes Viana - 880134/15 - Not.7/2022 - R$ 44.018,21
Gilson Gabriel Pereira de Farias - 880034/18 - Not.9/2022 - R$ 11.301,86, 880041/18 - Not.11/2022 - R$ 44.052,91
Hilce Pinho Assis - 880050/19 - Not.16/2022 - R$ 3.460,72
João Batista de Piza - 880045/19 - Not.14/2022 - R$ 38.968,27
m g Industria de Extracao de Mineral da Amazonia Ltda - Epp - 880306/13 - Not.5/2022 - R$ 251,32
w b s Mineração Eireli - 880267/12 - Not.18/2022 - R$ 44.448,79

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 65/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
ac Decor Comércio Atacadista de Produtos de Decoração Ltda Epp - 880058/16 - Not.2/2022 - R$ 4.393,32, 880059/16 - Not.4/2022 - R$ 4.393,32
Erinaldo Gomes Viana - 880134/15 - Not.8/2022 - R$ 8.629,36
Gilson Gabriel Pereira de Farias - 880034/18 - Not.10/2022 - R$ 4.405,10, 880041/18 - Not.12/2022 - R$ 4.405,10
Hilce Pinho Assis - 880050/19 - Not.17/2022 - R$ 4.611,11
João Batista de Piza - 880045/19 - Not.15/2022 - R$ 4.405,10
m g Industria de Extracao de Mineral da Amazonia Ltda - Epp - 880306/13 - Not.6/2022 - R$ 8.786,65
Sanabani Oil Ltda - 880038/19 - Not.13/2022 - R$ 4.393,32
w b s Mineração Eireli - 880267/12 - Not.19/2022 - R$ 6.392,79

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 66/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Construtora Dornelas Ltda me - 896165/12 - Not.2/2022 - R$ 3.991,29
Guilherme Abreu Lima e Pereira - 896063/16 - Not.1/2022 - R$ 182,42
Mineracao Azul Tropical Ltda - 896242/15 - Not.3/2022 - R$ 1.285,09
Raphael Nascimento Turra - 896115/17 - Not.4/2022 - R$ 4.410,82, 896049/15 - Not.5/2022 - R$ 7,16

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
Relação s/nº/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Wilkens Saboia Freire - 884010/19 - Not.2/2022 - R$ 4.367,09

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 53/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Erinaldo Gomes Viana - 880135/15
Hugo Alberto Goellner - 880018/17
m g Industria de Extracao de Mineral da Amazonia Ltda - Epp - 880082/12
Pedro Sinval Rodrigues da Silva - 880067/18
Sanabani Oil Ltda - 880038/19

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 67/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
a3 Mineração, Exportação e Importação Eireli me - 871835/18, 871836/18
Ademilson Goldner - 871397/02
Ademilson Oliveira de Sousa - 870035/18
Adenilson Jose de Sousa - 870391/19
Agropecuária r g Ind Importação e Exportação Ltda me - 871582/18, 870495/19
Alessandra r Santos Pedreira Paraná - 871062/19
Amaro Luiz Cordeiro do Amaral - 870383/20
Anã Lúcia Oliveira Carlos Cruz - 870908/20
Andre Luiz Gueudeville Silveira - 870820/20, 870811/20
Antonio Carlos da Silva - 870591/20
Antonio de Souza Jorge - 870021/19
Aroeira Comercio de Areia, Agricultura e Psicultura Ltda me - 872104/17
Ary José Teles Valiense - 870963/19
Aurea Luiza Brito da Silva Santos - 870704/19, 870154/19
Bonifacio Moreira de Sena - 870633/19
Brasil Black Stone Mimeração Eireli - 870173/20, 870551/19, 870933/19, 870934/19, 870540/19, 870921/19, 870920/19, 870919/19, 870918/19, 870539/19, 870537/19, 870494/20
c c a Mineracao Geologia e Meio Ambiente Ltda - 871598/18, 871599/18
Caixeta Mineração LTDA. - 870347/19
Carlos Roberto Viana Vilela - 871947/17, 871946/17
Casabranca Negócios Imobiliários Ltda me - 870812/14
Cava Mineracao e Beneficiamento de Minerio Ltda - 870596/20
Chame Pedreira Eireli - 870553/19
Charles Gutemberg Junqueira Pinto - 871949/15
Claudio Cunha Silva - 871132/19
Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda me - 870267/19
Copa Consultoria em Projetos Ambientais Ltda me - 870532/20
Cospiero Materiais de Construção - 870552/20
Daniele Cristina de Paula - 872196/12
Diamonds Bethel Transportes e Comercio de Minerais - Eireli - 870289/19, 870290/19, 870291/19, 871689/19, 871690/19, 871691/19
Dilermando Moreira de Brito - 871943/14
Ecológica Derschum Consultoria e Acessoria Agronômica LTDA. - 871439/17, 871837/17, 870574/18
Edcarlos Dias Pacheco me - 870904/19
Eduardo Cristóvão Cunha de Azevedo - 870463/20
Eduardo Lima - 871244/18
Eduardo Rosa Machado - 871165/19
Eldorado Mineração Eireli - 870327/20
Elias Brito da Cruz - 871766/18
Ely Rocha Soares - 871581/18
Eric Rodrigo Lopes Ribeiro - 871616/18
Esa Cuttecnology Diamantes Eireli - 870203/20
Evanio Luis Bicalho Martins - 872448/05
Everaldo Bispo Dos Santos - 870219/19
Everton Costa Bispo - 870521/19
Extensão Sul Minérios Ltda me - 870853/17, 870842/17
Fibra Mineração Eireli - 870887/19
Florestamar Empreendimentos Florestais Ltda - 870809/19
Francisco de Assis de Oliveira - 870467/20, 870473/20, 870472/20, 870471/20, 870470/20, 870469/20, 870468/20
Frederico Geraldo Medrado Freire - 872970/15
Geotech Ltda - 870757/19, 870756/19
Geraldo Severino Dos Santos Filho - 871394/18
Gercino Sousa Santos - 871803/18
Goetze Lobato Engenharia S.a - 870274/20, 870273/20, 870272/20, 870441/20, 870602/20
Guimaraes & Souza Mineracao e Comercio Ltda - 870297/18, 870492/18
Hong Kong Top Regent Comercio e Serviços de Mineração Ltda - 871611/19, 871594/19
Iberobras Construcao Civil e Empreitadas Ltda - 870572/20
Ildefonso Marques de Oliveira - 870576/20, 870522/20
Incomil Industria e Comércio de Minérios S/a - 871009/01
Itai Gold Star Mineração Importação e Exportação Ltda - 871164/19, 871163/19, 870265/19, 870518/20, 871113/19, 871112/19
Ivaneilton Neres Diassis - 871488/19
Jacson Costa Veiga - 870393/19
Jadir Rozeno da Silva me - 870579/19
Jaguaribe Sul Empreendimentos Imobiliários sa - 871026/19
Jasmin Manganes Ltda - 870388/20, 871276/18
Jeova Ferreira - 871086/19
jn Mineracao e Terraplenagens Ltda - 870146/14
Joamar Comercial Importadora & Exportadora Ltda - 870262/20
Joao Victor Borges Correa - 870431/19
José Alves Rocha Filho - 871323/18
José Antônio Dantas da Silva - 870095/20
José Arlindo Pina - 870228/19
José Celito Botelho - 871135/19
Jose de Souza Barros - 870255/19
Jose Filho Marinho da Costa Eireli me - 870798/18
José Humberto Cardoso Oliveira - 870113/19, 870112/19
Jose Vieira de Sousa - 872547/16
Juliano Lograd Cedro me - 870592/15
Laiane Priscila de Jesus Santos - 871891/18
Lastra Mineração Ltda - 871890/18, 870293/18
Lazuli Mineradora LTDA. - 870019/20, 870018/20, 871136/19
Leandro Marcos de Camargo - 871138/19
Leovegildo Oliveira de Sousa - 870852/18
Lívia Rebeca Peixoto Cruz - 871084/19
Luciana Moura de Almeida Leite Ltda - 871094/19
Luiz Carlos Bibiano Pereira - 870642/20
Manoel Alves da Rocha - 870572/19
Manoel de Almeida Silva - 871908/18

Manoelito Soares Ferraz - 870281/19, 870357/20
Marcilio Farias Fernandes - 870619/19
Marcio Ribeiro de Almeida - 870542/20
Marcos Jose Bomfim Dos Santos - 871942/13
Marcos Marcelo Goes da Silva - 870325/20
Marqueszael Assis Gomes - 870329/20
Mateus José da Costa - 870628/19
Mauro Jorge Magalhães Bilate - 870328/19
Maxgran Granito Eireli - 870837/19
Metal Nobre Mineração e Comércio Eireli - 871251/14, 871250/14
Mg3 Granitos Ltda - 871769/17
Midnor Minerios do Nordeste Ltda - 870307/19, 870308/19
Minaoeste S/a Industria Extrativa - 870891/19, 871568/14
Mineração do Brasil Importação e Exportação Ltda me - 870517/19
Mineração e Processamento Ltda me - 870524/19
Mineracao Eco Brasil Granitos Ltda - 870567/20, 870763/18
Mineração Garmiran Eireli - 870908/19
Mineração Gran Premium Ltda - 872097/15, 870637/18, 871093/19, 871092/19
Mineração Jerusalem Importação e Exportação Ltda - 870102/18
Mineração Mae e Filhos Ltda me - 870863/19
Mineração Morro da Catuaba LTDA. - 871023/18
Mineracao Pietra Ltda - 871108/19
Mineracao Serra Grande Ltda - 870517/20, 870648/20, 870647/20, 870646/20
Mkw Mineração Ltda - 872097/17
Monah Ohana Guimaraes da Silva - 870303/18, 870322/18
Mps Perfuracao e Manutencao de Pocos Ltda - 870759/19
Msm Extracao e Beneficiamento de Minerios Ltda - 870607/20, 870608/20, 870609/20, 870614/20, 870615/20, 870638/20, 870639/20, 870641/20, 870659/20, 870658/20, 870657/20, 870656/20, 870655/20, 870654/20, 870653/20
Mundo Mil Trading Importacao e Exportacao Ltda - 870930/19
Neiman Pará Minerais e Metais Ltda - 870876/19, 870878/19, 870879/19, 870882/19, 870883/19, 870884/19
Nereu Alexander Ulisses Gamal Rodrigues da Rocha f Machado - 870650/20
Ngm Nucleo Geologico e Mineração Eireli - 870645/19, 870644/19, 870643/19, 870642/19, 870641/19, 870640/19, 870639/19
Nicanor Martinez Espinedo Neto - 870287/20, 871137/19, 871088/19
Oceam Mineração Tecnológica Serviços LTDA. - 870554/19
Orestes Campos Dell´orto - 870321/01, 870312/01
Origin Natural Stones Ltda - 870535/19
Paulo Marcos Marinho de Brito - 870622/19
Pavisa Pavimentacao e Obras de Saneamento Ltda - 870137/19, 870136/19, 870135/19
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870420/18
Peteg Pesquisas Tecnicas em Geologia Ltda - 870304/18, 870305/18, 870707/14
Pgc Gestao e Consultoria Empresarial Eireli - 870508/20, 870509/20
Pmx Comercio Atacadista de Minerais Ltda - 871141/19
Progemma Minérios Ltda me - 870842/14
Prospect Empreendimentos e Negocios Imobiliarios - 870459/20
r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 871536/14, 871017/18, 871874/18, 871875/18, 871876/18
r Dantas Comercio e Construção Ltda me - 870770/19
Raphael Duarte Pires Lins de Araujo - 870971/18
Rei da Areia Extracao Comercio e Transporte de Materiais de Construcao Ltda - 871801/18
Renato Fernandes Rangel - 871266/19
Requião Transportes Ltda - 870598/17
Ricardo Martins Gomes - 871159/19, 871158/19, 871142/19
Rildo Mendes de Almeida - 870233/19, 870241/19, 870232/19, 870231/19
Rmb Manganes Ltda - 870498/18, 870500/18, 870343/18, 870342/18, 870341/18, 870340/18, 870339/18, 870338/18, 870337/18, 870336/18, 870335/18, 870499/18
Roberto Ferreira de Souza Marmore - 870630/19
Robison Libardi Calabrese - 870313/18
Rodrigo Dos Santos Baiense - 870243/19
Rozenvan Mineracao Ltda - 871114/19, 871115/19, 870901/19
Samara Pereira Dos Santos - 870839/19, 870823/19, 870729/19
Sebastiao Ferreira de Souza - 870241/20
Selicleton Alves Ferreira - 870273/19
Sheila de Jesus da Rocha - 870421/18
Silva & Junqueira Ltda - 870579/20
Sm5 Participações LTDA. - 870995/18, 870994/18, 870993/18, 870998/18, 870992/18, 870999/18, 870977/18, 871001/18, 871003/18, 871004/18, 870952/18, 870951/18, 870948/18, 870945/18, 870943/18, 870944/18, 870251/20, 870372/20
Sudamerica Ltda - 870831/18, 870742/18, 870741/18, 870599/18, 870598/18, 870597/18, 870827/18, 870600/18, 870745/18, 870746/18, 870747/18, 870751/18, 870752/18, 870778/18, 870779/18, 870784/18, 870788/18, 870790/18, 870820/18, 870822/18, 870823/18, 870824/18, 870825/18, 870826/18, 870829/18, 870830/18
Sudeste Mármores e Granitos Ltda - 870522/19, 871077/19, 870925/19, 870656/19
Susana Hamilton - 870965/19
Tarcisio Ferraz da Silva - 870870/19
Thiago Avelar Teixeira Eireli - 870779/19, 870778/19
Tupa de Ferro Mineradora Spe Ltda - 870851/18
v7 Mineracao Eireli - 870114/20
Valdi Souza Rocha - 870808/19, 870713/19, 870155/19
Wanderley Caires Cardoso - 870293/19
Xaz Extração de Minério LTDA. - 871272/18, 871273/18, 871274/18

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48077.803261/2021-50-FERTFOS MINERACAO E FERTILIZANTES LTDA (Documento SEI: 3634024)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 51/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1075/2022-848.370/2021-FOMENTO DO BRASIL MINERACAO LTDA.-
1076/2022-848.373/2021-JOSÉ IDALGO DA SILVA HONORATO-
1073/2022-848.165/2021-JOSÉ IVANILSON ALVES DE OLIVEIRA-
1074/2022-848.296/2021-CABUGI BRITAGEM E LOCACOES EIRELI-
1072/2022-848.020/2021-MINERACAO APOLLO LTDA-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
1071/2022-848.193/2020-MISA INFRAESTRUTURAS E ENGENHARIA S/A-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 66/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1118/2022-820.768/2021-BARRO BRANCO MINERAÇÃO LTDA.-
1108/2022-820.530/2021-ADRIANO LOPES-
1091/2022-820.360/2019-JAIR LOPES DA SILVA EXTRACAO DE AREIA ME-
1090/2022-820.271/2019-ORBIO MAX DE BORBA-
1094/2022-820.401/2020-HELENGE SUL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA-
1095/2022-820.534/2020-MARCO VINICIUS BRAGAGNOLO-
1115/2022-820.637/2021-MINERACAO GRANDER LTDA-
1117/2022-820.666/2021-LUIZ ANTONIO MENEGUEL-
1110/2022-820.557/2021-THEODORO, THEODORO & CIA. LTDA.-
1092/2022-820.048/2020-LUIS FERNANDO NICOLOSI BRAVIN-
1098/2022-820.126/2021-PEDRO HENRIQUE RAMOS-
1093/2022-820.137/2020-P J TEIXEIRA DE SOUZA-
1111/2022-820.587/2021-USJ-MINERACAO E COMERCIO LTDA-
1102/2022-820.204/2021-MINERADORA PONTE ALTA LTDA-
1097/2022-820.116/2021-EXTRAMINER COMERCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVICOS LTDA-
1099/2022-820.176/2021-EXTRAMINER COMERCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVICOS LTDA-
1100/2022-820.179/2021-MAURÍCIO BRAMBILLA FILHO-
1101/2022-820.184/2021-TERUMI SAITA-
1103/2022-820.271/2021-JOÃO BOSCO COELHO PASIN-
1107/2022-820.364/2021-PARANA GRANITOS LTDA-
1106/2022-820.337/2021-NATHALIA VIEIRA BORGES MEILSMITH-
1105/2022-820.300/2021-MINERAÇÃO CAJU LTDA.-
1096/2022-820.018/2021-GUILHERME ESCOBAR FERRAZ NORI-
1104/2022-820.291/2021-MARCIO ALVES-
1112/2022-820.606/2021-P.R.A. ORCIOLI CONSULTORIA GEOLOGICA EIRELI-
1113/2022-820.607/2021-P.R.A. ORCIOLI CONSULTORIA GEOLOGICA EIRELI-
1114/2022-820.625/2021-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-
1116/2022-820.638/2021-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-
1109/2022-820.540/2021-PILAREIA MINERACAO LTDA.-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1086/2022-820.529/2021-FATO CONTROLLER PARTICIPACOES LTDA-
1089/2022-820.717/2021-JOSE ANTONIO BUSCARIOLI TRANSPORTADORA EPP-
1081/2022-820.387/2021-FAZENDA CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA-
1082/2022-820.388/2021-FAZENDA CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA-
1083/2022-820.389/2021-FAZENDA CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA-
1084/2022-820.390/2021-FAZENDA CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA-
1085/2022-820.391/2021-FAZENDA CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA-
1088/2022-820.707/2021-WALTER RODOLFO SGOBBI-ME-
1078/2022-820.269/2019-PORTO DE AREIA NOGUEIRA LTDA ME-
1079/2022-820.131/2021-MARCOS VINICIUS VILELA-
1080/2022-820.335/2021-IRAJA MINERACAO LTDA.-
1077/2022-820.340/2006-LEF PISOS E REVESTIMENTOS S.A.-
1087/2022-820.617/2021-FRANCISCO CARLOS MAZON-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 70/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1120/2022-870.489/2020-B F MINERACAO LTDA-
1121/2022-870.493/2020-B F MINERACAO LTDA-
1122/2022-870.521/2020-IBOTIRAMA MINERAÇÃO LTDA-
1126/2022-871.210/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1127/2022-871.211/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1128/2022-871.212/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1129/2022-871.213/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1130/2022-871.214/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1131/2022-871.215/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1132/2022-871.216/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1133/2022-871.217/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1134/2022-871.218/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1123/2022-871.358/2020-MG3 GRANITOS LTDA-
1124/2022-871.359/2020-MG3 GRANITOS LTDA-
1125/2022-871.464/2020-SAFIRA MINING E STONES LTDA-
1135/2022-871.219/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1136/2022-871.220/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1137/2022-871.221/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1138/2022-871.250/2021-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-
1139/2022-871.251/2021-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-
1140/2022-871.252/2021-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-
1141/2022-871.442/2021-TIAGO FERRAZ DE MORAES COELHO-
1142/2022-871.450/2021-AUDILAN DE LIMA FILGUEIRA-
1143/2022-871.451/2021-AUDILAN DE LIMA FILGUEIRA-
1152/2022-871.785/2021-TEMPEST STONES LTDA-
1153/2022-871.788/2021-TEMPEST STONES LTDA-
1155/2022-871.809/2021-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-
1154/2022-871.793/2021-LIVRAMENTO MINERACAO LTDA-
1144/2022-871.524/2021-DUGRAN GRANITOS LTDA.-
1145/2022-871.525/2021-DUGRAN GRANITOS LTDA.-
1146/2022-871.533/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1147/2022-871.534/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1148/2022-871.535/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1149/2022-871.544/2021-MINAS BAHIA MINERAÇÃO LTDA EPP-
1150/2022-871.545/2021-MINAS BAHIA MINERAÇÃO LTDA EPP-
1151/2022-871.546/2021-VALE DO ACO MINERACAO LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1157/2022-871.201/2019-RIO MANGANES MINERACAO S/A-
1156/2022-871.197/2019-RIO MANGANES MINERACAO S/A-
1167/2022-871.297/2021-RIO TINTO DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-
1166/2022-871.254/2021-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.-
1159/2022-871.445/2020-J CESAR JUNIOR CONSTRUCOES-
1158/2022-871.437/2020-ADILSON JOSE SILVA-
1165/2022-871.241/2021-KÉNTRON MINERAÇÃO LTDA-
1160/2022-871.001/2021-BAHIA STONE EXTRACAO DE ROCHAS LTDA.-
1161/2022-871.002/2021-BAHIA STONE EXTRACAO DE ROCHAS LTDA.-
1162/2022-871.005/2021-UNIAO BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA.-
1163/2022-871.006/2021-UNIAO BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA.-
1164/2022-871.007/2021-UNIAO BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA.-
1168/2022-871.489/2021-GRANSENA EXPORTACAO E COMERCIO LTDA-
1175/2022-871.784/2021-TEMPEST STONES LTDA-
1177/2022-871.797/2021-BRASIL MANGANES LTDA-
1176/2022-871.796/2021-BRASIL MANGANES LTDA-
1178/2022-872.010/2021-ALSANIE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA-
1169/2022-871.491/2021-BAHIA STONE EXTRACAO DE ROCHAS LTDA.-
1170/2022-871.500/2021-MINERACAO SERRA DO OURO LTDA-
1171/2022-871.501/2021-MINERACAO SERRA DO OURO LTDA-
1172/2022-871.502/2021-MINERACAO SERRA DO OURO LTDA-
1173/2022-871.503/2021-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-
1174/2022-871.537/2021-ARSIA MINERACAO LTDA.-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

1119/2022-871.452/2020-TIAGO RAMOS SANTOS-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 79/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1181/2022-840.168/2021-MARIO HENRIQUE DE MATTOS E SILVA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

1179/2022-840.172/2021-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
1180/2022-840.291/2021-JEREMIAS PEREIRA DE SOUZA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 98/2022

Fase de Disponibilidade

No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)

826.332/2011- TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. (CNPJ N° 83.715.805/0001-49); COTRAGON EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA LTDA. (CNPJ N° 75.193.698/0001-08) e VALE DO PAITITI LTDA. ME (CNPJ N° 05.096.496/0001-62)

Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)

826.239/2000-PAI - EXTRAÇÃO E PESQUISA MINERAL LTDA. CNPJ 07.360.503/0001 - 17 - EDITAL N° 284/2005-DNPM/PR - Publicado DOU de 08/12/2005

declara Prioritário, pretendente a área em disponibilidade pelo Edital/Lavra(309)

826.239/2000-JOSÉ CARLOS FERRARESI - ME, CNPJ 01.677.024/0001 - 42-AREIA

820.817/1987-PARANÁ GRANITOS LTDA. - CNPJ nº 80.223.994/0001-67-MÁRMORE

Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)

820.817/1987-MINERAÇÃO RIO BRANCO DO SUL LTDA - CNPJ nº 78.420.718/0001-24 ; MINERAÇÃO ITACI LTDA (nova denominação, MINERAÇÃO ITACI EIRELI) - CNPJ nº 00.845.840/0001-55

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere pedido de reconsideração(181)

851.578/2020-ELO MINERACAO - EXPLORACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 100/2022

Fase de Disponibilidade

Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)

896.283/2010-Maporã Indústria e Comércio Varejista de Material de Construção LTDA. CNPJ Nº 36.397.164/0001-41

Fase de Requerimento de Lavra

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

833.263/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA

Fase de Requerimento de Pesquisa

Defere pedido de reconsideração(182)

800.162/2021-ROCHA BRASIL MINERACAO LTDA

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 101/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(2306)

800.162/2021-ROCHA BRASIL MINERACAO LTDA- DOU de 06/05/2021, seção 1 - página 51

Retificação de despacho(1386)

850.397/2016-M. M. GOLD MINERACAO LTDA - Publicado DOU de 31/01/2017, Relação n° 05/2017 - PA, Alvará Nº 611/2017, Seção 1, pág. 45- Onde se lê: "... numa área de 181,49ha, ..." Leia-se: "... numa área de 181,02ha, ..."

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 102/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

866.547/2021 - FERNANDO ALECIO COSTA - ALVARÁ Nº 1183/2022 - Destacado do Processo 866.770/2016 - ALVARÁ Nº 9536/2017 - Vencimento em 22/12/2020

851.732/2021 - WILMA OLIVEIRA DA SILVA ALVES - ALVARÁ Nº 1182/2022 - Destacado do Processo 850.926/2021 - ALVARÁ Nº 8576/2021 - Vencimento em 05/11/2021

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 104/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1198/2022-811.113/2021-IRMÃOS CIOCCARI & CIA LTDA-
1200/2022-811.255/2021-ALDIR ZANELLA DA SILVA-
1197/2022-811.043/2021-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-
1199/2022-811.226/2021-BRUNO NUNES MACHADO-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

1189/2022-811.111/2021-GILMAR JOBIM SANTOS MIORANZZA-
1193/2022-811.139/2021-MAICON DOS SANTOS EIRELI-
1192/2022-811.137/2021-MAICON DOS SANTOS EIRELI-
1190/2022-811.112/2021-TONEZER EXTRACAO & COMERCIO DE BRITA EIRELI-
1186/2022-811.041/2021-BRITA PINHAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
1194/2022-811.151/2021-ANDREETTA & CIA LTDA-
1191/2022-811.130/2021-ISABEL CORNELY STUMPF E CIA LTDA-
1188/2022-811.103/2021-BENO ZAFANELLI-
1195/2022-811.156/2021-CONSTRUTORA ALEGRETENSE EIRELI-
1187/2022-811.044/2021-PEDRO ADRIANE ROCHA DA PORCIUNCULA-
1184/2022-810.765/2021-BAZZAN & BAZZAN MINERACAO LTDA-
1185/2022-810.769/2021-BAZZAN & BAZZAN MINERACAO LTDA-
1196/2022-811.157/2021-CONSTRUTORA ALEGRETENSE EIRELI-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 105/2022

Fase de Disponibilidade

No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)

861.499/2008- GUIMARÃES RAMALHO ENG E ASSESSORIA LTDA.- EPP. - CNPJ nº 05.696.334/0001-65; CENTRO MINERAÇÃO LTDA. -CNPJ nº 14.641.999/0001-62; TRIUNFO MINERAÇÃO LTDA. EPP. -CNPJ nº 24.114.203/0001-77 ; FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA. -CNPJ nº 10.636.617/0001-61

Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)

861.499/2008- EDITAL DISPONIBILIDADE N°04 - DNPM-GO/2016- ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1º lugar (19,25 pontos) - GUIMARÃES RAMALHO ENG E ASSESSORIA LTDA.- EPP. - CNPJ nº 05.696.334/0001-65; 2º lugar(15,50 pontos) CENTRO MINERAÇÃO LTDA. -CNPJ nº 14.641.999/0001-62 ; 3º lugar(15,25 pontos) TRIUNFO MINERAÇÃO LTDA. EPP. -CNPJ nº 24.114.203/0001-77; 4º lugar (15,00 pontos) FERRO ATLÂNTICA BRASIL MINERAÇÃO LTDA. -CNPJ nº 10.636.617/0001-61.

declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)

861.499/2008-GUIMARÃES RAMALHO ENG E ASSESSORIA LTDA.- EPP. - CNPJ nº 05.696.334/0001-65- Substância Aprovada:MINÉRIO DE MANGANÊS

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 106/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

871.290/2018 - RAIMUNDO TIBÉRIO LIMA GONDIM - ALVARÁ Nº 1201/2022 - Destacado do Processo 872.501/2015 - ALVARÁ Nº 40/2017 - Vencimento em 15/05/2022

880.187/2021 - MINERALES PARA LTDA - ALVARÁ Nº 1203/2022 - Destacado do Processo 880.085/2019 - ALVARÁ Nº 5319/2019 - Vencimento em 12/04/2022

850.607/2021 - OURO PRETO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA. - ALVARÁ Nº 1202/2022 - Destacado do Processo 850.184/2017 - ALVARÁ Nº 4428/2017 - Vencimento em 05/01/2025

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 107/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

850.926/2021-RAIMUNDO LUIZ ALVES-ALVARÁ N° 8576 Publicado DOU de 27/10/2021- Onde se lê:'' ... numa área de 195,99 ha...''; Leia-se: ''... numa área de 49,13 ha...''

866.770/2016-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO MINERAL DE MATO GROSSO-ALVARÁ N° 9536 Publicado DOU de 22/12/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 382,5 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 342,39 ha...''

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 109/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

1204/2022-832.626/2021-SAFEEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

1214/2022-832.617/2021-GEOMAP ENGENHARIA LTDA-
1217/2022-832.698/2021-MARCIO DIAS BERGAMI LTDA-
1208/2022-830.708/2021-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO EIRELI-
1205/2022-831.514/2018-CARAIBAS GRANITO MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA-
1206/2022-831.568/2019-GESISLEU DARC JACINTO-
1222/2022-832.740/2021-LEONARDO SIQUEIRA HUDSON-
1211/2022-832.017/2021-MINERACAO WRX LTDA-
1212/2022-832.094/2021-ALVARO ANTONIO CAMPOS-
1227/2022-832.810/2021-MARCEL MINERACAO LTDA-
1219/2022-832.701/2021-LEONARDO SIQUEIRA HUDSON-
1215/2022-832.685/2021-MINE INVEST BRAZIL LTDA-
1209/2022-830.861/2021-PREMINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
1224/2022-832.798/2021-GILMAR RODRIGUES DO CARMO-
1213/2022-832.526/2021-LUCAS LEITE MAGALHAES-
1218/2022-832.699/2021-LEONARDO SIQUEIRA HUDSON-
1216/2022-832.696/2021-TEMPEST STONES LTDA-
1226/2022-832.809/2021-NOE NEVES DA PURIFICACAO LTDA-
1225/2022-832.802/2021-EXOTICA STONES GRANITOS E MARMORES EIRELI-
1223/2022-832.770/2021-AMARILDA DA SILVA DIAS ME-
1221/2022-832.716/2021-MINERACAO SANTA INES LTDA-
1220/2022-832.705/2021-RAYRTON VIEIRA DE OLIVEIRA-
1207/2022-830.913/2020-FMG MARMORES E GRANITOS EIRELI-
1210/2022-831.775/2021-MATEUS DE FARIA PEREIRA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1228/2022-832.735/2021-RICARDO BRANGIONI VIEIRA-
1234/2022-832.804/2021-GL MINERACAO LTDA-
1233/2022-832.792/2021-MINÉRIOS E JAZIDAS MINERAIS FME LTDA-
1231/2022-832.759/2021-HOLDING CLASS INVESTIMENTOS LTDA-
1230/2022-832.756/2021-HOLDING CLASS INVESTIMENTOS LTDA-
1229/2022-832.755/2021-HOLDING CLASS INVESTIMENTOS LTDA-
1232/2022-832.765/2021-TIAGO ALVES COELHO-
1235/2022-830.055/2022-HEVERTON CAMARGOS REIS-
1237/2022-830.182/2022-MINERACOES DO BRASIL LTDA-
1236/2022-830.181/2022-MINERACOES DO BRASIL LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 111/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1239/2022-850.438/2021-RAFAEL EDISON DA SILVA-
1238/2022-850.375/2021-MARIA ELISA ROQUE NOGUEIRA TORRES SILVA-
1240/2022-851.370/2021-ONCA PUMA MINERACAO LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 112/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1241/2022-831.545/2018-MINERACAO SALINAS LTDA-
1266/2022-832.715/2021-MINERACAO SANTA INES LTDA-
1259/2022-832.686/2021-WESLEY CARLOS AFONSO-
1275/2022-832.795/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1247/2022-832.079/2021-TAUA RECURSOS MINERAIS LTDA-
1267/2022-832.726/2021-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA-
1268/2022-832.728/2021-NUR MINERAL - CONSULTORIA EM ENGENHARIA MINERAL L-
1269/2022-832.731/2021-KINROSS BRASIL MINERACAO S/A-
1270/2022-832.732/2021-NUR MINERAL - CONSULTORIA EM ENGENHARIA MINERAL L-
1271/2022-832.733/2021-KINROSS BRASIL MINERACAO S/A-
1272/2022-832.768/2021-MINERACAO BARBOSA OLIVEIRA LTDA-
1279/2022-832.880/2021-FLAPA ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA.-
1260/2022-832.688/2021-COOPERATIVA DE EXTRACAO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-
1254/2022-832.627/2021-LITHOS TECNOLOGIA MINERAL LTDA-
1274/2022-832.793/2021-INDUSTRIA DE CAL SN LTDA-
1280/2022-832.882/2021-FLAPA ENGENHARIA E MINERAÇÃO LTDA.-
1265/2022-832.704/2021-PPF GROUP LTDA-
1264/2022-832.703/2021-PPF GROUP LTDA-
1276/2022-832.799/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1277/2022-832.803/2021-MINERALS TRADING COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE EXTRACAO MINERAL LTDA-
1253/2022-832.614/2021-AZEVEDO PARTICIPACOES LTDA.-
1262/2022-832.700/2021-JOSÉ CARLOS DOS REIS-
1255/2022-832.664/2021-IRMÃOS MOTA MINERAÇÃO LTDA - ME-
1258/2022-832.682/2021-MARINGA FERRO-LIGA S.A-
1257/2022-832.679/2021-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-
1278/2022-832.805/2021-SANTA MARIA PARTICIPAÇÕES LTDA-
1256/2022-832.667/2021-RP MINERAÇÃO LTDA ME-
1273/2022-832.784/2021-CSN CIMENTOS S.A.-
1245/2022-830.582/2019-MINERACAO FERRO NORDESTE LTDA-
1244/2022-830.581/2019-MINERACAO FERRO NORDESTE LTDA-
1242/2022-830.578/2019-MINERACAO FERRO NORDESTE LTDA-
1243/2022-830.580/2019-MINERACAO FERRO NORDESTE LTDA-
1249/2022-832.460/2021-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-
1263/2022-832.702/2021-PPF GROUP LTDA-
1261/2022-832.697/2021-TEMPEST STONES LTDA-
1246/2022-832.045/2021-PORTOMINAS MINERAÇÃO LTDA.-
1251/2022-832.475/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-
1252/2022-832.571/2021-FERREIRA E FORASTIERI LTDA-
1250/2022-832.462/2021-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-
1248/2022-832.459/2021-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 116/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

1285/2022-826.434/2021-KLABIN S.A.-
1282/2022-826.447/2014-EXCOPAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS E AREIA LTDA-
1286/2022-826.492/2021-ABL MINERACAO - EIRELI-
1284/2022-826.302/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-
1287/2022-826.546/2021-FERNANDA BOBROFF QUINTELLA-
1283/2022-826.280/2021-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-
1291/2022-826.554/2021-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
1295/2022-826.597/2021-INCASOLO INDÚSTRIA DE CALCÁRIO PARA SOLO LTDA.-
1292/2022-826.555/2021-HANAE JOJIMA-
1293/2022-826.557/2021-PARANA GRANITOS LTDA-
1288/2022-826.551/2021-MINERACAO PORTO SAO JOSE LTDA-
1289/2022-826.552/2021-MINERACAO BATAYPORA EIRELI-
1290/2022-826.553/2021-MINERACAO PORTO SAO JOSE LTDA-
1294/2022-826.574/2021-F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA-
1296/2022-826.624/2021-ANNA CLARA COMÉRCIO DE CASCALHO LTDA. ME-
1297/2022-826.625/2021-ANNA CLARA COMÉRCIO DE CASCALHO LTDA. ME-
1298/2022-826.626/2021-ANNA CLARA COMÉRCIO DE CASCALHO LTDA. ME-
1299/2022-826.635/2021-RIO LIGEIRO ENERGIA LTDA-
1300/2022-826.642/2021-DELLAI, DELLAI E CIA LTDA ME-
1301/2022-826.652/2021-LEONARDO ADRIAAN DIJKSTRA-
1302/2022-826.653/2021-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-
1303/2022-826.666/2021-KLABIN S.A.-
1304/2022-826.667/2021-KLABIN S.A.-
1305/2022-826.668/2021-KLABIN S.A.-
1306/2022-826.672/2021-GAI BLOCOS DE CONCRETO LTDA-
1307/2022-826.686/2021-LUIZ CARLOS NATALLI & FILHOS LTDA-
1308/2022-826.687/2021-RIO DA VÁRZEA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-
1309/2022-826.689/2021-EXCOLETTO COMERCIO DE AREIA LTDA-
1310/2022-826.690/2021-EXCOLETTO COMERCIO DE AREIA LTDA-
1311/2022-826.691/2021-EXCOLETTO COMERCIO DE AREIA LTDA-
1312/2022-826.692/2021-EXCOLETTO COMERCIO DE AREIA LTDA-
1314/2022-826.695/2021-SILVIO ALBERTO DE GREGORIO-
1313/2022-826.694/2021-EXCOLETTO COMERCIO DE AREIA LTDA-
1315/2022-826.708/2021-BIANCA EWERTON BRAGA-
1316/2022-826.713/2021-E. ROMERO MACHADO & CIA LTDA. - ME-
1317/2022-826.726/2021-SEIDEL & ZEIDEL LTDA-
1318/2022-826.736/2021-JULIANA PIO SANTOS-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1320/2022-826.541/2021-T-MINAS MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA-
1319/2022-826.532/2021-MINERAÇÃO NOGAL LTDA ME-
1321/2022-826.558/2021-PARANA GRANITOS LTDA-
1322/2022-826.632/2021-ABL MINERACAO - EIRELI-
1323/2022-826.639/2021-SAGMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-
1324/2022-826.664/2021-EDENIR DO NASCIMENTO RODRIGUES-
1325/2022-826.698/2021-MARCIO DIAS BERGAMI LTDA-
1326/2022-826.699/2021-MINERAÇÃO NOGAL LTDA ME-
1327/2022-826.700/2021-MINERAÇÃO NOGAL LTDA ME-
1328/2022-826.710/2021-ELIANE SAMPAIO ANTT-
1329/2022-826.712/2021-GAI BLOCOS DE CONCRETO LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

1281/2022-826.573/2021-SHAMANTTA COSTA & CIA LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 120/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1043/2022-878.041/2021-UNIAO BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA.-
1042/2022-878.040/2021-UNIAO BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA.-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

1038/2022-878.049/2021-PEDREIRA SOUZA E OLIVEIRA EIRELI-
1039/2022-878.050/2021-PEDREIRA SOUZA E OLIVEIRA EIRELI-
1037/2022-878.048/2021-PEDREIRA SOUZA E OLIVEIRA EIRELI-
1040/2022-878.131/2021-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
1041/2022-878.132/2021-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 121/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

1045/2022-866.173/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1046/2022-866.174/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1047/2022-866.175/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1048/2022-866.176/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1049/2022-866.177/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1050/2022-866.178/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1051/2022-866.179/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1052/2022-866.180/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1053/2022-866.181/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1054/2022-866.182/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1055/2022-866.183/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1057/2022-866.185/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1056/2022-866.184/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1058/2022-866.186/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1060/2022-866.188/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1061/2022-866.189/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-

1062/2022-866.191/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1063/2022-866.192/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1064/2022-866.203/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1065/2022-866.204/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1066/2022-866.210/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1067/2022-866.211/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1068/2022-866.212/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1069/2022-866.214/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1070/2022-866.215/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-
1059/2022-866.187/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

1044/2022-866.205/2021-EULER OLIVEIRA COELHO-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 868, DE 18 DE FEVEREIRO 2022

Dispõe sobre os procedimentos de remessa à Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis - ANP, pelos agentes regulados especificados, dos dados diários relativos aos estoques de combustíveis.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo 48610.216786/2021-66 e as deliberações tomadas na 1080ª Reunião de Diretoria, realizada em 16 de fevereiro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

REMESSA DE DADOS DE ESTOQUES DE COMBUSTÍVEIS

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os procedimentos de remessa de dados de estoques de combustíveis à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, pelos seguintes agentes regulados:

I - central petroquímica;
II - cooperativa de produtores de etanol;
III - distribuidor de combustíveis de aviação;
IV - distribuidor de combustíveis líquidos;
V - distribuidor de GLP;
VI - empresa comercializadora de etanol;
VII - formulador de gasolina e óleo diesel;
VIII - operador de terminal;
IX - processador de gás natural;
X - produtor de biodiesel;
XI - produtor de etanol;
XII - refinador de petróleo; e
XIII - transportador dutoviário.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - estoque em tanque: quantidade de produto, convertido à temperatura de 20°C, que está armazenado em instalação autorizada pela ANP;

II - estoque em trânsito: quantidade de produto, convertido à temperatura de 20°C, que se encontra em trânsito; e

III - estoque em trânsito-importações: quantidade de produto, convertido à temperatura de 20°C, referente às importações contratadas que se encontram em trânsito com destino a porto brasileiro até a sua armazenagem em instalação autorizada pela ANP.

§ 1º Não são consideradas como estoques em trânsito, para fins de atendimento a esta Resolução, as movimentações com destino a revendedor de combustíveis, revendedor de GLP, transportador revendedor retalhista ou consumidor final.

§ 2º Os dados enviados para fins de cumprimento desta Resolução se referem aos estoques físicos, não se confundindo com as informações contábeis prestadas ao Sistema de Informações e Movimentações de Produtos - Simp, que podem apresentar diferenças.

Art. 3º Os agentes regulados indicados no art. 1º devem enviar para a ANP, em todos os dias úteis, por meio do sistema de processamento de arquivos da ANP - IEngine, os dados referentes ao estoque em tanque, ao estoque em trânsito e ao estoque em trânsito-importações dos seguintes produtos:

I - biodiesel;
II - gasolina A comum e gasolina A premium;
III - gasolina C comum e gasolina C premium;
IV - gasolina de aviação (GAV);
V - gás liquefeito de petróleo (GLP);
VI - óleo diesel A S10;
VII - óleo diesel A S500;
VIII - óleo diesel A não rodoviário;
XIX - óleo diesel B S10;
X - óleo diesel B S500;
XI - óleo diesel B não rodoviário;
XII - óleo diesel marítimo;
XIII - etanol anidro;
XIV - etanol hidratado;
XV - óleo combustível e óleo combustível marítimo;
XVI - querosene de aviação (QAV); e
XVII - outros combustíveis substitutos ou complementares aos combustíveis dos incisos I a XVI.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, os dias úteis devem ser considerados com base no calendário oficial da localidade responsável pela mensuração ou pelo envio dos dados.

Art. 4º As remessas dos dados para a ANP devem ocorrer até às 12 horas (horário de Brasília) do dia útil seguinte ao fechamento do estoque.

§ 1º Para os agentes regulados que não possuírem procedimento de fechamento diário de estoques, deve ser considerada a quantidade de estoque referente às 23h e 59min de cada dia.

§ 2º Os dados de estoque em tanque referentes aos dias não úteis devem ser enviados no primeiro dia útil subsequente, com a indicação da data de referência do fechamento do estoque.

§ 3º Em caso de indisponibilidade do sistema ou da infraestrutura da ANP responsável por receber os arquivos que impossibilite o envio no prazo estipulado no caput, é permitido o envio até às 12 horas (horário de Brasília) do dia útil seguinte ao restabelecimento do supracitado sistema ou infraestrutura da ANP.

Art. 5º O envio dos dados deve seguir as orientações do Manual de Carga de Dados de Estoque de Combustíveis, disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp) e da tabela "Registro de estoques" do Anexo.

§ 1º No arquivo eletrônico a ser encaminhado para a ANP para atendimento ao disposto na presente Resolução, os campos devem ser preenchidos e agrupados de acordo com o Anexo.

§ 2º Devem ser adotados os seguintes valores para o campo "Código da Operação":

I - 1, para o estoque em tanque;
II - 2, para o estoque em trânsito; e
III - 3, para o estoque em trânsito-importações.

§ 3º Caso a informação sobre o destino seja alterada, o novo destino deve ser informado no dia útil seguinte à mudança, não sendo necessário reprocessar os dados enviados anteriormente.

§ 4º Para os dados relativos a transporte dutoviário, o campo "Código da Instalação 2" deve se referir ao próximo terminal de destino onde o produto será armazenado.

§ 5º Para os dados relativos a transporte marítimo, o estoque em trânsito e o estoque em trânsito-importações devem ser declarados somente após a finalização da carga do navio.

§ 6º As operações estoque em trânsito e estoque em trânsito-importações devem ser alteradas para estoque em tanque somente após o término da operação de descarga.

§ 7º Para os estoques em trânsito referentes às movimentações pelo modo de transporte dutoviário, não é necessário informar o campo "Raiz CNPJ" constante na tabela "Registro de estoques" do Anexo.

Art. 6º O reprocessamento dos dados pode ser efetuado pelo agente regulado a seu critério ou mediante solicitação, devidamente fundamentada, da ANP.

Art. 7º Os agentes regulados devem declarar os dados diários sobre os estoques de todas as instalações, mesmo que não tenha ocorrido movimentação de produto em uma determinada instalação na data de referência do fechamento do estoque.

§ 1º Os estoques em tanque devem ser declarados pelo operador da instalação onde o produto se encontra armazenado ou pelo administrador, no caso de base compartilhada.

§ 2º Os estoques em trânsito devem ser declarados pelo proprietário do produto, com exceção das movimentações pelo modo de transporte dutoviário, cujo responsável por informar os dados para a ANP deve ser o operador do duto.

§ 3º Os estoques em trânsito-importações devem ser declarados pelo agente regulado que irá adquirir o produto importado.

Art. 8º Os dados recebidos pela ANP serão tratados de acordo com a Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANP.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 9º Os agentes regulados devem dar início ao envio dos dados referentes aos estoques em tanque e aos estoques em trânsito até os seguintes prazos, contados a partir da publicação desta Resolução:

I - duzentos e setenta dias, para o distribuidor de combustíveis de aviação;

II - trezentos dias, para o operador de terminal, o produtor de biodiesel, o transportador dutoviário e o distribuidor de GLP;

III - trezentos e trinta dias, para a central petroquímica, o distribuidor de combustíveis líquidos, o formulador de gasolina e óleo diesel, o processador de gás natural e o refinador de petróleo; e

IV - trezentos e sessenta dias, para a cooperativa de produtores de etanol, a empresa comercializadora de etanol e o produtor de etanol.

Parágrafo único. Sem prejuízo aos prazos de transição gerais estabelecidos no caput e seus incisos, o agente regulado deverá dar início ao envio dos dados referentes aos produtos indicado no inciso XVII do art. 3º até noventa dias após a atualização do Manual de Carga de Dados de Estoque de Combustíveis no sítio eletrônico da ANP na Internet.

Art. 10. A Resolução ANP nº 53, de 2 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

§ 3º As informações solicitadas no comunicado de sobreaviso contemplarão, no mínimo, o relato atualizado sobre o evento que deu causa ao sobreaviso.

....." (NR)

Art. 11. Ficam revogados, em trezentos e trinta dias, contados a partir da publicação desta Resolução:

I - o art. 8º da Resolução ANP nº 45, de 22 de novembro de 2013;
II - o art. 8º da Resolução ANP nº 5, de 19 de janeiro de 2015; e
III - o art. 8º da Resolução ANP nº 6, de 19 de janeiro de 2015.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2022.

SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO
Diretora-Geral
Substituta

ANEXO

(a que se referem o caput, o §1º e o § 7º do art. 5º, da Resolução ANP nº 868 de 18 de fevereiro de 2022)

TABELA - REGISTRO DE ESTOQUES

Campo nº	Nome do Campo	Descrição
1	Data de Referência	Data de referência do estoque no formato AAAAMMDD
2	Código da Operação	Código da operação que está sendo informada (1 para estoque em tanque, 2 para estoque em trânsito e 3 para estoque em trânsito-importações).
3	Código da Instalação 1	Código Simp da instalação referente ao operador da instalação onde o produto está estocado. No caso de estoque em trânsito, o código da instalação 1 deverá indicar a instalação de origem do produto.
4	Código da Instalação 2	Código Simp da instalação referente ao operador da instalação de destino do estoque em trânsito.
5	Raiz CNPJ	Raiz do CNPJ do proprietário do produto.
6	Código do Produto	Código Simp do produto.
7	Quantidade do Produto	Quantidade do produto em estoque (informado em kg para GLP e óleo combustível, e em L para os demais produtos).
8	Data de Chegada	Data de previsão de chegada do estoque em trânsito (códigos de operação 2 ou 3) no formato AAAAMMDD.
9	Código do Modo de Transporte	Código Simp do modo de transporte utilizado no estoque em trânsito (códigos de operação 2 ou 3).

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 103, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 08, de 08/03/2007, e considerando o que consta no Processo 48610.200933/2022-67, resolve: autorizar a empresa TRR PETRO PORA DIESEL LTDA - CNPJ 37.730.002/0001-46, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 104, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.200933/2022-67, resolve: autorizar a empresa TRR PETRO PORA DIESEL LTDA, CNPJ nº 37.730.002/0001-46, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR) localizada a Rua Sanga Puitã, 780 (BR-463 - Trevo Amambai) - Sanga Puitã - Ponta Porã/MS. CEP: 79.909-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:36:47,300; - 46:38:28,590 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 240,00 m³.

TQ	Ø (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
01	2,54	12,00	60,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo
02	2,54	12,00	60,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo
03	2,54	12,00	60,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo
04	2,54	12,00	60,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 105, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.220208/2021-24, resolve: autorizar a empresa MACTRA DIESEL COMERCIO ATACADISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ nº 34.654.514/0001-82, a operar a instalação de transportador revendedor retalhista (TRR), localizada a Via Periférica Waldyr Beira, nº 2790, Bairro CIA Sul - Simões Filho/BA, CEP: 43.700-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -12:49:31,590; -38:25:55,740. (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 60,00 m³.

TQ	Ø (m)	Altura/ Comp. (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo	Obs.
01	2,54	6,00	30,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo	A operar
02	2,54	3,00	15,00	II ou III	Horizontal Subterrâneo (Bipartido)	
03	2,54	3,00	15,00	II ou III		

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 106, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 08, de 08/03/2007, e considerando o que consta no Processo 48610.220208/2021-24, resolve: autorizar a empresa MACTRA DIESEL COMERCIO ATACADISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ 34.654.514/0001-82, a exercer a atividade de transportador revendedor retalhista (TRR).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 255, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 8 de 6 de março de 2007, e o que consta do processo nº 48610.226320/2021-79, resolve: declarar habilitada a empresa TRR PETRO PORA DIESEL LTDA, CNPJ nº 37.730.002/0001-46, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

Este despacho não substitui a Autorização para o Exercício de Atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR). Deste modo, o início das atividades reguladas pela empresa TRR PETRO PORA DIESEL LTDA está condicionada à apresentação dos demais requisitos previstos na Resolução ANP nº 8, de 6 de março de 2007, para a fase de outorga de autorização.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 256, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/BA0221473	A C DA SILVA JUNIOR ME	17.648.396/0001-80	48610.006628/2013-90
GLP/AP0233101	A DE S BRABO - EPP	23.007.955/0001-76	48610.001212/2016-28
GLP/GO0175149	A F REVENDEDORA DE GÁS LTDA.	00.779.773/0001-18	48610.012598/2008-93
001/GLP/MT0012974	A M DE SOUZA & M M DE SOUZA LTDA. ME.	07.509.020/0001-31	48610.003491/2007-73
GLPAC0335592	A P S OLIVEIRA	32.085.901/0001-10	48610.004842/2019-05
GLP/TO0202280	ADALBERTO BARBOSA DA SILVA - ME	06.309.554/0001-51	48610.014141/2010-38
GLP/TO0207540	ADALBERTO BARBOSA DA SILVA - ME	06.309.554/0002-32	48610.006190/2011-88
GLP/TO0220374	ADALBERTO BARBOSA DA SILVA - ME	06.309.554/0003-13	48610.003683/2013-28
GLPSE0347089	ADEMIR DOS SANTOS COMERCIO VAREJISTA DE GAS	33.557.862/0001-79	48610.005664/2019-21
001/GLP/TO0001959	ADILSON R. MENDES	06.215.187/0001-27	48610.008687/2004-11
GLP/MT0216178	ADMILTON LACERDA NUNES - ME	14.689.892/0001-94	48610.008110/2012-18
GLP/SP0231634	ADRIANO FERREIRA ANGELO - ME	16.628.384/0001-21	48610.010234/2015-06
GLP/SC0220288	AER GÁS E ÁGUA LTDA ME	17.572.130/0001-00	48610.003012/2013-67
001/GLP/RS0017327	AIRTON LUIS BALZAN - ME	05.098.136/0001-08	48610.010924/2007-47
GLP/SE0230081	AKILLA FARIAS BARBOSA - ME	21.152.454/0001-58	48610.006558/2015-31
GLP/MG0230511	ALDEIR JUNEO JORGE SILVA	18.995.439/0001-67	48610.007741/2015-54
001/GLP/GO0000400	ALDEMAR COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LTDA	06.230.088/0001-14	48610.004922/2004-76
GLP/MS0222083	ALMEIDA & GUIMARAES LTDA - ME	11.861.261/0002-01	48610.008065/2013-74
GLP/GO0175901	ALMEZINDA DE OLIVEIRA BARBOSA	05.449.521/0001-44	48610.014100/2008-27
001/GLP/DF0010408	AMARO & SILVA COMERCIAL DE GAL LTDA	03.214.816/0001-06	48610.012751/2006-11
GLP/GO0225761	AMIL GAS LTDA - ME	19.951.884/0001-98	48610.005976/2014-21
GLPMA0346587	ANA VIRGINIA DOS SANTOS DE ARAUJO & CIA LTDA	33.378.598/0001-06	48610.007980/2019-38
GLPSC0335783	ANDRE AUGUSTO LEAL COMERCIO DE GAS E AGUA	31.953.973/0001-79	48610.002218/2019-65
GLPSP0320435	ANIBAL MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR EIRELI	16.991.398/0002-96	48610.001464/2019-08
GLP/MT0216556	ANILDO PINTO DE SOUZA - ME	13.383.489/0001-70	48610.008791/2012-14
001/GLP/DF0016979	ANTONIO BEZERRA DA MOTA ME	05.088.910/0001-91	48610.009897/2007-61
001/GLP/SP0009874	ANTONIO RONALDO PINTO CRUZEIRO	01.545.536/0001-55	48610.011822/2006-68
GLP/MG0243845	APARECIDA EUNICE DE ABREU 03568739607	28.064.603/0001-76	48610.000580/2018-11
GLP/PA0223135	ASSIS E MONTEIRO DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	17.157.566/0001-24	48610.010995/2013-98
001/GLP/MT0016244	AUTO POSTO DA FÉ LTDA.	08.214.706/0001-68	48610.009346/2007-12
GLP/GO0178141	AUTO POSTO PALESTINA LTDA	37.886.686/0001-70	48610.006672/2009-13
GLP/MS0211574	AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	16.036.592/0001-31	48610.014190/2011-51
GLP/GO0188143	BARBOSA GÁS LTDA.	11.489.459/0001-17	48610.010467/2010-96
GLPMG0345006	BIANCA GOMES DA SILVEIRA	34.458.473/0001-59	48610.006671/2019-41
GLP/GO0239608	BOAS SILVA DOS SANTOS ME	10.386.895/0001-06	48610.004644/2017-71
GLP/SP0240706	B.R. BASSANELLI COMERCIO DE GAS EIRELI	22.503.331/0002-68	48610.007632/2017-07
GLPPR0323598	BRUNA DOS SANTOS GARCIA ITAGUAJE	33.266.504/0001-07	48610.003200/2019-81
GLP/RN0231599	C AZEVEDO DOS SANTOS DANTAS	22.776.064/0001-11	48610.010895/2015-23
GLPRR0360512	C. MENEZES EIRELI	34.593.701/0001-01	48610.004679/2020-14
GLP/GO0187005	CAMPELO & GOMES COMERCIO LTDA.	11.486.831/0001-31	48610.008001/2010-21
GLP/SC0208577	CANANI E CIA LTDA ME	07.458.930/0001-32	48610.008073/2011-59
GLP/PB0208403	CARLOS ROBERTO DE MEDEIROS - ME	04.470.104/0001-10	48610.007986/2011-58
GLP/MG0238515	CASSIA DURAES DE OLIVEIRA 11746717696	26.234.530/0001-98	48610.001368/2017-90
001/GLP/SP0019882	CAVALLERI & CAVALLERI LTDA	38.996.310/0002-61	48610.002410/2008-07
GLP/BA0202716	CELIA BARRETO MENDONÇA DE ALMEIDA	04.477.400/0001-43	48610.015462/2010-50
GLPMG0320901	CENTER LOPES LTDA	28.241.066/0002-73	48610.003253/2019-00
GLP/MT0206854	CIRO FERREIRA VIANA	04.558.779/0001-16	48610.004622/2011-16
GLP/SP0236896	CLAUDIO FRANCO BARBOSA ME	24.483.335/0001-76	48610.012084/2016-48
GLP/RS0178059	COMERCIAL DE GÁS MELO E SILVA LTDA.	09.629.237/0001-00	48610.006261/2009-28
GLP/CE0219757	COMERCIAL SÃO PEDRO DE AGUA E GAS LTDA - ME	16.709.260/0001-70	48610.001908/2013-10
GLP/MG0240483	COMERCIO DE AGUA BENTO E COUTINHO LTDA - ME	23.764.147/0001-53	48610.004090/2017-11
GLP/GO0210326	COMÉRCIO DE CEREAIS SORAIA LTDA	00.292.862/0001-35	48610.011622/2011-72
GLP/MS0244107	CUNHA & SOUZA LTDA - ME	29.127.840/0001-00	48610.001378/2018-14
GLPPR0361366	D. FERREIRA COMERCIO DE AGUA	10.969.124/0001-33	48610.004778/2020-98
001/GLP/PA0016263	D M PAIXAO COMERCIO DE GLP LTDA	07.075.334/0002-54	48610.009388/2007-37
GLP/PB0202019	DANIEL ALMEIDA SOUTO	12.040.348/0001-91	48610.013730/2010-07
GLP/MG0244110	DAYANA DE FATIMA JUSTINO 11066889619	28.211.474/0001-00	48610.012147/2017-47
GLPRS0368761	DENISE LUIS BAS GALUPE	15.313.434/0001-19	48610.000172/2021-64
GLP/GO0213886	DHIEGO MENDES DE SOUSA ME	14.707.676/0001-24	48610.002736/2012-11
001/GLP/GO0002967	DINAMAR SILVA BASTOS	05.598.242/0001-42	48610.011485/2004-47
GLP/TO0203422	DISK GAS DISTRIBUIDORA LTDA.	38.155.719/0001-74	48610.017280/2010-13
GLP/GO0219546	DISK GAS DISTRIBUIDORA LTDA.	38.155.719/0002-55	48610.000754/2013-31
GLP/GO0224467	DISTRIBUIDORA CITY GAS EIRELI	18.385.399/0001-31	48610.001514/2014-34
GLPGO0351799	DISTRIBUIDORA DE GAS E BEBIDAS S.O.S EIRELI	33.914.775/0001-21	48610.000615/2020-36
GLP/MS0243371	DISTRIBUIDORA DE GAS LEITE EIRELI	27.652.724/0001-76	48610.014245/2017-19
001/GLP/GO0021960	DISTRIBUIDORA NORTE GOIANA LTDA.	09.266.536/0001-28	48610.007145/2008-45
GLP/TO0217675	E B DA COSTA SILVA	10.528.999/0001-08	48610.011097/2012-76
GLP/MG0242036	EDGAR ANANIAS PACHECO 95235671600	27.483.990/0001-12	48610.010763/2017-63
001/GLP/BA0008141	EDIGENILDO LOPES DE OLIVEIRA PASTOR ME	03.200.596/0001-61	48610.003931/2006-11
GLPPB0332012	EDILSON AZEVEDO MARINHO	33.017.262/0001-18	48610.004839/2019-83
GLPPR0344891	EDOARDO ALPS	33.735.601/0001-00	48610.007118/2019-25
GLP/MT0231603	ELENICE MARIA BERTOLINI DE BARROS 55131182115	16.501.534/0001-31	48610.010972/2015-45
GLP/GO0228824	ELIOMAR PEREIRA DE SOUZA - ME	20.875.596/0001-80	48610.002332/2015-61
GLP/MG0241136	ERNANDO ALVES CABRAL - ME.	19.645.513/0002-69	48610.008406/2017-35
GLP/CE0237105	ESPEDITA FERREIRA DE OLIVEIRA ME	25.371.031/0001-80	48610.012690/2016-63
001/GLP/SP0013537	ESPEDITO ALVES FEITOSA - ME	02.604.792/0001-39	48610.004542/2007-84
GLP/PE0244310	F F DE LIMA SANTANA - ME	27.566.663/0001-24	48610.001942/2018-91
GLP/MA0221034	F. F. GOULART- ME	10.362.370/0003-94	48610.005275/2013-19
GLP/MA0231201	F. F. GOULART- ME	10.362.370/0005-56	48610.007033/2015-13
GLPSC0369838	F. LUIZ GONCALVES	39.963.029/0001-04	48610.000515/2021-91
001/GLP/GO0021168	FERNANDES CAMPOS - ME	02.708.832/0001-92	48610.004994/2008-47
GLP/PE0174860	FERNANDO & IVANDERLUCIA CASTRO SILVA GÁS LTDA	08.011.756/0001-48	48610.011578/2008-03
GLP/RO0178884	G M DE CARVALHO ME	15.896.798/0001-79	48610.008629/2009-92
GLP/ES0228062	G. VASCONCELOS NERY - ME	10.553.027/0001-65	48610.013686/2014-51
GLPMG0355589	GABRIEL HENRIQUE COELHO REGO	36.398.556/0001-25	48610.002290/2020-26
001/GLP/GO0005407	GAS A JATO DISTRIBUIDORA LTDA.	07.521.082/0001-69	48610.007053/2005-12
GLPRS0370435	GAS DA SERRA COMERCIO LTDA	39.292.091/0001-11	48610.000629/2021-31
001/GLP/MG0000078	GÁS MEL LTDA	04.302.534/0001-23	48610.002589/2004-61
GLPSP0375179	GD CICUTO SUPERMERCADO LTDA	21.060.963/0002-31	48610.205981/2021-61
GLP/RS0187814	GELSON A. DAL ROSS - ME	91.159.194/0001-28	48610.010120/2010-43
GLP/GO0177147	GERSON LEANDRO GELATTI	33.339.235/0001-61	48610.002192/2009-83
GLP/MS0183164	GILMAR JOSÉ COSTA - ME	00.753.894/0001-90	48610.000971/2010-88
GLP/MS0244875	GILMAR PEREIRA NUNES - ME	20.915.603/0002-01	48610.003248/2018-16
GLPMG0363679	GISLENE QUEIROZ DE OLIVEIRA EIRELI	36.245.862/0001-21	48610.005945/2020-18
GLPMS0343447	GLOBAL GAS EIRELI	34.364.474/0001-34	48610.006255/2019-42
GLP/GO0177738	GOMES E SILVA COMERCIO DE GAS EIRELI - ME	10.661.340/0001-17	48610.005099/2009-21
GLPMS0359140	GONCALVES E CARRASCO LTDA	35.713.524/0001-04	48610.004263/2020-98
GLP/GO0178165	GONDIM & PEREIRA LTDA.	10.681.816/0001-81	48610.006665/2009-11
GLPRS0365383	GRAZIELI N S DOS SANTOS - COMERCIO DE GAS	38.731.806/0001-22	48610.006894/2020-41
GLP/PE0237188	HELIO DA SILVA GUEDES	25.529.960/0001-74	48610.011179/2016-44
GLP/MT0215227	IDEAL COMERCIO DE AGUA E GAS LTDA - ME	13.551.901/0001-13	48610.005829/2012-99
GLP/MG0184051	IRMÃOS MENDES & VALADARES LTDA.	17.343.278/0001-64	48610.002296/2010-21
GLP/MT0216454	J. ALVES DE MIRANDA ME	14.648.440/0001-64	48610.008401/2012-06
GLPRN0389604	J DARC NUNES VARELA	38.597.830/0001-10	48610.220907/2021-74
GLP/MT0203280	J DE ALMEIDA BARRELA ME	11.934.788/0001-20	48610.014908/2010-29
GLP/AM0175104	J M DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	00.664.297/0001-90	48610.012747/2008-14
GLP/BA0217114	JANETE LOPES DIAS MIRANDA	12.959.048/0002-91	48610.010009/2012-19
GLP/GO0182468	JBA SUPERMERCADO LTDA.	08.483.329/0001-62	48610.015923/2009-51
GLP/PR0237061	JHONATHAN AIRES BANDEIRA - DISTRIBUIDORA DE GAS - ME	25.346.200/0001-21	48610.012549/2016-61
GLP/MG0240068	JOÃO NOGUEIRA DE ALMEIDA	26.765.872/0001-34	48610.005265/2017-07
GLPAL0303571	JOAO WESLEI DOS SANTOS 11508425477	29.156.722/0001-11	48610.008414/2018-62
GLP/PE0237667	JOSE M DE OLIVEIRA COMERCIO DE GÁS - ME	22.525.360/0001-40	48610.006888/2016-16
GLP/PB0234783	JOSE MARCOS GONCALVES DE MELO - ME	05.416.036/0001-74	48610.007829/2014-95
GLP/MT0222992	JOSENITO M DE OLIVEIRA - ME	11.462.568/0001-40	48610.010329/2013-50
001/GLP/DF0005326	JR DINIZ DISTRIBUIDORA LTDA.	05.849.483/0001-17	48610.006884/2005-77
GLP/ES0235916	JUSSARA MARIA SILVA PEREIRA 89089936734	19.495.735/0001-61	48610.009508/2016-97

GLP/CE0232300	K L COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA	23.282.192/0001-71	48610.012862/2015-18
GLP/MT0222494	KAENA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME.	07.528.448/0001-21	48610.009217/2013-56
GLP/GO0243349	L. R. I. COM. DE PROD. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	02.365.976/0001-93	48610.004652/2017-18
GLPAL0318044	LAZARO SATURNINO DE ARAUJO	13.585.624/0002-40	48610.002419/2019-62
GLPMA0304919	LEAL GAS EIRELI	20.919.034/0001-91	48610.009492/2018-84
GLPMT0305286	LOURDES DA SILVEIRA A. CARVALHO	30.511.419/0001-79	48610.009811/2018-51
GLP/MG0216473	LUCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	13.296.162/0001-60	48610.008597/2012-21
001/GLP/SP0013669	LUCIENE QUECHADA FERREIRA - ME	07.149.021/0001-12	48610.004346/2007-18
GLPBA0336206	LUIZ PAULO DOS SANTOS EIRELI	29.780.726/0001-76	48610.004363/2019-81
GLP/TO0206259	LUZ GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - EPP	01.961.373/0001-91	48610.018709/2010-90
GLP/MA0185241	LUZ GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - EPP	01.961.373/0004-34	48610.004468/2010-00
GLPTO0306567	M. A. CONCEICAO DE SOUZA EIRELI	23.684.564/0002-77	48610.008287/2018-00
GLP/MT0222286	M GOMES DA SILVA COMÉRCIO DE GÁS - ME	16.904.749/0001-01	48610.007433/2013-67
001/GLP/SP0012249	MAGRO LAGE LTDA. ME.	03.140.607/0001-65	48610.002828/2007-25
GLP/RJ0202367	MANASSES DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA	11.278.060/0001-97	48610.012824/2010-51
GLPSP0364019	MANHATTAN COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	37.669.499/0001-34	48610.006125/2020-43
GLP/PE0225675	MARCO AURELIO LIRA DA SILVA GAS - ME	17.214.900/0001-34	48610.004235/2014-22
GLP/MT0211536	MARCOS LACERDA BORGES - ME.	12.382.064/0001-83	48610.014126/2011-71
GLPAM0387618	MARFRAN DE LIMA AFONSO	41.950.991/0001-50	48610.219115/2021-57
GLP/AM0202234	MARIA DA CONCEIÇÃO BATISTA LEMOS - ME	11.124.824/0001-90	48610.014120/2010-12
001/GLP/SP0014370	MARIA DE LOURDES DA SILVA MERCEARIA ME	06.276.093/0001-68	48610.005617/2007-44
GLP/RN0214957	MARIA DE LOURDES DE SOUZA FERREIRA 20259832472	14.470.913/0001-86	48610.005118/2012-14
001/GLP/RS0012880	MARIA IVONE LAURMANN	97.021.000/0001-00	48610.003225/2007-41
GLP/PA0180629	MARISCAO COMERCIAL GLP LTDA	83.317.040/0007-84	48610.012669/2009-39
GLP/PA0180630	MARISCAO COMERCIAL GLP LTDA	83.317.040/0012-41	48610.012668/2009-94
GLP/BA0235114	MATERIAL DE CONSTRUÇAÕ MAIS BARATO LTDA ME	21.768.028/0001-43	48610.007208/2016-73
GLP/MS0179537	MATOS & SOUZA LTDA ME.	03.961.513/0001-57	48610.009924/2009-66
GLPMT0332470	MILENA OHLWELLER MANFRINATO	27.093.886/0001-11	48610.004981/2019-21
GLPMT0381226	MINA D'AGUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI	22.769.324/0001-21	48610.210585/2021-55
GLP/RS0213785	MINIMERCADO WALACHAI LTDA	02.060.324/0001-40	48610.012240/2011-66
001/GLP/RS0004802	MIOLA E HOFFMANN LTDA.	07.180.436/0001-59	48610.005230/2005-26
GLPPA0324956	N. ANDRADE SILVA	33.058.226/0001-00	48610.004100/2019-71
GLP/GO0176609	N.P GAS LTDA - ME	10.528.857/0001-32	48610.000739/2009-14
001/GLP/RS0017669	ODETE FREDES BERNEIRA	06.000.299/0001-60	48610.011759/2007-41
GLPPA0389554	OLIDES ALVES PEREIRA	43.147.158/0001-00	48610.222003/2021-83
GLP/MG0226411	ORLANDO ESPÍNDULA DOS SANTOS NETO	04.880.854/0001-60	48610.008103/2014-70
GLP/MT0223437	ORLANDO MANOEL ISIDIO & CIA LTDA - ME.	33.071.481/0001-85	48610.011630/2013-81
GLP/RJ0225742	OSMAR DA ROCHA MONTEIRO - ME	18.984.085/0001-55	48610.005088/2014-16
GLP/GO0185012	P. J. R. COMERCIAL DE GÁS LTDA.	11.333.258/0001-26	48610.004196/2010-30
GLPSP0359207	PRA JA GAS E AGUA COMERCIO VAREJISTA LTDA	37.302.782/0001-23	48610.003851/2020-12
GLP/RR0228613	R. P. DAMASCENO FILHO	21.204.501/0001-60	48610.001412/2015-08
001/GLP/RS0010941	R. S. MATOS & CIA. LTDA.	03.743.760/0001-87	48610.000372/2007-69
GLP/RN0243935	RAILDO OLIVEIRA DE MELO	28.522.698/0001-24	48610.015295/2017-13
GLP/MG0184707	REGINA CELIA DE MATOS	42.800.540/0002-80	48610.003487/2010-19
001/GLP/SP0016061	RENATO FRANCISCO DE CARVALHO CLEMENTINA - ME	03.086.572/0001-23	48610.008909/2007-39
001/GLP/DF0009968	REVENDEDOR DE GÁS ARAGAO LTDA - ME	72.608.417/0001-42	48610.011983/2006-51
GLP/DF0243474	RFC COMERCIO DE GAS LTDA	04.020.091/0001-88	48610.005580/2017-26
001/GLP/GO0020408	RIOS COMERCIO DE GAS LTDA	08.989.361/0001-14	48610.003713/2008-39
GLPRS0356148	ROBERSON DA CRUZ PIRES	31.025.875/0002-52	48610.002652/2020-89
GLPMG0347673	ROBINSON ANTONIO DA SILVA FILHO	32.878.330/0001-70	48610.008421/2019-45
001/GLP/GO0009922	RONIVON BATISTA DOS ANJOS	01.702.156/0001-87	48610.011003/2006-11
GLP/SC0222520	ROSANGELA LUCIA FRITZEN LUZZI 05134236992	18.292.370/0001-05	48610.007723/2013-19
GLP/MT0244924	ROSEMEIRE DE ABREU 97564451149	28.141.203/0001-17	48610.003226/2018-48
GLP/MT0221447	R.R.O. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	15.312.857/0001-14	48610.006360/2013-96
001/GLP/SP0018166	S & A COMERCIO DE GAS LTDA	00.760.287/0001-58	48610.006883/2006-11
GLP/GO0211122	S & S GAS E BEBIDAS LTDA	13.408.501/0001-53	48610.013191/2011-89
GLP/MT0237744	S C DA SILVA COMERCIO VAREJISTA DE GAS ME	25.356.891/0001-44	48610.014491/2016-90
GLP/AM0239196	SAMARIA LOPES SEGADILHA DE LIRA - ME	26.219.542/0001-43	48610.003351/2017-77
GLPSE0372541	SAMUEL ALVES DA SILVA	40.526.181/0001-09	48610.001987/2021-61
GLPSP0315626	SANDRA MARIA ABRANTES RODRIGUES 39147138874	32.243.448/0001-22	48610.001273/2019-38
GLP/GO0205760	SANDU SUL COMÉRCIO DE GÁS E ÁGUA LTDA	03.857.831/0001-72	48610.000124/2011-02
001/GLP/RS0011247	SANTA NIURA R. BOTTO	97.012.538/0001-58	48610.000575/2007-55
GLPGO0347224	SANTOS & SANTOS DA PAIXAO LTDA	07.126.681/0001-88	48610.005862/2019-95
GLP/AL0244817	SANTOS E SANTOS GAS E TRANSPORTE LTDA - ME	27.432.428/0002-40	48610.000066/2018-85
GLP/AC0242493	SARAIVA COM. & REP LTDA.	04.331.149/0001-04	48610.011793/2017-97
GLP/MG0218501	SERGIO ALEXANDRE GONÇALVES 085189686-31	16.823.107/0001-70	48610.013601/2012-72
GLPTO0352892	SILVA COMERCIO DE GAS EIRELI	38.148.839/0001-44	48610.000498/2020-19
GLPES0364651	SINTIA VAZ DO NASCIMENTO	35.336.370/0001-89	48610.005444/2020-31
GLP/GO0205715	SOS DEPOSITO DE GAS EIRELI	12.684.001/0001-81	48610.002406/2011-36
GLPSP0314083	SPINA & TERENCIO LTDA	14.264.815/0001-92	48610.013307/2018-56
GLPMG0366573	SUELY DA SOLIDADE MORAIS GAS	39.372.580/0001-83	48610.007591/2020-46
001/GLP/GO0008342	SUPERCOUTO LTDA.	04.204.747/0002-01	48610.007115/2006-77
GLP/GO0186804	SUPERMERCADO HIPER BENKING LTDA.	08.941.010/0001-33	48610.007554/2010-66
GLP/GO0208624	SUPERMERCADO MA, KARINY E KAREN LTDA - ME.	03.469.648/0001-08	48610.008352/2011-12
GLP/TO0213831	SUPERMERCADO POLLYANNA LTDA.	02.798.206/0001-34	48610.002456/2012-02
GLPBA0346948	TAIANE SANTIAGO	32.738.701/0001-19	48610.004448/2019-69
GLPMG0387593	TELEGAS SANTA BARBARA LTDA	40.201.971/0001-14	48610.207758/2021-58
GLP/RS0232536	TIAGO T. LAZZARI - ME	11.930.466/0002-93	48610.013379/2015-51
GLP/MT0217352	TOLENTINO V. CARDOSO - ME	01.051.101/0001-54	48610.010260/2012-83
GLPES0361965	UNIAO DISTRIBUIDORA EIRELI	37.945.293/0001-90	48610.005227/2020-41
GLP/MG0238636	VILMA FERNANDES ANTUNES ME	25.226.156/0001-16	48610.001677/2017-60
001/GLP/GO0014180	W CESARIO DE OLIVEIRA EIRELI	01.463.975/0002-08	48610.005405/2007-67
GLP/MT0241881	WALTER DOS SANTOS - COMERIO DE GAS E AGUA - ME	27.909.946/0001-21	48610.009431/2017-36
001/GLP/MS0000683	WL COMERCIO DE GAS LTDA	05.910.541/0001-70	48610.004606/2004-11

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 257, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPSC0378617	ELOX COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	30.001.498/0001-78	48610.208464/2021-43
GLP/SP0183599	JOSE NIVALDO CHICONI - ME	53.244.919/0001-97	48610.001779/2010-17
GLP/RS0210514	OLIVEIRA E GRILLO, REVENDA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO LTDA	12.711.723/0001-88	48610.011582/2011-69
001/GLP/DF0003488	SENNAGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	06.999.496/0001-35	48610.000799/2005-11

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 258, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento do agente econômico, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/MT0244114	BRAGA E FREITAS LTDA	29.172.354/0001-03	48610.000122/2018-81
001/GLP/CE0004818	COMERCIAL ARRAIS LEMOS LTDA EPP	07.026.794/0001-01	48610.005248/2005-28
GLP/PA0185571	MIRANDA COM. E DERIVADO DE PETRÓLEO E GLP LTDA	05.654.836/0002-04	48610.005054/2010-90
GLP/PA0216310	P P DE FARIAS & AMARAL LTDA ME	15.322.703/0001-03	48610.008194/2012-81
GLP/BA0202270	TREVO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	14.486.153/0001-03	48610.013929/2010-27

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 259, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/BA0025511	ML COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA.	03.089.291/0001-24	48610.007013/2002-28
PR/MT0223158	PAULO SERGIO DIAS - POSTO	09.136.878/0001-23	48610.001108/2008-23
PR/SP0004384	RELUDIVI LOGISTICA, DISTRIBUICAO E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	45.452.190/0003-88	48610.003417/2001-61

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 260, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao BALEIA DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, CNPJ nº 04.298.405/0001-09.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 261, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPES0394593	ALMIR SARAIVA NOGUEIRA	21.302.335/0001-34	48610.226773/2021-03
GLPSP0394572	ANDREIA PAVAN CARDOSO	08.211.494/0002-46	48610.203639/2022-15
GLPRJ0394496	BARAO DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	13.509.538/0001-78	48610.203236/2022-68
GLPSP0394590	BURKLE E GONCALVES COMERCIO DE GLP LTDA	04.134.661/0003-22	48610.203682/2022-72
GLPBA0394524	COMERCIAL DE GAS E BEBIDAS GANDU LTDA	43.589.872/0001-40	48610.203263/2022-31
GLPMG0394545	COMERCIAL SILVANIA LTDA	19.732.681/0002-91	48610.203435/2022-76
GLPMT0394547	DANILO CRUZ COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA LTDA	43.684.619/0001-75	48610.203437/2022-65
GLPPA0394556	DEPOSITO DE GAS VITORIA LTDA	43.948.499/0001-76	48610.202733/2022-49
GLPMG0394581	DISTRIBUIDORA DE GAS SUPER RAPIDO LTDA	35.804.164/0001-56	48610.202464/2022-11

GLPTO0394564	DISTRIBUIDORA GAS LAR LTDA	04.329.828/0009-04	48610.224537/2021-44
GLPES0394551	DISTRIBUIDORA JUPARANA LTDA	40.285.764/0001-95	48610.203508/2022-20
GLPRS0394533	EDERSON REINEHR	37.421.576/0001-32	48610.203341/2022-05
GLPSP0394520	E.L.DE ALVARENGA GARCIA	44.432.500/0001-78	48610.203255/2022-94
GLPSP0394575	EVAGAS E AGUA EIRELI	43.499.191/0001-90	48610.203648/2022-06
GLPMG0394559	GAS FAMILIA LTDA	44.159.332/0001-99	48610.203017/2022-89
GLPPR0394493	GODOI GAS COMERCIO DE GLP LTDA	44.202.940/0001-39	48610.203225/2022-88
GLPRR0394561	J CHAGAS	33.804.596/0002-12	48610.226148/2021-53
GLPMT0394518	J. P. DE OLIVEIRA COMERCIO	44.874.214/0001-62	48610.203254/2022-40
GLPRN0394539	JOSE ROBERTO SOUZA MAGALHAES	16.700.131/0002-00	48610.203399/2022-41
GLPMS0394588	JOSE SANCRER COSTA VIEIRA	22.453.588/0001-71	48610.203680/2022-83
GLPPR0394586	JULIO CESAR DE PAULA COMERCIO DE GAS	44.618.943/0001-58	48610.203679/2022-59
GLPMG0394531	KATIA ARAUJO ROCHA	26.659.132/0002-02	48610.203340/2022-52
GLPAM0394566	L MENDES DO NASCIMENTO EIRELI	42.417.658/0001-43	48610.224267/2021-71
GLPMT0394553	L. N. DOS ANJOS	37.196.891/0001-03	48610.203557/2022-62
GLPRJ0394498	L. S. DE TERESOPOLIS COMERCIO DE GAS LTDA	11.182.347/0001-19	48610.203238/2022-57
GLPPR0394502	LEANDRO CEZAR DAVANCO	44.475.806/0001-01	48610.203251/2022-14
GLPRS0394596	LEONICE APARECIDA SOUZA FOLLE	07.215.150/0003-23	48610.203694/2022-05
GLPAL0394529	LF GAS LTDA	41.056.996/0002-15	48610.203296/2022-81
GLPPR0394610	LUIZ AUGUSTO DO VALE BEBIDAS	17.455.838/0002-53	48610.203741/2022-11
GLPPI0394541	MARCOS RODRIGUES DE CARVALHO	39.845.673/0001-88	48610.203411/2022-17
GLPMG0394491	MARINHO GAS DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA	43.084.641/0001-84	48610.203218/2022-86
GLPMG0394606	PARQUEGAS LTDA	41.317.086/0001-68	48610.203712/2022-41
GLPPE0394583	PAULO HENRIQUE DE ARAUJO SILVA COMERCIO VAREJISTA DE GAS E AGUA	42.897.712/0001-03	48610.201603/2022-99
GLPPR0394602	PAULO HENRIQUE DUARTE PELOI COMERCIO DE GAS	44.193.551/0001-94	48610.203707/2022-38
GLPCE0394568	R V DA SILVA GAS	43.194.735/0001-06	48610.203618/2022-91
GLPBA0394600	RAI SILVA COMERCIO DE GAS LTDA	44.689.060/0001-39	48610.203702/2022-13
GLPSC0394543	SANDRINHO DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	27.994.224/0002-01	48610.203433/2022-87
GLPMG0394526	SUPER VALE SUPERMERCADOS LTDA	03.514.102/0001-13	48610.203266/2022-74
GLPAM0394437	T PINHEIRO DE MESQUITA	18.472.657/0002-06	48610.203201/2022-29
GLPRS0394604	TOP GAS COMERCIO DE GAS LTDA	37.013.705/0001-53	48610.203711/2022-04
GLPSP0394549	UNIGAS COMERCIO DE GAS EIRELI	33.262.487/0002-10	48610.203446/2022-56
GLPSP0394570	V.F.S COMERCIO DE GAS LTDA	08.210.961/0004-85	48610.203619/2022-36
GLPMG0394500	WALTINHO GAS E AGUA DE MANTENA LTDA	44.372.576/0001-55	48610.203239/2022-00
GLPPE0394522	WESLEY S. DE LIMA CARPIGAS	43.800.273/0001-23	48610.203262/2022-96

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 262, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PA0221077	A A RABELO COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI	06.214.562/0001-14	48610.202368/2022-72
PR/BA0221078	ABRAAO COMBUSTIVEIS LTDA	42.532.917/0001-87	48610.202087/2022-10
PR/PR0221217	AUTO POSTO E MECANICA BARAO LTDA	75.176.859/0004-06	48610.203871/2022-45
PR/BA0221216	AUTO POSTO JACURICI EIRELI	35.350.221/0001-74	48610.203019/2022-78
PR/SP0221237	AUTO POSTO RUYCE FERRAZ LTDA	41.090.670/0001-23	48610.215959/2021-29
PR/SP0221076	AUTO POSTO SANTA CLARA DE ITATIBA LTDA	42.992.910/0001-48	48610.220807/2021-48
PR/RJ0221196	AUTO POSTO 17.000 LTDA	36.244.561/0001-83	48610.200446/2022-02
PR/MG0221236	CENTRAL JUIZ DE FORA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	40.970.267/0001-26	48610.203879/2022-10
PR/BA0221156	E. SOUZA ROCHA EIRELI	39.920.328/0001-61	48610.202276/2022-92
PR/AM0221137	EVANDY SATURNINO DE LIMA	01.601.016/0003-84	48610.202942/2022-92
PR/MA0221056	ISADORA KALINE DE SOUSA SANTOS EIRELI	32.489.329/0014-79	48610.202244/2022-97
PR/BA0221116	POSTO ABASTECE MAIS LTDA	41.258.046/0001-92	48610.217043/2021-11
PR/MG0221176	POSTO BR 040 LTDA	40.719.613/0001-06	48610.222697/2021-59
PR/MA0221096	POSTO JB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	36.486.642/0003-51	48610.225226/2021-01

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 263, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/AM0221136	AUTO POSTO REI DAVI LTDA	39.661.182/0001-87	48610.201508/2022-95

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO SPD-ANP Nº 107, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020,

Considerando a Resolução ANP nº 50/2015 e o Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta do processo de nº 48610.218489/2021-55, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização para a empresa Shell Brasil Petróleo Ltda., CNPJ 10.456.016/0001-67, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto caracterizado a seguir:

Nº do Projeto	Título	Executor(es)	Valor Autorizado
22076-4	Estabelecimento de infraestrutura para avaliar o desenvolvimento de dispositivos solares fotovoltaicos inovadores, otimizados para as condições de sobreirradiância predominantes no Brasil.	UFSC - Laboratório Fotovoltaica-UFSC	R$ 2.775.227,09

Art. 2º A presente autorização é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor no dia 01 de março de 2022.

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTEÚDO LOCAL

DESPACHO SCL-ANP Nº 254, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE CONTEÚDO LOCAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, e na Resolução ANP nº 25, de 08 de junho de 2016, e considerando o que consta no Processo n° 48610.210571/2021-31, resolve:

1. CANCELAR A ACREDITAÇÃO, a pedido, da empresa CÂMARA CONSULTORIA EM PROJETOS LTDA., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 08.879.811/0001-16 e acreditada nos termos da Autorização SCL-ANP nº 130, de 5 de março de 2021, com a retirada total da acreditação como organismo de certificação de conteúdo local.

2. O CANCELAMENTO DA ACREDITAÇÃO objeto deste despacho terá efeitos a partir da data de publicação, conforme estabelecido no Inciso III do art. 29 da Resolução ANP nº 25, de 08 de junho de 2016.

GUSTAVO DE FREITAS TINOCO

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 101, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.226805/2021-62, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria MME nº 232, de 13 de abril de 2012, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Karpowership Brasil Energia Ltda. (KPS Brasil), com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 43.854.903/0001-42, autorizada a exercer a atividade de importação de gás natural liquefeito - GNL, com as seguintes características:

I - País de origem: diversos países;

II - Volume autorizado: 1.890.700 m³ GNL/ano;

III - Mercado potencial: unidades termelétricas flutuantes (Powerships) que serão ancoradas na Baía de Sepetiba/RJ, para atendimento ao processo de geração térmica habilitado no Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade, na forma de energia de reserva, denominado Procedimento Competitivo Simplificado de 2021, de que trata a Portaria Normativa n° 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021;

IV - Transporte: marítimo; e

V - Locais de entrega no Brasil: Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (FSRU - Floating Storage and Regaseification Unit) com previsão de ser afretada pela KPS Brasil e ancorada em área específica da Baía de Sepetiba no Estado do Rio de Janeiro, para atendimento das unidades termelétricas flutuantes de que trata o inciso III;

Parágrafo único. As especificações técnicas do gás natural deverão estar de acordo com a Resolução nº 16, de 17 de junho de 2008, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, ou regulamentação superveniente.

Art. 2º A autorizada deverá apresentar à ANP os documentos denominados Contratos Principais de Compra e Venda, do inglês Master Sale and Purchase Agreements, ou MSA, assinados com os potenciais fornecedores de GNL, respeitados os prazos e condições estabelecidos no art. 8º da Portaria MME nº 232, de 13 de abril de 2012.

Parágrafo único. A ANP poderá requerer quaisquer documentos complementares que julgar necessários.

Art. 3º A autorizada deverá apresentar à ANP, até o dia vinte e cinco de cada mês, relatório detalhado sobre as operações de importação realizadas no mês imediatamente anterior, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico da ANP www.gov.br/anp/pt-br.

§ 1º Além de outros dados que vierem a ser solicitados pela ANP, os relatórios atinentes à atividade de importação de GNL deverão conter as informações detalhadas para cada operação dos navios utilizados no transporte do produto, a seguir elencadas:

I - País de origem e data do carregamento do GNL;

II - Volume de GNL carregado no navio transportador e seu equivalente na forma gasosa;

III - Quantidade de energia correspondente ao volume carregado;

IV - Poder calorífico do Gás Natural carregado;

V - Quantidade de energia (boil-off) e retida no navio transportador e taxa diária de energia consumida (boil-off) em relação ao total carregado (percentual por dia);

VI - Local de entrega e data de descarga do GNL;

VII - Volume de GNL descarregado do navio transportador;

VIII - Quantidade de energia correspondente ao volume de GNL descarregado;

IX - Identificação do navio transportador;

X - Preços de compra do GNL importado calculados no ponto de internalização do produto; e

XI - Volume total importado desde a vigência desta Autorização.

§ 2º A ANP publicará, em seu sítio na internet - www.gov.br/anp/pt-br, as informações referidas neste artigo que devam ser divulgadas para conhecimento geral.

Art. 4º A autorizada deverá informar também, à ANP, a ocorrência de quaisquer alterações indicadas nos incisos a seguir, mediante encaminhamento de nova Ficha Cadastral e respectiva documentação comprobatória, respeitados os prazos e condições estabelecidos no art. 10 da Portaria MME nº 232, de 2012:

I - Dados cadastrais da autorizada;

II - Mudança de endereço da matriz ou filiais relacionadas com a atividade de importação de GNL;

III - Inclusão ou exclusão de filiais na atividade de importação de GNL; e

IV - Alterações ocorridas que comprometam as informações remetidas à ANP quando do encaminhamento do requerimento inicial de autorização para importação de GNL.

Art. 5º A autorizada deverá atender, permanentemente, os requisitos estabelecidos na legislação sobre comércio exterior.

Art. 6º A autorização para o exercício da atividade de importação de GNL será revogada entre outras hipóteses, em casos de:

Extinção judicial ou extrajudicial da sociedade empresária ou consórcio autorizado;

Requerimento da sociedade empresária ou consórcio autorizado; ou

Descumprimento da legislação aplicável.

Art. 7º O não atendimento ao disposto nesta Autorização sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, ou em legislação superveniente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 8º A presente Autorização fica condicionada à manutenção das condições para o exercício da atividade de importação de gás natural na forma liquefeita, à época de sua outorga, desde que comprovadas pela sociedade empresária.

Art. 9º A presente autorização terá validade de 2 (dois) anos a partir da data de publicação no Diário Oficial da União e limita-se exclusivamente à importação de gás natural na forma liquefeita - GNL.

Art. 10 Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 102, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.216836/2021-13 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa LOGUM LOGÍSTICA S/A, registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 09.584.935/0001-37, autorizada a operar 1 (um) duto de transporte, denominado Dutovia Guarulhos/São Caetano do Sul (Trecho C), fabricada em aço carbono API 5L com diâmetro nominal de 12" para transferência de produtos inflamáveis e combustíveis, etanol anidro e hidratado (Classe I), com extensão aproximada de 32 Km, entre o Terminal Terrestre de Guarulhos, no município de Guarulhos, e a Estação de Medição (EMED) do Terminal de São Caetano do Sul, no município de São Caetano do Sul, ambos no estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 483, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e na Portaria nº 3.076, de 16 de dezembro de 2019, com fundamento na Nota Técnica nº 156/2021/DFAB/CGGA/CA/MMFDH, de 22 de fevereiro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.10443, resolve:

Pela manutenção da Portaria nº 366, de 2 de abril de 2003, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 3 de abril de 2003, que declarou anistiado político JURACI RODRIGUES SANTANA post mortem, filho de FIRMINA RODRIGUES NOGUEIRA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 484, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e na Portaria nº 3.076, de 16 de dezembro de 2019, com fundamento na Nota Técnica nº 157/2021/DFAB/CGGA/CA/MMFDH, de 22 de fevereiro de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51926, resolve:

Pela manutenção da Portaria nº 1.775, de 29 de setembro de 2006, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 2 de outubro de 2006, que declarou anistiado político ARNO PIAZERA, inscrito no CPF sob o nº 608.413.208-10.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 485, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e na Portaria nº 3.076, de 16 de dezembro de 2019, com fundamento na Nota Técnica nº 2811/2020/DFAB/CA/MMFDH, de 22 de outubro de 2020, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.44183, resolve:

Pela manutenção da Portaria nº 312, de 8 de março de 2005, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2005, que declarou anistiado político ANTONIO FERREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 052.574.097-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 486, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.63496, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 14, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Retificar o Parecer proferido na 32ª Sessão de Turma da Comissão de Anistia, realizada no dia 28 de agosto de 2013, para declarar anistiado político post mortem JOSÉ GABRIEL LESSA, filho de GENY LESSA DE MIRANDA, e conceder aos dependentes econômicos, se houver, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única, totalizando 1 (um) período de perseguição política, no valor correspondente a 30 (trinta) salários mínimos, não podendo ultrapassar o teto legal, nos termos do artigo 1º, incisos I e II, c/c artigo 4º, §§1º e 2º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 487, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.52322, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 15, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por ERIVAN CORRÊA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 204.559.847-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 488, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.63542, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 16, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de RONALDO BARATA, filho de DORALICE SIMÕES BARATA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 489, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.54231, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 17, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de ARY RODRIGUES KARSTEN, filho de ORELHA RODRIGUES KARSTEN.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 490, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2005.01.50783, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 18, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por NELICIO PARDAL DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 019.363.107-59.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 491, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.60632, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 19, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de ANTONIO FIRMINO DA SILVA FILHO, filho de ANTONIA MARIA DE SOUZA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 492, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61956, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 20, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por GILBERTO TELMO SIDNEY MARQUES, inscrito no CPF sob o nº 766.828.708-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 493, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61529, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 21, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de JANO SANTOS GAVRONSKI, filho de ELVIRA SANTOS GAVRONSKI.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 494, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2011.01.69436, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 22, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por CARLOS EDUARDO FERNANDEZ DA SILVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 520.731.498-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 495, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2011.01.69440, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 23, de 17 de fevereiro de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por JOSÉ DE OLIVEIRA XAVIER, inscrito no CPF sob o nº 010.493.724-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 497, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando o Despacho do Presidente da Comissão de Anistia nº 8/2022/DRAC/CAN/CGGA/CA/MMFDH, que opinou pela aplicação do Enunciado nº 6/2021, publicado no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2021, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.02727, resolve:

Indeferir o pedido de anistia formulado por ANTONIO GRACIANO DE PAIVA, inscrito no CPF sob o nº 786.351.288-34.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA GAB/SAPS Nº 6, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos cubanos reincorporados ao Projeto Mais Médicos para o Brasil com fulcro no Art.23-A da Lei 12.871 de 22 de outubro de 2013

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 18, do Anexo I, do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019 e, em atendimento às decisões Judiciais exaradas nos Processos Judiciais* para alocação dos Profissionais intercambistas, resolve:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos judiciais e administrativos, Registro Único para o exercício da medicina - RMS, exclusivamente no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas, indicados na lista constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O Registro Único para o exercício da medicina - RMS expedido aos médicos intercambistas tem validade a partir da data de início das atividades, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

PROCESSO RMS	PROCESSO JUDICIAL	CPF	PROFISSIONAL	RMS	UF	MUNICÍPIO	INÍCIO
25000.011704/2019-57	00737.004899/2021-68	XXX.421.126 -XX	LLUAN PABLO RIBEIRO	1200380	AC	PORTO ACRE	10/12/2021
25000.179399/2021-14	00737.001600/2021-13	XXX.457.631-XX	NEORGI SALGADO TORNES	3200658	ES	SÃO MATEUS	15/12/2021
25000.179449/2021-63	00737.013846/2021-38	XXX.013.391-XX	YICEL MARRERO POUYOUX	2902681	BA	BIRITINGA	16/12/2021
25000.179510/2021-72	00737.017341/2021-42	XXX.600.781-XX	CARLOS ARAGON MARTINEZ	4101814	PR	SÃO TOMÉ	16/12/2021
25000.179127/2021-14	25000.104231/2020-74	XXX.192.401-XX	RICARDO CARVAJAL DAUDINOT	2902682	BA	AMÉRICA DOURADA	16/12/2021
25000.179485/2021-27	00737.017538/2021-81	XXX.877.041-XX	ROSALIA FERNANDEZ LORENZO	3300961	RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	21/12/2021
25000.183229/2021-34	25000.173922/2021-07	XXX.863.141-XX	ALEJANDRO ROSABAL PEREZ	2400466	RN	PARAÚ	21/12/2021
25000.066660/2014-98	25000.095582/2017-81	XXX.598131-XX	YUNIARKA CADALZO PELEGRINO	3200659	ES	LINHARES	23/12/2021
25000.066660/2014-98	00737.019554/2021-17	XXX.765.281-XX	MARICEL TORRES MORAN	5000430	MS	PARANHOS E SETE QUEDAS	05/01/2020
25000.010802/2022-72	00737.017015/2021-35	XXX.852.461-XX	YUREIXY RILL SOTO	2902747	BA	SALVADOR	28/01/2022
25000.010802/2022-72	00737.017015/2021-35	XXX.671.151-XX	KEYLAN ORIS ROBLES	2902746	BA	SALVADOR	28/01/2022
25000.010873/2022-75	25000.121264/2021-60	XXX.302.041-XX	ALEXANDER HERNANDEZ CALERO	5100076	MT	CUIABA	01/02/2022
25000.008936/2022-23	00737.014582/2020-59	XXX.785.691-XX	ARIANNIS YARISBEL RUIZ BELTRAN	4200964	SC	IÇARA	26/01/2022
25000.010345/2022-16	00737.014582/2020-59	XXX.012.041-XX	ELIZABETH RODRIGUEZ ARMAS	2902745	BA	FEIRA DE SANTANA	28/01/2022
25000.010351/2022-73	00737.014582/2020-59	XXX.675.021-XX	JORGE ALVAREZ MESA	3504570	SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	28/01/2022
25000.010361/2022-17	00737.014582/2020-59	XXX.829.921-XX	YORDANKA ALEMANY MARTINEZ	1501822	PA	RIO MARIA	26/01/2022
25000.010361/2022-17	00737.014582/2020-59	XXX.603.261-XX	YUDNELIS OSORIO DIAZ	3102145	MG	IPATINGA	28/01/2022
25000.010356/2022-04	00737.014582/2020-59	XXX.690.661-XX	ROBERTO PEREZ LIMONTA	1501821	PA	ABAETETUBA	28/01/2022

PORTARIA GAB/SAPS Nº 7, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Cancela o registro único concedido aos médicos intercambistas desligados do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, do Anexo I do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981;

Considerando o Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, que dispõe sobre a emissão do registro único e da carteira de identificação para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, de que trata a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e

Considerando a Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, que dispõe sobre a emissão do número de registro único para os médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e a respectiva carteira de identificação, nos termos do seu art. 11, § 1º, resolve:

Art. 1º Ficam cancelados os registros únicos expedidos para o exercício da medicina no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos médicos intercambistas com adesão em ciclos diversos, desligados do Projeto, conforme dados constantes no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data do encerramento das atividades de cada profissional no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, descrita no Anexo desta Portaria.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

TD	PROCESSO	NOME MÉDICO	CPF	RMS	UF	MUNICÍPIO	FIM DAS ATIVIDADES	CICLO
1	25000.436110/2017-93	TASSIA HELENA DOS SANTOS RODRIGUES	XXX.713.292-XX	4301762	RS	NOVO HAMBURGO	17/12/2021	DECIMO QUARTO CICLO
2	25000.190033/2015-58	ADRIANA YASMINE BOLIVAR TRIGO VELAME	XXX.835.902-XX	1400161	CE	FORTALEZA	04/01/2022	OITAVO CICLO
3	25000.436121/2017-73	ALANNA PAULLA MARQUES SIMAO	XXX.479.521-XX	5200594	GO	APARECIDA DE GOIANIA	05/01/2022	DECIMO QUARTO CICLO
4	25000.436865/2017-98	ALLINE CRISTINA DE PAULA	XXX.025.392-XX	4301773	RS	LAGOAO	05/01/2022	DECIMO QUARTO CICLO
5	25000.437303/2017-61	ANA PAULA PONCE MEDEIROS	XXX.787.372-XX	4200710	SC	DONA EMMA	21/12/2021	DECIMO QUARTO CICLO
6	25000.005428/2019-98	CALEBE MONTEIRO BORBA	XXX.516.411-XX	1600274	AP	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA AMAPA/NORTE PARA	21/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO
7	25000.122882/2019-11	CAMILA RODRIGUES DIAS	XXX.038.423-XX	2101447	MA	ALTO PARNAIBA	09/01/2022	DECIMO OITAVO CICLO
8	25000.226947/2018-15	CARLOS RODOLFO ZANATO TURECK	XXX.680.829-XX	2200584	PB	SALGADO DE SAO FELIX	02/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO

9	25000.056105/2020-04	DAMARIS MARIA URQUIA ROCHE	XXX.852.231-XX	1400299	RR	NORMANDIA	27/12/2021	VIGESIMO CICLO
10	25000.218274/2018-11	DANIELLE XAVIER DE BRITO	XXX.641.985-XX	1501573	PA	BAIAO	01/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO
11	25000.124874/2019-09	EDSON GOMES FEIJO	XXX.561.686-XX	1600289	AP	SANTANA	01/12/2021	DECIMO OITAVO CICLO
12	25000.057652/2017-01	FELIPE MONTEIRO MENDONCA	XXX.359.956-XX	3300643	RJ	RIO DE JANEIRO	16/12/2021	DECIMO TERCEIRO CICLO
13	25000.215659/2018-27	GUILHERME SOUZA HULAK	XXX.146.209-XX	4101525	PR	IVAI	27/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO
14	25000.435091/2017-88	HENRIQUI RAFAEL DE SOUZA DE MACEDO	XXX.623.952-XX	4101396	PR	RIO BRANCO DO IVAI	01/12/2021	DECIMO QUARTO CICLO
15	25000.125518/2019-02	ISAC ROSA SOUZA	XXX.237.882-XX	2902424	BA	JEREMOABO	08/12/2021	DECIMO OITAVO CICLO
16	25000.008253/2019-71	JULYANA CONCEICAO FIGUEIREDO SOUZA	XXX.504.105-XX	1300998	AM	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	03/01/2022	DECIMO SETIMO CICLO
17	25000.226388/2018-35	JUSSANIA DE SOUZA CAMPOS	XXX.541.571-XX	3101963	MT	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA XAVANTE	07/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO
18	25000.223550/2018-63	KENIA FATIMA SILVA	XXX.377.331-XX	2101352	MA	SANTA INES	08/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO
19	25000.437965/2017-31	LAIS CRISTINE SANTOS SILVA	XXX.263.468-XX	3503716	SP	GUARULHOS	30/12/2021	DECIMO QUARTO CICLO
20	25000.190143/2015-10	LINDOMAR FOSCHIERA GIARETTA	XXX.793.551-XX	5000214	MS	PONTA PORA	04/01/2022	OITAVO CICLO
21	25000.438522/2017-68	LUIZ CEZARIO DA COSTA	XXX.305779-XX	4101416	PR	LINDOESTE	13/12/2021	DECIMO QUARTO CICLO
22	25000.219783/2018-61	NADIELLE DOS SANTOS GRANADO	XXX.439142-XX	2700395	AL	IGREJA NOVA	10/01/2022	DECIMO SETIMO CICLO
23	25000.220253/2018-66	PAULO RICARDO OLIVEIRA DE LIMA JUNIOR	XXX.491.322-XX	4302028	RS	LAVRAS DO SUL	03/01/2022	DECIMO SETIMO CICLO
24	25000.222709/2018-22	PEDRO HENRIQUE SANTOS ROSA	XXX.233.186-XX	4302042	RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	27/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO
25	25000.222443/2018-18	PRISCILA BETINA TORRES DOS SANTOS	XXX.648.452-XX	1200304	AC	PORTO WALTER	28/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO
26	25000.222268/2018-69	PRISCILA TAMILI BICHARA	XXX.020.479-XX	4302114	RS	CAMPOS BORGES	09/12/2021	DECIMO SETIMO CICLO
27	25000.227678/2018-04	RAFAEL AGUIAR MISTRINEL	XXX.826.501-XX	5100438	MT	DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA XAVANTE	04/01/2022	DECIMO SETIMO CICLO
28	25000.221775/2018-85	RAFISA FALCAO DE LIMA	XXX.466.602-XX	1301035	AM	SAO SEBASTIAO DO UATUMA	03/01/2022	DECIMO SETIMO CICLO
29	25000.010446/2018-19	SARA VIANA SILVA	XXX.228.862-XX	4200760	SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	05/01/2022	DECIMO QUINTO CICLO
30	25000.082143/2020-12	SERVANIS PEREZ ROSADO	XXX.124.461-XX	2600449	PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	07/01/2022	VIGESIMO CICLO
31	25000.435764/2017-08	SIMONE FRANCISCA ANTONIO DEIRO	XXX.170912-XX	5200643	GO	CATALAO	14/12/2021	DECIMO QUARTO CICLO
32	25000.008959/2019-32	TAIS FERNANDA RODRIGUES	XXX.480.009-XX	4101526	PR	MANOEL RIBAS	03/01/2022	DECIMO SETIMO CICLO
33	25000.014315/2019-83	YURI PORTELA DE SOUSA	XXX.521.022-XX	1301053	AM	TAPAUA	02/01/2022	DECIMO SETIMO CICLO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 567ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 9 de fevereiro de 2021, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33910.037013/2018-68	TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)
33910.022965/2019-68	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	DIDES	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.001408/2020-47	AGEMED SAÚDE S.A.	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.002187/2020-24	AGEMED SAÚDE S.A.	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.005173/2020-62	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.006940/2020-51	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.007068/2020-68	AGEMED SAÚDE S.A.	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.007289/2020-36	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 78 da RN 124/06	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
33910.007737/2020-00	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009234/2020-61	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009291/2020-40	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.011000/2020-83	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.012814/2020-35	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.033795/2020-81	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 76-B e 78 da RN 124/06	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
33910.015074/2021-70	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIDES	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.009208/2020-32	AMEPLAN ASSISTÊNCIA MÉDICA PLANEJADA LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.002487/2020-11	PREMIUM SAÚDE S.A.	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.001747/2020-23	UNIMED CAMPO GRANDE MS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.013969/2020-99	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.007936/2020-18	AGEMED SAÚDE S.A.	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.000878/2020-93	AGEMED SAÚDE S.A.	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)

33910.010997/2020-54	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MÉDICO LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.006815/2020-41	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.002593/2020-97	AGEMED SAÚDE S.A.	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.013735/2020-41	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 78 da RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33910.014371/2020-17	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.014945/2020-57	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.014210/2020-23	JARDIM AMÉRICA SAÚDE LTDA.	DIOPE	Art. 57 da RN 124/06	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
33910.014368/2020-01	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais
33910.031277/2019-99	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.022196/2019-06	UNIMED DE VOLTA REDONDA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais
33910.017087/2020-01	CAIXA DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.011906/2019-64	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.018826/2019-30	ODONTOPREV S/A	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
33910.007140/2020-57	AGEMED SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais)
33910.026802/2019-54	PROMED ASSISTENCIA MEDICA LTDA	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.022998/2019-16	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.020106/2020-78	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017606/2020-22	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.023948/2020-81	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Art. 77 da RN 124/06	211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais)
33910.025850/2020-69	AGEMED SAÚDE S.A-EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIPRO	Art. 76-B da RN 124/06	19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais)
33910.011062/2020-95	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.012717/2020-42	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009119/2020-96	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
33910.000088/2020-16	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.031364/2019-46	JARDIM AMÉRICA SAÚDE LTDA.	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.002138/2020-91	AGEMED SAÚDE S.A.	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.010555/2020-16	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017570/2020-87	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.017452/2020-79	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.032737/2019-04	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.009229/2020-58	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIPRO	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.010915/2020-71	UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.012983/2019-31	UNIMED DE FEIRA DE SANTANA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33910.023911/2021-34	AGEMED SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 79 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
33910.002244/2020-75	CLIMOL CLINICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA	DIGES	Art. 28 da RN 124/06	100.000,00 (cem mil reais)
33910.010615/2020-92	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.013206/2020-48	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.014622/2020-63	ODONTOPREV S/A	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33910.016363/2020-13	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.009881/2020-72	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33910.005778/2021-34	AGEMED SAÚDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIGES	Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33910.019710/2020-51	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.020119/2020-47	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33910.003008/2020-76	UNIMED - COOPERATIVA DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS VALES DO TAQUARI E RIO PARDO LTDA.	DIGES	Art. 22 da RN 124/06	40.000,00 (quarenta mil reais)
33910.012837/2020-40	MULTICLINICA SERVICOS DE SAUDE LTDA	DIGES	Art. 82 da RN 124/06	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33910.023443/2018-01	BIOVIDA SAÚDE LTDA.	DIGES	Art. 37 da RN 124/06	6.000,00 (seis mil reais)
33910.019249/2020-37	H.B. SAÚDE S/A.	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33910.032702/2019-67	UNIMED MACEIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33910.032696/2019-48	LIV LINHAS INTELIGENTES DE ATENÇÃO À VIDA S/A	DIGES	Art. 71 da RN 124/06	18.000,00 (dezoito mil reais)
33910.011658/2020-95	UNIMED NORTE/NORDESTE-FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO	DIGES	Art. 77 da RN 124/06	47.520,00 (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

WLADMIR VENTURA DE SOUZA
Secretário-Geral

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 504, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 223422
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49.324.221/0001-04
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
25004.120422/2006-95 6.2047.9959.001-9
PLASTICA 15 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 11/2026
4095 Revalidação de registro de fórmulas padrão para nutrição enteral
---
GOURMETZINHO ALIMENTOS PARA BEBÊS - EIRELI - ME 22.456.299/0001-26
SOPINHA DE RAGU DE CORDEIRO COM PURÊ DE MANDIOQUINHA
25351.166223/2021-12 6.7306.0019.001-2
CELULOSICA 06 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
FASE 3 GOURMETZINHO
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
---
MEAD JOHNSON DO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE NUTRIÇÃO LTDA 10.351.637/0001-86
FÓRMULA INFANTIL PARA RECÉM-NASCIDOS PRÉ-TERMO E/OU DE ALTO RISCO
25351.791533/2016-62 6.6609.0028.001-2
CELULOSICA 18 Meses
PLASTICA 18 Meses
METALICA 18 Meses
ELASTOMERICA 18 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 01/2027
4094 Revalidação de registro de fórmulas infantis destinadas a necessidades dietoterápicas específicas
---
NESTLE BRASIL LTDA 60.409.075/0001-52
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ESTADOS UNIDOS (GLENDALE)
25004.026031/00 4.0076.1785.002-9
PLASTICO 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ESTADOS UNIDOS (EAU CLAIRE)
25004.026031/00 4.0076.1785.003-7
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO/SP
25004.026031/00 4.0076.1785.004-5
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ARAÇATUBA/SP
25004.026031/00 4.0076.1785.005-3
PLASTICA 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ESTADOS UNIDOS (GLENDALE)
25004.026031/00 4.0076.1785.006-1
CELULOSICA 15 Meses
PLASTICA 15 Meses
METALICA 15 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ESTADOS UNIDOS (EAU CLAIRE)
25004.026031/00 4.0076.1785.007-1
CELULOSICA 15 Meses
METALICA 15 Meses
PLASTICA 15 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO/SP
25004.026031/00 4.0076.1785.008-8
CELULOSICA 15 Meses
METALICA 15 Meses
PLASTICA 15 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - ARAÇATUBA/SP
25004.026031/00 4.0076.1785.009-6
CELULOSICA 15 Meses
METALICA 15 Meses
PLASTICA 15 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 05/2026
4096 Revalidação de registro de fórmulas modificadas para nutrição enteral
CEREAIS PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM PROBIÓTICO B. LACTIS - ARROZ, MILHO, CEVADA, AVEIA E QUINOA - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO/SP
25351.564045/2021-91 6.5965.0154.001-5
METALICA 09 Meses
PLASTICA 09 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
NESTLÉ / MUCILON / CULTIVE / ESPECIALIDADES / FARMERS SELECTION / NATURE SELECTION / NATURNES / SELECTION / SELEÇÃO / SELEÇÃO DA NATUREZA
4068 Registro único de cereais para alimentação infantil
CEREAIS PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM PROBIÓTICO B. LACTIS - ARROZ, MILHO, CEVADA, AVEIA E QUINOA - FEIRA DE SANTANA/BA
25351.564045/2021-91 6.5965.0154.002-3
PLASTICA 09 Meses
METALICA 09 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
NESTLÉ / MUCILON / CULTIVE / ESPECIALIDADES / FARMERS SELECTION / NATURE SELECTION / NATURNES / SELECTION / SELEÇÃO / SELEÇÃO DA NATUREZA
4068 Registro único de cereais para alimentação infantil
CEREAIS PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM BANANA, MAÇÃ E PROBIÓTICO B. LACTIS - ARROZ, MILHO, CEVADA, AVEIA E QUINOA - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO/SP
25351.639478/2021-16 6.5965.0155.001-0
METALICA 09 Meses
PLASTICA 09 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
NESTLÉ / MUCILON / CULTIVE / ESPECIALIDADES / FARMERS SELECTION / NATURE SELECTION / NATURNES / SELECTION / SELEÇÃO / SELEÇÃO DA NATUREZA
4068 Registro único de cereais para alimentação infantil
CEREAIS PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM BANANA, MAÇÃ E PROBIÓTICO B. LACTIS - ARROZ, MILHO, CEVADA, AVEIA E QUINOA - FEIRA SANTANA/BA
25351.639478/2021-16 6.5965.0155.002-9
PLASTICA 09 Meses
METALICA 09 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
NESTLÉ / MUCILON / CULTIVE / ESPECIALIDADES / FARMERS SELECTION / NATURE SELECTION / NATURNES / SELECTION / SELEÇÃO / SELEÇÃO DA NATUREZA
4068 Registro único de cereais para alimentação infantil

PAPA-RICA PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME 02.682.356/0001-88
SOPINHA DE CARNE COM MANDIOQUINHA E VEGETAIS
25351.560406/2021-21 6.6414.0026.001-6
PLASTICA 04 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
PAPA RICA
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
SOPINHA DE CARNE COM OVO, BATATA DOCE E VEGETAIS
25351.879109/2021-56 6.6414.0027.001-1
PLASTICA 04 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
PAPA RICA
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
SOPINHA DE FÍGADO COM ABÓBORA E VEGETAIS
25351.879114/2021-69 6.6414.0028.001-7
PLASTICA 04 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
PAPA RICA
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
SOPINHA DE CARNE COM FEIJÃO CARIOCA E VEGETAIS
25351.879208/2021-38 6.6414.0029.001-2
PLASTICA 04 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
PAPA RICA
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
SOPINHA DE PEIXE COM FUBÁ E VEGETAIS
25351.891625/2021-59 6.6414.0030.001-8
PLASTICA 04 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
PAPA RICA
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
SOPINHA DE FRANGO COM FEIJÃO BRANCO E VEGETAIS
25351.891652/2021-21 6.6414.0031.001-3
PLASTICA 04 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
PAPA RICA
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
SOPINHA DE FRANGO COM GRÃO DE BICO E VEGETAIS
25351.891720/2021-52 6.6414.0032.001-9
PLASTICA 04 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
PAPA RICA
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância
SOPINHA DE FRANGO COM ERVILHAS E VEGETAIS
25351.892005/2021-37 6.6414.0033.001-4
PLASTICA 04 Meses
ALIMENTOS INFANTIS 02/2027
PAPA RICA
4065 Registro de alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância

RESOLUÇÃO-RE Nº 505, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 223222
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

APISNUTRI PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI 06.161.952/0001-73
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTASE EM CÁPSULAS
25351.706226/2020-11 000000000
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas

RESOLUÇÃO-RE Nº 506, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS. PUBLICAÇÃO NR 223122
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
ASSUNTO PETIÇÃO

RICERA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA 47.967.468/0001-13
EXTRATO DE SEMENTE DE FENO GREGO (TRIGONELLA FOENUM-GRAECUM L.)
25351.711676/2019-91
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 507, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS. PUBLICAÇÃO NR 224722
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
ASSUNTO PETIÇÃO

INFINITI PHARMACEUTICAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE SUPLEMENTOS MINERAIS LTDA EPP 10.976.750/0001-57
HIDROXIMETILBUTIRATO (HMB)
25351.677036/2020-89
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS
HIDROXIMETILBUTIRATO (HMB)
25351.773769/2020-43
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

TOVANI BENZAQUEN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO REPRESENTACAO LTDA 69.170.462/0001-53
CREATINA MONOHIDRATADA
25351.843451/2021-18
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4135 EXTENSÃO DE USO DE INGREDIENTES AVALIADOS ANTERIORMENTE PARA NOVAS CATEGORIAS DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 508, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 417, de 9 de fevereiro de 2022, única e exclusivamente quanto ao deferimento da petição de avaliação de alimentos, referente à empresa INFINITI PHARMACEUTICAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE SUPLEMENTOS MINERAIS LTDA EPP, PROCESSO 25351.773769/2020-43, publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 14 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 74.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELA KARINNE FAGUNDES DE CASTRO

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 525, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) sob o nº de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações válidas no link: https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL
NOME DO PRODUTO VALIDADE DO REGISTRO
NÚMERO DO PROCESSO NÚMERO DO EXPEDIENTE

AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO MONOIDRATADO 02/2027
25351.177411/2011-72 3043110/20-7

AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA
AMPICILINA SÓDICA 02/2027
25351199696/2011-56 3043098/20-4

QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA
ACICLOVIR 02/2027
25351.810712/2010-95 2376077/20-0

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 02/2027
25351.769498/2010-43 2454201/20-6

RESOLUÇÃO-RE Nº 526, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Declarar a caducidade e publicar o cancelamento de registro dos insumos farmacêuticos ativos utilizados nos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL - CPNJ
PRINCÍPIO ATIVO - NÚMERO DE REGISTRO - PROCESSO
EXPEDIENTE CADUCIDADE - VENCIMENTO REGISTRO - PRAZO MÁXIMO RENOVAÇÃO

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
CARBAMAZEPINA - 1503700571- 25351.453826/2011-27
0506287/22-0 - 12/2021- 06/2021

SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA - 10.588.595/0010-92
CEFALEXINA MONOIDRATADA - 15832602810021 - 25351.001247/2015-16
0506372/22-8 - 12/2021- 06/2021

SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA - 10.588.595/0010-92
CEFALEXINA MONOIDRATADA - 15832602810031- 25351.001247/2015-16
0506372/22-8 - 12/2021 - 06/2021

SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA - 10.588.595/0010-92
CEFALEXINA MONOIDRATADA - 15832602820027 - 25351.005416/2015-43
0506407/22-4 - 12/2021 - 06/2021

SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA - 10.588.595/0010-92
CEFALEXINA MONOIDRATADA - 15832602820035 - 25351.005416/2015-43
0506407/22-4 - 12/2021 - 06/2021

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA - 05.439.635/0001-03
CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA - 15556200470021 - 25351.753817/2014-77
0506468/22-6 - 12/2021- 06/2021

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - 61.230.314/0001-75
CILOSTAZOL - 15003301930023 - 25351.703403/2015-19
0506474/22-1 - 12/2021- 06/2021

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - 61.230.314/0001-75
CLORIDRATO DE AMIODARONA - 15003301920028 - 25351.703369/2015-80
0506481/22-3 - 12/2021- 06/2021

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA - 49.475.833/0001-06
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO MONOIDRATADO - 15097402210024 - 25351.005371/2011-51
0506485/22-6 - 12/2021- 06/2021

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - 61.230.314/0001-75
CLORIDRATO DE PAROXETINA HEMI-HIDRATADO - 15003301950024 - 25351.703421/2015-01
0506534/22-8 - 12/2021- 06/2021

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. - 44.734.671/0001-51
FENITOÍNA - 15029804430024 - 25351.617324/2015-83
0506598/22-4 - 12/2021- 06/2021

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA. - 33.247.743/0001-10
ZIDOVUDINA - 15010702890025 - 25351.009372/2011-79
0506608/22-5 - 12/2021- 06/2021

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA. - 19.570.720/0001-10
FENITOÍNA - 15134301920024 - 25351.124466/2016-66
0520363/22-5 - 01/2022-07/2021

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP - 43.640.754/0001-19
AMPICILINA SÓDICA - 15103902170021 - 25351.959389/2016-07
0520359/22-7 - 01/2022- 07/2021

RESOLUÇÃO-RE Nº 527, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO PRODUTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DA AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
COMPLEMENTO DIFERENCIAL DA APRESENTAÇÃO

BELCHER FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA ME 14146456000179
canabidiol
CANABIDIOL BELCHER 25351.818093/2021-13 02/2027
11537 PRODUTOS DE CANNABIS (FITOFÁRMACO) - AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA (COM CONCENTRAÇÃO DE THC ATÉ 0,2%) 2898499/21-8
1.7831.0001.001-9 12 Meses
150 MG/ML SOL CT FR VD AMB X 10 ML + SER DO
150 MG/ML

FG BRASIL LTDA - ME 22564552000165
canabidiol

CANABIDIOL AURA PHARMA 25351.844185/2021-41 02/2027
11537 PRODUTOS DE CANNABIS (FITOFÁRMACO) - AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA (COM CONCENTRAÇÃO DE THC ATÉ 0,2%) 2960764/21-8
1.6949.0001.001-2 12 Meses
50 MG/ML SOL CT FR VD AMB X 10 ML + SER DO
50 MG/ML

GREENCARE PHARMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E COSMETICOS LTDA.36940761000170
canabidiol
CANABIDIOL GREENCARE 23,75 MG/ML 25351.624877/2021-74 02/2027
11537 PRODUTOS DE CANNABIS (FITOFÁRMACO) - AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA (COM CONCENTRAÇÃO DE THC ATÉ 0,2%) 4248652/21-8
1.4500.0002.001-7 24 Meses
23,75 MG/ML SOL GOT CT FR VD AMB X 10 ML + CGT
Não Informado

RESOLUÇÃO-RE Nº 528, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA 56998701000116
PREGABALINA
ZEROPIN 25351.779728/2021-41 02/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2803682/21-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1176273/16-0 - 25351.819439/2016-73)
1.0553.0388.001-8 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.0553.0388.002-6 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.0553.0388.003-4 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.0553.0388.004-2 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 56
1.0553.0388.005-0 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.0553.0388.006-9 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.0553.0388.007-7 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.0553.0388.008-5 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 56
1.0553.0388.009-3 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0553.0388.010-7 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0553.0388.011-5 36 Meses
75 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0553.0388.012-3 36 Meses
150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20

AIRELA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA. 01858973000129
SENNA ALEXANDRINA MILL.
SENEBEN 25351.049167/2003-71 03/2029
10621 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 2504202/21-5
1.4493.0044.001-8 24 Meses
350 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 45
1.4493.0044.002-6 24 Meses
350 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 60
1.4493.0044.003-4 24 Meses
350 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 100 (EMB MULT)
1.4493.0044.004-2 24 Meses
350 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 120 (EMB MULT)
1.4493.0044.008-5 24 Meses
350 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 10
1.4493.0044.009-3 24 Meses
350 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 15
1.4493.0044.010-7 24 Meses
350 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20
1.4493.0044.011-5 24 Meses
350 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30

APSEN FARMACEUTICA S/A 62462015000129
CITRATO DE POTÁSSIO MONOIDRATADO
LITOCIT 25000.028023/96-52 11/2026
10167 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 2115145/21-8
10203 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 2114863/21-5
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2115153/21-9
1.0118.0128.001-0 24 Meses
1080 MG COM LIB PROL CT FR PLAS PVC OPC X 60
1.0118.0128.004-5 24 Meses
540 MG COM LIB PROL CT FR PLAS PVC OPC X 60
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2115625/21-5
1.0118.0128.006-1 24 Meses
1620 MG COM LIB PROL CT FR PLAS PVC OPC X 30
1.0118.0128.008-8 24 Meses
1620 MG COM LIB PROL CT FR PLAS PVC OPC X 60

AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LIMITADA 04301884000175
besilato de atracúrio 25351.985201/2016-06 02/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 1523812/16-1
1.5167.0064.001-4 18 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 5 AMP VD TRANS X 2,5 ML
1.5167.0064.002-2 18 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 25 AMP VD TRANS X 2,5 ML
1.5167.0064.003-0 18 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 50 AMP VD TRANS X 2,5 ML
1.5167.0064.004-9 18 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 5 AMP VD TRANS X 5 ML
1.5167.0064.005-7 18 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 25 AMP VD TRANS X 5 ML
1.5167.0064.006-5 18 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 50 AMP VD TRANS X 5 ML

BELFAR LTDA 18324343000177
PEUMUS BOLDUS MOLINA
IEROBINA 25351.749032/2019-76 02/2032
10689 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3611573/19-8
(1697 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 901408/09-0 - 25351.745189/2009-61)
1.0571.0167.001-9 24 Meses
0,1 ML/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.0571.0167.002-7 24 Meses
0,1 ML/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.0571.0167.003-5 24 Meses
0,1 ML/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49475833000106
COLECALCIFEROL
DOSS 25351.369345/2013-26 12/2028
1674 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 2063362/21-9
1.0974.0223.021-1 24 Meses
15000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.0974.0223.022-1 24 Meses
15000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 8
1.0974.0223.023-8 24 Meses
15000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0974.0223.024-6 24 Meses
15000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 12

CASULA & VASCONCELOS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E COMÉRCIO LTDA 05155425000193
FOSFATO DE POTÁSSIO DIBÁSICO + FOSFATO DE POTÁSSIO MONOBÁSICO
FOSFATO DE POTÁSSIO 25351.098183/2009-89 04/2025
1584 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO - SOLUÇÃO PARENTERAL. 0803475/14-3
1.6400.0003.001-8 24 Meses
2 MEQ/ML SOL INJ IV CX 50 AMP VD TRANS X 10 ML

CIMED INDUSTRIA S.A 02814497000107
ESOMEPRAZOL MAGNÉSICO + ESOMEPRAZOL MAGNÉSICO
esomeprazol magnésico 25351.168937/2021-65 02/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3362816/21-5
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 009960/10-1 - 25351.007552/2010-09)
1.4381.0277.001-6 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 7
1.4381.0277.002-4 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 10
1.4381.0277.003-2 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 14
1.4381.0277.004-0 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 28
1.4381.0277.005-9 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 30
1.4381.0277.006-7 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 7
1.4381.0277.007-5 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 10
1.4381.0277.008-3 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 14
1.4381.0277.009-1 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 28
1.4381.0277.010-5 24 Meses
20 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 30
1.4381.0277.011-3 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 7
1.4381.0277.012-1 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 10
1.4381.0277.013-1 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 14
1.4381.0277.014-8 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 28
1.4381.0277.015-6 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 30
1.4381.0277.016-4 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 7
1.4381.0277.017-2 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 10
1.4381.0277.018-0 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 14
1.4381.0277.019-9 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 28
1.4381.0277.020-2 24 Meses
40 MG COM REV LIB RETARD CT FR PLAS PEAD OPC X 30

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
ONDANSETRONA
ONDIF 25351.072529/2020-28 02/2032
11318 MEDICAMENTO INOVADOR - REGISTRO DE MEDICAMENTO COM INOVAÇÃO DIVERSA 0338091/20-2
1.7817.0920.001-1 24 Meses
4 MG FIL OR CT ENV AL PLAS PET/PEBD/EAA OPC X 4
1.7817.0920.002-8 24 Meses
4 MG FIL OR CT ENV AL PLAS PET/PEBD/EAA OPC X 10
1.7817.0920.003-6 24 Meses
4 MG FIL OR CT ENV AL PLAS PET/PEBD/EAA OPC X 18
1.7817.0920.004-4 24 Meses
4 MG FIL OR CT ENV AL PLAS PET/PEBD/EAA OPC X 30
1.7817.0920.005-2 24 Meses
8 MG FIL OR CT ENV AL PLAS PET/PEBD/EAA OPC X 4
1.7817.0920.006-0 24 Meses
8 MG FIL OR CT ENV AL PLAS PET/PEBD/EAA OPC X 10
1.7817.0920.007-9 24 Meses
8 MG FIL OR CT ENV AL PLAS PET/PEBD/EAA OPC X 18
1.7817.0920.008-7 24 Meses
8 MG FIL OR CT ENV AL PLAS PET/PEBD/EAA OPC X 30

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151

PROPILENOGLICOLATO DE DARUNAVIR
DARVYR 25351.110461/2021-73 02/2032
10557 SIMILARES - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR (PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO) 0770931/21-5
1.0298.0571.001-2 24 Meses
75 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 480
1.0298.0571.002-0 24 Meses
150 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 240
1.0298.0571.003-9 24 Meses
600 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 60

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
ALFALONOCTOCOGUE
AFSTYLA 25351.810172/2018-72 12/2029
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 0654765/21-6
1.0151.0130.001-1 36 Meses
250 UI PÓ LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 2,5 ML + DISP TRANSF C/ FILTRO + SER 5 ML + 1 KPV + 2 COMPRESSAS + 1 CURATIVO
1.0151.0130.002-1 36 Meses
500 UI PÓ LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 2,5 ML + DISP TRANSF C/ FILTRO + SER 5 ML + 1 KPV + 2 COMPRESSAS + 1 CURATIVO
1.0151.0130.003-8 36 Meses
1000 UI PÓ LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 2,5 ML + DISP TRANSF C/ FILTRO + SER 5 ML + 1 KPV + 2 COMPRESSAS + 1 CURATIVO
1.0151.0130.004-6 36 Meses
2000 UI PÓ LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 5,0 ML + DISP TRANSF C/ FILTRO + SER 10 ML + 1 KPV + 2 COMPRESSAS + 1 CURATIVO
1.0151.0130.005-4 36 Meses
3000 UI PÓ LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 5,0 ML + DISP TRANSF C/ FILTRO + SER 10 ML + 1 KPV + 2 COMPRESSAS + 1 CURATIVO

DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 03978166000175
sugamadex sódico
SUVERSADEX 25351.069157/2021-33 02/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0649653/21-9
1.5143.0064.001-0 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 2 ML
1.5143.0064.002-9 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CT 10 FA VD TRANS X 2 ML
1.5143.0064.003-7 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 5 ML
1.5143.0064.004-5 24 Meses
100 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV CT 10 FA VD TRANS X 5 ML

EMS S/A 57507378000365
dropropizina 25351.726931/2021-15 02/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2636366/21-6
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0313037/20-1 - 25351.069085/2020-43)
1.0235.1396.001-1 24 Meses
1,5 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP
1.0235.1396.002-8 24 Meses
3,0 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
montelucaste de sódio + dicloridrato de levocetirizina 25351.688156/2020-10 02/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4479438/20-0
1.0043.1423.001-5 24 Meses
(10 + 5) MG COM REV CT BL AL AL X 7
1.0043.1423.002-3 24 Meses
(10 + 5) MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.0043.1423.003-1 24 Meses
(10 + 5) MG COM REV CT FR PLAS PEAD 20 OPC X 7
1.0043.1423.004-1 24 Meses
(10 + 5) MG COM REV CT FR PLAS PEAD 20 OPC X 14
1.0043.1423.005-8 24 Meses
(10 + 5) MG COM REV CT FR PLAS PEAD 25 OPC X 7
1.0043.1423.006-6 24 Meses
(10 + 5) MG COM REV CT FR PLAS PEAD 25 OPC X 14
SILYBUM MARIANUM (L.) GAERTN
FORFIG 25351.840311/2021-98 02/2030
10646 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 2465122/21-2
10652 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 2465055/21-2
10656 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO MAIOR NO PROCESSO DE PRODUÇÃO 2465044/21-7
1.0043.1377.006-7 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.0043.1377.007-5 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0043.1377.008-3 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0043.1377.009-1 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0043.1377.010-5 24 Meses
200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60

GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
ACETATO DE CLORMADINONA + ETINILESTRADIOL 25351.578919/2014-69 02/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0807694/14-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0722995/14-0 - 25351.518328/2014-46)
1.0583.1005.001-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 21
1.0583.1005.002-1 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 42
1.0583.1005.003-8 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 63
1.0583.1005.004-6 24 Meses
(2 + 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 84

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
cloridrato de venlafaxina 25351.262461/2009-19 02/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 337270/09-7
1.0370.0763.001-2 24 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0370.0763.002-0 24 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0370.0763.003-9 24 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 200
1.0370.0763.004-7 24 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 500
1.0370.0763.005-5 24 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.0370.0763.006-3 24 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.0370.0763.007-1 24 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 200
1.0370.0763.008-1 24 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 500

MABRA FARMACEUTICA LTDA 09545589000188
omeprazol 25351.116874/2021-61 02/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3263497/21-8
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 196672/11-3 - 25351.141566/2011-38)
1.7794.0049.001-8 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.7794.0049.002-6 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.7794.0049.003-4 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.7794.0049.004-2 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.7794.0049.005-0 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 56
1.7794.0049.006-9 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.7794.0049.007-7 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 90
1.7794.0049.008-5 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 120
1.7794.0049.009-3 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 700
1.7794.0049.010-7 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 1400
1.7794.0049.011-5 24 Meses
20 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 490

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130
fosfato de ruxolitinibe
Jakavi 25351.156656/2014-31 10/2025
11121 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 0808660/21-5
1.0068.1121.001-9 24 Meses
5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0068.1121.002-7 24 Meses
15 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0068.1121.003-5 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0068.1121.004-3 24 Meses
10 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 60

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. 33009945000123
OCRELIZUMABE
OCREVUS 25351.195147/2017-23 02/2028
11893 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 8. ALTERAÇÃO DO PROCESSO DE PURIFICAÇÃO - MODERADA 1493467/21-1
1.0100.0666.001-3 18 Meses
30 MG/ML SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 10 ML

Samsung Bioepis br Pharmaceutical ltda. 24563776000188
TRASTUZUMABE
ONTRUZANT 25351.083624/2018-32 05/2029
11958 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 70. ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 0095498/22-5
1.5921.0003.002-4 36 Meses
440 MG PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + DIL FA VD TRANS 20 ML

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
hemifumarato de quetiapina 25351.045797/2018-06 09/2028
11109 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO DO MEDICAMENTO 4319027/21-8
1.8326.0293.001-9 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 15
1.8326.0293.002-7 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.8326.0293.003-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 15
1.8326.0293.004-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.8326.0293.005-1 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 15
1.8326.0293.006-1 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 15
1.8326.0293.007-8 24 Meses
300 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30
1.8326.0293.008-6 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30

TAKEDA PHARMA LTDA. 60397775000174
SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO
NORIPURUM EV 25351.522801/2009-18 07/2025
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 3871786/21-7
1.0639.0255.001-6 36 Meses
20 MG/ML SOL INJ EV CX 5 AMP VD TRANS X 5 ML
1.0639.0255.002-4 36 Meses
20 MG/ML SOL INJ EV CX 3 AMP VD TRANS X 5 ML

TORRENT DO BRASIL LTDA 33078528000132
cloridrato de memantina 25351.864963/2021-18 02/2032
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3007143/21-7
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0243801/19-1 - 25351.159396/2019-60)
1.0525.0095.001-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0525.0095.002-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0525.0095.003-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0525.0095.004-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0525.0095.005-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0525.0095.006-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0525.0095.007-3 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 120
succinato de desvenlafaxina monoidratado
succinato de desvenlafaxina 25351.866934/2021-91 02/2032

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 3010358/21-4
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0111880/19-3 - 25351.073617/2019-11)
1.0525.0096.001-1 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 10
1.0525.0096.002-8 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 30
1.0525.0096.003-6 24 Meses
50 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 60
1.0525.0096.004-4 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 10
1.0525.0096.005-2 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 30
1.0525.0096.006-0 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL AL X 60

ULTRAGENYX BRASIL FARMACEUTICA LTDA 27724245000118
BUROSUMABE
Crysvita 25351.011667/2020-31 03/2029
1692 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DE USO 1910534/20-7
1.3964.0002.001-6 36 Meses
10 MG SOL INJ CT FA VD TRANS X 1 ML
1.3964.0002.002-4 36 Meses
20 MG SOL INJ CT FA VD TRANS X 1ML
1.3964.0002.003-2 36 Meses
30 MG SOL INJ CT FA VD TRANS X 1 ML

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133
VACINA COVID-19
COMIRNATY 25351.023179/2021-57 02/2024
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 0064359/22-9
1.2110.0481.001-9 9 Meses
225 MCG SUS DIL INJ CT 195 FA VD INC X 0,45ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 529, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
ALBUMINA HUMANA
Alburex 20 25351.641622/2008-07 02/2030
11949 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 59. SUBSTITUIÇÃO DO PADRÃO DE REFERÊNCIA PRIMÁRIO - MODERADA 4949020/21-6
1.0151.0122.002-6 36 Meses
200G/L SOL INJ CT FA VD TRANS X 50ML

INSTITUTO BUTANTAN 61821344000156
Cepa influenza tipo A (H1N1) + Cepa influenza tipo A (H3N2) + CEPA INFLUENZA TIPO B VACINA INFLUENZA TRIVALENTE (FRAGMENTADA E INATIVADA) 25351.000981/00-55 12/2027
11922 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 4367570/21-1
11923 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 4367669/21-3
1.2234.0020.001-2 12 Meses
SUS INJ CT 20 FA VD INC X 5 ML
1.2234.0020.002-0 12 Meses
SUS INJ IM SC CT 10 FA VD INC X 5 ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 530, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
CEFTRIAXONA SÓDICA
TRIAXIN 25351.160336/2021-12 10/2025
1999 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3348079/21-6
1.0043.1422.001-1 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IM CT FA VD TRANS+ DIL AMP VD TRANS X 2 ML
1.0043.1422.002-8 24 Meses
1G PO SOL INJ IM CT FA VD TRANS + DIL AMP VD TRANS X 3,5 ML
1.0043.1422.003-6 24 Meses
1G PO SOL INJ IM CT 5 FA VD TRANS + 5 DIL AMP VD TRANS X 3,5 ML
1.0043.1422.004-4 24 Meses
1G PO SOL INJ IM CT 10 FA VD TRANS + 10 DIL AMP VD TRANS X 3,5 ML

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. 03560974000118
JANUMET 25351.357209/2021-26 06/2028
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3733395/21-0
1.0171.0232.001-2 24 Meses
(50,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL AL X 56
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0171.0232.002-0 24 Meses
(50,0 + 850,0) MG COM REV CT BL AL AL X 28
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0171.0232.003-9 24 Meses
(50,0 + 850,0) MG COM REV CT BL AL AL X 56
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0171.0232.004-7 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV CT BL AL AL X 28
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0171.0232.005-5 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV CT BL AL AL X 56
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0171.0232.006-3 24 Meses
(50,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL AL X 14
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0171.0232.007-1 24 Meses
(50,0 + 850,0) MG COM REV CT BL AL AL X 14
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0171.0232.008-1 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV CT BL AL AL X 14
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0171.0232.009-8 24 Meses
(100,0 + 1000,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 10
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0171.0232.010-1 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 20
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0171.0232.011-1 24 Meses
(50,0 + 500,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 60
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0171.0232.012-8 24 Meses
(100,0 + 1000,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 30
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0171.0232.013-6 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 60
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO

ORGANON FARMACÊUTICA LTDA. 45987013000134
DESOGESTREL
CERAZETTE 25351.397470/2021-69 06/2025
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3811623/21-5
1.0029.0218.001-2 24 Meses
0,075 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0029.0218.002-0 24 Meses
0,075 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 84
DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL + DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL
GRACIAL 25351.397524/2021-96 03/2027
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3811632/21-4
1.0029.0219.001-8 24 Meses
(0,125 MG+0,030 MG) COM + (0,025 MG +0,040 MG) COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 150+70
1.0029.0219.002-6 24 Meses
(0,125 MG+0,030 MG) COM + (0,025 MG +0,040 MG) COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15+7
1.0029.0219.003-4 24 Meses
(0,125 MG+0,030 MG) COM + (0,025 MG +0,040 MG) COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 45 + 21
DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL
MERCILON 25351.397581/2021-75 10/2028
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3811795/21-9
1.0029.0220.001-3 36 Meses
0,15 MG + 0,02 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.0029.0220.002-1 36 Meses
0,15 MG + 0,02 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 63
DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL + ETINILESTRADIOL
MERCILON CONTI 25351.397627/2021-56 10/2027
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3811873/21-4
1.0029.0221.001-9 24 Meses
150/20MCG 21 COM REV + 0/0MCG 2 COM REV + 0/10MCG 5 COM REV CT ENV AL X BL AL PVC X 28
1.0029.0221.002-7 24 Meses
150/20MCG 21 COM REV + 0/0MCG 2 COM REV + 0/10MCG 5 COM REV CT ENV AL X BL AL PVC X 84
TIBOLONA
LIVIAL 25351.397651/2021-95 12/2029
1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3811901/21-3
1.0029.0222.001-4 24 Meses
2,5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 28
1.0029.0222.002-2 24 Meses
2,5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 84

RESOLUÇÃO-RE Nº 531, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. 03560974000118
DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL + DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL
GRACIAL 25000.012086/88 03/2027

1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 3764467/21-0
1.0171.0082.001-8 24 Meses
(0,125 MG+0,030 MG) COM + (0,025 MG +0,040 MG) COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 150+70
1.0171.0082.002-6 24 Meses
(0,125 MG+0,030 MG) COM + (0,025 MG +0,040 MG) COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 15+7
1.0171.0082.003-4 24 Meses
(0,125 MG+0,030 MG) COM + (0,025 MG +0,040 MG) COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 45 + 21
DESOGESTREL
CERAZETTE 25000.034171/99-77 06/2025
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 3764377/21-1
1.0171.0089.001-6 24 Meses
0,075 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0171.0089.002-4 24 Meses
0,075 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 84
DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL
MERCILON 25001.001099/87 10/2028
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 3764363/21-1
1.0171.0068.002-1 36 Meses
0,15 MG + 0,02 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 21
1.0171.0068.003-8 36 Meses
0,15 MG + 0,02 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 63
TIBOLONA
LIVIAL 25001.017008/85 12/2029
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 3764498/21-0
1.0171.0072.005-6 24 Meses
2,5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 28
1.0171.0072.006-4 24 Meses
2,5 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 84
DESOGESTREL + ETINILESTRADIOL + ETINILESTRADIOL
MERCILON CONTI 25351.003140/01-07 10/2027
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 3764454/21-8
1.0171.0102.001-5 24 Meses
150/20MCG 21 COM REV + 0/0MCG 2 COM REV + 0/10MCG 5 COM REV CT ENV AL X BL AL PVC X 28
1.0171.0102.002-3 24 Meses
150/20MCG 21 COM REV + 0/0MCG 2 COM REV + 0/10MCG 5 COM REV CT ENV AL X BL AL PVC X 84

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
CEFTRIAXONA SÓDICA
TRIAXIN 25351.630492/2014-17 10/2025
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 3334917/21-7
1.9427.0021.001-4 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IM CT FA VD TRANS+ DIL AMP VD TRANS X 2 ML
1.9427.0021.002-2 24 Meses
1G PO SOL INJ IM CT FA VD TRANS + DIL AMP VD TRANS X 3,5 ML
1.9427.0021.003-0 24 Meses
1G PO SOL INJ IM CT 5 FA VD TRANS + 5 DIL AMP VD TRANS X 3,5 ML
1.9427.0021.004-9 24 Meses
1G PO SOL INJ IM CT 10 FA VD TRANS + 10 DIL AMP VD TRANS X 3,5 ML

ORGANON FARMACÊUTICA LTDA. 45987013000134
JANUMET 25351.443767/2006-74 06/2028
1446 MEDICAMENTO NOVO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 3669712/21-5
1.0029.0177.002-9 24 Meses
(50,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL AL X 56
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0029.0177.003-7 24 Meses
(50,0 + 850,0) MG COM REV CT BL AL AL X 28
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0029.0177.004-5 24 Meses
(50,0 + 850,0) MG COM REV CT BL AL AL X 56
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0029.0177.005-3 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV CT BL AL AL X 28
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0029.0177.006-1 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV CT BL AL AL X 56
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0029.0177.008-8 24 Meses
(50,0 + 500,0) MG COM REV CT BL AL AL X 14
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0029.0177.010-1 24 Meses
(50,0 + 850,0) MG COM REV CT BL AL AL X 14
FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE METFORMINA
1.0029.0177.012-6 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV CT BL AL AL X 14
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0029.0177.014-2 24 Meses
(100,0 + 1000,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 10
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0029.0177.015-0 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 20
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0029.0177.016-9 24 Meses
(50,0 + 500,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 60
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0029.0177.017-7 24 Meses
(100,0 + 1000,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 30
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO
1.0029.0177.018-5 24 Meses
(50,0 + 1000,0) MG COM REV LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 60
CLORIDRATO DE METFORMINA + FOSFATO DE SITAGLIPTINA MONOIDRATADO

RESOLUÇÃO-RE Nº 532, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 25351539230201123
3110461214 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
3110471211 GENÉRICO - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
3110464219 GENÉRICO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 25351534955201168
3110500219 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
3110486210 GENÉRICO - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
3110514219 GENÉRICO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
HISTAMIN 25351329223201915
3279896212 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 3110500219 - 25351534955201168)
3279890213 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças intermediárias de métodos analíticos - 3110486210 - 25351534955201168)
3279886215 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 3110514219 - 25351534955201168)

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CEFTRIAXONA DISSÓDICA HEMIEPTAIDRATADA 253510046250092
1297809214 GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
1297811216 GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
CEFTRIAXONA DISSÓDICA HEMIEPTAIDRATADA 253510014270012
1297805211 GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
1297807218 GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
---
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A
CLORIDRATO DE TERBINAFINA 25351626784201162
1945141215 GENÉRICO - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
TERNASIL 25351779544201452
2223055216 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 1945141215 - 25351626784201162)

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA.
TRIAXIN 25351630492201417
1712275219 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 1297809214 - 253510046250092)
1711917211 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 1297811216 - 253510046250092)

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
ELIQUIS 25351421699201915
3008962210 NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA
3008974213 NOVO - Exclusão não crítica de testes ou métodos
3008890219 NOVO - Inclusão de local de fabricação de medicamento de liberação convencional
3008970211 NOVO - Inclusão de local de embalagem primária do medicamento

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 29, de 6 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº. 6, de 10 de janeiro de 2022, Seção 1, Págs. 172 e 173, referente ao processo 25351.362098/2021-70.

Onde se lê:

ETONOGESTREL + ETINILESTRADIOL NUVARING 25351.362098/2021-70 10/2027

1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3746535/21-0

1.0029.0213.001-5 40 Meses

11,7 MG/2,7 MG ANEL VAG CT ENV AL/PLAS X 1 + 1 APLIC PLAS OPC

1.0029.0213.002-3 40 Meses

11,7 MG/2,7 MG ANEL VAG CT ENV AL/PLAS X 3 + 3 APLIC PLAS OPC

Leia-se:

ETONOGESTREL + ETINILESTRADIOL NUVARING 25351.362098/2021-70 10/2027

1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 3746535/21-0

1.0029.0213.001-5 40 Meses

11,7 MG/2,7 MG ANEL VAG CT ENV AL/PLAS X 1 + 1 APLIC PLAS OPC

1.0029.0213.002-3 40 Meses

11,7 MG/2,7 MG ANEL VAG CT ENV AL/PLAS X 3 + 3 APLIC PLAS OPC

Reg.: 1002902130031 40 Meses

11,7 MG/2,7 MG ANEL VAG CT ENV AL/PLAS X 1

Reg.: 1002902130041 40 Meses

11,7 MG/2,7 MG ANEL VAG CT ENV AL/PLAS X 3

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 34 de 6 de janeiro de 2022, publicada em DOU nº 6, de 10 de janeiro de 2022, Seção 1, página 175, referente ao processo nº 25351.472833/2021-52,

Onde se lê:

(...)

MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 92265552000140

HEDERA HELIX L.

AREMAZ 25351.472833/2021-52 01/2022

10487 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 1858196/21-0

(1697 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 469909/10-2 - 25351.360744/2010-45)

1.1819.0231.001-1 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP
1.1819.0231.002-8 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP
1.1819.0231.003-6 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 50 ML + COP + SER DOS
1.1819.0231.004-4 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP + SER DOS
1.1819.0231.005-2 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP + SER DOS
(...)

Leia-se:

(...)

MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 92265552000140
HEDERA HELIX L.
AREMAZ 25351.472833/2021-52 01/2032
10487 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 1858196/21-0
(1697 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 469909/10-2 - 25351.360744/2010-45)
1.1819.0231.001-1 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP
1.1819.0231.002-8 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP
1.1819.0231.003-6 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 50 ML + COP + SER DOS
1.1819.0231.004-4 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP + SER DOS
1.1819.0231.005-2 24 Meses
7 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 200 ML + COP + SER DOS
(...)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 34 de 6 de janeiro 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 6, de 10 de janeiro de 2022, Seção 1, página 174, referente ao processo nº 25001.007791/83,

Onde se lê:

(...)
CIMED INDUSTRIA S.A 02814497000107
CITRATO DE COLINA + BETAÍNA + racemetionina
EPATIVAN 25001.007791/83 11/2033
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0340517/13-6
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0356221/18-2
1.4381.0022.001-9 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CX 100 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.4381.0022.002-7 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CX 10 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.4381.0022.007-8 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 100 FLAC PLAS PP TRANS X 10ML
1.4381.0022.008-6 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 10 FLAC PLAS PP TRANS X 10ML
1.4381.0022.009-4 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS PP TRANS X 10ML
1.4381.0022.011-6 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.4381.0022.012-4 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 48 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
(...)

Leia-se:

(...)
CIMED INDUSTRIA S.A 02814497000107
CITRATO DE COLINA + BETAÍNA + racemetionina
EPATIVAN 25001.007791/83 11/2028
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0340517/13-6
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0356221/18-2
1.4381.0022.001-9 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CX 100 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.4381.0022.002-7 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CX 10 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.4381.0022.007-8 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 100 FLAC PLAS PP TRANS X 10ML
1.4381.0022.008-6 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 10 FLAC PLAS PP TRANS X 10ML
1.4381.0022.009-4 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS PP TRANS X 10ML
1.4381.0022.011-6 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.4381.0022.012-4 24 Meses
(100 + 50 + 10) MG/ML SOL OR CT 48 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
(...)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 187 de 20 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 24 de janeiro de 2022, Seção 1, página 170, referente ao processo nº 25351.606706/2021-63,

Onde se lê:

(...)
BIONATUS LABORATÓRIO BOTÂNICO LTDA 68032192000151
MIKANIA GLOMERATA SPRENG.
BIOTOSS 25351.606706/2021-63 01/2022
10689 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2259046/21-3
(1697 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1034303/12-2 - 25351.723386/2012-21)
1.2009.0034.001-9 24 Meses
0,05 ML/ML XPE FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.002-7 24 Meses
0,05 ML/ML XPE FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.003-5 24 Meses
0,05 ML/ML XPE FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.004-3 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.005-1 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CT FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.006-1 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CT FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.007-8 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.008-6 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.009-4 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.010-8 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CX 32 FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.011-6 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CX 32 FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.012-4 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CX 54 FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.013-2 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CX 32 FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.014-0 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CX 32 FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.015-9 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CX 54 FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.016-7 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 100 ML
1.2009.0034.017-5 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 120 ML
1.2009.0034.018-3 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 150 ML
(...)

Leia-se:

(...)
BIONATUS LABORATÓRIO BOTÂNICO LTDA 68032192000151
MIKANIA GLOMERATA SPRENG.
BIOTOSS 25351.606706/2021-63 01/2032
10689 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2259046/21-3
(1697 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1034303/12-2 - 25351.723386/2012-21)
1.2009.0034.001-9 24 Meses
0,05 ML/ML XPE FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.002-7 24 Meses
0,05 ML/ML XPE FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.003-5 24 Meses
0,05 ML/ML XPE FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.004-3 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.005-1 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CT FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.006-1 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CT FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.007-8 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.008-6 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.009-4 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.010-8 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CX 32 FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.011-6 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CX 32 FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.012-4 24 Meses
0,05 ML/ML XPE CX 54 FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.013-2 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CX 32 FR PLAS AMB X 100 ML
1.2009.0034.014-0 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CX 32 FR PLAS AMB X 120 ML
1.2009.0034.015-9 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CX 54 FR PLAS AMB X 150 ML
1.2009.0034.016-7 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 100 ML
1.2009.0034.017-5 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 120 ML
1.2009.0034.018-3 24 Meses
0,05 ML/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 150 ML
(...)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 3.199, de 19 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 159, de 23 de agosto de 2021, Seção 1 Pág. 311, referente ao processo 25351.665587/2021-81.

Onde se lê:

MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - 92.265.552/0001-40
CLORIDRATO DE MEMANTINA + CLORIDRATO DE DONEPEZILA
cloridrato de memantina+cloridrato de donepezila 25351.665587/2021-81 08/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2445392/21-7 (150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0193084/19-2 - 25351.127338/2019-77) 1.1819.0219.001-4 24 Meses
(5,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.002-2 24 Meses
(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.003-0 24 Meses
(15,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.004-9 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.005-7 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.1819.0219.006-5 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
1.1819.0219.007-3 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100

Leia-se:

MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - 92.265.552/0001-40
CLORIDRATO DE DONEPEZILA + CLORIDRATO DE MEMANTINA
cloridrato de donepezila + cloridrato de memantina 25351.665587/2021-81 08/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2445392/21-7 (150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0193084/19-2 - 25351.127338/2019-77) 1.1819.0219.001-4 24 Meses
(10,0 + 5,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.002-2 24 Meses
(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.003-0 24 Meses
(10,0 + 15,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.004-9 24 Meses
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.1819.0219.005-7 24 Meses
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.1819.0219.006-5 24 Meses
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
1.1819.0219.007-3 24 Meses
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 3.320, de 27 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 164, de 30 de agosto de 2021, Seção 1 Pág. 163, referente ao processo 25351.618008/2021-19.

Onde se lê:

EMS S/A 57507378000365

CLORIDRATO DE MEMANTINA + CLORIDRATO DE DONEPEZILA

cloridrato de memantina+cloridrato de donepezila 25351.618008/2021-19 08/2031

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2296337/21-5

(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0193084/19-2 - 25351.127338/2019-77)

1.0235.1385.001-1 24 Meses

(5,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7

1.0235.1385.002-8 24 Meses

(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7

1.0235.1385.003-6 24 Meses

(15,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7

1.0235.1385.004-4 24 Meses

(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7

1.0235.1385.005-2 24 Meses

(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30

1.0235.1385.006-0 24 Meses

(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60

1.0235.1385.007-9 24 Meses

(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100

Leia-se:

EMS S/A 57507378000365

CLORIDRATO DE DONEPEZILA + CLORIDRATO DE MEMANTINA cloridrato de donepezila + cloridrato de memantina 25351.618008/2021-19 08/2031

10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2296337/21-5

(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0193084/19-2 - 25351.127338/2019-77)

1.0235.1385.001-1 24 Meses

(10,0 + 5,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7

1.0235.1385.002-8 24 Meses

(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7

1.0235.1385.003-6 24 Meses

(10,0 + 15,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7

1.0235.1385.004-4 24 Meses

(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7

1.0235.1385.005-2 24 Meses

(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30

1.0235.1385.006-0 24 Meses

(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60

1.0235.1385.007-9 24 Meses

(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 3.401, de 2 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 169, de 6 de setembro de 2021, Seção 1 pág. 75, referente ao processo 25351.711361/2014-30.

Onde se lê:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. - 61.190.096/0001-92

AMOXICILINA TRI-hIDRATADA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO

SINOT CLAV 25351.711361/2014-30 -16 08/2025

10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1751933/20-1

10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1751639/20-1

1.0043.1154.001-3 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 4

1.0043.1154.002-1 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 6

1.0043.1154.003-1 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 12

1.0043.1154.004-8 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 14

1.0043.1154.005-6 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 20

Leia-se:

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. - 61.190.096/0001-92

AMOXICILINA TRI-HIDRATADA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO

SINOT CLAV 25351.711361/2014-30 08/2025

10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1751933/20-1(11082 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudança maior de embalagem secundária ou envoltório intermediário do medicamento - 1507203/20-7 - 25351.086820/2007-14)

10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1751639/20-1(11061 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão de novo tipo de embalagem primária do medicamento 1507027/20-1 -25351.086820/2007-14)

1.0043.1154.006-4 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4

1.0043.1154.007-2 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 6

1.0043.1154.008-0 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 12

1.0043.1154.009-9 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14

1.0043.1154.010-2 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 3.401, de 2 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 169, de 6 de setembro de 2021, Seção 1 pág. 75, referente ao processo 25351.724174/2014-16.

Onde se lê:

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154

AMOXICILINA TRI-hIDRATADA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO

ATAK CLAV 25351.724174/2014-16 08/2025

10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1755795/20-0

10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1755797/20-6

1.9427.0017.001-2 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 4

1.9427.0017.002-0 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 6

1.9427.0017.003-9 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 12

1.9427.0017.004-7 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 14

1.9427.0017.005-5 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 20

Leia-se:

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154

AMOXICILINA TRI-HIDRATADA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO

ATAK CLAV 25351.724174/2014-16 08/2025

10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1755795/20-0 (11082 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudança maior de embalagem secundária ou envoltório intermediário do medicamento - 1507203/20-7 - 25351.086820/2007-14)

10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 1755797/20-6 (11061 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Inclusão de novo tipo de embalagem primária do medicamento 1507027/20-1 -25351.086820/2007-14)

1.9427.0017.006-3 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4

1.9427.0017.007-1 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 6

1.9427.0017.008-1 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 12

1.9427.0017.009-8 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14

1.9427.0017.010-1 24 Meses

875 MG + 125 MG COM REV CT ENVOL BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 3.707 de 17 de setembro de 2020, publicada em DOU n° 181, de 21 de setembro de 2020, Seção 1, página 247, referente ao processo n° 25992.000370/25:

Onde se lê:

(...)

LABORATÓRIOS OSÓRIO DE MORAES LTDA 19791813000175

ALOÍNA + CEPHAELIS IPECACHUANHA RICH. + ATROPA BELLADONNA + Polygonum

hidropiper

PÍLULAS DE ERVA DE BICHO COMPOSTA IMESCARD 25992.000370/25 03/2025

10277 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE TEXTO DE BULA (QUE NÃO POSSUI

BULA PADRÃO) 0688584/20-5

1.0504.0010.001-2 36 Meses

10+10+10+30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 36

(...)

Leia-se:

(...)

LABORATÓRIOS OSÓRIO DE MORAES LTDA 19791813000175

ALOÍNA + CEPHAELIS IPECACHUANHA RICH. + ATROPA BELLADONNA + Polygonum

hidropiper

PÍLULAS DE ERVA DE BICHO COMPOSTA IMESCARD 25992.000370/25 01/2025

10277 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE TEXTO DE BULA (QUE NÃO POSSUI

BULA PADRÃO) 0688584/20-5

1.0504.0010.001-7 36 Meses

10+10+10+30 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 36

(...)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 3.999, de 21 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 201, de 25 de outubro de 2021, Seção 1 pág. 114, referente ao processo 25992.002695/71.

Onde se lê:

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133

LORAZEPAM

LORAX 25992.002695/71 10/2026

10945 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO MAIOR DE PRODUÇÃO DO I FA 2845271/20-2

10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 1693286/20-2

10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 2845390/20-5

10957 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 2845276/20-3

10957 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 2845385/20-9

11071 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO MAIOR DE COMPOSIÇÃO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 2845433/20-2

11876 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 2670373/21-4

1.2110.0035.007-7 24 Meses

1 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20

1.2110.0035.008-5 24 Meses

2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20

1.2110.0035.011-0 24 Meses

1 MG COM CT BL AL OPC X 30

1.2110.0035.012-9 24 Meses

2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30

Leia-se:

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133

LORAZEPAM

LORAX 25992.002695/71 10/2026

10945 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO MAIOR DE PRODUÇÃO DO I FA 2845271/20-2

10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 1693286/20-2

10954 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 2845390/20-5

10957 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 2845276/20-3

10957 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 2845385/20-9

11071 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO MAIOR DE COMPOSIÇÃO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 2845433/20-2

11876 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 2670373/21-4

1.2110.0035.007-7 24 Meses

1 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PCTFE OPC X 20

1.2110.0035.008-5 24 Meses

2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PCTFE OPC X 20

1.2110.0035.011-0 24 Meses

1 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PCTFE OPC X 30

1.2110.0035.012-9 24 Meses

2 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PCTFE OPC X 30

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 4.266, de 11 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 214, de 16 de novembro de 2021, Seção 1, Pág. 68, referente ao processo 25351.162249/2013-61.

Onde se lê:

LUNDBECK BRASIL LTDA 04522600000170

bromidrato de vortioxetina

BRINTELLIX 25351.162249/2013-61 10/2025

11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 0659986/20-9

1.0475.0052.001-3 36 Meses
5MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0475.0052.002-1 36 Meses
5MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0475.0052.003-1 36 Meses
5MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0475.0052.004-8 36 Meses
10MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0475.0052.005-6 36 Meses
10MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0475.0052.006-4 36 Meses
10MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0475.0052.007-2 36 Meses
15MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0475.0052.008-0 36 Meses
15MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0475.0052.009-9 36 Meses
15MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0475.0052.010-2 36 Meses
20MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0475.0052.011-0 36 Meses
20MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0475.0052.012-9 36 Meses
20MG COMP REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
Leia-se:
LUNDBECK BRASIL LTDA 04522600000170
bromidrato de vortioxetina
BRINTELLIX 25351.162249/2013-61 10/2025
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 0659986/20-9
1.0475.0052.001-3 48 Meses
5MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0475.0052.002-1 48 Meses
5MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0475.0052.003-1 48 Meses
5MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0475.0052.004-8 48 Meses
10MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0475.0052.005-6 48 Meses
10MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0475.0052.006-4 48 Meses
10MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0475.0052.007-2 48 Meses
15MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0475.0052.008-0 48 Meses
15MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0475.0052.009-9 48 Meses
15MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0475.0052.010-2 48 Meses
20MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0475.0052.011-0 48 Meses
20MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0475.0052.012-9 48 Meses
20MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 4.508, de 2 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 228, de 6 de dezembro de 2021, Seção 1, Pág. 95, referente ao processo 25351.373964/2021-58.
Onde se lê:
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49475833000106
pitavastatina cálcica
LIVALO 25351.373964/2021-58 09/2027
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 3764460/21-2
1.0974.0346.001-6 30 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 15
1.0974.0346.002-4 30 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0974.0346.003-2 30 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0974.0346.004-0 30 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.0974.0346.005-9 30 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 15
1.0974.0346.006-7 30 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0974.0346.007-5 30 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0974.0346.008-3 30 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.0974.0346.009-1 30 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0974.0346.010-5 30 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 10
Leia-se:
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA 49475833000106
pitavastatina cálcica
LIVALO 25351.373964/2021-58 09/2027
11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 3764460/21-2
1.0974.0346.001-6 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 15
1.0974.0346.002-4 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0974.0346.003-2 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0974.0346.004-0 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.0974.0346.005-9 24 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 15
1.0974.0346.006-7 24 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0974.0346.007-5 24 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.0974.0346.008-3 24 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.0974.0346.009-1 24 Meses
2 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0974.0346.010-5 24 Meses
4 MG COM REV CT BL AL AL X 10

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE Nº. 4894 de 19 de dezembro de 2014, publicada em DOU n° 247, de 22 de dezembro de 2014, Seção 1, pág. 39, Suplemento, pág. 68, referente ao processo n° 25992.000370/25:
Onde se lê:
(...)
LABORATÓRIOS OSÓRIO MORAES LTDA. 1.00504-0
ALOÍNA + CEPHAELIS IPECACHUANHA RICH. + ATROPA BELLADONNA + Polygonum hidropiper
LAXANTES IRRITANTES OU ESTIMULANTES
PÍLULAS DE ERVA DE BICHO COMPOSTA IMESCARD 25992.000370/25 01/2015
COMERCIAL 1.0504.0010.001-2 36 Meses
DRG CT BL AL PVC X 36
Não informado
10210 MEDICAMENTO NOVO - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
(...)
Leia-se:
(...)
LABORATÓRIOS OSÓRIO MORAES LTDA. 1.00504-0
ALOÍNA + CEPHAELIS IPECACHUANHA RICH. + ATROPA BELLADONNA + Polygonum hidropiper
LAXANTES IRRITANTES OU ESTIMULANTES
PÍLULAS DE ERVA DE BICHO COMPOSTA IMESCARD 25992.000370/25 01/2015
COMERCIAL 1.0504.0010.001-7 36 Meses
DRG CT BL AL PVC X 36
Não informado
10210 MEDICAMENTO NOVO - REDUÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE COM MANUTENÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO
(...)

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 547, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:
Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ BERNARDO MARQUES VIAMONTE

ANEXO

JTI PROCESSADORA DE TABACO DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 03.334.170/0001-09
Marca: AMERICAN SPIRIT PALHEIRO - TABACO SELECIONADO (cigarro de palha) - embalagem primária caixa para 20 unidades e embalagem secundária caixa para 10 embalagens primárias caixa
Processo: 25351.532557/2021-99
Expediente: 2037692/21-8
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 548, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:
Art. 1º Cancelar o registro de produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, por indeferimento da petição de renovação de registro de produto fumígeno derivado do tabaco.
Art. 2º A empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ BERNARDO MARQUES VIAMONTE

ANEXO

BFT COMÉRCIO DE FUMOS LTDA.
CNPJ: 19.955.895/0001-46
Marca: ZIGGY CHERRY STARBURST (fumo para narguilé)
Processo: : 25351.171004/2020-74
Expediente: 1135458/21-5
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: ZIGGY LARANJOLA (fumo para narguilé)
Processo: 25351.878115/2020-13
Expediente: 2722153/21-9
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
BMCS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - ME
CNPJ: 24.259.866/0001-80
Marca: JOYA DE NICARAGUA CLASICO ROBUSTO (charuto -(127 x 63)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO VIAJANTES (charuto -(216 x 65)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO CHURCHILL (charuto -(175 x 60)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO TORPEDO (charuto -(152x 65)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO TORO (charuto -(152 x 62)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO Nº6 (charuto -(152 x 51)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO SELECTION B (charuto -(140 x 52)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO SEÑORITA (charuto -(140 x 42)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO CONSUL (charuto -(114 x 65)mm))
JOYA DE NICARAGUA CLASICO PICCOLINO (charuto -(105 x 37)mm))
Processo: 25351.677555/2020-47
Expediente: 3875357/21-0
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
PRODUTOS J & L EIRELI
CNPJ: 13.252.365/0001-55
Marca: J&L TRADICIONAL (cigarro de palha)
Processo: 25351.797070/2020-79
Expediente: 3720807/21-1
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
RC PREMIUM COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELLI - EPP
CNPJ: 17.121.200/0001-03
Marca: CAPTAIN BLACK GOLD (fumo para cachimbo)
Processo: 25351.299689/2019-89
Expediente: 3929631/21-8
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

Marca: CAPTAIN BLACK REGULAR (fumo para cachimbo)
Processo: 25351.299644/2019-12
Expediente: 3929629/21-6
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: CAPTAIN BLACK ROYAL (fumo para cachimbo)
Processo: 25351.299702/2019-08
Expediente: 3875359/21-6
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
Marca: RAW BRIGHT LEAF BLOND (fumo desfiado)
Processo: 25351.394061/2018-13
Expediente: 3913357/21-5
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

RESOLUÇÃO-RE Nº 549, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar por caducidade o Registro de Produto Fumígeno Derivado do Tabaco da marca, conforme anexo, por não ter sido peticionada a renovação de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art. 2º A empresa terá o prazo, improrrogável, de 30 (trinta) dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ BERNARDO MARQUES VIAMONTE

ANEXO

INDUSTRIA E COMERCIO DE PALHEIROS PAULISTINHA
CNPJ: 13.206.312/0001-06
Marca: PALHEIROS PAULISTINHA (cigarro de palha)
Processo: 25351.974545/2020-57
Vencimento: 03/11/2021
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade
PORTO FARIA LTDA - ME
CNPJ: 03.221.399/0001-29
Marca: PORTO FARIA TRADICIONAL (cigarro de palha)
Processo: 25351.426633/2020-47
Vencimento: 17/02/2022
Assunto: 6012 - Cancelamento do Registro por Caducidade

RESOLUÇÃO-RE Nº 550, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão Liminar concedida pelo 3ª VF/SJ/BA, no processo 46408-58.2012.4.01.3300.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ BERNARDO MARQUES VIAMONTE

ANEXO

SOUZA CRUZ LTDA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Marca: ROTHMANS OF LONDON 1890 SIGN BLUE (cigarro com filtro) - embalagens primárias box e maço; e embalagens secundárias pacote para 10 embalagens primárias maço e pacote para 10 embalagens primárias box
Processo: 25351.030329/2021-89
Expediente: 4970932/21-1
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 535, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ADAPT PRODUTOS OFTALMOLÓGICOS LTDA / 96.382.429/0001-60
RAYONE EMV
25351.283107/2021-67 / 80192010082
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1293878215

ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA / 09.377.976/0001-52
QuickPROFILE COVID-19 Antigen Test Card
25351.021124/2022-93 / 80464810788
8433 - IVD - Registro de produto / 0166145221

BIOSUL PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA - ME / 05.905.525/0001-90
COVID-19 Ag (Swab Nasal e Swab Nasofaríngeo)
25351.052655/2022-28 / 80474870081
8433 - IVD - Registro de produto / 0412274227

CEI COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA / 40.175.705/0001-64
Bolsa para Coleta de Sangue HemoComp CPDA-1
25351.520443/2021-04 / 10234400316
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2000256214

EDWARDS LIFESCIENCES COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS LTDA / 05.944.604/0001-00
Conduto Aórtico Valvulado KONECT RESILIA
25351.774937/2020-18 / 80219050182
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4652036208

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
AtriCure Synergy Ablation System
25351.195766/2021-47 / 80117580989
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3416186214

GF MEDIKA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 20.503.395/0001-52
Stents Periféricos Qmedics
25351.924742/2020-25 / 81487660003
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3043503200

MEDICAL CIRURGICA LTDA / 60.683.786/0001-10
BISTURI ELETRÔNICO CLINICUT
25351.023677/2022-81 / 10232100050
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0178926221

MEDMAX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E SIMILARES EIRELI ME / 07.760.277/0003-23
Kit de Teste Rápido para COVID 19 - Ag
25351.052644/2022-48 / 81313770024
8433 - IVD - Registro de produto / 0412241221

MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 03.580.620/0001-35
Ventilador Comen
25351.046983/2022-95 / 80047300813
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0361905222

SCITECH PRODUTOS MEDICOS SA / 01.437.707/0001-22
GRAMPOS PARA GRAMPEADOR SCITECH
25351.634477/2021-77 / 10413960233
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2345765211

TECNIDENT EQUIPAMENTOS ORTODONTICOS LTDA / 58.528.639/0001-24
Mini-Parafuso Ortodôntico Titânio-Tecnident
25351.987452/2021-73 / 10401570058
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0414854211

TOCARE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS S/A / 17.513.528/0001-67
COVID-19 Ag TOCARE Teste
25351.049890/2022-12 / 80975210012
8433 - IVD - Registro de produto / 0395729222

VYTTRA DIAGNOSTICOS S.A. / 00.904.728/0012-09
Smart Test COV Ag CQ II
25351.052648/2022-26 / 81692610252
8433 - IVD - Registro de produto / 0412253224

WAMA PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA / 66.000.787/0001-08
Imuno-RÁPIDO COVID-19 e Influenza Ag
25351.011179/2022-95 / 10310030219
8433 - IVD - Registro de produto / 0095308223

Nº de Processos : 15

Total de Empresas : 15

RESOLUÇÃO-RE Nº 536, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA / 32.929.819/0001-24
CLAREON
25351.523347/2020-29 / 81869420010
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4658186213
CLAREON
25351.523347/2020-29 / 81869420010
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4667058211
Lente intraocular Clareon Tórica
25351.073313/2020-80 / 81869420133
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4658153217
CLAREON

25351.523347/2020-29 / 81869420010
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4658192218
Lente intraocular Clareon Tórica
25351.073313/2020-80 / 81869420133
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4658115214
Lente intraocular Clareon Tórica
25351.073313/2020-80 / 81869420133
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4658179211

ALINN APARELHOS ESTETICOS LTDA / 41.878.106/0001-70
MOLDEIRA PARA CLAREAMENTO ALINN
25351.011135/2022-65 / 82385710001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0468921226

ART FUSION COMERCIO DE PRODUTOS PARA TATUAGEM EIRELI / 09.468.411/0001-80
BIQUEIRAS TH PRO
25351.180933/2019-31 / 81531230001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0519651225

AUGURI - COM. DE PROD. E EQUIP. CIR. LTDA / 14.788.174/0001-75
STARSIL® HEMOSTAT
25351.734700/2015-32 / 80884740002
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 0855707211
STARSIL® HEMOSTAT
25351.734700/2015-32 / 80884740002
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 5054370219

AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
FIO-GUIA HIDROFILICO
25351.479847/2014-68 / 10349000453
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 4172558211

BELLE ARTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 08.244.232/0001-05
TINTAS PARA TATUAGEM E MAQUIAGEM DEFINITIVA ELECTRIC INK.
25351.062839/2009-42 / 80485730003
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4619822219

BENNINGER SURGICAL COM. DE EQUIP. MEDICOS SOCIEDADE LTDA / 38.262.708/0001-93
LAÇO DE POLIPECTOMIA BENNINGER FY
25351.743354/2021-26 / 82186080011
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0277117229

BIO-RAD LABORATORIOS BRASIL LTDA / 03.188.198/0001-77
Família InteliQ Immunology Control
25351.843180/2021-09 / 80020690413
8013 - IVD - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0521211221

E TAMUSSINO E CIA LTDA / 33.100.082/0001-03
ENXERTO ENDOVASCULAR ABDOMINAL ZENITH ALPHA
25351.166554/2014-39 / 10212990321
8042 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão de apresentação comercial em registro. / 0708621201
ENXERTO ENDOVASCULAR ABDOMINAL ZENITH ALPHA
25351.166554/2014-39 / 10212990321
80003 - MATERIAL - Alteração/Inclusão/Exclusão da indicação de uso, contraindicações e precauções em registro. / 0247403194
ENXERTO ENDOVASCULAR ABDOMINAL ZENITH ALPHA
25351.166554/2014-39 / 10212990321
8041 - MATERIAL - Alteração da composição química/matéria-prima em registro / 0708558203

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
Produtos de cateterização para hemodiálise com lúmen duplo
25351.353721/2017-08 / 80117580656
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 1744700213

FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA. / 49.601.107/0001-84
BOLSA PARA COLETA DE SANGUE CPDA-1
25000.002764/99-29 / 10154450085
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4624021207
BOLSA PARA COLETA DE SANGUE CPDA-1
25000.002764/99-29 / 10154450085
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4624011200
FAMILIA CHECKCELL
25351.000448/2017-09 / 10077090112
8420 - IVD - Retificação - Correção pela ANVISA / 0394265221
BOLSAS DE SANGUE CPDA-1
25000.002761/99-31 / 10154450076
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4624009208
BOLSAS DE SANGUE CPDA-1
25000.002761/99-31 / 10154450076
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4624023203
BOLSA PARA COLETA DE SANGUE CPDA-1
25000.002764/99-29 / 10154450085
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 2637870211
BOLSAS DE SANGUE CPDA-1
25000.002761/99-31 / 10154450076
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 2637834215

GABRIEL DE FREITAS BARROS / 37.931.901/0001-07
MACACÃO DESCARTÁVEL LAMINADO FMEDICAL
25351.868187/2021-25 / 82349160004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0517533220
MÁSCARA CIRÚRGICA FMEDICAL
25351.868170/2021-78 / 82349160002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0515546221

GEISTLICH PHARMA DO BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 11.344.677/0001-63
COMBI KIT COLLAGEN
25351.093727/2012-49 / 80696930007
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3777688216
PERIO-SYSTEM COMBI-PACK
25351.093707/2012-11 / 80696930006
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 3777653213
COMBI KIT COLLAGEN
25351.093727/2012-49 / 80696930007
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 3777655210
PERIO-SYSTEM COMBI-PACK
25351.093707/2012-11 / 80696930006
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3777686210

GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. / 06.028.137/0001-30
ENXERTO VASCULAR KNITTED IMPREGNADO COM COLÁGENO
25351.383182/2020-46 / 80259110198
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 0351159216

HIPOMEDIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 38.732.408/0001-20
GAZE EM ROLO HIPOMEDIC
25351.892307/2021-13 / 82327780005
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0443438222
COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE HIPOMEDIC
25351.892315/2021-51 / 82327780008
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0444031225

INNOVA SURGICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME / 21.605.893/0001-79
KIT PARA DISSECTOMIA PERCUTÂNEA GUIADA E MECÂNICA PARA COLUNA
25351.396809/2019-95 / 81305530009
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0518341223

LABORIE TECHNOLOGY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA / 09.320.852/0001-30
ULTRASSOM NUWAV
25351.001106/2010-88/ 80510650003
8062 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0560243222

MEDIPHACOS INDÚSTRIAS MÉDICAS S/A / 21.998.885/0001-30
ANEL CORNEANO INTRAESTOMAL KERARING
25351.011634/2003-90 / 10161000006
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4800773211

MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI / 03.580.620/0001-35
SISTEMA DE PLACAS PEDIPLATE ORTHOPEDIATRICS
25351.716559/2017-52 / 80047300674
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 4710598214

MULTILASER INDUSTRIAL S.A. / 59.717.553/0001-02
CANETA LANCETADORA MULTILASER SAÚDE
25351.046966/2022-58 / 81596320054
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0468399224

Nihon Kohden Brasil Importação, Exportação e Comércio de Equipamentos Médicos LTDA / 14.365.637/0001-96
Sistema de medição de função neural
25351.571253/2016-27 / 80914690031
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 0505941221

OFT - VISION INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. / 74.215.013/0001-14
HIALOX - ÁCIDO HIALURÔNICO
25351.175255/2002-46 / 10291980020
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0552582229

PERKINELMER DO BRASIL LTDA. / 00.351.210/0001-24
kit PKamp Respiratory SARS-CoV-2 RT-PCR Panel
25351.018830/2021-77 / 10298910168
8420 - IVD - Retificação - Correção pela ANVISA / 0245005224

QR CONSULTING, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 19.933.144/0001-29
Família Teste Rápido do Antígeno da COVID-19
25351.674249/2020-59 / 81325990165
8420 - IVD - Retificação - Correção pela ANVISA / 0420342229

QUANTUM - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 10.617.046/0001-08
ANCORA SUBKNOTLESS
25351.194594/2021-94 / 80638410094
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 0492242225

RICHARD WOLF BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICINAIS LTDA / 15.678.981/0001-06
Fibra de Laser Descartável
25351.571116/2015-64 / 81037940043
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 0480689221
Fibra de Laser Reutilizável
25351.707709/2015-12 / 81037940047
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 0480912222

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Família Elecsys free PSA
25351.357997/2020-70 / 10287411525
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 8453921216

SHIMADZU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA / 58.752.460/0001-56
Aparelho de Raios X Móvel Digital MobileDaRt Evolution
25351.622158/2018-13 / 10369010076
80165 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela EMPRESA / 0492549221
Aparelho de Raios X Móvel Digital MobileDaRt Evolution
25351.622158/2018-13 / 10369010076

80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0356859228

SKINTEC COMERCIAL IMP. E EXP. LTDA / 01.915.618/0001-44
SISTEMA INMODE RF
25351.435389/2021-94 / 10343650055
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 0480908224

Smith & Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
SISTEMA TRIGEN DE HASTE SEMIRRIGIDA COM BLOQUEIO MISTO-APLICAÇÃO FEMORAL
25351.249396/2014-40 / 80804050101
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 0517804225

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42
HEARTMATE II - Sistema de Assistência ao Ventrículo Esquerdo
25351.606050/2019-64 / 10332340448
80040 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela ANVISA / 0422074229
CPS DIRECT SL II
25351.703948/2010-53 / 10332340273
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3958362217

SURGITEC COMERCIO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME / 24.684.423/0001-36
SAFE CORE
25351.736079/2021-94 / 81469780061
80165 - EQUIPAMENTO - Retificação - Correção pela EMPRESA / 0480880221

Techimport Tecnologia em Implantes Ortopédicos Ltda - EPP / 15.524.734/0001-47
Parafusos de Compressão Não Canulados OMEGATECH EVOLUTION
25351.503594/2021-90 / 81118460076
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 0468806226

WINNER INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS LTDA / 05.421.585/0001-37
MÁSCARA DESCARTÁVEL DE NÃO TECIDO ELASTIZADO WINNER
25351.387472/2014-52 / 80201960147
817 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação a pedido da empresa / 0467982222
MÁSCARA DESCARTÁVEL INTEIRA WINNER
25351.021774/2013-84 / 80201960107
817 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação a pedido da empresa / 0467843225

Nº de Processos: 57

Total de Empresas : 34

RESOLUÇÃO-RE Nº 537, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
Família ARCHITECT HBsAg Next Qualitative
25351.414469/2021-14 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 3844336218
Família ARCHITECT HBsAg Next Confirmatory
25351.414470/2021-31 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 3844339212
Família Alinity i HBsAg Next Qualitative
25351.414467/2021-17 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 3844330219
Família Alinity i HBsAg Next Confirmatory
25351.415212/2021-71 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 3847226211

ACHE LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS SA / 60.659.463/0031-07
Lubris
25351.900349/2021-27 /
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 4757928215

ADAPT PRODUTOS OFTALMOLÓGICOS LTDA / 96.382.429/0001-60
OPHTEISBIO
25351.241937/2019-01 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 0369351191

ALAMAR TECNO CIENTÍFICA LTDA / 48.044.358/0001-42
VERIFIK COVID e CONFIRME COVID
25351.053119/2022-40 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0417158226

GOLD ANALISA DIAGNÓSTICA LTDA / 03.142.794/0001-16
Covid Ag - Home Test
25351.052654/2022-83 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0412271222

M & LIMA COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME / 10.499.969/0001-02
Familia de cabeças cerâmicas modulares serf
25351.459789/2021-95 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3928544218

OYSTER IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME / 13.197.391/0001-28
Cimento Cirurgico para Cranioplastia Subiton
25351.433006/2021-43 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3874849215

PHOENIX IND E COM EQUIP CIENTIFICOS LTDA / 44.239.382/0001-86
EQUIPO ODONTOLOGICO PALLAS
25351.389535/2015-30 / 80004710005
80083 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4397520216
CONJUNTO ODONTOLÓGICO PALLAS
25351.389547/2015-16 / 80004710006
80083 - EQUIPAMENTO - Cancelamento de registro por transferência de titularidade / 4397537216

QR CONSULTING, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 19.933.144/0001-29
Teste Rápido em Cassete de HIV 1.2 (Sangue total/Soro/Plasma)
25351.347261/2021-74 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 3720719219
Teste Rápido em Cassete de HBsAg (Sangue Total/Soro/Plasma)
25351.347265/2021-52 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 3720731218
Teste Rápido Combinado para Dengue em Cassete
25351.347259/2021-03 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 3720713210
Teste Rápido de Dengue NS1 em Cassete (Sangue Total/Soro/Plasma)
25351.347260/2021-20 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 3720716214

QUANTUM - IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 10.617.046/0001-08
Kit de Auto teste rápido de detecção de antígeno do vírus Sars-Cov-2
25351.058784/2022-20 /
8433 - IVD - Registro de produto / 0442185220

Techimport Tecnologia em Implantes Ortopédicos Ltda - EPP / 15.524.734/0001-47
Sistema de Hastes Flexíveis Bloqueadas T-FLN 2.7
25351.537895/2021-17 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4077641217

TG MED COMERCIO IMPORTACAO, EXPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA. / 04.058.136/0001-03
IMPLANTE SILICONE CORPORAL IMPLANTECH não estéril
25351.881363/2021-14 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4713166217
IMPLANTE SILICONE CORPORAL IMPLANTECH ESTERIL
25351.979153/2021-65 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4859321214

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
FIO DE POLIDIOXANONA DERMOBIOS
25351.393296/2021-85 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1623398211

XDENT EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - ME / 08.493.791/0001-40
CONJUNTO ODONTOLÓGICO PALLAS
25351.042727/2022-29 /
80060 - EQUIPAMENTO - Transferência de titularidade de registro de produto / 0333841221
EQUIPO ODONTOLOGICO PALLAS
25351.042733/2022-86 /
80060 - EQUIPAMENTO - Transferência de titularidade de registro de produto / 0333858221

Nº de Processos: 23

Total de Empresas: 14

RESOLUÇÃO-RE Nº 538, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou notificação de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/notificação constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
08651657000120	ALL SOLUTIONS MEDICAL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA	25351575332201441	0496995222	DISPOSITIVO PARA RESGATE EASY RESCUE	80469670005
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351012111200875	0519824221	OXYARM	10297020047
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351207303201373	0520373222	SELO DE ASHERMAN, RUSCH	10297029004
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351407159201431	0520340226	CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA SEM BALÃO, SEM FENESTRA TRACHEOFIX, RÜSCH	10297020096
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351407216201491	0520348221	CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA SEM BALÃO E COM FENESTRA, TRACHEOFIX, RÜSCH	10297020097
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351413673201444	0520357221	CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO, COM FENESTRA TRACHEOFIX, RÜSCH	10297020099
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351414743201332	0520253221	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO E VIA DE ASPIRAÇÃO SUBGLÓTICA , TELEFLEX ISIS	10297020092

43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351414832201302	0520642221	SONDA DE ASPIRAÇÃO,TELEFLEX ISIS	10297029005
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351416039201250	0520019229	SONDA / TUBO EASYTUBE, RUSCH	10297020082
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351416496201211	0520057221	SONDA / TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO E VIA DE ASPIRAÇÃO SUBGLÓTICA E ACESSÓRIO SONDA DE ASPIRAÇÃO, TELEFELX ISIS	10297020084
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351427931201211	0520207228	CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA COM BALÃO, SAFETYFLEX, RUSCH	10297020089
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351428124201208	0520153225	SONDA /TUBO ENDOTRAQUEAL (ESPECIAL) SEM BALÃO. RUSCH	10297020085
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351444813201200	0520193224	CONJUNTO PARA TRAQUEOSTOMIA PERCUTÂNEA, RUSCH	10297020087
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351445514201364	0520640225	CONJUNTO DE CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA PERCUTÂNEA, RUSCH	10297020091
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351586969201215	0519837222	DILATADORES PARA CONJUNTO PARA TRAQUEOSTOMIA PERCUTÂNEA,RUSCH	10297020079
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351680511201248	0519850220	CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA, ARAMADA, COM BALÃO, TRACHEOFLEX®, RÜSCH	10297020083
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351682919201200	0519985229	CÂNULA PARA TRAQUEOSTOMIA ARAMADA SEM BALÃO TRACHEOFLEX,RUSCH	10297020080
43566371000148	BADEIA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA.	25351.394390201411	0520409227	CONJUNTO EZ-BLOCKER	10297029006
00097446000186	Bio Engenharia e Indústria de Implantes Ortopédicos Ltda	25351046059202217	0552863221	BKKEPP - KIT KERRISON ENDOSCÓPICO PNEUMÁTICO PULSANTE COM VÁCUO BIO ENGENHARIA	80036759005
29375441000150	BIODINA INSTRUMENTOS CIENTIFICOS LTDA	250000236919864	0539770227	SISTEMA DE GASES SANGUINEOS ABL 555	10301160052
29375441000150	BIODINA INSTRUMENTOS CIENTIFICOS LTDA	25351169338200204	0539758228	ANALISADOR DE GASES SANGUINEOS	10301160107
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351421894201856	0504860225	MONITOR MULTIPARAMÉTRICO DE SINAIS VITAIS AVANÇADOS	80070210087
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351428589201118	0524995223	LIFE DRIVE	80415610001
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351656593201112	0524998228	ECG CABLE	80415610003
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351062983201353	0525007222	ADAPTADOR DE TUBO	80415610006
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351063466201351	0525009229	WATER TRAP / FILTRO DE ÁGUA	80415610007
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351063470201315	0525005226	LINHA DE AMOSTRAGEM PACIENTE	80415610005
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351085952201645	0524769221	FITA CIRÚRGICA PHARMAFIX	80415610017
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351303302201612	0524764221	Curativo Pharmapore IV	80415610019
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351303304201671	0524766227	Fita Cirúrgica Pharmafix PU	80415610018
06316353000181	DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351398047201608	0524915225	Curativo Pharmapore PU IV	80415610020
13558813000143	DPS - Distribuição Indústria Comércio Importação e Exportação de Produtos para Saúde LTDA.	25351452196202106	0515867222	CAPACETE ESCAFANDRO	80861979003
67710244000139	ENGIMPLAN ENGENHARIA DE IMPLANTE IND E COM LTDA	250000125869907	0506510221	HASTE INTRAMEDULAR BLOQUEADA FEMORAL/TIBIAL/UMERAL	10208610018
67710244000139	ENGIMPLAN ENGENHARIA DE IMPLANTE IND E COM LTDA	25351087200201706	0506698221	INSTRUMENTAL NÃO ARTICULADO NÃO CORTANTE EM POLÍMERO	10208610099
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351455356200541	0562524226	KIT DE DRENAGEM SUPRAPÚBICA	80081350211
02620178000160	FLEX LAB COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS E HOSPITALARES LTDA	25351455707200513	0565491222	KIT DE DRENAGEM PERCUTANEA PARA NEFROSTOMIA RABO DE PORCO	80081350212
21605893000179	INNOVA SURGICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME	25351396809201995	0518897221	KIT PARA DISSECTOMIA PERCUTÂNEA GUIADA E MECÂNICA PARA COLUNA	81305530009
72807043000194	LABORLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	250000000359512	0497310221	UREIA METODO ENZIMATICO	10246810012
72807043000194	LABORLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	250000000549559	0497308229	AST (GOT) METODO CINETICO - UV	10246810002
72807043000194	LABORLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	25351014689201119	0497304226	FERRITINA	10246810103
72807043000194	LABORLAB PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	25351226471201551	0497306222	Factor II Deficient Plasma	10246810200
18676712000190	LABTERAPI - LABORATORIO DE PRODUTOS NATURAIS EIRELI	25351560147202057	0506404220	MÁSCARA PROTETORA RESPIRATÓRIA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL	81151320009
03590360000189	MBIOLOG DIAGNOSTICOS LTDA	25351051864201347	0512704221	PCR US TURB CEPA	80047580170
08994833000127	PARAMOUNT BED DO BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351700044201811	0562609229	A3	80509610022
08994833000127	PARAMOUNT BED DO BRASIL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	25351936287201647	0562813220	Keshiki	80509610012
60883741000190	SALVAPE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA	25351010451200781	0564712226	TRACAO ORTOPEDICO	10222460053
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	250000235779716	0540249222	DIL MULTI DILUENT 2	10345160139
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351010420200304	0544101223	DIL aTG DILUENT	10345160342
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351010432200321	0542665221	DIL HCY DILUENTE	10345160341
00656468000139	SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25351471585201229	0520638223	Máscaras Care	80201480009
81591786000160	TDV DENTAL LTDA	25351103463201701	0549631224	ConstruGuide RX Pinos	10291220099
81591786000160	TDV DENTAL LTDA	25351251504201662	0549442227	ConstruGuide RX Placas	10291220098
81591786000160	TDV DENTAL LTDA	25351479929201765	0516634229	Endosolv	10291229003
81591786000160	TDV DENTAL LTDA	25351603390201517	0540838225	PHARMAETHYL	10291220086
81591786000160	TDV DENTAL LTDA	25351647029201271	0549654223	ESTHETICLAMP	10291229001
22306299000140	WAK COMERCIO EXTERIOR LTDA	25351443545201712	0551851222	MICROMOTOR ELÉTRICO PARA TRATAMENTO ENDODÔNTICO COM LOCALIZADOR APICAL	81326939002

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 539, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO DESISTIDA; EXPEDIENTE DESISTIDO; EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA

ADAMA BRASIL S/A - 02.290.510/0001-76
PICLORAM TÉCNICO ADAMA BRASIL
25351.736557/2018-09
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 1031037/18-5; 8436007/21-2

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. - 61.064.929/0001-79
PTF-2021-001 A PTFN-2021-020
25351.508622/2021-65
5004 - REGISTRO ESPECIAL TEMPORÁRIO (RET) - I) - DE FASE I COM MAIS DE UM PRODUTO; II) - PARA OS PRODUTOS LISTADOS NO ANEXO III DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 25 DE 14/09/2005, PUBLICADA NO DOU DE 15/09/2005; III) - PARA PRODUTOS DE USO NÃO AGRÍCOLA; 1963015/21-5; 0311128/22-0

TRADECORP DO BRASIL COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - 04.997.059/0001-57
CUPRITAL 700
25351.577288/2015-53
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO; 3058329/21-1; 0127931/22-8
COVINEX 700
25351.072195/2014-11
5008 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO;3058462/21-2; 0128366/22-2

RESOLUÇÃO-RE Nº 540, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
CARAMBA 90
25000.018692/99-69
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3131631/21-0

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA / 47.180.625/0001-46
RICER
25351.021060/2003-68
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 3847659/21-9

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS - 61.142.550/0001-30
FUSÃO EC
25351.012223/2014-99
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 4696186/21-1

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
IMIDACLOPRID TÉCNICO NORTOX
25351.881269/2008-91
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 3416511/20-4

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDUSTRIA QUIMICA S.A. - 07.467.822/0001-26
TRACTOR
25351.006566/2006-90
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 4754146/21-2

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
INFLUX
25351.095628/2018-63
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3009617/21-6
MINECTO PRO
25351.693008/2013-27
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI (CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE) - MINOR CROPS, 3929319/20-9
5078 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CSFI (CULTURAS COM SUPORTE FITOSSANITÁRIO INSUFICIENTE) - MINOR CROPS, 4447810/20-4

RESOLUÇÃO-RE Nº 541, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de alteração de formulação de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA. - 14.497.712/0001-72
SPIKE
25000.011975/94-11
5008 - ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 0419837/22-1
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

TRADECORP DO BRASIL COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - 04.997.059/0001-57
CUPRITAL 700
25351.577288/2015-53
5008 - ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 0504399/22-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
COVINEX 700
25351.072195/2014-11
5008 - ALTERAÇÃO DE FORMULAÇÃO, 0504400/22-3
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO-RE Nº 542, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ALLIERBRASIL AGRO LTDA / 02.850.049/0001-69
BOIADEIRO 250 FS
25351.569263/2014-21
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0792588/14-3
CATEGORIA 3 - PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
ORVEGO ME
25351.507392/2011-22
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 711435/11-4
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
ZAMPRO MT
25351.058846/2010-78
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 078819/10-8
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
TIOFANATO NORTOX
25351.707897/2015-29
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1004986/15-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

OXON BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 07.224.503/0001-90
SPARVIERO 100
25351.576442/2015-33
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0831421/15-7
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

RESOLUÇÃO-RE Nº 543, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA - CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA - 47.176.755/0001-05
25351.735829/2021-19
FASE I
25351.735835/2021-68
FASE I
25351.735858/2021-72
FASE I
25351.735899/2021-69
FASE I

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 519, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BIO SCIENTIFIC INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA EPP / 04.552.888/0001-26
BIO-SUNPROTECT GEL-CREME EFEITO ULTRADEFINIÇÃO INCOLOR FPS 30 BIOAGE
25351.421620/2016-01 / 232640204
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 2447664/21-4
BIO-SUNPROTECT FPS 60 BEGE CLARO BIOAGE
25351.750609/2018-10 / 232640216
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 2447671/21-1

BLEND COSMÉTICOS INDÚSTRIA LTDA. - ME / 07.728.817/0001-20
GEL ANTISSÉPTICO DATERRA
25351.109558/2021-33 / 242540013
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0767947/21-5

CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 40.367.856/0001-14
PHOTOAGE WATER FPS 60 COLOR DERMAGE
25351.584070/2021-91 / 217170267
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2193237/21-2

CERAS JOHNSON / 33.122.466/0007-04
Exposis Extrême Spray Repelente
25351.650446/2021-63 / 201920532
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2397937/21-2
Exposis Repelente de Insetos Infantil
25351.650482/2021-27 / 201920533
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2397974/21-5

FEITO BRASIL INDUSTRIA DE PRODUTOS ARTESANAIS LTDA - ME / 06.244.957/0001-60

QUINTAL Protetor Solar Mineral FPS50+ / QUINTAL DERMOCOSMÉTICOS
25351.492042/2021-49 / 242870002
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1914958/21-7

HYDRAPLUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME / 01.452.746/0001-07
SANCA GEL 70 - ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS - SANCAPEL
25351.673509/2020-79 / 234760055
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4447927/20-9

INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA / 00.190.373/0001-72
NATURA FOTOEQUILÍBRIO FPS UVB 60 PROTETOR SOLAR CORPORAL
25351.812274/2021-28 / 205671555
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4618277/21-1
NATURA FOTOEQUILÍBRIO FPS UVB 30 PROTETOR SOLAR CORPORAL
25351.812361/2021-85 / 205671556
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4618369/21-3

INFINITY INDUSTRIA DE COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP / 22.928.789/0001-88
BATOM VIEW COSMÉTICOS (UNICÓRNIO)
25351.426371/2018-04 / 285430055
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0336256/22-1
BRILHO LABIAL VIEW COSMÉTICOS - (UNICÓRNIO)
25351.426378/2018-18 / 285430054
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0336232/22-5

LABORATORIO MARPESA PRODUTOS BELEZA E HIGIENE LTDA / 27.915.099/0001-08
PROTETOR SOLAR NATURAL CARE COLOR 1
25351.722685/2020-41 / 206550364
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4551939/20-0

NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA / 48.561.369/0001-08
ADA TINA BIOSOLE E+ FPS 90
25351.778893/2021-86 / 206640927
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4570728/21-9

NATUSHOW INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME / 07.040.217/0001-74
GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR DE MÃOS GEL ERVAS
25351.351860/2020-10 / 242520001
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0451453/22-1

PRÓ FÓRMULA ABC COSMÉTICOS LTDA. / 01.221.540/0001-68
ÁLCOOL EM GEL 70% PRÓERVAS
25351.151523/2016-94 / 225520008
299 - Cancelamento de Registro - ANVISA / 0539742/22-1

Suport Comercio e Industria de Cosmeticos Ltda-ME / 07.722.471/0001-52
SPI 3X FICCO - CLEANSE REPELLENT MOISTURIZER
25351.687893/2020-97 / 261020038
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4479004/20-3

VIDORA FARMACÊUTICA LTDA / 92.762.277/0001-70
LE BLUE PANTOL
25351.393446/2018-55 / 242780022
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3856395/21-1

RESOLUÇÃO-RE Nº 520, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ADCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 39.299.870/0001-49
ADCOS FILTRO SOLAR TONALIZANTE FPS 50 UVB TRANSLÚCIDO
25351.362055/2014-55 / 220280338
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3062627/21-2
ADCOS FILTRO SOLAR TONALIZANTE FPS 50 UVB NUDE
25351.362067/2014-74 / 220280339
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3062756/21-7
ADCOS FILTRO SOLAR TONALIZANTE FPS 50 UVB BEIGE
25351.362072/2014-99 / 220280343
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3062954/21-3
ADCOS FILTRO SOLAR TONALIZANTE FPS 50 UVB BRONZE
25351.362130/2014-99 / 220280340
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3063031/21-6
ADCOS FILTRO SOLAR TONALIZANTE FPS 50 UVB IVORY
25351.362179/2014-00 / 220280341
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3063097/21-7
ADCOS FILTRO SOLAR TONALIZANTE FPS 50 UVB PEACH
25351.362213/2014-95 / 220280342
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 3063172/21-9

ÁKUA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA. / 07.295.591/0001-10
ESSENZA STRAIGHT SYSTEM CREME ALISANTE NORMAL
25351.624128/2010-48 / 241660050
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1154835/21-9

BELA E CHIC INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS ESPECIAIS LTDA / 05.268.903/0001-71
INTENSE RELAXING HIDRÓXIDO DE CÁLCIO DI MARRIET
25351.056263/2021-57 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3142420/21-5
INTENSE RELAXING EMULSÃO ATIVADORA DI MARRIET
25351.056945/2021-60 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3142491/21-0
ATIVADOR CARBONATO DE GUANIDINA AUSTRÍACO DIÁFORA NANNO
25351.089246/2021-04 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3212446/21-8

L.E.D. LABORATÓRIO DE EVOLUÇÃO DERMATOLÓGICA LTDA. / 65.066.797/0001-75
SOL - PROTECT EXTREME FPS 50 BIOWORLD
25351.580338/2018-11 / 215540162
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 3061720/19-1

MUNDIAL QUÍMICA DO BRASIL LTDA / 52.117.801/0001-35
MUND HANDGEL GEL ANTI-SÉPTICO PARA AS MÃOS
25351.598338/2012-61 / 244630004
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0238387/21-6

NATUSHOW INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME / 07.040.217/0001-74
GEL ANTISSÉPTICO HIGIENIZADOR DE MÃOS GEL ERVAS
25351.351860/2020-10 / 242520001
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 0451450/22-1

RESOLUÇÃO-RE Nº 521, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

EUROMARKET COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP/ 2.04612-7
Gel para Queimaduras BurnJel HA®
25351.102323/2017-11
Water Jel TTO® Lenços Umedecidos em Gel para Queimaduras
25351.150389/2017-01

Nova Figus do Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda. ME/ 2.06402-4
MABERU APANI LOÇÃO CORPORAL
25351.392356/2021-42
MABERU ÀWOTAN GEL
25351.392531/2021-00
MABERU AWOTÁN LOÇÃO
25351.392468/2021-01
MABERU AWOTÁN ÓLEO
25351.392552/2021-17
MABERU EKAN OLEO
25351.392520/2021-11
MABERU EMEJÊ POMADA
25351.392553/2021-61
SABONETE MABERU PATAKI
25351.707213/2021-40

RESOLUÇÃO-RE Nº 522, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA: Alber Quimica Industria e Comercio de Sanaeantes Eirelli-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06740-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: Klin White Max Alberquímica
NUMERO DE PROCESSO: 25351.971630/2021-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.6740.0002.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: American Nutrients do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.05522-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECOTREX DRY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.060137/2021-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.5522.0033.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ECOTREX DRY + BALDE + FILME DE POLIETILENO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECOTREX DRY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.060137/2021-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.5522.0033.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ECOTREX DRY + BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECOTREX DRY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.060137/2021-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.5522.0033.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ECOTREX DRY + FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses

CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECOTREX DRY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.060137/2021-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.5522.0033.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ECOTREX DRY + SACO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: BOM TOQUE INDUSTRIA QUIMICA LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 3.10226-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMTEC BT310 DESINCRUSTANTE ALCALINO BAIXA ESPUMA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.031177/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0226.0013.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: LIMTEC BT310 DESINCRUSTANTE ALCALINO BAIXA ESPUMA + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMTEC BT310 DESINCRUSTANTE ALCALINO BAIXA ESPUMA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.031177/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0226.0013.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: LIMTEC BT310 DESINCRUSTANTE ALCALINO BAIXA ESPUMA + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMTEC BT310 DESINCRUSTANTE ALCALINO BAIXA ESPUMA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.031177/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0226.0013.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: LIMTEC BT310 DESINCRUSTANTE ALCALINO BAIXA ESPUMA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: BOMBRIL S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.00589-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 02 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 02 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 02 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: FLORES DE LIMAO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.005-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 02 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: CAMPOS DE LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.006-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 02 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: BRISA DO OCEANO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.007-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 02 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: BRISA DO MAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.009-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.012-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7612077/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.012-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.013-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7612077/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.013-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.014-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7612077/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.014-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: FLORES DE LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.015-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7612077/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: FLORES DE LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.015-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: CAMPOS DE LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.016-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7612077/21-3

NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: CAMPOS DE LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.016-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: BRISA DO OCEANO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.017-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7612077/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: BRISA DO OCEANO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.017-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: BRISA DO MAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.018-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 7612077/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO BRIL
VERSÃO: BRISA DO MAR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.020985/2003-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.0589.0201.018-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO SQUEEZE + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 8424751/21-3

_ _

NOME DA EMPRESA: BTA ADITIVOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04585-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS VEG
NUMERO DE PROCESSO: 25351.568284/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0035.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: BALDE PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS VEG
NUMERO DE PROCESSO: 25351.568284/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.4585.0035.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: TUBO DE PAPELÃO COM TAMPA E FUNDO METÁLICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: FABRICA CORDEIRO LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02266-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRANMIX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071487/2022-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.2266.0011.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE PINHO BRANMIX + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRANMIX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071487/2022-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.2266.0011.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE EUCALIPTO BRANMIX + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRANMIX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071487/2022-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.2266.0011.003-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE LAVANDA BRANMIX + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE BRANMIX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071487/2022-70
NUMERO DE REGISTRO: 3.2266.0011.004-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FLORAL BRANMIX + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: INTERFINA AGROQUIMICA LTDA-EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.05685-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: TIAMOXAM 750 WG
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049225/2022-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.5685.0048.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: INTERLANDIA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01082-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.004-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.005-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.006-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.007-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: CITRUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.008-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.009-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.010-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: CAMPESTRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.011-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DRAGÃO
VERSÃO: CAMPESTRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.111721/2012-32
NUMERO DE REGISTRO: 3.1082.0008.012-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4491114/21-8

NOME DA EMPRESA: ISOPAR - INDUSTRIA DE SABÕES E ÓLEOS PARAENSE LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07571-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DU REI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071451/2022-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7571.0001.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DU REI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071451/2022-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7571.0001.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: LIMÃO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DU REI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071451/2022-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7571.0001.003-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: CITRUS + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DU REI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071451/2022-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7571.0001.004-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DU REI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071451/2022-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7571.0001.005-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: TALCO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DU REI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071451/2022-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7571.0001.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: MARINE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DU REI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071451/2022-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7571.0001.007-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE DU REI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071451/2022-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.7571.0001.008-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: PINHO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: josé antonio pereira de oliveira
AUTORIZAÇÃO: 3.05481-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA GLOBO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.266707/2014-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.5481.0001.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2655374/21-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA GLOBO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.266707/2014-29
NUMERO DE REGISTRO: 3.5481.0001.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: GALÃO PLÁSTICO + ACONDICIONAMENTO NÃO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2655374/21-5

NOME DA EMPRESA: KI LIMPO DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05271-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ALCALINO CONCENTRADO DEEP KLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.030855/2022-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0030.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ALCALINO CONCENTRADO DEEP KLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.030855/2022-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0030.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ALCALINO DESINCRUSTANTE DECRUST KLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071486/2022-25
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0031.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: TRADICIONAL + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE ALCALINO DESINCRUSTANTE DECRUST KLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071486/2022-25
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0031.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: TRADICIONAL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: LQB LABORATORIO QUIMICO BRASILEIRO - INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.07568-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: TOALETE QUÍMICO ECO-W
NUMERO DE PROCESSO: 25351.836664/2018-98
NUMERO DE REGISTRO: 3.7568.0008.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 05/2029
APRESENTAÇÃO: SACHET + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 6581984/21-3

NOME DA EMPRESA: MAXX QUIMICA E SISTEMAS DE LIMPEZA EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.06833-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: CL 100 Sanit
NUMERO DE PROCESSO: 25351.346451/2021-74
NUMERO DE REGISTRO: 3.6833.0004.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02747-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH DESINFETANTE
VERSÃO: LAVENDER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.721844/2018-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0142.023-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3857106/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: MERCOTECH DESINFETANTE
VERSÃO: LAVENDER
NUMERO DE PROCESSO: 25351.721844/2018-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0142.024-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3857106/21-2

NOME DA EMPRESA: ORVALHO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

AUTORIZAÇÃO: 3.06645-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.823621/2021-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0003.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE EUCALIPTO + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.823621/2021-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0003.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FLORAL + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.823621/2021-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0003.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FRESH + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.823621/2021-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0003.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE JASMIM + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.823621/2021-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0003.005-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE LAVANDA + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.823621/2021-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0003.006-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE ORQUÍDEA + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.823621/2021-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0003.007-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE RAIZES + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.823621/2021-48
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0003.008-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE TALCO + BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: PHILIPEIA INDUSTRIA QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08335-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFE-Q PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.030832/2022-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.8335.0003.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: POLIPLAX PLASTICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.10516-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁLCOOL GEL 70° INPI GRAFLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.060170/2021-27
NUMERO DE REGISTRO: 3.0516.0003.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ÁLCOOL GEL 70 INPI GRAFLOR + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: POTIQUIMICA INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.08446-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: Álcool 70° INPM POTI
NUMERO DE PROCESSO: 25351.051690/2022-20
NUMERO DE REGISTRO: 3.8446.0002.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: PROTEGE QUIMICA LIMITADA
AUTORIZAÇÃO: 3.09782-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA PROTEGE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.413760/2021-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.9782.0002.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4474785/21-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA PROTEGE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.413760/2021-67
NUMERO DE REGISTRO: 3.9782.0002.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4474785/21-3

_ _

NOME DA EMPRESA: QUIMICA JVC LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03265-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: JVC GERALCLOR MAX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.068261/2022-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.3265.0050.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: - + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: JVC GERALCLOR MAX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.068261/2022-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.3265.0050.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: - + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3222050 DESINFETANTE PARA ROUPAS HOSPITALARES
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: QUÍMICA NOVA ARAÇATUBA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09636-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE DESINCRUSTANTE ÁCIDO RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076890/2022-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0004.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + GALAO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE DESINCRUSTANTE ÁCIDO RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076890/2022-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0004.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE DESINCRUSTANTE ÁCIDO RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076890/2022-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0004.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: AZUL + GALAO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: AZUL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.003-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: AZUL + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.004-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: VERMELHO + GALAO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: VERMELHO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.006-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: VERMELHO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.007-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: AMARELO + GALAO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.008-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: AMARELO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESENGRAXANTE RENOVA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.076920/2022-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9636.0005.009-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: AMARELO + ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00227-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANISH OXI ACTION PREMIUM GEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.267120/2021-79
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30014 REG. SANEANTES - Desistência de petição/processo a pedido
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4530588/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANISH OXI ACTION PREMIUM GEL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.267120/2021-79
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30014 REG. SANEANTES - Desistência de petição/processo a pedido
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4530588/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: VEJA GOLD MULTIUSO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.355739/2021-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1031.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: ORIGINAL + FRASCO DE PLASTICO OPACO SPRAY + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: VEJA GOLD MULTIUSO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.355739/2021-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1031.002-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: CAMPESTRE + FRASCO DE PLASTICO OPACO SQUEEZE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: VEJA GOLD MULTIUSO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.355739/2021-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1031.003-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO DE PLASTICO OPACO SQUEEZE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: VEJA GOLD MULTIUSO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.355739/2021-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1031.004-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO OPACO SQUEEZE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: SEBOLD INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.10451-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.004-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: FLORAL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.005-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: HERBAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.006-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: HERBAL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.007-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.008-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: JASMIM + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.009-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.010-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.011-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: MARINE + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.012-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032

APRESENTAÇÃO: MARINE + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.013-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: PINHO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.014-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: PINHO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.015-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: TALCO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.016-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: TALCO + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.017-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: TROPICAL + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÍQUIDO SEBOLD CLEAN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.049216/2022-38
NUMERO DE REGISTRO: 3.0451.0002.018-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: TROPICAL + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: SUN PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00723-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.004-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.005-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.006-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.007-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.008-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.009-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4

NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFENTANTE CASA&CARINHO
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.269693/2018-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.0723.0041.010-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3176062/21-4

NOME DA EMPRESA: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02066-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: CAFUNÉ MULTIUSO DESINFETANTE ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.247604/2020-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0507.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30014 REG. SANEANTES - Desistência de petição/processo a pedido
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3962126/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: CAFUNÉ DESINFETANTE CONCENTRADO ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.247633/2020-82
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0509.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30014 REG. SANEANTES - Desistência de petição/processo a pedido
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3961806/21-7

NOME DA EMPRESA: VOFSI QUIMICA PRODUTOS DE LIMPEZA E COSMETICOS EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.03021-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: CHLORINE T 2,5 %
NUMERO DE PROCESSO: 25351.004341/2022-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.3021.0003.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: CHLORINE T 2,5% + BOMBONA PLASTICA + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: CHLORINE T 1%
NUMERO DE PROCESSO: 25351.004344/2022-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.3021.0004.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 02/2032
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00960-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: FRESCOR LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.001-6

VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: FRESCOR MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: FLORES TROPICAIS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.004-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: PINHO TRADICIONAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.005-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.006-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: FRESCOR LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.007-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: CHÁ DE FRESCOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.008-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: FRESCOR EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.009-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: CITRONELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.010-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: EUCALIPTO COM PODER DA CITRONELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.011-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE ZUPP
VERSÃO: MULTIUSO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.816253/2018-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.0960.0058.012-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2365319/21-1

RESOLUÇÃO-RE Nº 523, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA: ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09533-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGIL MULTI LENÇOS
VERSÃO: CAPIM LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.310361/2020-64
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO REFIL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Dias
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2703753/21-7
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGIL MULTI LENÇOS
VERSÃO: SEM FRAGRÂNCIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.310361/2020-64
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO REFIL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2703753/21-7
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGIL MULTI LENÇOS
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.310361/2020-64
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO REFIL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2703753/21-7
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGIL MULTI LENÇOS
VERSÃO: LIMÃO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.310361/2020-64
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO REFIL
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2703753/21-7
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DA EMPRESA: BTA ADITIVOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04585-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS CLEAR STRIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.065518/2022-53
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS CLEAR STRIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.065518/2022-53
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS CLEAR STRIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.065518/2022-53
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATOPUS CLEAR STRIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.065518/2022-53
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: CERAS JOHNSON
AUTORIZAÇÃO: 3.00063-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Lavanda + FRASCO DE PLASTICO OPACO REFIL + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Citrus + FRASCO PLÁSTICO OPACO COM GATILHO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Lavanda + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Citrus + SACO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Citrus + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Lavanda + SACO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Lavanda + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Citrus + FRASCO DE PLASTICO OPACO REFIL + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Citrus + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desinfetante Lysoform SCJohnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.062928/2022-42
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: Lavanda + FRASCO PLÁSTICO OPACO COM GATILHO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: Raid Essencial Multi Johnson
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071523/2022-03
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: LATA AEROSSOL + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: CHRISTEYNS BRASIL - PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05098-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: MIDA SAN 318 DR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.073961/2022-06
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: MIDA SAN 318 DR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.073961/2022-06
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: MIDA SAN 318 DR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.073961/2022-06
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: LIMPA TUDO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04500-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE OYYO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.071518/2022-92
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE OYYO + FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: MUCCIO & MUCCIO LTDA EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03553-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: MUCCIO ALC 40
NUMERO DE PROCESSO: 25351.339314/2021-83
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: MUCCIO ALC 40
NUMERO DE PROCESSO: 25351.339314/2021-83
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: MUCCIO AC 40
NUMERO DE PROCESSO: 25351.339316/2021-72
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE
NOME DO PRODUTO E MARCA: MUCCIO AC 40
NUMERO DE PROCESSO: 25351.339316/2021-72
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

_ _

NOME DA EMPRESA: NACIONAL INSUMOS INDUSTRIAIS LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03465-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIPOCLORITO DE SÓDIO NACIONAL INSUMOS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732660/2021-37
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 497, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: ConvaTec Dominican Republic, Inc.
Endereço: Carretera Sanchez, Km. 18.5, Buildings 23,29, 30, Parque Industrial Itabo, S.A, Haina, San Cristobal, 91000 - República Dominicana
Solicitante: BMD - Comércio de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 09.603.161/0001-44
Autorização de Funcionamento: 8.05.230-2 Expediente: 3073726/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Fabricante: Guangzhou Wondfo Biotech Co. Ltd
Endereço: No 8 Lizhishan Road, Science City, Luogang District, Guangzhou, Guangdong, 510663, China
Solicitante: Kovalent do Brasil Ltda CNPJ: 04.842.199/0001-56
Autorização de Funcionamento: 8.01.153-1 Expediente: 0307763/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Fabricante: Merit Maquiladora México S. de R.L. de C.V.
Endereço: Avenida Sor Juana Inés de la Cruz 19970 Interior B, Edifício 2, Parque Industrial Frontera, Tijuana, Baja Califórnia - 22630 - México
Solicitante: Merit Medical Comercialização, Distribuição, Importação e Exportação de Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 13.200.579/0001-88
Autorização de Funcionamento: 8.07.409-5 Expediente: 2839476/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Fabricante: Oxford Immunotec Ltd.
Endereço: 94C Innovation Drive, Milton Park, Abingdon, Oxfordshire - OX14 4RZ - Reino Unido
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.01.025-1 Expediente: 2822424/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
Fabricante: Starmed Co. Ltd.
Endereço: Jungsan-dong, Daebang-Triplaon Business Tower, B-dong, 4F & 12F, 158, Haneulmaeul-ro, IlsanDong-gu, Goyang-si, Gyeonggi-do, Coréia do Sul
Solicitante: Line Life Cardiovascular Com. De Prod. Med. E Hosp. Ltda CNPJ: 01.197.835/0001-46
Autorização de Funcionamento: 1.03.505-3 Expediente: 3685350/20-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

RESOLUÇÃO-RE Nº 498, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Angiomedical Comércio de Produtos Médicos Limitada CNPJ: 09238340/0001-20
Endereço: Rua Aguaçu - Ed. Ipê, 171. Salas 101 a 104 - Alphaville, Campinas - SP CEP: 13098-321
Autorização de Funcionamento: 8068255 Expediente: 2438219/16-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Cardiomed Comércio de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 06.887.510/0001-09
Endereço: Avenida do Contorno, 2646, Salas 1308 a 1310, Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG CEP: 30110-914
Autorização de Funcionamento: 8057621 Expediente: 0632581/20-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde. Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 499, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Endologix, Inc.
Endereço: 35 Hammond, Irvine, Califórnia, 92618 - Estados Unidos da América
Solicitante: CMS Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 03.301.390/0001-28
Autorização de Funcionamento: 8006532 Expediente: 0488798/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV. Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: KH Medical Co. Ltd.
Endereço: 201, Jinwiseo-ro, Jinwi-myeon, Pyeongtaek-si, Gyeonggi-do, 17712 - Coreia do Sul
Solicitante: CMW Saúde e Tecnologia Importação e Exportação Ltda - ME CNPJ: 07.430.231/0001-84
Autorização de Funcionamento: 8043008 Expediente: 0128020/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Fabricante: Osypka AG
Endereço: Earl-H.-Wood-Strasse 1, D - Rheinfelden, 79618 - Alemanha
Solicitante: Neomex Hospitalar LTDA. CNPJ: 02809310/0001-87
Autorização de Funcionamento: 8015212 Expediente: 3974054/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

RESOLUÇÃO-RE Nº 500, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Eurofeedback Brasil Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 11020230/0001-39
Endereço: Rua José Pinto Vilela, 835-B - Bairro Maristela, Santa Rita do Sapucaí - MG CEP: 37540-000
Autorização de Funcionamento: 8058029 Expediente: 2735838/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: Trautec Equipamentos Cirúrgicos Ltda CNPJ: 54.885.546/0001-04
Endereço: Rua Guará 1816, Vila Elisa, Ribeirão Preto - SP CEP: 14075-510
Autorização de Funcionamento: 1017411 Expediente: 3431919/19-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 501, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem, resolve:

Art. 1º Indeferir os pedidos de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Delta Cateter Hospitalar Ltda. CNPJ: 13597136/0001-72
Endereço: Avenida Jeronimo de Albuquerque Maranhão 25, Vinhais - São Luís - Maranhão CEP: 65074-199
Autorização de Funcionamento: 8088977 Expediente: 2042261/19-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação do relatório de inspeção, conforme notificação de exigência nº 3654761/20-1.

Empresa: Nacional Comercial Hospitalar S.A CNPJ: 52.202.744/0001-92
Endereço: Avenida Doutor Celso Charuri N° 7.500 - Jardim Manoel Penna, Ribeirão Preto, SP CEP: 14098-515
Autorização de Funcionamento: 8024764 Expediente: 0552231/19-5
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005 por não apresentar relatório de inspeção atualizado, conforme notificação de exigência nº 0724575/21-1.

Empresa: Top Med Importação e Distribuição Ltda. CNPJ: 11172836/0001-90
Endereço: Avenida Brasil, 4175, QD 02, Lote 3E, Galpão 01 - St. Sul, Jamil Miguel, Anápolis/GO CEP: 75124-820
Autorização de Funcionamento: 8061439 Expediente: 1183157/18-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.
Motivo: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005 por não apresentar relatório de inspeção atualizado, conforme notificação de exigência nº 3661712/20-1.

RESOLUÇÃO-RE Nº 502, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Therma Solutions Inc.
Endereço: 1889 Buekle Road, Saint Paul, MN, 55110 - Estados Unidos da América
Solicitante: 08762491/0001-10 CNPJ: 08762491/0001-10
Autorização de Funcionamento: 8055357 Expediente: 0633747/19-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Em atendimento ao parágrafo único do Art. 6º da RDC 183/2017.

RESOLUÇÃO-RE Nº 503, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, por meio de sua renovação automática, às empresas constantes no anexo,

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A CNPJ: 02.357.251/0001-53
Endereço: Rua Giuseppe Mattea, 350-A, Fragatas, Pelotas - RS CEP: 96.050-080
Autorização: 1.03.904-1 Expediente: 2718960/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática

RESOLUÇÃO-RE Nº 510, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando a necessidade de inclusão na certificação de boas práticas de fabricação, prevista no Art. 11 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica Suspensões com Preparação Asséptica na certificação da empresa GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A., CNPJ nº 03.485.572/0006-00, publicada pela Resolução - RE nº 1.340, de 31 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 5 de abril de 2021, Seção 1, páginas 29 e 30, conforme expedientes nº 2889526/20-8 e 0243206/22-4.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 511, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: CAPITAL MEDH IMPORTACAO DISTRIBUICAO E REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 24.702.356/0001-35 - AUTORIZ/MS: 1166467
ENDEREÇO: SCIA QUADRA 15 CONJUNTO 02 LOTE 19
MUNICÍPIO: GUARÁ - UF: DF - EXPEDIENTE: 4667183/21-7
ASSUNTO: 770 - MEDICAMENTOS - (Certificação de Boas Práticas) de DISTRIBUIÇÃO E/ OU ARMAGENAGEM do produto
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em desacordo com o art. 3º da RDC nº 25/2011: ausência de Relatório de inspeção, emitido há menos de 48 meses, da Vigilância Sanitária Competente atestando o cumprimento das boas práticas de distribuição e/ou armazenamento de medicamentos. O relatório juntado refere-se à concessão da Autorização Especial, não sendo esta documentação para a concessão da certificação de boas práticas.
.....
EMPRESA: OESTE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP - CNPJ: 28.069.066/0001-57 - AUTORIZ/MS: 1176341
ENDEREÇO: R. PIONEIRO JOÃO ASCÊNCIO, 90
MUNICÍPIO: PRESIDENTE PRUDENTE - UF: SP - EXPEDIENTE: 1159814/18-0
ASSUNTO: 770 - MEDICAMENTOS - (Certificação de Boas Práticas) de DISTRIBUIÇÃO E/ OU ARMAGENAGEM do produto
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação de Relatório de inspeção, emitido há menos de 48 meses, da Vigilância Sanitária Competente atestando o cumprimento das boas práticas de distribuição e/ou armazenamento de medicamentos, conforme notificação de exigência nº 2060477/20-7.

RESOLUÇÃO-RE Nº 512, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa PLASMA INDUSTRIES BELGIUM CVBA-SCRL (Código único: A.000148) para PROTHYA BIOSOLUTIONS BELGIUM BV, em todas as certificações vigentes à data de 21 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 513, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: CSL Behring GmbH
Endereço: Emil-von-Behring-Strasse 76, 35041 Marburg
País: Alemanha Código único: A.000170
Solicitante: Mandala Brasil Importação Distribuição De Produto Médico Hospitalar Ltda CNPJ: 09.117.476/0001-81
Expediente(s): 2839292/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: trombina e fibrinogênio.

Fabricante: ImClone Systems LLC
Endereço: 33 ImClone Drive BB50, Branchburg, New Jersey (NJ) 08876
País: Estados Unidos da América Código único: A.001091
Solicitante: Eli Lilly do Brasil Ltda CNPJ: 43.940.618/0001-44
Expediente(s): 3158520/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: galcanezumabe, olaratumabe e ramucirumabe
---
Fabricante: Instituto Grifols, SA
Endereço: Polígon Industrial Llevant, Can Guasch 2, 08150 Parets del Vallès, Barcelona
País: Espanha Código único: A.000317
Solicitante: United Medical Ltda CNPJ: 68.949.239/0001-46
Expediente(s): 3175973/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: albumina humana.

RESOLUÇÃO-RE Nº 514, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Genzyme Corporation
Endereço: 8, 45, 51, 74, 76 New York Avenue, Framingham, Massachusetts (MA) 01701.
País: Estados Unidos da América Código Único: A.000250
Solicitante: Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. CNPJ: 10.588.595/0010-92
Expediente(s): 2209564/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos Farmacêuticos Ativos Biológicos: alfatirotropina, beta-agalsidase e imiglucerase.

Fabricante: ID Biomedical Corporation of Quebec
Endereço: 2323 Parc Technologique Blvd, Quebec, Quebec, G1P 4R8
País: Canadá Código Único: A.000313
Solicitante: Glaxosmithkline Brasil Ltda CNPJ: 33.247.743/0001-10
Expediente(s): 3230211/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos Farmacêuticos Ativos Biológicos: cepa influenza tipo A (H1N1), cepa influenza tipo A (H3N2) e cepa influenza tipo B.

Fabricante: VLG CHEM
Endereço: 35 Avenue Jean-Jaurès, 92390 Villeneuve-la-Garenne
País: França Código Único: A.000628
Solicitante: Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. CNPJ: 10.588.595/0010-92
Expediente(s): 2328005/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: enoxaparina sódica.

RESOLUÇÃO-RE Nº 515, DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: M/S Rajasthan Antibiotics Limited
Endereço: A-619 & 630 RIICO, Phase I, Industrial Area, Bhiwadi, Alwar District, Rajasthan-301 019
País: Índia Código único: B.000118
Expediente(s): 3158519/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: aciclovir sódico (etapa de esterilização)

Fabricante: M/S Rajasthan Antibiotics Limited
Endereço: A-619 & 630 RIICO, Phase I, Industrial Area, Bhiwadi, Alwar District, Rajasthan-301 019
País: Índia Código único: B.000118
Expediente(s): 2518217/21-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: aciclovir sódico (etapa de esterilização)

Fabricante: Zhejiang Charioteer Pharmaceutical Co., Ltd.
Endereço: Tongyuanxi, Dazhan, Xianju, Zhejiang Province - 317321
País: República Popular da China Código único: B.000078
Expediente(s): 3361924/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: aciclovir
---
Fabricante: Zhejiang Jiuzhou Pharmaceutical Co., Ltd. (Jiaojiang)
Endereço: Waisha Road 99#, Jiaojiang District, Taizhou City, Zhejiang Province - 318000.
País: República Popular da China Código único: B.000083
Expediente(s): 3158576/21-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: carbamazepina

RESOLUÇÃO-RE Nº 516, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: VIDORA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 92.762.277/0001-70 - AUTORIZ/MS: 1004733
ENDEREÇO: RUA ALBERTO RANGEL, Nº 823
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE - UF: RS - EXPEDIENTE: 3278712/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Emulsões; Soluções; Xaropes
.....
EMPRESA: FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP - CNPJ: 43.640.754/0001-19 - AUTORIZ/MS: 1010391
ENDEREÇO: RUA ENDRES, Nº 35
MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 3281039/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: FARMARIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 58.635.830/0001-75 - AUTORIZ/MS: 1016883
ENDEREÇO: RUA PEDRO DE TOLEDO 600
MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 2158645/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Pós
.....
EMPRESA: FARMARIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 58.635.830/0001-75 - AUTORIZ/MS: 1016883
ENDEREÇO: RUA PEDRO DE TOLEDO 600
MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 2158932/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Líquidos; Soluções
.....
EMPRESA: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA - CNPJ: 46.070.868/0036-99 - AUTORIZ/MS: 1002166
ENDEREÇO: ROD PRESIDENTE CASTELO BRANCO, Nº 32501, KM 32,5 - ED. MANUFATURA, ENTRADA B
MUNICÍPIO: ITAPEVI - UF: SP - EXPEDIENTE: 3058315/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: SALUTAS PHARMA GMBH
ENDEREÇO: OTTO-VON-GUERICKE-ALLEE 1-39179- BARLEBEN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000538
EMPRESA SOLICITANTE: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.286.647/0001-16
AUTORIZ/MS: 1000472 - EXPEDIENTE(s): 3027115/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Granel): Cápsulas; Comprimidos
Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: HELSINN BIREX PHARMACEUTICALS LTD
ENDEREÇO: DAMASTOWN, MULHUDDART, DUBLIN 15 - PAÍS: IRLANDA - CÓDIGO ÚNICO: A.000533
EMPRESA SOLICITANTE: RECORDATI RARE DISEASES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 53.056.057/0001-79
AUTORIZ/MS: 1171267 - EXPEDIENTE(s): 3109996/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: FUJI CHEMICAL INDUSTRIES CO., LTD. GOHKAKIZAWA PLANT
ENDEREÇO: 1 GOHKAKIZAWA, KAMIICHI-MACHI, NAKANIIKAWA-GUN, TOYAMA, 930-0397 - PAÍS: JAPÃO - CÓDIGO ÚNICO: A.001354
EMPRESA SOLICITANTE: MYLAN LABORATORIOS LTDA - CNPJ: 11.643.096/0001-22
AUTORIZ/MS: 1088307 - EXPEDIENTE(s): 3361785/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Pós
.....
EMPRESA FABRICANTE: CATALENT PHARMA SOLUTIONS LLC
ENDEREÇO: 1100 ENTERPRISE DRIVE, WINCHESTER, KENTUCKY (KY) 40391 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000136
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 2908499/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: SEPTODONT
ENDEREÇO: 58 RUE DU PONT DE CRÉTEIL 94107 SAINT MAUR DES FOSSES CEDEX - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000575
EMPRESA SOLICITANTE: DLA PHARMACEUTICAL LTDA - CNPJ: 45.841.137/0001-07
AUTORIZ/MS: 1009931 - EXPEDIENTE(s): 3230162/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: PHARMATHEN INTERNATIONAL SA
ENDEREÇO: INDUSTRIAL PARK SAPES, RODOPI PREFECTURE, BLOCK NO 5, RODOPI 69300 - PAÍS: GRÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000926
EMPRESA SOLICITANTE: SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 05.035.244/0001-23
AUTORIZ/MS: 1046820 - EXPEDIENTE(s): 3175852/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: ALEMBIC PHARMACEUTICALS LIMITED
ENDEREÇO: AT- PANELAV, TAL- HALOL, DIST. PANCHMAHAL, GUJARAT 389 350 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000923
EMPRESA SOLICITANTE: TORRENT DO BRASIL LTDA - CNPJ: 33.078.528/0001-32
AUTORIZ/MS: 1005253 - EXPEDIENTE(s): 3212535/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: PHARMATHEN INTERNATIONAL SA
ENDEREÇO: INDUSTRIAL PARK SAPES, RODOPI PREFECTURE, BLOCK NO 5, RODOPI 69300 - PAÍS: GRÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000926
EMPRESA SOLICITANTE: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 49.475.833/0001-06
AUTORIZ/MS: 1009744 - EXPEDIENTE(s): 3073724/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: AUROBINDO PHARMA LIMITED - UNIT III
ENDEREÇO: SURVEY N° 313 AND 314, BACHUPALLY VILLAGE - BACHUPALLY MANDAL - MEDCHAL-MALKAJGIRI DISTRICT - TELANGANA STATE - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000054
EMPRESA SOLICITANTE: TORRENT DO BRASIL LTDA - CNPJ: 33.078.528/0001-32
AUTORIZ/MS: 1005253 - EXPEDIENTE(s): 2871188/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: CATALENT GERMANY SCHORNDORF GMBH
ENDEREÇO: STEINBEISSTRASSE 1 UND 2, 73614, SCHORNDORF - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000134
EMPRESA SOLICITANTE: ZAMBON LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS LTDA. - CNPJ: 61.100.004/0001-36
AUTORIZ/MS: 1000841 - EXPEDIENTE(s): 2502122/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: SANDOZ PRIVATE LIMITED
ENDEREÇO: PLOT NO. 8-A/2 E 8-B, TTC INDUSTRIAL AREA, KALWE BLOCK, VILLAGE DIGHE, NAVI MUMBAI 400708, MAHARASHTRA STATE - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000544
EMPRESA SOLICITANTE: SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.286.647/0001-16
AUTORIZ/MS: 1000472 - EXPEDIENTE(s): 3415056/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos

RESOLUÇÃO-RE Nº 517, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: Luis Carlos dos Santos Faria Equipamento - EPP - CNPJ: 00.943.564/0001-68 - AUTORIZ/MS: 1193794
ENDEREÇO: RUA ROQUE FERREIRA DOS SANTOS N° 28
MUNICÍPIO: ALMIRANTE TAMANDARÉ - UF: PR - EXPEDIENTE: 4532080/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais: Gases Medicinais
.....
EMPRESA: BRAINFARMA INDUSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A - CNPJ: 05.161.069/0005-44 - AUTORIZ/MS: 1055849
ENDEREÇO: V PR - 1, S/N° QUADRA 2-A MODULO 4
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 3142621/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas
.....
EMPRESA: BRAINFARMA INDUSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A - CNPJ: 05.161.069/0005-44 - AUTORIZ/MS: 1055849
ENDEREÇO: V PR - 1, S/N° QUADRA 2-A MODULO 4
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 3142642/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Cápsulas Moles
Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Efervescentes; Comprimidos Revestidos; Granulados; Granulados Efervescentes; Pastilhas; Pós; Pós Efervescentes
Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
Sólidos não estéreis (Penicilínicos): Cápsulas; Pós
.....
EMPRESA: BRAINFARMA INDUSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A - CNPJ: 05.161.069/0005-44 - AUTORIZ/MS: 1055849
ENDEREÇO: V PR - 1, S/N° QUADRA 2-A MODULO 4
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 3142627/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Elixires; Emulsões; Soluções; Soluções Aerossóis; Suspensões; Xampus; Xaropes
.....
EMPRESA: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA - CNPJ: 73.856.593/0001-66 - AUTORIZ/MS: 1025685
ENDEREÇO: RUA MITSUGORO TANAKA, N° 145
MUNICÍPIO: TOLEDO - UF: PR - EXPEDIENTE: 2805597/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas
.....
EMPRESA: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA - CNPJ: 73.856.593/0001-66 - AUTORIZ/MS: 1025685
ENDEREÇO: RUA MITSUGORO TANAKA, N° 145
MUNICÍPIO: TOLEDO - UF: PR - EXPEDIENTE: 2805762/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Granulados; Pós
Sólidos não estéreis (Penicilínicos): Cápsulas; Comprimidos; Pós
.....
EMPRESA: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA - CNPJ: 73.856.593/0001-66 - AUTORIZ/MS: 1025685
ENDEREÇO: RUA MITSUGORO TANAKA, N° 145
MUNICÍPIO: TOLEDO - UF: PR - EXPEDIENTE: 2805342/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Colutórios; Elixires; Emulsões; Soluções; Suspensões; Xampus; Xaropes
.....
EMPRESA: comissão nacional de energia nuclear - CNPJ: 00.402.552/0012-89 - AUTORIZ/MS: 1081005
ENDEREÇO: rua professor mario werneck s/n - campus da ufmg - pampulha
MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE - UF: MG - EXPEDIENTE: 6681974/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Radiofármacos): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: IBF - INDUSTRIA BRASILEIRA DE FARMOQUIMICOS S.A. - CNPJ: 14.864.868/0001-44 - AUTORIZ/MS: 1130309
ENDEREÇO: Avenida Jose Abbas Casseb, 376
MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - UF: SP - EXPEDIENTE: 3027171/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: SCHERING-PLOUGH LABO NV
ENDEREÇO: INDUSTRIEPARK 30, HEIST-OP-DEN-BERG, 2220 - PAÍS: BÉLGICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000565
EMPRESA SOLICITANTE: ORGANON FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 45.987.013/0001-34
AUTORIZ/MS: 1000290 - EXPEDIENTE(s): 2669060/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: MSD INTERNATIONAL GMBH T/A MSD IRELAND (CARLOW)
ENDEREÇO: DUBLIN ROAD, CARLOW, CO. CARLOW, IRELAND - PAÍS: IRLANDA - CÓDIGO ÚNICO: A.001134
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18
AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 3126383/21-1

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: GENZYME CORPORATION
ENDEREÇO: 8, 45, 51, 74, 76 NEW YORK AVENUE, FRAMINGHAM, MASSACHUSETTS (MA) 01701 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000250
EMPRESA SOLICITANTE: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 10.588.595/0010-92
AUTORIZ/MS: 1083267 - EXPEDIENTE(s): 2209942/21-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: IDT BIOLOGIKA GMBH
ENDEREÇO: AM PHARMAPARK 06861 DESSAU-ROSSLAU - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.001059
EMPRESA SOLICITANTE: TAKEDA PHARMA LTDA. - CNPJ: 60.397.775/0001-74
AUTORIZ/MS: 1006398 - EXPEDIENTE(s): 2752054/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Pós Liofilizados
.....
EMPRESA FABRICANTE: BAXTER PHARMACEUTICAL SOLUTIONS LLC
ENDEREÇO: 927 SOUTH CURRY PIKE, BLOOMINGTON, INDIANA (IN) 47403 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000081
EMPRESA SOLICITANTE: TAKEDA PHARMA LTDA. - CNPJ: 60.397.775/0001-74
AUTORIZ/MS: 1006398 - EXPEDIENTE(s): 2637063/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: IBSA INSTITUT BIOCHIMIQUE S.A.
ENDEREÇO: VIA DEL PIANO, 6915 PAMBIO-NORANCO - PAÍS: SUÍÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.001143
EMPRESA SOLICITANTE: UCB BIOPHARMA LTDA. - CNPJ: 64.711.500/0001-14
AUTORIZ/MS: 1023619 - EXPEDIENTE(s): 2767027/21-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: SAMSUNG BIOLOGICS CO. LTD.
ENDEREÇO: 300, SONGDO BIO-DAERO, YEONSU-GU, INCHEON, 21987 - PAÍS: CORÉIA DO SUL - CÓDIGO ÚNICO: A.001327
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 5047987/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Granel): Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica

RESOLUÇÃO-RE Nº 518, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no Art. 3° da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346/2020, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: DELPHARM HUNINGUE SAS
ENDEREÇO: 26 RUE DE LA CHAPELLE, 68330 HUNINGUE - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000864
EMPRESA SOLICITANTE: UNITED MEDICAL LTDA - CNPJ: 68.949.239/0001-46
AUTORIZ/MS: 1025762 - EXPEDIENTE(s): 8453140/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções
.....
EMPRESA FABRICANTE: RECIPHARM LEGANÉS S.L.U.
ENDEREÇO: CALLE SEVERO OCHOA, 13 LEGANÉS 28914 (MADRID) - PAÍS: ESPANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.001068
EMPRESA SOLICITANTE: BLANVER FARMOQUIMICA E FARMACÊUTICA S.A. - CNPJ: 53.359.824/0001-19
AUTORIZ/MS: 1015246 - EXPEDIENTE(s): 3459558/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: EUROLIFE HEALTHCARE PVT. LTD, UNIT I
ENDEREÇO: KHASRA NO. 520, BHAGWANPUR, KOORKEE, DISTT. HARIDWAR - 247667 UTTARAKHAND - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001555
EMPRESA SOLICITANTE: RAVIMED FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 31.434.320/0001-83
AUTORIZ/MS: 1186810 - EXPEDIENTE(s): 6579618/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: TAKEDA AUSTRIA GMBH
ENDEREÇO: ST. PETER-STRASSE 25, 4020, LINZ - PAÍS: ÁUSTRIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000450
EMPRESA SOLICITANTE: BLANVER FARMOQUIMICA E FARMACÊUTICA S.A. - CNPJ: 53.359.824/0001-19
AUTORIZ/MS: 1015246 - EXPEDIENTE(s): 0164538/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: PATHEON FRANCE
ENDEREÇO: 40 BOULEVARD DE CHAMPARET, 38300 BOURGOIN JALLIEU - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.000474
EMPRESA SOLICITANTE: E-LOG LOGISTICA LTDA - EPP - CNPJ: 22.566.515/0001-96
AUTORIZ/MS: 1160905 - EXPEDIENTE(s): 6182279/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: ASTRAZENECA AB
ENDEREÇO: GÄRTUNAVÄGEN, SÖDERTÄLJE, 151 85 - PAÍS: SUÉCIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000046
EMPRESA SOLICITANTE: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - CNPJ: 60.318.797/0001-00
AUTORIZ/MS: 1016181 - EXPEDIENTE(s): 0346629/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)

RESOLUÇÃO-RE Nº 534, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: ECOMASTER QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 05.642.412/0001-49
Produto - (Lote): MASTER DERM CLOREX(Todos);MASTER DERM IRGASAN(Todos);MASTER SEPTIC GEL(Todos);MASTER DERM IRGASAN(Todos);MASTER SOAP DEGREASER(Todos);MASTER SOAP DOVAR (Todos);MASTER SOAP ERVA DOCE(Todos);MASTER SOAP PÊSSEGO(Todos);PRATIKO SABONETE LÍQUIDO ECOMASTER(Todos);MASTER ALCOOLSEPT FOAMER(Todos);MASTER ANTIGERM FOAMER(Todos);MASTER SKIN FOAMER OCEAN(Todos);MASTER SKIN FOAMER PASSION(Todos);MASTER SKIN PASSION(Todos);MASTER SOAP(Todos);MASTER SOAP BOTANIC(Todos);MASTER SOAP BOTANIC FOAM(Todos);MASTER SOAP CLEAR(Todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0582246/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação
Motivação: Considerando o descumprimento da Resolução RDC nº 48, de 25 de outubro de 2013, que aprovou o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, detectado durante inspeção sanitária realizada no período de 7 a 10/02/2022, e tendo em vista o previsto no art. 5º da citada resolução e no art. 7º e inciso I do art. 67 da Lei n.º 6.360/1976.
2. Empresa: ECOMASTER QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 05.642.412/0001-49
Produto - (Lote): MASTER SEPTIC GEL(22943, 22973, 23085 e 23386);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0582266/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso, Recolhimento, Suspensão
Motivação: Considerando a comprovação da fabricação de produto cosmético, higiene pessoal ou perfume com matéria-prima vencida e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso III do art. 63 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 535, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: ECOMASTER QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 05.642.412/0001-49
Produto - (Lote): MASTER BAC HEALTH QA(TODOS);MASTER MULTI JOB(TODOS);MASTER GUARDIAN(TODOS);MASTER ZYME(TODOS);MASTER ÁLCOOL 70 WIPES(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0582686/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação
Motivação: Considerando o descumprimento da Resolução RDC nº 47, de 25 de outubro de 2013, que aprovou o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes, detectado durante inspeção sanitária realizada no período de 7 a 10/02/2022, e tendo em vista o previsto no art. 5º da citada resolução e no art. 7º e inciso I do art. 67 da Lei n.º 6.360/1976.
2. Empresa: ECOMASTER QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 05642412000149
Produto - (Lote): MASTER PISO VERSÃO FLORAL(18521, 19570, 19982, 20410, 21287, 22484 e 23387);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0582930/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso, Recolhimento
Motivação: Considerando a comprovação da fabricação de produto saneante com matéria-prima com prazo de validade expirado e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 559, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos, Produtos de Higiene Pessoal e Perfumes à empresa constante no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: RABBIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA - CNPJ: 00.099.817/0001-69 - AUTORIZ/MS: 2.02974-5
ENDEREÇO: AVENIDA DEZ DE DEZEMBRO, Nº 6770, BARRACÕES 01 à 05 e 09
MUNICÍPIO: LONDRINA - UF: PR - EXPEDIENTE: 0307700/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS: LÍQUIDOS
EMPRESA: RABBIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA - CNPJ: 00.099.817/0001-69 - AUTORIZ/MS: 2.02974-5
ENDEREÇO: AVENIDA DEZ DE DEZEMBRO, Nº 6770, BARRACÕES 01 à 05 e 09
MUNICÍPIO: LONDRINA - UF: PR - EXPEDIENTE: 0307576/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS: SÓLIDOS
EMPRESA: RABBIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA - CNPJ: 00.099.817/0001-69 - AUTORIZ/MS: 2.02974-5
ENDEREÇO: AVENIDA DEZ DE DEZEMBRO, Nº 6770, BARRACÕES 01 à 05 e 09
MUNICÍPIO: LONDRINA - UF: PR - EXPEDIENTE: 0307732/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS: SEMISSÓLIDOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 936, de 1º de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União n.º 66, de 6 de abril de 2020, Seção 1, página 123, conforme expedientes nº 2033809/19-6 e 0275407/22-0.

Onde se lê: Insumos farmacêuticos ativos biológicos: trastuzumabe.

Leia-se: Produtos estéreis: Pós Liofilizados.

Na Resolução - RE nº. 1.324, de 29 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União n.º 83, de 4 de maio de 2021, Seção 1, página 109, alterado pela Resolução - RE nº. 2.403, de 9 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 132, de 13 de julho de 2020, Seção 1, página 86, conforme expedientes nº 3102992/19-6 e 1337793/20-5.

Onde se lê:

"Insumos farmacêuticos ativos biológicos: pegvisomanto (etapa de peguilação), etanercepte, polissacarídeos capsulares de Streptococcus pneumoniae sorotipos 1, 3, 4, 5, 6A, 6B, 7F, 9V, 14, 19A, 18C, 19F, 23F (etapa de conjugação) e polissacarídeos capsulares de N. meningitidis dos tipos A, C, W e Y conjugados ao toxoide tetânico."

Leia-se:

"Insumos farmacêuticos ativos biológicos: pegvisomanto (etapa de peguilação), etanercepte, polissacarídeos capsulares de Streptococcus pneumoniae sorotipos 1, 3, 4, 5, 6A, 6B, 7F, 9V, 14, 19A, 18C, 19F, 23F (etapa de conjugação), toxoide tetânico (purificação) e polissacarídeos capsulares de N. meningitidis dos tipos A, C, W e Y conjugados ao toxoide tetânico (pré-formulação)."

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE Nº 3.446, de 8 de setembro de 2021, expediente nº 0853324/21-2, publicada no Diário Oficial da União nº 173, de 13 de setembro de 2021, Seção: 1, pág. 124

Onde se lê: Rua Califórnia, No- 268 - Penha, Rio de Janeiro - RJ CEP: 21020-150

Leia-se: Av. Ayrton Senna, N.º 3000 GRP Parte III Sala 4088 -Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ CEP: 22775-904

Na Resolução RE nº 3.541, de 15 de setembro de 2021, expediente nº 1034830/21-0, publicada no Diário Oficial da União nº. 178 de 20 de setembro de 2021, Seção 1, pág. 168 e 169

Onde se lê: Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

Leia-se: Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Materiais de uso médico das classes III e IV e Equipamentos de uso médico da classe III.

Na Resolução RE 4.581, de 8 de dezembro de 2021, expedientes nº 8423513/21-1, publicada no Diário Oficial da União nº. 233, de 13 de dezembro de 2021, Seção 1, pág. 224

Onde se lê: Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV. Materiais de uso médico da classe III.

Leia-se: Materiais e equipamentos de uso médico da classe III.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 551, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SURGIMED COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS CIRURGICOS E HOSPITALAR DO NORDESTE LTDA / 04.324.939/0001-62
25351.057088/2022-04 / 1269963
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0432074228

SOFT TRANSPORTES EIRELI / 39.698.646/0001-20
25351.684569/2021-06 / 1270011
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 6777148213

FLORA MANIPULACAO E COSMETICOS EIRELI / 42.097.612/0001-94
25351.047341/2022-11 / 1269981
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0364719226

L&L MEDICAMENTOS LTDA / 43.754.192/0001-34
25351.044703/2022-12 / 1269946
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0346696224

ROBERTET DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 60.888.260/0003-39
25351.057119/2022-19 / 1270008
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0432244221

ARTE PHARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 11.238.472/0002-84
25351.019267/2022-35 / 1269915
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0154817224

N.R. NOGUEIRA COM DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.108.479/0001-26
25351.044713/2022-40 / 1269795
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0346720222

VIVENCI LOGÍSTICA E TRANSPORTES EIRELI ME / 41.429.589/0001-25
25351.044696/2022-41 / 1269932
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0346654220

Saucha&Santé farmácia de manipulação ltda / 43.162.227/0001-46
25351.042952/2022-65 / 1269950
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0335438225

RESOLUÇÃO-RE Nº 552, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

RAFAELA VIRGINIA TESTI - ME / 23.829.464/0001-00
25351.671584/2017-08 / 1172489
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0333860225

NEXT MEDICAL LTDA / 32.582.556/0001-20
25351.051029/2021-33 / 1268249
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0359015221

QUALLY FARMA HOSPITALAR LTDA / 10.749.855/0001-73
25351.706197/2019-53 / 1197461
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0333748221

SM EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS LTDA / 44.015.477/0012-79
25351.717092/2020-63 / 1247419
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0391931229
25351.717092/2020-63 / 1247419
7065 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 0392256223

NORTESUL LOGISTICA E TRANSPORTES ESPECIALIZADOS EIRELI / 11.821.060/0001-91
25351.031594/2021-84 / 1267962
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0333852222

Modern Transporte Aereo de Carga S.A / 03.887.831/0015-10
25351.363784/2020-87 / 1238271
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0391963228

ADAINERS MEDICAL LTDA / 16.849.094/0001-08
25351.389212/2019-94 / 1191091
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0337180229

LABORATORIOS SERVIER DO BRASIL LTDA / 42.374.207/0007-61
25351.185568/2020-94 / 1236755
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 0358869226

ADAINERS MEDICAL LTDA / 16.849.094/0001-08
25351.389212/2019-94 / 1191091
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 0359005225

RESOLUÇÃO-RE Nº 553, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

DEL NERO & DINIZ PHARMA E FORMULAS LTDA / 31.279.625/0001-68
25351.042951/2022-11 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0335435221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação das declarações assinadas do Anexo I e II da RDC nº 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 554, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

L G DE MACEDO MARQUES / 43.117.074/0001-15
25351.063166/2022-00 / 7878433
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6996753219

DROGARIA SUPERNOVA LTDA / 44.269.340/0001-98
25351.063173/2022-01 / 7878356
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6598034214

N.R. NOGUEIRA COM DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.108.479/0001-26
25351.044705/2022-01 / 1269807
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0346704227

DROGARIA ALCANTARA & COSTA LTDA / 67.047.894/0001-46
25351.040933/2022-02 / 7877927
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321339221

MIX FARMA MEDICAMENTOS LTDA / 32.651.706/0004-52
25351.040940/2022-04 / 7877975
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321360229
---
jairo alves silva / 07.377.461/0001-27
25351.044800/2022-05 / 7877699
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347431223

HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA / 19.675.317/0001-56
25351.057112/2022-05 / 4042885
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0432198229

VITORIA DE ALMEIDA CARVALHO / 35.550.135/0001-05
25351.019169/2022-06 / 7877822
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154368227

N DE LIMA COELHO / 35.535.629/0001-10
25351.044818/2022-07 / 7878282
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347543223

ALISSON DE OLIVEIRA SILVA / 34.400.903/0001-81
25351.063159/2022-08 / 7878360
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6598038217

Vida Farmácias - Fazenda Souza Ltda / 41.030.978/0001-83
25351.019176/2022-08 / 7877884
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154389220

EP BOESING LINS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 44.046.224/0001-00
25351.019165/2022-10 / 7877793
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154351222

FABIO PHARMA EIRELI / 43.299.060/0001-60
25351.044823/2022-10 / 7878308
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347556225
---
palu fonseca cunha / 40.124.030/0001-24
25351.063164/2022-11 / 7878416
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6996733214

LIMA E XAVIER DROGARIA LTDA / 33.027.149/0001-13
25351.019172/2022-11 / 7877840
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154377226

SOUZA & SOUZA LTDA / 32.951.515/0002-44
25351.044814/2022-11 / 7878279
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347520224

DROGARIA KAMILLA LTDA / 30.578.740/0001-70
25351.042824/2022-11 / 7878157
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334589221

DROGARIA CAIRES BRITO LTDA - ME / 43.184.009/0001-02
25351.044797/2022-11 / 7878325
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347422224

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2852-10
25351.063171/2022-12 / 7878402
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6981084212

L SM COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS EIRELI / 32.727.524/0001-75
25351.044686/2022-13 / 4042746
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0346607221

OFFICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP / 39.675.930/0001-80
25351.044701/2022-15 / 8242301
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0346691222

BD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 19.349.009/0003-00
25351.049282/2022-16 / 8242268
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0392274221

FARMACIA BOM PREÇO NOVO GAMA LTDA / 44.203.338/0001-16
25351.044809/2022-16 / 7878221
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347478220

DROGARIA CIDADE LTDA / 06.374.592/0014-02
25351.042819/2022-17 / 7878083
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334573224

Barbosa West Drogaria LTDA / 17.380.013/0003-06
25351.019167/2022-17 / 7877805
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154362228

L SM COMERCIO E SERVICOS DE ALIMENTOS EIRELI / 32.727.524/0001-75
25351.044691/2022-18 / 3111251
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0346625220

DROGARIA INOVA PHARMA LTDA / 44.766.157/0001-06
25351.040947/2022-18 / 7878035
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321382220

L DAMIAO VIEIRA DROGARIA / 17.299.692/0001-13
25351.042826/2022-19 / 7878217
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334595225

S C CUNHA GUIMARÃES / 20.974.904/0002-06
25351.019174/2022-19 / 7877867
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154383221

E FREITAS GUIMARAES COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 34.826.404/0001-50
25351.044799/2022-19 / 7877685
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347428223

DROGARIA DROGACENTER EXPRESS LTDA / 18.824.134/0023-06
25351.044807/2022-19 / 7878191
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347461225

MOVE FARMA LTDA / 06.062.083/0001-20
25351.054525/2022-20 / 8242345
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 0419848223

ISADORA MARINA DE MENEZES CABRAL EIRELI / 40.811.302/0001-64
25351.044805/2022-20 / 7878174
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347446221

WE Drogaria de Marília Ltda. - ME / 00.532.159/0001-57
25351.017670/2022-20 / 7877728
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0151185228

D J DA SILVA DE JESUS / 42.654.410/0001-04
25351.044812/2022-21 / 7878251
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347503224

REDE FARMA III FARMACEUTICA LTDA / 43.611.956/0001-32
25351.019170/2022-22 / 7877836
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154371227

DROGARIA CLARIMUNDO DE MELLO LTDA / 41.807.947/0001-96
25351.042822/2022-22 / 7878126
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334583221

SIMEI E AQUARONI LTDA / 43.788.337/0001-18
25351.063160/2022-24 / 7878391
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6965475211

ROTA MEDICAL LTDA / 12.080.295/0001-32
25351.044717/2022-28 / 8242115
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0346744229

CRISTIANE RODRIGUES DA SILVA / 27.620.735/0001-74
25351.040945/2022-29 / 7878021
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321376225

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1030-90
25351.040943/2022-30 / 7878004
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321369222

TROP CARE COSMETICOS LTDA / 13.019.208/0001-02
25351.044698/2022-30 / 4042868
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0346660220

FARMACIA E DROGARIA ICARA FARMA LTDA ME / 44.344.662/0001-54
25351.044803/2022-31 / 7878112
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347440222

KMIX C EIRELI / 30.214.789/0001-44
25351.054523/2022-31 / 8242328
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0419834222

CRONOS LOGISTICA LTDA / 38.444.081/0001-91
25351.057098/2022-31 / 1269977
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0432137220

JOSE EDUARDO ROQUE DA SILVA / 43.804.592/0001-07
25351.044810/2022-32 / 7878234
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347486221

DALVA WIQUES DO CASAL / 30.972.499/0001-60
25351.042820/2022-33 / 7878097
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334576229

JC COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL EIRELI / 42.047.949/0001-97
25351.057108/2022-39 / 1269994
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0432176225

DROGARIA FREZ & SILVA LTDA / 43.873.044/0001-39
25351.044801/2022-41 / 7877701
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347434228

KEYLA LANDIM DE FRANCA / 44.637.226/0001-73
25351.040941/2022-41 / 7877989
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321363223

I J SANTOS DA COSTA VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS - EIRELI / 30.788.022/0001-29
25351.019177/2022-44 / 7877898
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154392220

C DE A DA SILVA LTDA / 34.534.664/0001-52
25351.054546/2022-45 / 8242359
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0419959220

M. E MOREIRA DO NASCIMENTO / 42.523.748/0001-19
25351.044689/2022-49 / 3111234
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0346622221

TACIANE CHRISTINE SIQUEIRA LUVIZOTTO / 42.597.105/0001-10
25351.040934/2022-49 / 7877931
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321342221

VIVENCI LOGÍSTICA E TRANSPORTES EIRELI ME / 41.429.589/0001-25
25351.044694/2022-51 / 8242285
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0346634229

PAULO R ALVES MELO LTDA / 44.378.592/0001-55
25351.017675/2022-52 / 7877731
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0151252228

FARMACIAS IRMAOS PAVESI / 10.302.127/0063-11
25351.018573/2022-54 / 7877762
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0152742228

RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2877-79
25351.042665/2022-55 / 7878052
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0333371220

DROGARIAS DROGAMIL LTDA / 44.126.065/0001-53
25351.019175/2022-55 / 7877871
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154386225

W.T. ALVES PINHEIRO / 39.619.019/0001-56
25351.018534/2022-57 / 7877759
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0152539225

S PERONDI FARMACIA LTDA / 41.571.635/0001-26
25351.063165/2022-57 / 7878387
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6598102212

ORTHOMED EMPREENDIMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA / 44.208.412/0001-97
25351.044704/2022-59 / 8242314
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0346697221

MEDMIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES, FARMACEUTICO E DE LABORATORIO LTDA / 42.930.201/0001-38
25351.044685/2022-61 / 8242271
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0346604222

ALEXANDRE GIROLDO & CIA LTDA / 44.573.288/0001-69
25351.040948/2022-62 / 7878049
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321385224

VIVENCI LOGÍSTICA E TRANSPORTES EIRELI ME / 41.429.589/0001-25
25351.044692/2022-62 / 4042841
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0346627222

DROGARIA RICIOLI LTDA / 43.910.027/0001-24
25351.044808/2022-63 / 7878203
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347469221

YASMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 31.227.328/0001-79
25351.049281/2022-63 / 8242254
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0392273225

FRQ ROCHA FARMÁCIA / 07.068.673/0001-22
25351.042818/2022-64 / 7878070
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334570220

A DA SILVA DROGARIAS LTDA / 44.509.758/0001-25
25351.019173/2022-66 / 7877853
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154380226

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1102-07
25351.044798/2022-66 / 7878311
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347425229

HAUS FARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 41.308.756/0001-80
25351.042825/2022-66 / 7878161
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334592221

FARMACIA HIPER POPULAR PEROLA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.399.963/0001-82
25351.044822/2022-67 / 7878296
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347553221

FARMACIA HIPER POPULAR LTDA / 44.869.525/0001-33
25351.040939/2022-71 / 7877961
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321357229

W.A RP COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAL E HOSPITALAR LTDA / 40.726.768/0001-61
25351.044700/2022-71 / 8242299
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0346688221

VIVENCI LOGÍSTICA E TRANSPORTES EIRELI ME / 41.429.589/0001-25
25351.044690/2022-73 / 1269929
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0346624223

BRIAS PHARMA LTDA / 44.932.570/0001-95
25351.044806/2022-74 / 7878188
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347453224

DROGARIA DROGAVISTA LTDA / 00.958.548/0046-40
25351.046779/2022-74 / 7878342
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0359764224

JNC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 42.125.507/0001-11
25351.054533/2022-76 / 4042871
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0419913220

DROGARIA & PERFUMARIA 2 IRMÃOS / 31.178.862/0002-13
25351.044813/2022-76 / 7878265
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347513221

Drogaria Itajaí Ltda / 44.097.334/0001-09
25351.042823/2022-77 / 7878130
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334586226

TAPAJOS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 84.521.053/0098-70
25351.063161/2022-79 / 7878420
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6996739213

DROGARIA LANFREDI LTDA / 33.262.589/0001-55
25351.042684/2022-81 / 7878066
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0333400227

GRUPO WF2A DROGARIAS LTDA / 44.353.648/0001-17
25351.040937/2022-82 / 7877958
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321351220

CENTRAL COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DE UBAITABA LTDA / 41.966.253/0001-00
25351.855881/2021-82 / 7877913
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4670939218

FARMACIA LOBO LTDA / 43.470.097/0001-09
25351.019148/2022-82 / 7877776
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154172222

JC COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EM GERAL EIRELI / 42.047.949/0001-97
25351.057109/2022-83 / 8242376
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0432178228

FARMACIA SITIA FARMA LTDA - ME / 44.272.090/0001-45
25351.040944/2022-84 / 7878018
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321373221

D J B MOTA / 26.022.429/0002-54
25351.044804/2022-85 / 7878143
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347443227

DSR DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 41.808.917/0001-02
25351.017687/2022-87 / 7877745
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0151452221

DROGARIA AMARO & CARVALHO LTDA / 43.495.685/0001-05
25351.044811/2022-87 / 7878248
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347494221

FARMACIA DO TRABALHO DO TREZE LTDA / 43.718.489/0001-44
25351.042821/2022-88 / 7878109
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334579223

COSTA & TEIXEIRA FARMA LTDA / 43.664.149/0001-88
25351.044748/2022-89 / 7878339
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0346980228

MARCOS MATHEUS ESTEVES DO REGO / 30.744.105/0001-16
25351.063168/2022-91 / 7878373
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6598040219

N.R. NOGUEIRA COM DE MEDICAMENTOS EIRELI / 13.108.479/0001-26
25351.044707/2022-92 / 8242129
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0346706220

VIVA SAUDE DROGARIA LTDA / 43.234.672/0001-74
25351.040935/2022-93 / 7877944
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321345225

C.M.FERNANDES LIMA LTDA / 44.216.652/0001-33
25351.040942/2022-95 / 7877992
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321366228

VIVENCI LOGÍSTICA E TRANSPORTES EIRELI ME / 41.429.589/0001-25
25351.044697/2022-95 / 3111248
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 0346655226

FJM PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 44.746.335/0001-29
25351.044802/2022-96 / 7877714
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347437222

CRONOS LOGISTICA LTDA / 38.444.081/0001-91
25351.057097/2022-97 / 8242362
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 0432136223

FAR 24H DROGARIA LTDA. / 44.690.418/0001-43
25351.019160/2022-97 / 7877780
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154230223

M. F. Comercio de Produtos Farmaceuticos LTDA / 19.349.336/0001-92
25351.019178/2022-99 / 7877900
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154395224

RESOLUÇÃO-RE Nº 555, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

MOKSHA8 BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 07.591.326/0001-80
25351.460768/2005-01 / 1064256
70348 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 0346833221

RAIMUNDA SOARES DE SOUSA MARQUES / 36.586.927/0001-00
25351.833866/2020-01 / 7742651
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452715221

AMED S/A / 10.403.238/0001-11
25351.099487/2017-01 / 8148190
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0333689224

RIMEDUALC IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - ME / 25.449.878/0001-30
25351.107481/2017-02 / 8148215
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0333870221
---
comercial cirurgica novo tempo ltda - me / 14.896.908/0001-30
25351.486279/2016-03 / 8144261
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0392170221

SM FARMACIA LTDA ME / 28.189.528/0001-70
25351.509781/2020-04 / 7768136
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452725229

NADIA MARIANE BOCATO SANTOS FARMACIA LTDA / 72.242.787/0001-09
25351.231450/2014-05 / 7168285
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3946414208

FOGO, ÁGUA, TERRA E AR FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA - EPP / 09.032.809/0001-70
25351.213393/2018-06 / 7578891
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0412299222

DROGARIA ROSARIO S/A / 00.447.821/0018-19
25351.353906/2013-06 / 0974263
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0395497228

CIRÚRGICA SERRA MAR LTDA / 31.908.034/0001-02
25351.324074/2019-06 / 8182850
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0359116221

ADAINERS MEDICAL LTDA / 16.849.094/0001-08
25351.356493/2019-07 / 3087615
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 0358931223
25351.356493/2019-07 / 3087615
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0337039224

MEDIC STOCK COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP / 05.997.927/0001-61
25351.304490/2017-07 / 1166177
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0333687221

R & M DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 34.314.118/0001-06
25351.077288/2020-11 / 7706891
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0412287229

ALFARMA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 07.120.468/0001-69
25351.145487/2014-11 / 7132651
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0412293223

NORTESUL LOGISTICA E TRANSPORTES ESPECIALIZADOS EIRELI / 11.821.060/0001-91
25351.031510/2021-11 / 8239776
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0333843223

ARTHIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 33.745.478/0001-08
25351.457555/2021-11 / 8223396
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0358875226

DROGARIA BOA VISTA LTDA / 11.816.448/0001-02
25351.672058/2014-12 / 7329796
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0260402227

OLIVEIRA E SOUZA MEDICAMENTOS LTDA / 27.108.915/0001-71
25351.397025/2017-12 / 7530003
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0260390220

MEDIC STOCK COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP / 05.997.927/0001-61
25023.021150/2006-13 / 8036471
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0333690222

DENTAL AGUA VERDE LTDA / 04.840.118/0001-89
25351.280598/2013-13 / 8095140
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0333869222

RDS COMERCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES / 08.284.342/0001-92
25351.500271/2015-13 / 8126239
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0358916224

L.R. DA CAMARA EIRELI / 18.291.032/0001-59
25351.208605/2019-14 / 7645768
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0452697220

NTT LOGISTICA E SERVICOS LTDA / 29.217.997/0001-18
25351.181803/2019-15 / 1187434
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0392230224

WINTER & GEREMIA LTDA. / 05.994.394/0001-64
25351.199032/2014-16 / 7163854
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452719224

ENDOCOMPANY IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA-EPP / 17.558.813/0001-02
25351.154640/2018-17 / 8163991
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0333944224

ADAINERS MEDICAL LTDA / 16.849.094/0001-08
25351.356491/2019-18 / 8183890
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0359010229

MEDFUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAUDE LTDA / 17.700.763/0001-48
25351.343643/2013-18 / 8096180
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0346451221

BIOTECH LOGISTICA LTDA / 21.382.943/0002-87
25351.889524/2021-18 / 8215919
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0391934228

SINAL VITAL COMERCIAL DE PRODUTOS MEDICOS E SERVICOS LTDA / 07.270.468/0001-45
25351.524303/2008-20 / 8046066
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0333943228

SUPER FARMA LTDA / 34.598.303/0001-70
25351.008778/2022-21 / 7872081
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0452695223
---
drogaria real de piratininga ltda / 28.021.553/0001-40
25351.057174/2018-22 / 7566036
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0273921226
---
comercial cirurgica novo tempo ltda - me / 14.896.908/0001-30
25351.576907/2018-23 / 3081734
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0392062224

MIRALUPA INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA / 37.321.725/0001-91
25351.042759/2022-24 / 8241933
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0358899222

DROGARIA SIMFARMA LTDA / 13.184.254/0001-59
25351.265135/2008-25 / 0543759
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0363508228

H STRATTNER E CIA.LTDA. / 33.250.713/0007-58
25351.350380/2017-25 / 8152682
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0333959221
25351.350380/2017-25 / 8152682
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0333910222

Droga Star Produtos Farmacêuticos Ltda Me / 17.573.895/0001-56
25351.444740/2013-28 / 0977900
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452703228

ADAINERS MEDICAL LTDA / 16.849.094/0001-08
25351.389238/2019-32 / 1191148
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 0359004229
25351.389238/2019-32 / 1191148
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0337160228

CARMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 28.834.716/0001-03
25351.080599/2018-35 / 8162692
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0392245221

DROGARIA CENTRAL DUARTR LTDA EPP / 07.848.160/0001-34
25351.511069/2013-38 / 7008920
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452731223

MELLO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS ÓPTICOS LTDA. / 02.454.531/0001-80
25351.494699/2015-38 / 3065231
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0392005221

DROGARIA SOARES & PALMEIRA LTDA ME / 05.045.887/0001-58
25351.297704/2014-40 / 7191301
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452711229

FARMACIA HOMEOPATICA POLÉN LTDA - ME / 59.726.422/0001-91
25351.636650/2014-42 / 7315173
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452701221

RAFAELA VIRGINIA TESTI - ME / 23.829.464/0001-00
25351.671578/2017-42 / 1172475
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 0333840224

NORTESUL LOGISTICA E TRANSPORTES ESPECIALIZADOS EIRELI / 11.821.060/0001-91
25351.031471/2021-43 / 1267901
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0333842227

DROGARIAS ULTRA POPULAR GOIANA LTDA EPP / 21.765.072/0004-42
25351.591641/2021-44 / 7868545
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0452693227

QUALLY FARMA HOSPITALAR LTDA / 10.749.855/0001-73
25351.208774/2019-46 / 8180188
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0333749227

LOPES E MENEZES LTDA / 14.847.925/0001-87
25351.725225/2013-46 / 7064897
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0347509193

RAFAELA VIRGINIA TESTI - ME / 23.829.464/0001-00
25351.671592/2017-46 / 8159814
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0333859227

FARMACIA VLK LTDA / 18.758.091/0001-94
25351.598837/2013-50 / 7039483
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0412289225

SHOP CIDADE VERA CRUZ PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - ME / 28.319.638/0001-09
25351.550730/2017-54 / 7546263
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452709227

ADAINERS MEDICAL LTDA / 16.849.094/0001-08
25351.356492/2019-54 / 4011374
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0358805228
25351.356492/2019-54 / 4011374
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0336721226

Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos / 92.665.611/0366-00
25351.225315/2015-55 / 7379034
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0452691221

DISFARMA SAUDE EIRELI / 38.159.600/0001-70
25351.815992/2021-56 / 1249835
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0392067226

GREYLOGIX BRASIL MAQUINAS LTDA. / 12.218.713/0001-05
25351.676888/2020-59 / 8202583
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0333965221

DROGARIA SANTOS E FARIAS LTDA / 29.432.157/0001-78
25351.160825/2018-61 / 7574915
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0260388228

COMERCIAL DRUGSTORE LTDA / 05.230.009/0027-41
25351.195127/2005-61 / 0433343
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452729221

HYPERDINAMICA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA / 02.536.680/0001-98
25023.020349/2004-62 / 8020944
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0391891227

RAFAELA VIRGINIA TESTI - ME / 23.829.464/0001-00
25351.671567/2017-62 / 3077622
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0333834224

F K Da Croce Meurer / 43.277.254/0001-64
25351.577935/2021-63 / 7857972
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0274325226
---
eugenia maria coelho & cia ltda / 05.536.348/0001-11
25351.033865/2011-64 / 0739089
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0412297226

DBVIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA / 26.959.662/0001-87
25351.009527/2022-64 /
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0346384222

DIMED S/A - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS / 92.665.611/0484-55
25351.484731/2019-65 / 7673766
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0412301228

Modern Transporte Aereo de Carga S.A / 03.887.831/0015-10
25351.363788/2020-65 / 8199854
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0391961225

MEDIC STOCK COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI EPP / 05.997.927/0001-61
25023.021151/2006-68 / 3034756
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0333686225

TAYSSA ARAUJO SILVA / 36.728.861/0001-38
25351.523967/2020-68 / 7728161
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0273901221

D N SOLUCOES HOSPITALARES LTDA / 41.422.455/0001-82
25351.778720/2021-68 / 8237640
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0392050226

FLORATTA - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 06.309.233/0001-57
25351.072586/2014-69 / 7309438
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452723222

FARMACIA 4 ELEMENTOS LTDA / 38.828.686/0001-86
25351.076240/2021-69 / 7787133
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0412303224

QUALLY FARMA HOSPITALAR LTDA / 10.749.855/0001-73
25351.208786/2019-71 / 3086121
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0333784227

JAMEF TRANSPORTES EIRELI / 20.147.617/0011-13
25351.733177/2018-74 / 8173862
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0346387221

VYTTRA DIAGNOSTICOS S.A. / 00.904.728/0004-90
25351.208749/2015-77 / 8121262
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0346390222
---
drogaria e perfumaria farmabella EIRELI / 08.976.463/0001-03
25351.553104/2014-77 / 7293099
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0274193228

FARMÁCIA CERRO BRANCO LTDA / 88.397.302/0001-96
25351.022979/2003-79 / 0323583
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452717228

TECNO MEDICAL COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA / 22.516.109/0001-19
25351.369126/2021-80 / 8222308
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0346770220

JOICE LUZIA FERNANDES - ME / 07.729.330/0001-61
25351.251105/2014-80 / 7260639
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452713225

DROGARIA ULTRAPOPULAR DE ITATIAIA II LTDA / 19.418.959/0001-70
25351.225457/2014-80 / 7160771
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0274230226

B E NAVARRO XAVIER DROGARIA / 33.426.845/0001-00
25351.286679/2019-83 / 7654361
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0260392226

COLECAO INDUSTRIA E COMERCIO DE INFORMATICA, TELECOMUNICACOES E ELETRONICA LTDA / 06.043.130/0001-98
25351.975959/2021-84 / 8238740
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0358771226

COMERCIAL DE MEDICAMENTOS KONZEN LTDA / 08.807.342/0001-20
25351.733800/2013-84 / 7269183
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452707221

S.V. BRAGA IMPORTADORA / 30.888.187/0001-72
25351.573687/2018-86 / 8172134
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0346685222
25351.573687/2018-86 / 8172134
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0346702224

Life Care Diagnosticos Eireli / 34.637.297/0001-12
25351.508502/2020-87 / 8201924
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0392096226

RAFAELA VIRGINIA TESTI - ME / 23.829.464/0001-00
25351.671588/2017-88 / 2097948
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0333783221

JOEFFERSON A. DA SILVA EIRELI / 01.093.933/0001-33
25351.093850/2015-89 / 7367756
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0270326222
---
farmacia circulo da saude ltda / 08.668.364/0001-56
25351.657127/2010-91 / 0702263
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0395574225

CARMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 28.834.716/0001-03
25351.080598/2018-91 / 1174749
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 0392110229

QUALLY FARMA HOSPITALAR LTDA / 10.749.855/0001-73
25351.208782/2019-92 / 1188335
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0333785223

Drogaria Avenida EIRELI / 21.488.133/0001-29
25351.205659/2015-96 / 7381924
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0274119229

A. F. DE MESQUITA & CIA LTDA / 10.366.696/0001-28
25351.697350/2011-97 / 0810235
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3929388212
25351.697350/2011-97 / 0810235
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0543267229

DISFARMA SAUDE EIRELI / 38.159.600/0001-70
25351.075763/2021-98 / 3101622
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0392069229

LUIS FAISSAL CALIL DA ANUNCIAÇÃO & CIA LTDA / 22.597.334/0001-27
25351.843398/2016-98 / 7434559
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0274121221
25351.843398/2016-98 / 7434559
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0273908229

DROGA LUZ LTDA / 35.266.097/0001-63
25351.327833/2013-99 / 7004533
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452727225

BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA / 02.913.684/0001-48
25351.022028/00-95 / 8004468
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0392128225

KOTA IMPORTS LTDA. / 00.325.031/0001-12
25004.032749/96 / 1032074
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0334018226

SM EMPREENDIMENTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 44.015.477/0001-16
25001.008916/84 / 1012847
7058 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 0392255227

VYTTRA DIAGNOSTICOS S.A. / 00.904.728/0001-48
25000.010382/96-35 / 1030039
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0346482224

MICROMED BIOTECNOLOGIA S.A. / 38.048.013/0001-03
25000.030383/96-51 / 1030727
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0392106221

RESOLUÇÃO-RE Nº 556, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIOSTERN FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. / 32.134.961/0001-85
25351.650409/2021-55 / 1260245
7035 - AFE - CANCELAMENTO - MEDICAMENTOS - INDÚSTRIA / 0321835221

RESOLUÇÃO-RE Nº 557, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

COMERCIAL DE MEDICAMENTOS SOUSA LTDA / 44.218.490/0001-72
25351.042817/2022-10 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334567220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

EDENILSA BARBOSA LIMEIRA SOARES FARMÁCIA / 44.123.714/0001-62
25351.044821/2022-12 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347550226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

M C DE S ANDRADE / 43.180.966/0001-60
25351.040949/2022-15 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321388229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019 e o documento emitido pela Vigilância Sanitária local encontra-se vencido, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

F H DA SILVA LUZ E CIA LTDA / 42.337.961/0001-36
25351.044816/2022-18 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347528220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

ROTILLI & MACHADO LTDA / 08.833.844/0002-06
25351.772559/2021-19 /
70372 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS / 4549329211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa não realizou operação societária. De acordo com o art. 8º, da RDC 102/2016, a atualização dos dados cadastrais da Autorização de Funcionamento de Empresas - AFE é permitida quando ocorrida operação societária. Adicionalmente, a empresa não cumpriu a exigência formulada sob o número de notificação 0134352/22-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.

VP COMERCIO FARMACEUTICO LTDA / 43.820.007/0001-62
25351.045647/2022-25 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0357277223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

FARMACIA YAGO GABRIEL LTDA / 22.986.394/0002-12
25351.042847/2022-26 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0334659225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não foi devidamente preenchida, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

GABRIELA PHARMA LTDA ME / 25.461.598/0001-47
25351.046772/2022-52 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0359623221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

S L DE OLIVEIRA / 31.805.562/0001-36
25351.019168/2022-53 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0154365222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

RONALD MORAIS DO NASCIMENTO LTDA / 42.652.190/0001-71
25351.044817/2022-54 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347536221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

L P DOS S COSTA / 37.522.896/0001-89
25351.063158/2022-55 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 6598140215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 7.87478-3, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9782/99.

AR FARMA COMERCIO LTDA / 44.585.862/0001-07
25351.045463/2022-65 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0356989226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém a assinatura do responsável técnico, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RSS FARMACIA VIDA LTDA / 44.421.461/0001-03
25351.040946/2022-73 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0321379220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

DROGARIA BRAULIO LTDA / 43.167.820/0001-85
25351.044820/2022-78 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0347547226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

RESOLUÇÃO-RE Nº 558, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

j.f pessoa nogueira / 37.846.754/0001-77
25351.371873/2020-05 / 7762698
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0395553222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade de funcionamento do estabelecimento no novo endereço, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.
25351.371873/2020-05 / 7762698
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0395677226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

FARMACIA VIEIRA BARBOSA LTDA / 00.931.510/0001-82
25351.179696/2002-17 / 0012593
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0452721226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

ADAINERS MEDICAL LTDA / 16.849.094/0001-08
25351.356491/2019-18 / 8183890
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0336594224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Expediente peticionado em duplicidade, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e RDC nº 76/2008. A empresa já obteve a alteração cadastral para seu endereço atual por meio do expediente nº 0310991/22-6.

NORTESUL LOGISTICA E TRANSPORTES ESPECIALIZADOS EIRELI / 11.821.060/0001-91
25351.031369/2021-48 / 3110179
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0333846222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas contrariando o disposto no art. 15, inciso III, alínea a, da RDC 16/2014.

FARMACIA VLK LTDA / 18.758.091/0001-94
25351.598837/2013-50 / 7039483
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0412319221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade de funcionamento do estabelecimento no novo endereço, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

ANTARTICA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 31.858.528/0001-20
25351.417851/2019-57 / 7667775
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0412295220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
No documento apresentado, emitido pela Vigilância Sanitária, não consta a atividade requerida nesta ampliação, contrariando o § 5º do art. 4º da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

DROGARIA PAX ERVALIA LTDA.ME / 07.230.028/0001-64
25351.280541/2005-75 / 0440894
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0260404223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3° da RDC n° 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 509, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de habilitação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
MOTIVAÇÃO INDEFERIMENTO

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 0480493/22-7
Programa Nacional de Controle de Qualidade Ltda. 73.302.879/0001-08
Rua Vicente Licínio, nº 191 e 193 - Tijuca. Rio de Janeiro/RJ
Descumprimento do art 8º da RDC nº 390/2020

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 474, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LEONARDO LOPES DA SILVA

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: LAVNOS SERVICE LTDA
ENDEREÇO: RUA DOS CARMELITAS Nº 48
BAIRRO: TRAPIA II
MUNICÍPIO: CARMÓPOLIS
UF: SE
CEP: 49740-000
CNPJ: 34.056.905/0001-03
PROCESSO Nº: 25351.677077/2021-56 (EXP: 4355121/21-6)
AUTORIZ/MS: 909805-3
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: QUANTICA SHIPPING AGENCY LTDA
ENDEREÇO: R. ALMIRANTE BARROSO, Nº 166, APT 22
BAIRRO: CAMPO GRANDE
MUNICÍPIO: SANTOS
UF: SP
CEP: 11.075-440
CNPJ: 44.297.676/0001-64
PROCESSO Nº: 25351.976832/2021-82 (EXP. 4856090/21-6)
AUTORIZ/MS: 9.09806-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL;

MATRIZ
EMPRESA: H2O LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA
ENDEREÇO: RUA GROTAS, Nº 210, SALA 02
BAIRRO: VILA MARANHÃO
MUNICÍPIO: SÃO LUÍS
UF: MA
CEP: 65091-236
CNPJ: 10.537.511/0001-09
PROCESSO Nº: 25351.633381/2021-91 (EXP: 4264694/21-3)
AUTORIZ/MS: 9.09798-0
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO DE BORDO DE VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPEREM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES;

MATRIZ
EMPRESA: VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA
ENDEREÇO: AV. MARIO GURGEL, Nº 5030, SETOR CENTRO ADM AB SALA 105
BAIRRO: VILA CAPIXABA
MUNICÍPIO: CARIACICA
UF: ES
CEP: 29145-901
CNPJ: 09.452.900/0001-44
PROCESSO Nº: 25748.000003/2022-54 (EXP;0082018/22-7)
AUTORIZ/MS: 9.09807-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MATRIZ
EMPRESA: ESGOTEC SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA PAJURAZINHO Nº 625 - GLEBA - AE3
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL II
MUNICÍPIO: MANAUS
UF: AM
CEP: 69007-410
CNPJ: 07.402.200/0001-10
PROCESSO Nº: 25758.003702/2022-37 (EXP:0258334/22-3)
AUTORIZ/MS: 9.09808-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS RESULTANTES DO TRATAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS E DEJETOS EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 475, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço nas Autorizações de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LEONARDO LOPES DA SILVA

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: CLEAN SEA COLETA DE RESIDUOS E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: R DESEMBARGADOR ALMEIDA GUIMARAES, 175, SALA A.
BAIRRO: PAJUÇARA
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57030-160
CNPJ: 28.100.976/0001-55
PROCESSO: 25764.730286/2017-05 (EXP:2322348/17-1)
AUTORIZAÇÃO M/S: 9.08.232-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS;

MATRIZ
EMPRESA: CLEAN SEA COLETA DE RESIDUOS E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: R DESEMBARGADOR ALMEIDA GUIMARAES, 175, SALA A.
BAIRRO: PAJUÇARA
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57030-160
CNPJ: 28.100.976/0001-55
PROCESSO: 25764.666653/2017-00 (EXP: 2232034/17-2)
AUTORIZAÇÃO M/S: 9.08.212-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 476, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social nas Autorizações de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LEONARDO LOPES DA SILVA

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: CLEAN SEA COLETA DE RESIDUOS E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: R DESEMBARGADOR ALMEIDA GUIMARAES, 175, SALA A.
BAIRRO: PAJUÇARA
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57030-160
CNPJ: 28.100.976/0001-55
PROCESSO: 25764.730286/2017-05 (EXP: 2322348/17-1)
AUTORIZAÇÃO M/S: 9.08.232-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS;

MATRIZ
EMPRESA: CLEAN SEA COLETA DE RESIDUOS E TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: R DESEMBARGADOR ALMEIDA GUIMARAES, 175, SALA A.
BAIRRO: PAJUÇARA
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57030-160
CNPJ: 28.100.976/0001-55
PROCESSO: 25764.666653/2017-00 (EXP: 2232034/17-2)
AUTORIZAÇÃO M/S: 9.08.212-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGREGAÇÃO, COLETA, ACONDICIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RESULTANTES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 477, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LEONARDO LOPES DA SILVA

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: WORLD TRANSPORTES LTDA - GALPÃO ESTRADA JABEQUABA
ENDEREÇO: R JOANA DARC, S/N
BAIRRO: NOVA BRASÍLIA
MUNICÍPIO: CANDEIAS
UF: BA
CEP: 43.810-250
CNPJ: 20.697.467/0001-40
PROCESSO: 25351.056996/2021-91 (EXP: 3142521/21-6)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO DE BORDO DE VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPEREM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: NÃO CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA NO PRAZO LEGAL, CONFORME RDC 204/2005 ART. 6º.

MATRIZ
EMPRESA: Q-LIMPO CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA
ENDEREÇO: RUA PROFESSOR JOSÉ CARNEIRO, Nº74
BAIRRO: ENCRUZILHADA
MUNICÍPIO: RECIFE
UF: PE

CEP: 52.041-520
CNPJ: 02.090.313/0001-03
PROCESSO Nº: 25757.000006/2022-89 (EXP.0392276/22-4)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: PERDA DO OBJETO DO PETICIONAMENTO POIS A EMPRESA JÁ POSSUI AFE VÁLIDA PARA A ATIVIDADE PLEITEADA (ART. 2º, ITEM II, RESOLUÇÃO RDC Nº345/2002, ALTERADA PELA RDC Nº 374, DE 16 DE ABRIL DE 2020).

RESOLUÇÃO-RE Nº 544, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LEONARDO LOPES DA SILVA

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: GUATOS PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI
ENDEREÇO: RUA JOSÉ ALBERTO PEREIRA, 47
BAIRRO: MONTE CASTELO
MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE/MS
UF: MS
CEP: 79010-211
CNPJ: 03.703.179/0001-31
PROCESSO N°: 25749.000001/2022-55 (EXP:0405222/22-0)
AUTORIZ/MS: 9.09809-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

_____
MATRIZ
EMPRESA: ESGOTEC SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA
ENDEREÇO: RUA PAJURAZINHO Nº 625 - GLEBA AE3
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL II
MUNICÍPIO: MANAUS
UF: AM
CEP: 69007-410
C.N.P.J: 07.402.200/0001-10
PROCESSO: 25758008146/2022-95 (EXP: 0358944/22-8)
AUTORIZ/MS: 9.09814-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

_____
MATRIZ
EMPRESA: BRK AMBIENTAL - REGIAO METROPOLITANA DE MACEIO S.A.
ENDEREÇO: AVENIDA FERNANDES LIMA, 679, 1° ANDAR DO SHOPPING CIDADE.
BAIRRO: FAROL
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57055-000
CNPJ: 39.580.673/0001-01
PROCESSO: 25351.372796/2021-83 (EXP: 3761117/21-3)
AUTORIZ/MS 9.09810-0
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS RESULTANTES DO TRATAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS E DEJETOS EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

_____
MATRIZ
EMPRESA: BRK AMBIENTAL - REGIAO METROPOLITANA DE MACEIO S.A.
ENDEREÇO: AVENIDA FERNANDES LIMA, 679, 1° ANDAR DO SHOPPING CIDADE.
BAIRRO: FAROL
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57055-000
CNPJ: 39.580.673/0001-01
PROCESSO: 25351.372797/2021-28 (EXP: 3761119/21-6)
AUTORIZ/MS: 9.09811-3
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO HUMANO DE BORDO DE VEÍCULOS TERRESTRES QUE OPEREM TRANSPORTE COLETIVO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, AERONAVES E EMBARCAÇÕES;

_____
MATRIZ
EMPRESA: BRK AMBIENTAL - REGIAO METROPOLITANA DE MACEIO S.A.
ENDEREÇO: AVENIDA FERNANDES LIMA, 679, 1° ANDAR DO SHOPPING CIDADE.
BAIRRO: FAROL
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57055-000
CNPJ: 39.580.673/0001-01
PROCESSO: 25351.372793/2021-40 (EXP: 3761094/21-3)
AUTORIZ/MS: 9.09812-7
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 545, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LEONARDO LOPES DA SILVA

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: JSX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP
ENDEREÇO: AV. GETÚLIO VARGAS, 162, SALA 01 - BOX 04 E 05
BAIRRO: VILA OPERÁRIA
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.303-220
CNPJ: 07.462.288/0001-65
PROCESSO Nº: 25741.000010/2022-16 (EXP. 0419873/22-8)
AUTORIZ/MS:
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMES, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO

_____
MATRIZ
EMPRESA: JSX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP
ENDEREÇO: AV. GETÚLIO VARGAS, 162, SALA 01 - BOX 04 E 05
BAIRRO: VILA OPERÁRIA
MUNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.303-220
CNPJ: 07.462.288/0001-65
PROCESSO Nº: 25741.264709/2015-71 (EXP. 4452909/21-3)
AUTORIZ/MS: 9.07156-9
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

RESOLUÇÃO-RE Nº 546, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR LEONARDO LOPES DA SILVA

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: COSTA E SILVA SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA Dr. FREITAS , 902.
BAIRRO: PEDREIRA
MUNICÍPIO: BELÉM
UF: PA
CEP: 66087-810
CNPJ: 17.082.575/0001-01
PROCESSO: 25760.529810/2014-22 (EXP: 7611685/21-0)
AUTORIZAÇÃO M/S: 9.06754-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Desinsetização ou desratização em veículos terrestres em trânsito por postos de fronteira, embarcações, aeronaves, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

DESPACHO DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

Certifico que a Entidade Social Extremo Oeste Agência de Crédito - EXTRACREDI, inscrita no CNPJ sob o n. 03.846.145/0001-04, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, para fins do disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 13.636 de 20 de março de 2018 e nos termos da Portaria nº 5.823, de 18 de maio de 2021.

Esta Certidão tem validade de 360 dias, contados a partir da data da sua emissão. Processo SEI/ME nº 14022.113842/2022-09.

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO
Secretário
Substituto

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 351 (22170402), constante nos autos do processo nº 13620.100029/2022-59, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 13620.100176/2022-29, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários da Cidade de Barcarena e Região do Baixo Tocantins - PA -, CNPJ 03.231.580/0001-06, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 352 (22176595), constante nos autos do processo nº 19964.115015/2021-44, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.101155/2022-16, de interesse do Sindicato Único dos Profissionais do Magistério Público das Redes Municipais de Ensino no Estado de Pernambuco, inscrição no CNPJ n° 10.569.456/0001-20, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 394 (22281397), constante nos autos do processo nº 19964.100003/2022-04, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.101410/2022-21, de interesse do SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE PROTECAO VEICULAR- SINPROVEC, CNPJ n.º 27.527.868/0001-09, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 419 (22384338), constante nos autos do processo nº 19964.100491/2022-41, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.101582/2022-02, de interesse do SIMOCESP - SINDICATO DOS MOTORISTAS CEGONHEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ nº 26.427.366/0001-35, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 177 (21718412), constante nos autos do processo nº 19964.117874/2021-78, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.100343/2022-27, de interesse do SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA, ATACADISTA, DE BENS, E PRESTACAO DE SERVICOS DE SAO LOURENCO E REGIAO , CNPJ 07.071.068/0001-00, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 315 (22021115), constante nos autos do processo nº 19964.100262/2022-27, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.100864/2022-84, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE MADEIRA E LENHA -SITIEML, CNPJ 74.870.668/0001-26, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 147 (21621899), constante nos autos do processo nº 19964.117754/2021-71, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.100112/2022-13, de interesse do SINDICATO DOS FISCAIS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL - SAFIM/CZS, CNPJ42.132.741/0001-76, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 382 (22246209), constante nos autos do processo nº 19964.100441/2022-64, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.101262/2022-44, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Conceição do Mato Dentro - MG, inscrição no CNPJ n° 07.254.067/0001-00, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 238 (21859886), constante nos autos do processo nº 14022.179021/2021-46, resolve: conhecer e negar provimento aos Recursos administrativos nº 14022.107583/2022-79, 14022.108035/2022-66 e 19964.100681/2022-69, de interesse do Sindicato dos Servidores Municipais de Prados/MG - SINDPRADOS, inscrição no CNPJ n° 37.000.408/0001-73, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, nos termos do art. 282 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e com fulcro no § 1º do art. 56, da Lei 9.784/1999, assim como na Análise Técnica 428 (22415575), constante nos autos do processo nº 19964.117793/2021-78, resolve: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo n.º 19964.101639/2022-65, de interesse do Sindicato do Comércio de Teófilo Otoni e Região, CNPJ n.º 22.695.514/0001-41, com respaldo no art. 64, da Lei n° 9.784/1999.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 421 (SEI22387133), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101670/2022-04, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAAPORA - SINSERCAP, CNPJ 12.232.375/0001-66, para representação da categoria Profissional dos servidores públicos municipais ativos, inativos e aposentados das prefeituras e Câmaras municipais, autarquias e da administração direta e indireta dos municípios de Alhandra, Caaporã e Pitimbu do Estado da Paraíba, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Alhandra, Caaporã e Pitimbu, no Estado da Paraíba/PB, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS

DESPACHOS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 436 (22426730), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS GUARDAS MUNICIPAIS INSPETORES SUBINSPETORES E AGENTES DE TRANSITO DO IPOJUCA- SINDGUARDAS - IPOJUCA, CNPJ nº 15.249.520/0001-00, Processo nº 19964.115843/2021-82, para representar a Categoria dos servidores membros dos guardas municipais, inspetores, subinspetores e agentes de trânsito, com abrangência municipal e base territorial no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil - UNSP/Sindicato Nacional, CNPJ nº 33.721.911/0001-67, Processo 46219.007289/2009-80 , excluindo a categoria dos servidores membros dos guardas municipais, inspetores, subinspetores e agentes de trânsito no município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 441/2022/ME (22439652), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do município de Senhor do Bonfim -Bahia, CNPJ 13.345.376/0001-80, Processo 19964.117187/2021-52, para representar a Categoria Profissional e específica da Agricultura Familiar, abrange aqueles que proprietários ou não, incluídos os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial Senhor do Bonfim, Estado BA, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 457 (SEI22483892), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Municipais da Escada - PE, CNPJ 24.411.688/0001-92, Processo 19964.115898/2021-92, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal da Escada, inclusive vinculados à Câmara Municipal, aos órgãos da administração indireta e os servidores municipais aposentados, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Escada, no Estado de Pernambuco/PE, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil - UNSP/Sindicato Nacional, CNPJ nº 33.721.911/0001-67, Processo 46219.007289/2009-80 , excluindo a Categoria Profissional dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal da Escada, inclusive vinculados à Câmara Municipal, aos órgãos da administração indireta e os servidores municipais aposentados, no Município de Escada, no Estado de Pernambuco/PE, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 445(SEI22445581), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Coronel Vivida - SINTRAF/CEL, CNPJ 75.616.391/0001-72, Processo 19964.117497/2021-77, para representar a Categoria Profissional dos profissional "agricultores familiares", a representação da categoria profissional e específica da Agricultura Familiar, abrange aqueles que proprietários ou não, incluídos os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais ou fiscais, desta base territorial, individualmente ou em regime de economia predominantemente familiar, executadas em condições de mútua dependência e colaboração com ajuda eventual de terceiros, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Coronel Vivida e Honório Serpa, no Estado do Paraná/PR, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 450 (SEI 22460022), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101793/2022-37, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar, Indústrias de Compressores Herméticos para Refrigeração e Indústrias de Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares de Joinville, CNPJ 79.370.417/0001-04, para representação da Categoria Profissional dos trabalhadores nas indústrias de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar, indústrias de compressores herméticos para refrigeração e indústrias de artigos e equipamentos odontológicos, médicos e hospitalares, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Joinville e Itaiópolis, no Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 451 (SEI 22462528), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101656/2022-01, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICIPIO DE ARATUIPE - BA, CNPJ 04.479.299/0001-60, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência Municipal e base territorial no município de Aratuípe, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 453 (SEI22477145), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101784/2022-46, de interesse do STR de Muniz Ferreira - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Muniz Ferreira, CNPJ 01.608.781/0001-64, para representação da categoria São considerados trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Muniz Ferreira, no Estado da Bahia/BA, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, atual normativo sobre a matéria, na Análise Técnica nº 72 (SEI22508315): 1) INDEFERIR a impugnação nº nº 13621.102767/2022-21 de interesse a fticmemg - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais, CNPJ 17.447.962/0001-96, nos termos do art. 249, inciso I, II e VII, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c art. 52 da Lei nº 9.784/99.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento a decisão judicial atestada pelo PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00040/2022/CORETRABNE/PRU1R/PGU/AGU (22465547), com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022, e na ANÁLISE TÉCNICA Nº 71 (22498391), resolve: a) ANULAR a Nota Técnica SEI Nº 31868/2021/ME (17067017), publicada no DOU nº 128, Seção 1, pg. 95, de sexta-feira, 9 de julho de 2021, que culminou no arquivamento do Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46215.003168/2017-17 (SC18844), de interesse do Sindicato dos Guardas Portuários Empregados de Autoridade Portuárias dos Municípios de Arraial do Cabo, Angra dos Reis, Itaguai, Niteroi e Rio de Janeiro- SINDGUAPOR-RJ (impugnado), CNPJ 26.400.282/0001-08. b) MUDAR a situação do pedido em epigrafe para a situação "em tramitação", até que haja o integral cumprimento da sentença proferida nos autos do processos judicial nº 0000582-13.2021.5.10.0017, proveniente da 17ª Vara do Trabalho de Brasília, com seu trânsito em julgado.

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS

DESPACHOS DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 402 (22317459, resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINCOFARMA - SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO NORTE E NOROESTE FLUMINENSE SINCOFARMA, CNPJ nº 27.146.626/0001-67, Processo 19964.117117/2021-02 (SC21523), para representar a Categoria do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, com abrangência intermunicipal e base territorial em Aperibé, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Italva, Itaocara, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá e Varre-Sai no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) 1 - SINDICOMERCIO - Sindicato do Comércio Varejista de Campos, CNPJ: 28.894.715/0001-54. L012 P049 A1943; excluindo a Categoria Econômica do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 452 (SEI 22476895), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE BEBIDAS DE SANTA CATARINA - SINDIBEBIDAS -SC, CNPJ 83.088.823/0001-48, Processo 19964.116813/2021-93, para representar a Categoria Econômica das indústrias da cerveja de baixa fermentação e indústrias da cerveja e bebidas em geral, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabutã, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário

Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilhinha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuaçu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jardinópolis, Joaçaba, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Müller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontras, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Painel, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Salete, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbé do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tílias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa, no Estado de Santa Catarina, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja de Baixa Fermentação, CNPJ 33.207.689/0001-89, Processo L018 P036 A1948; excluindo os municípios Abdon Batista, Abelardo Luz, Agrolândia, Agronômica, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Alto Bela Vista, Anchieta, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Apiúna, Arabutã, Araranguá, Armazém, Arroio Trinta, Arvoredo, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Arroio do Silva, Balneário Barra do Sul, Balneário Camboriú, Balneário Gaivota, Balneário Piçarras, Balneário Rincão, Bandeirante, Barra Bonita, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Belmonte, Benedito Novo, Biguaçu, Blumenau, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Bom Retiro, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Braço do Trombudo, Brunópolis, Brusque, Caçador, Caibi, Calmon, Camboriú, Campo Alegre, Campo Belo do Sul, Campo Erê, Campos Novos, Canelinha, Canoinhas, Capão Alto, Capinzal, Capivari de Baixo, Catanduvas, Caxambu do Sul, Celso Ramos, Cerro Negro, Chapadão do Lageado, Chapecó, Cocal do Sul, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Correia Pinto, Criciúma, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Entre Rios, Ermo, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Florianópolis, Formosa do Sul, Forquilhinha, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Garopaba, Garuva, Gaspar, Governador Celso Ramos, Grão Pará, Gravatal, Guabiruba, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Ibirama, Içara, Ilhota, Imaruí, Imbituba, Imbuia, Indaial, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuaçu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Itapema, Itapiranga, Itapoá, Ituporanga, Jaborá, Jacinto Machado, Jaguaruna, Jardinópolis, Joaçaba, José Boiteux, Jupiá, Lacerdópolis, Lages, Laguna, Lajeado Grande, Laurentino, Lauro Müller, Lebon Régis, Leoberto Leal, Lindóia do Sul, Lontras, Luiz Alves, Luzerna, Macieira, Mafra, Major Gercino, Major Vieira, Maracajá, Maravilha, Marema, Matos Costa, Meleiro, Mirim Doce, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Monte Castelo, Morro da Fumaça, Morro Grande, Navegantes, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Nova Trento, Nova Veneza, Novo Horizonte, Orleans, Otacílio Costa, Ouro, Ouro Verde, Paial, Painel, Palhoça, Palma Sola, Palmeira, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Passo de Torres, Passos Maia, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Penha, Peritiba, Pescaria Brava, Petrolândia, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Pomerode, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto Belo, Porto União, Pouso Redondo, Praia Grande, Presidente Castello Branco, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Princesa, Quilombo, Rancho Queimado, Rio das Antas, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio Negrinho, Rio Rufino, Riqueza, Rodeio, Romelândia, Salete, Saltinho, Salto Veloso, Sangão, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Bernardino, São Bonifácio, São Carlos, São Cristóvão do Sul, São Domingos, São João Batista, São João do Itaperiú, São João do Oeste, São João do Sul, São Joaquim, São José, São José do Cedro, São José do Cerrito, São Lourenço do Oeste, São Ludgero, São Martinho, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Siderópolis, Sombrio, Sul Brasil, Taió, Tangará, Tigrinhos, Tijucas, Timbé do Sul, Timbó, Timbó Grande, Três Barras, Treviso, Treze de Maio, Treze Tílias, Trombudo Central, Tubarão, Tunápolis, Turvo, União do Oeste, Urubici, Urupema, Urussanga, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Vidal Ramos, Videira, Vitor Meireles, Witmarsum, Xanxerê, Xavantina, Xaxim e Zortéa, do Estado de Santa Catarina; B) SIAMFRI - SINDICATO INDUSTRIA ALIMENTAÇÃO MUNICIPIOS FOZ RIO ITAJAI, CNPJ 76.710.888/0001-18, Processo 46000.007568/97-31, excluindo a Categoria Bebidas em Geral; nos municípios : Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo, do Estado de Santa Catarina; C) SINDIALIMENTOS - Sindicato das Indústrias de Alimentação do Oeste Catarinense, CNPJ nº 12.001.344/0001-02, Processo nº 46220.000543/2012-85; excluindo a Categoria Indústria de cerveja; Indústria de aguardente; Indústria de bebida alcoólica; Indústria de suco; Indústria de refresco; nos municípios de Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Águas Frias, Bom Jesus, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Formosa do Sul, Galvão, Guatambú, Ipuaçu, Irati, Jardinópolis, Jupiá, Lajeado Grande, Marema, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro Verde, Passos Maia, Planalto Alegre, Ponte Serrada, Quilombo, Santiago do Sul, São Domingos, São Lourenço do Oeste, União do Oeste, Vargeão, Xanxerê e Xaxim, do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 471 (SEI22530325), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE ITAMBÉ - SITAR, CNPJ 11.801.008/0001-73, Processo 19.964-116357/2021-81, para representar a Categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais: Integram a categoria profissional dos assalariados rurais compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Itambé, no Estado de Pernambuco/PE, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 464 (SEI 22505406), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SSPMCP - SINDICATO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL, CAMARA MUNICIPAL. AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE CAPITÃO POÇO - PARÁ, CNPJ 34.800.280/0001-34, Processo 19964.117381/2021-38, para representar a Categoria Profissional dos Servidores e/ou Empregados Públicos Municipais, da Prefeitura, da Câmara Municipal, de Autarquias Municipais, em Empresas Públicas Municipais e em Fundações Municipais, ativos e inativos, com abrangência Municipal e base territorial no município de Capitão do Poço, Estado do Para, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP- Sindicato Nacional- União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria dos Servidores e/ou Empregados Públicos Municipais, da Prefeitura, da Câmara Municipal, de Autarquias Municipais, em Empresas Públicas Municipais e em Fundações Municipais, ativos e inativos; no município de Capitão do Poço, do Estado do Pará; B) SINDFEPA- Sind. dos Serv. Pub. das Fund. e em Ent. Asst. e Cult., CNPJ 63.807.093/0001-80, Processo 35166.003923/91-34; excluindo a Categoria dos Servidores e/ou Empregados Públicos Municipais em Fundações Municipais, ativos e inativos; no município de Capitão do Poço, do Estado do Pará; C) SEPUB - Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará, CNPJ 34.622.076/0001-70, Processo 24000.002022/90-48; excluindo a Categoria dos Servidores e/ou Empregados Públicos Municipais, da Prefeitura, da Câmara Municipal, de Autarquias Municipais, em Empresas Públicas Municipais e em Fundações Municipais, ativos e inativos; no município de Capitão do Poço, do Estado do Pará, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 473 (SEI 22530859), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MAJOR SALES/RN, CNPJ 07.354.542/0001-01, Processo 19964.117287/2021-89, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em áreas não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, com abrangência Municipal e base territorial no município de Major Sales, no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 429 (SEI 22417059), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101591/2022-95, de interesse do SINDICATO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, FILANTROPICAS E RELIGIOSAS , ASSISTENCIAS DO RIO GRANDE DO SUL - SINIBERELF/RS, CNPJ 45.159.675/0001-16, para representação da categoria Econômica das Entidades Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas de Atividades de Assistenciais Social, abrangendo ainda s Instituições de educação preparatória infantil de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 12 (doze) meses, constituídas na forma de associação assistencial, mas excluindo a representação das entidades da categoria da Saúde sejam elas Beneficentes, Filantrópicas e Religiosas, Assistenciais ou não, e também das entidades da categoria da Educação pertencentes aos seguimentos da categoria econômica integrada pelas escolas de ensino fundamental, médio e superior, centros universitários, universidades, escolas de ensino técnico e escolas de EJA, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 439 (SEI 22432990), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.101719/2022-11, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVA FRIBURGO - SINDAF/NF, CNPJ n.º 15.083.216/0001-35, para representação da Categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares Proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 463 (22504082), resolve: RECONSIDERAR a decisão administrativa que deu cabimento a interposição do Recurso Administrativo 19964.101823/2022-13 nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99, ANULAR a Análise Técnica nº 366/2022/ME (22209059) publicada no D.O.U. de 11/02/22 , Seção 1 , N° 30 , PÁG.171 (22320611), com fulcro no art. 53 e 56, § 1º, da Lei nº 9.784/99 e PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 10264.100690/2022-72, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de Esteio, CNPJ 91.099.556/0001-32, para representação da Categoria Profissional dos trabalhadores na Construção Civil: de Montagem Industrial e Engenharia Consultiva; de Olarias, Cimento, Cal e Gesso; Cerâmica, Mármores e Granitos, Pinturas, Decorações, Estuques e Ornatos; Carpintarias, Serrarias e Tanoarias; Madeiras Laminadas, Compensados, Aglomerados e Fibras de Madeira; Móveis de Junco e Vime; Cortinados, Estofados; Escovas, Vassouras e Pincéis; Cimento Armado; Móveis de Madeira; Instalações Elétricas; Gás, Hidráulicas e Sanitárias; Extração de Rochas e Pedreiras em Geral; Refratários, aos Oficiais Marceneiros, Oficiais Eletricistas, Tratoristas, Operadores de Máquinas, Serventes e Auxiliares em Geral da Construção Civil e do Mobiliário, trabalhadores das indústrias de montagem, instalação e manutenção de redes elétricas públicas e privadas, com abrangência Intermunicipal e base territorial no municípios de Esteio e Sapucaia do Sul do Estado de Rio Grande do Sul, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 438 (22431648) resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical nº SC21655, processo 19.964-101496/2022-91, de interesse do Sindicato Rural de Madalena - CE, CNPJ 63.458.293/0001-75, visto a irregularidade documental, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 368 (22215460), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101359/2022-57, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras e Região, CNPJ 46.972.998/0001-97, tendo em vista insuficiência documental, pela ausência dos editais de convocação publicados no DOU e em jornal de grande circulação e lista de presença da AGE, bem como a não caracterização de categoria, nos termos do art. 253, inciso I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 467 (SEI 22515083), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 46211.004339/2010-81 de interesse do SINDIOLIVEIRA - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE OLIVEIRA, CNPJ 11.924.160/0001-43, tendo em vista a inércia do interessado, nos termos do art. 253, §2º da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 472 (22530569), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.101884/2022-72, de interesse do SindJoRe - Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo , CNPJ nº 54.204.946/0001-07, tendo em vista irregularidade/insuficiência documental, nos termos do Inciso I, do artigo 253, da Portaria nº 671/2021.

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 133, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000146/2022-15, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios II, CNPB nº 2009.0005-11, administrado pela BRF Previdência, CNPJ nº 01.689.795/0001-50.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 107, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211457 - Bom de Nota, Bom de Dança - Plano Anual 2022
ASSOCIAÇÃO PRÓ-ESPORTE E CULTURA
CNPJ/CPF: 01.285.504/0001-68
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Complementado: R$ 843.300,45
Valor total atual: R$ 2.753.963,31

204281 - Grupo Galpão - Manutenção e Programação 2021 - Plano Anual
Associação Galpão
CNPJ/CPF: 16.741.480/0001-81
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 797.717,94
Valor total atual: R$ 5.911.658,64

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
194139 - MÚSICA E SOLIDARIEDADE SEMPRE - VII EDIÇÃO
ASS-ASSOCIACAO SOLIDARIEDADE SEMPRE
CNPJ/CPF: 05.617.703/0001-87
Cidade: Londrina - PR;
Valor Complementado: R$ 224.269,49
Valor total atual: R$ 673.853,49

203996 - Plano Anual de Atividades OCTSP 2021
ASSOCIAÇÃO PRÓ MÚSICA DE PORTO ALEGRE
CNPJ/CPF: 90.366.311/0001-61
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 930.131,50
Valor total atual: R$ 2.962.968,13

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
203582 - Plano Anual MARGS - 2021
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MUSEU DE ARTE DO RIO GRANDE DO SUL ADO MALAGOLI
CNPJ/CPF: 88.642.301/0001-60
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 218.536,41
Valor total atual: R$ 871.684,39

PORTARIA Nº 108, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182481 - #Juntos
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SISTEMA DE CREDITO COOPERATIVO - FUNDACAO SICREDI
CNPJ/CPF: 07.430.210/0001-69
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

182607 - Projeto Teatro na Escola
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MAGE
CNPJ/CPF: 02.995.820/0001-96
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
203511 - ROCK BRASIL 40 ANOS - FESTIVAL DE MÚSICA E ARTES DOS ANOS 80
PECK PROMOCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.198.962/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
190491 - I Bienal do Lixo
LA MELA PUBLICIDADE, PROMOCAO E REPRESENTACAO LTDA
CNPJ/CPF: 14.584.313/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
177186 - Terra, tradição e memória: pesquisa, acervos, educação patrimonial e preservação do patrimônio cultural no oeste catarinense
Elisandra Forneck
CNPJ/CPF: 035.981.849-80
Cidade: Chapecó - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 109, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
204569 - Festival de Cultura Popular
CIRC CENTRO DE INTERCAMBIO E REFERENCIA CULTURAL
CNPJ/CPF: 12.157.714/0001-97
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 34.848,00
Valor total atual: R$ 890.250,24

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
184337 - Ações de Manutenção da Escola de Música de Nova Mutum - Temporada Orquestra Jovem de Nova Mutum
Associação Cultural e Social de Nova Mutum
CNPJ/CPF: 10.915.408/0001-47
Cidade: Nova Mutum - MT;
Valor Reduzido: R$ 7.424,36
Valor total atual: R$ 1.368.006,41

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204289 - 13ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul - Plano Plurianual
Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul
CNPJ/CPF: 01.546.913/0001-70
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 539.899,00
Valor total atual: R$ 12.574.573,61

205186 - Nise da Silveira (22 anos de morte) - da rebeldia ao afeto
M'Baraka Projetos e PRoducoes Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.959.913/0001-89
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 129.635,10
Valor total atual: R$ 741.996,36

PORTARIA Nº 110, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 182414 - ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PRESIDENCIAL EPITÁCIO PESSOA, publicado na portaria nº 0520/18 de 08/08/2018, no D.O.U. de 09/08/2018.

Onde se lê: O projeto visa à organização do arquivo presidencial Epitácio Pessoa e sua normatização com base na NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística, tendo como produto final um inventário analítico (banco de dados) para pesquisa dentro do site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acesso público. Além disso, visa à realização de uma pequena exposição com seminário sobre Epitácio Pessoa, ligado ao acervo, com participação de historiadores e pesquisadores sobre o tema.

Leia-se: O projeto visa à organização do arquivo presidencial Epitácio Pessoa e sua normatização com base na NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística, tendo como produto final um inventário analítico (banco de dados) para pesquisa dentro do site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acesso público. Além disso, visa à entrega de uma exposição e um seminário sobre Epitácio Pessoa, ambos virtuais, com participação de historiadores e pesquisadores sobre o tema.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 11, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O(A) SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1.258, de 03 de novembro de 2021 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor dos projetos culturais relacionados abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

211679 - 11º Olhar de Cinema - Festival Internacional de Curitiba
Grafo Audiovisual Ltda.-ME
CNPJ/CPF: 09.437.566/0001-50
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 278.220,00
Valor total atual: R$ 998.131,20

212325 - 29º Festival de Cinema de Vitória
Instituto Brasil de Cultura e Arte - IBCA
CNPJ/CPF: 11.474.955/0001-05
Cidade: Vitória - ES;

Valor Complementado: R$ 715.541,00
Valor total atual: R$ 2.185.373,09

212142 - RODO CINE 6ª EDIÇÃO
PORTO ARQUITETURA E CULTURA EIRELI
CNPJ/CPF: 10.567.528/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 192.134,00
Valor total atual: R$ 591.353,27

212558 - Programa Imagens em Movimento 11ª edição
RAIAR REDES DE ACOES E INTERACOES ARTISTICAS
CNPJ/CPF: 21.613.809/0001-69
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 32.399,00
Valor total atual: R$ 1.292.899,14

211351 - Festival CENSURA LIVRE de Cinema Itinerante
Galpao Produções Artisticas e Culturais ltda
CNPJ/CPF: 02.616.581/0001-16
Cidade: Vitória - ES;
Valor Complementado: R$ 193.142,00
Valor total atual: R$ 592.794,40

192745 - CINEMA AQUI 4ª edição
AUI CULTURAL PRODUCAO CULTURAL E ARTES CENICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 22.038.413/0001-06
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 254.626,47
Valor total atual: R$ 803.443,72

Art. 2.º - Homologar a redução de valor em favor dos projetos culturais relacionados abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

203682 - O Amigo Fantasminha
Belli Studio Design Ltda. ME
CNPJ/CPF: 03.274.384/0001-29
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Reduzido: R$ 0,01
Valor total atual: R$ 199.999,99

212425 - COTOLENGO, UM LAR DE HISTÓRIAS
O QUADRO PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 12.298.240/0001-01
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 6.472,00
Valor total atual: R$ 472.027,38

210418 - CoquetelMolotov.doc
Coda Produções Artística LTDA
CNPJ/CPF: 16.435.371/0001-36
Cidade: Olinda - PE;
Valor Reduzido: R$ 12.375,00
Valor total atual: R$ 580.662,50

204250 - Prêmio Brasil Criativo
Lucas de Moraes Foster - ME
CNPJ/CPF: 13.003.401/0001-47
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 121.844,00
Valor total atual: R$ 811.562,89

204479 - RODO CINE 4ª EDIÇÃO
PORTO ARQUITETURA E CULTURA EIRELI
CNPJ/CPF: 10.567.528/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.760,33
Valor total atual: R$396.754,66

211471 - 25ª Mostra de Cinema de Tiradentes
UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 00.246.471/0001-84
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 9.487,41
Valor total atual: R$2.890.512,58

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE CRUZ PEDRI

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO SFO Nº 1-E/SEF/SFO/CEA, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022

Processo nº: 01416.002588/2018-54

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar os prazos de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo até 31/12/2022, mantidos os mecanismos já aprovados.

SALIC	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	CNPJ
160688	MEU ÚLTIMO DESEJO	AURORA FILMES LTDA	08.429.784/0001-80
160875	O CASTELO CHINÊS	LOSBRAGAS PRODUCOES LTDA	06.967.225/0001-06
170062	LUCIA MCCARTNEY - 2ª TEMPORADA	ZOLA FILMES LTDA	10.874.608/0001-07
140419	A VILÃ DAS NOVE	LUPA FILMES LTDA	19.478.327/0001-00
170069	PRINCESA ADORMECIDA	PANORAMICA COMUNICACAO LTDA	05.565.485/0001-84

Art. 2º Prorrogar os prazos de captação de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo até 31/12/2023, mantidos os mecanismos já aprovados.

SALIC	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	CNPJ
130345	RAQUEL, 1:1	CLARALUZ PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA	16.835.137/0001-04
150325	CONVERSANDO COM EINSTEIN	ANÁGUA FILMES LTDA	07.337.401/0001-80
160463	TÁXI PARA A CISJORDÂNIA	PRIMO FILMES LTDA	06.137.016/0001-27
170330	SE CORRER O BICHO PEGA, SE FICAR O BICHO COME	GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.	01.378.559/0001-12
180396	REVOLTA DOS MALÊS	GIROS PROJETOS AUDIOVISUAIS LTDA	04.661.796/0001-84
210203	DETETIVES DO PRÉDIO AZUL 3 - UMA AVENTURA NO FIM DO MUNDO (DISTRIBUIÇÃO)	SM DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA	08.257.054/0001-49
160734	DIÁRIOS DE INTERCÂMBIO	ANANA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E EVENTOS LTDA	01.473.536/0001-97
150361	BUZUM	TV ZERO CINEMA LTDA	03.360.320/0001-40
170340	#EUSOUMARIA	AUTORIA C PRODUÇÃO E GESTÃO DE CONTEÚDO CRIATIVO LTDA ME	02.597.024/0001-03
160506	ARGELINO POR ACASO	VIDEOFILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICA LTDA	31.179.864/0001-46
150297	HERMANOTEU NA TERRA DE GODAH	CASÉ FILMES LTDA	09.558.964/0001-24
180065	O HÓSPEDE AMERICANO (THE AMERICAN GUEST)	LYNXFILM PRODUÇÕES AUDIO-VISUAIS LTDA	61.383.022/0001-72
150112	O IMPÉRIO	CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA S A	05.508.188/0001-05
160277	DERRAPADA	3 TABELA FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	09.107.296/0001-19
170621	O CRONISTA DO FUNK	CINEGRAMA FILMES LTDA	04.351.082/0001-70
170644	PONTO FIRME	BELEM-BRASÍLIA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS E CULTURAIS LTDA ME	18.913.837/0001-97
180064	O PORÃO DA RUA DO GRITO	CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA S.A.	05.508.188/0001-05
180373	REGRESSÃO - 1ª TEMPORADA	CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA S A	05.508.188/0001-05
180589	ANA E BETO	3 TABELA FILMES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	09.107.296/0001-19
180633	SALOMÉ	PONTE PRODUTORAS ASSOCIADAS LTDA	22.543.352/0001-26
170400	SOCORRO, VIREI MINHA MÃE!	CAMISA LISTRADA LTDA	03.987.306/0001-71
180376	REGRESSÃO - 2ª TEMPORADA	CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA S.A.	05.508.188/0001-05
150734	MAMONAS ASSASSINAS (SÉRIE)	TOTAL ENTERTAINMENT LTDA	02.863.008/0001-07
190142	DETETIVES DO PRÉDIO AZUL 3 - UMA AVENTURA NO FIM DO MUNDO	PARIS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA	12.580.503/0001-62
170551	ANGELA	BRAVURA CINEMATOGRÁFICA LTDA	19.069.618/0001-36
210212	PÁSSARO DE FOGO - A LENDA	MAR BRASILIS PRODUCOES CULTURAIS SUL LTDA	29.848.725/0001-16
160641	UMA NOVA CHANCE	DIANE PEIXOTO MAIA ME	07.419.227/0001-15
170779	SÓ NÃO POSSO DIZER O NOME	QUIMERA FILMES LTDA	22.331.409/0001-23

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CARLA SOBROSA MESQUITA MONSORES

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 9, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

II - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº 01498.000458/2019-03
Projeto: Levantamento, prospecção arqueológica, acessibilidade e conservação do acervo funerário no Povoado de Vila Velha
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Biológica e Forense, Departamento de Arqueologia - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Área de Abrangência: Município de Itamaracá, estado do Pernambuco
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02-Processo nº 01508.000642/2017-17
Projeto: Resgate Arqueológico, Monitoramento e Educação Patrimonial nas áreas de Implantação da PCH Cobre KM 19
Arqueólogo Coordenador: Raul Viana Novasco
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Marquinho, Laranjeiras do Sul e Nova Laranjeiras, estado do Paraná
Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01409.000365/2021-47
Projeto: Pesquisa Arqueológica no Bem Tombado "Outeiro Convento e Igreja da Penha - Arqueologia no Convento
Arqueólogo Coordenador: Celso Perota
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - IPAE
Área de Abrangência: Município de Vila Velha, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Processo nº 01496.000208/2021-08
Projeto: Cadastramento e Recadastramento de sítios arqueológicos nos municípios de Sobral, Forquilha, Irauçuba e Granja, CE
Arqueólogo Coordenador: Wagner Fernando da Veiga e Silva
Apoio Institucional: INSTITUTO TEMBETÁ - Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará
Área de Abrangência: Municípios de Sobral, Forquilha, Irauçuba e Granja, estado do Ceará
Prazo de Validade: 09 (nove) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Yuri Saraiva Drumm
Empreendimento: Fazenda Adjuta
Processo nº 01422.000532/2021-81
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Instalação da Fazenda Adjuta
Arqueólogo Coordenador: Cleiton Silva da Silveira
Arqueólogo de Campo: Júlio Toledo de Faria
Área de Abrangência: Município de São Valério da Natividade, estado do Tocantins
Prazo de validade: 03 (três) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Quartzblue Mineração Ltda
Empreendimento: Quartzblue Mina 148
Processo nº 01496.000439/2020-22
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Quartzblue Mina 148
Arqueólogo Coordenador: Otávio Augusto Pereira Freitas
Arqueólogo de Campo: Paulo João de Oliveira Júnior
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - Instituto Tembetá
Área de Abrangência: Município de Moraújo, estado do Ceará
Prazo de Validade: 09 (nove) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Limetec Minerais Industriais Ltda
Empreendimento: Mineração de Calcário (67,79 ha), Sintertec Minerais Industriais Ltda
Processo nº 01514.001233/2021-35
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - ADA para Mineração de Calcário (67,79 ha)
Arqueóloga Coordenadora: Eliany Salaroli La Salvia
Arqueóloga de Campo: Eliany Salaroli La Salvia
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Montalvânia, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Neoenergia Lagoa dos Patos Transmissão de Energia S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3 (C2): área das torres deslocadas em distância superior a 15 metros
Processo nº 01512.000134/2019-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Linha de Transmissão 230 kV Livramento 3 - Santa Maria 3 (C2): área das torres deslocadas em distância superior a 15 metros
Arqueólogo Coordenador: Luís Vinícius Sanches Alvarenga
Arqueólogo de Campo: Luís Vinícius Sanches Alvarenga
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências e Tecnologia (LA-MCT), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Área de Abrangência: Municípios de Santa Maria, Dilermando de Aguiar, São Gabriel, Rosário do Sul, Santana do Livramento e Cacequi, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

05-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Interligação Elétrica Ivaí S.A
Empreendimento: Linha de Transmissão 525 kV Guaíra - Sarandi
Processo nº 01508.900173/2017-38
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão 525 KV Guaíra - Sarandi CD
Arqueólogo Coordenador: Fábio Origuela de Lira
Arqueólogo de Campo: Pedro Antônio Carvalho Teixeira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Municípios de Guaíra, Terra Roxa, Francisco Alves, Iporã, Cafezal do Sul, Perobal, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Tapejara, Tuneiras do Oeste, Cianorte, Jussara, Terra Boa, Doutor Camargo, Ivatuba, Floresta, Maringá, Marialva e Sarandi, estado do Paraná
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

06-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: TGRJ-16 - Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Visconde de Inhaúma
Processo nº 01500.004799/2019-53
Projeto: Salvamento Arqueológico do Empreendimento Visconde de Inhaúma
Arqueóloga Coordenadora: Erika Marion Robrahn-González
Arqueólogo de Campo: Eneas Ferreira de Sá Silva
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

07-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Vista Serrana Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Empreendimento do Loteamento Akajatuba
Processo nº 01490.000164/2020-87
Projeto: Acompanhamento Arqueológico no Loteamento Akajatuba
Arqueóloga Coordenadora: Vanessa de Carvalho Benedito
Arqueóloga de Campo: Flávia de Oliveira Fernandes
Área de Abrangência: Município de Manaus, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 17 (dezessete) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Quartzblue Mineração Ltda
Empreendimento: Quartzblue Mina 034
Processo nº 01496.000413/2020-84
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Quartzblue Mina 034
Arqueólogo Coordenador: Otávio Augusto Pereira Freitas
Arqueólogo de Campo: Paulo João de Oliveira Júnior
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - Instituto Tembetá.
Área de Abrangência: Municípios de Uruoca e Moraújo, estado do Ceará
Prazo de Validade: 09 (nove) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Quartzblue Mineração Ltda
Empreendimento: Quartzblue Mina 035
Processo nº 01496.000414/2020-29
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Quartzblue Mina 035
Arqueólogo Coordenador: Otávio Augusto Pereira Freitas
Arqueólogo de Campo: Paulo João de Oliveira Júnior
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - Instituto Tembetá
Área de Abrangência: Município de Uruoca, estado do Ceará
Prazo de Validade: 09 (nove) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Voltália Energia do Brasil Ltda
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Gurupi
Processo nº 01422.000015/2022-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Fotovoltaico Gurupi
Arqueólogo Coordenador: Juliano Fonseca da Silva Rezende
Arqueólogo de Campo: Luiz Mauro Pereira de Sousa
Área de Abrangência: Município de Gurupi, estado do Tocantins
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: EDP Renováveis Brasil S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Catanduba
Processo nº 01421.000070/2020-21
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Catanduba
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Marcelo Rolim Manfrini
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História - Larq/CCHLA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de validade: 18 (dezoito) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Areal Rio Preto Ltda
Empreendimento: Areal Rio Preto
Processo nº 01409.000468/2018-10
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Areal Rio Preto

Arqueólogo Coordenador: Mauro Almeida e Silva
Arqueóloga de Campo: Emilly Leão de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de São Mateus, estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Teresina
Empreendimento: Parque Floresta Fóssil do Rio Poti
Processo nº 01402.000571/2018-11
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Parque Floresta Fóssil de Teresina
Arqueólogo Coordenador: Hebert Rogério do Nascimento Coutinho
Arqueólogo de Campo: Caio Clévio Carvalho Rocha
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado de Piauí
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ruy R da Rocha Produtos Cerâmicos Ltda
Empreendimento: Mineração Ruy R da Rocha Produtos Cerâmicos Ltda
Processo nº 01506. 003617/2018-96
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Mineração Ruy R da Rocha Produtos Cerâmicos Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Julian
Arqueóloga de Campo: Rafaela Torres Simões Faustino
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Ipeúna e Rio Claro, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Guerreiro Mineradora de Itapira Ltda
Empreendimento: Ampliação de Empreendimento Minerário - Guerreiro Mineradora de Itapira Ltda
Processo nº 01506.001740/2020-97
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Ampliação de Empreendimento Minerário - Guerreiro Mineradora de Itapira Ltda
Arqueólogo Coordenador: Celso de Andrade
Arqueólogo de Campo: Celso de Andrade
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Itapira, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

07-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A
Empreendimento: CCDI 43 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda
Processo nº 01506.001709/2021-37
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do CCDI 43 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda
Arqueóloga Coordenadora Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Gabriel Lotério Marques
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Guarulhos, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 09 (nove) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SDU & SMUP Loteamentos e Participações Ltda
Empreendimento: Loteamento "Vila Domenica" - Etapa 1 e 2
Processo nº 01506.001675/2021-81
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento "Vila Domenica" - Etapa 1 e 2
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Catanduva, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AS Incorporadora S/S Ltda
Empreendimento: Loteamento Mirassol II
Processo nº 01506.001605/2021-22
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Mirassol II
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Alfredo Marcondes, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: São Bento Administração e Participações Ltda.
Empreendimento: Loteamento Residencial Sem Denominação - Fase 2
Processo nº 01506.001603/2021-33
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Sem Denominação - Fase 2
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Valéria Marques dos Santos Tavares
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Tatuí, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Laurentiz & Superbia Empreendimento Imobiliário SPE Ltda
Empreendimento: Residencial Laura
Processo nº 01506.001498/2021-32
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Residencial Laura
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Taiúva, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cerâmica Endo Eireli
Empreendimento: Cerâmica Endo Eireli
Processo nº 01506.001187/2021-73
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de Implantação da Cerâmica Endo Eireli
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogo de Campo: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Apoio Institucional: FUNDAÇÃO MAR - Fundação Museu de História e Pesquisa e Arqueologia do MAR
Área de Abrangência: Municípios de Cesário Lange e Tatuí, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: JBS Confinamento Ltda
Empreendimento: JBS Confinamento Ltda
Processo nº 01506.000988/2021-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico JBS Confinamento Ltda
Arqueólogo Coordenador: Diego Barrocá
Arqueólogo de Campo: Diego Barrocá
Apoio Institucional: Fundação Cultural de Jacarehy "José Maria de Abreu", Prefeitura Municipal de Jacareí
Área de Abrangência: Município de Castilho, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Imcasa Three SPE Ltda
Empreendimento: Imcasa Three SPE Ltda
Processo nº 01506.000015/2022-63
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Imcasa Three SPE Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Maritza dos Santos Dode
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: município de Araraquara, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Empresa Desenvolvedora de Empreendimentos Energéticos Ltda
Empreendimento: UFV Nova Era

Processo nº 01514.001451/2021-70
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico UFV Nova Era
Arqueóloga Coordenadora: Inês de Oliveira Noronha
Arqueóloga de Campo: Inês de Oliveira Noronha
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Área de Abrangência: Município de Jaíba, estado de Minas Gerais.
Prazo de Validade: 03 (três) meses

16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Giardino Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Itacolomi
Processo nº 01512.000418/2021-42
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Itacolomi
Arqueóloga Coordenadora: Estefânia Jaékel da Rosa
Arqueóloga de Campo: Átila Perillo Filho
Apoio Institucional: Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) da Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Gravataí, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

17-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Krill Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Condomínio Residencial - SVB ATLÂNTIDA
Processo nº 01512.000416/2021-53
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação do Condomínio Residencial - SVB ATLÂNTIDA
Arqueólogo Coordenador: André Garcia Loureiro
Arqueóloga de Campo: Carolina Dietrichkeit Lima da Silva
Área de Abrangência: Município de Xangri-lá, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Aecogeo Soluções Ambientais Ltda
Empreendimento: CGH Esteira
Processo nº 01512.000092/2018-58
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico CGH Esteira
Arqueólogo Coordenador: Lucas Antônio Franceschi
Arqueólogo de Campo: Cassiano Bervig
Apoio Institucional: NUPHA - Núcleo de Pré-História e Arqueologia - Universidade de Passo Fundo
Área de Abrangência: Município de Monte Alegre dos Campos, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 03 (três) meses

19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rôgga S.A Construtora e Incorporadora
Empreendimento: Ubatuba Comfort Club
Processo nº 01510.001041/2021-69
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Empreendimento Imobiliário Ubatuba Comfort Club
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Valdir Luiz Schwengber
Apoio Institucional: Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann - Prefeitura de Ibirama
Área de Abrangência: Município de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rôgga S.A. Construtora e Incorporadora
Empreendimento: Condomínio Residencial Multifamiliar 2
Processo nº 01510.001040/2021-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Condomínio Residencial Multifamiliar 2
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Thiago Vieira Torquato
Apoio Institucional: Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann - Prefeitura de Ibirama
Área de Abrangência: Município de Itapoá, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rôgga S.A. Construtora e Incorporadora
Empreendimento: Condomínio Residencial Multifamiliar 1
Processo nº 01510.000965/2021-48
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Condomínio Residencial Multifamiliar 1
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Thiago Vieira Torquato
Apoio Institucional: Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann - Prefeitura de Ibirama
Área de Abrangência: Município de Itapoá, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Regional Vitta Londrina Desenvolvimento Imobiliário Ltda
Empreendimento: José Pavan
Processo nº 01508.000886/2021-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento José Pavan
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Jouran de Deus Ferreira

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Londrina, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Santa Alice Terraplanagem e Pavimentação Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Portugal
Processo nº 01508.000867/2021-50
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardim Portugal
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueóloga de Campo: Ana Claudia Fragoso
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município da Marialva, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: B&R Incorporador de Imóveis Ltda
Empreendimento: Loteamento Bokorni
Processo nº 01508.000814/2021-39
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Bokorni
Arqueólogo coordenador: Felipe Roger Alves Glória
Arqueólogo de Campo: Felipe Roger Alves Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Quatro Pontes, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Frimesa Coorporativa Central
Empreendimento: Subestação 138 kV Frimesa
Processo nº 01508.000756/2021-43
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Subestação 138 kV Frimesa
Arqueólogos Coordenadores: Cleiton Silva da Silveira e Fábio Isídio dos Santos
Arqueólogo de Campo: Cleiton Silva da Silveira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Medianeira, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Incorporadora Dalla Vecchia Ltda
Empreendimento: Loteamento Primavera
Processo nº 01508.000643/2021-48
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Primavera
Arqueólogo Coordenador: Diego Dias Pavei
Arqueóloga de Campo: Adriana Jussara Schuster
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Vitorino, estado do Paraná
Prazo de Validade: 01 (um) mês

27-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Incorporadora de Imóveis Dallagnol Eireli
Empreendimento: Loteamento Residencial Imigrantes
Processo nº 01508.000395/2021-35
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Imigrantes
Arqueólogo coordenador: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Arqueólogo de Campo: Lucio Cioni Sanabria Zarate
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Joaquim Távora, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

28-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Frimesa Cooperativa Central
Empreendimento: Linha de Distribuição em Alta Tensão 138 kV Frimesa - Seccionamento (Medianeira - São Miguel do Iguaçu)
Processo nº 01508.000362/2021-95
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Linha de Distribuição em Alta Tensão 138 kV Frimesa - Seccionamento (Medianeira - São Miguel do Iguaçu)
Arqueólogo Coordenadores: Cleiton Silva da Silveira e Fábio Isídio dos Santos
Arqueólogo de Campo: Murilo Galho Ribeiro
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Medianeira, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Monolux Construções Civis Ltda
Empreendimento: Jardim Residencial João Marques dos Reis
Processo nº 01508.000202/2018-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Jardim Residencial João Marques dos Reis
Arqueólogo Coordenador: Felipe Roger Alves Glória
Arqueólogo de Campo: Felipe Roger Alves Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Paiçandu, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

30-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MCE Jaguariúna Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Reserva Santa Clara
Processo nº 01506.003666/2019-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Reserva Santa Clara
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: David Lugli Turtera Pereira
Apoio institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Jaguariúna, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

31-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vista Serrana Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Lote 04 Akajutuba
Processo nº 01490.000237/2021-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Lote 04 Akajutuba
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Gabriel Pereira de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Área de Abrangência: Município de Manaus, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

32-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Energia Amazonas Transmissora de Energia S.A
Empreendimento: LT 230 kV Lechuga - Tarumã, CD, C1 e C2.
Processo nº 01490.000117/2021-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 230 kV Lechuga - Tarumã, CD, C1 e C2
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Fernando Erig Lima
Apoio Institucional: Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Área de Abrangência: Município de Manaus, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

33-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: DPZ - Comércio, Serviços, Importação e Exportação Eireli
Empreendimento: DPZ - Comércio, Serviços, Importação e Exportação Eireli - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado
Processo nº 01410.000255/2020-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico DPZ - Comércio, Serviços, Importação e Exportação Eireli - Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado
Arqueóloga Coordenadora: Maria Coimbra de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Maria Coimbra de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Regional de Arqueologia de Rondônia - Prefeitura Municipal de Presidente Médici
Área de Abrangência: Município de Guajará Mirim, estado de Rondônia
Prazo de Validade: 03 (três) meses

34-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Axis Locadora de Equipamentos S.A
Empreendimento: Usina Fotovoltaica Jaicós
Processo nº 01402.000573/2021-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Fotovoltaica Jaicós
Arqueóloga Coordenadora: Amanda Caroline Carvalho de Siqueira
Arqueólogo de Campo: Pablo Roggers Amaral Rodrigues
Área de Abrangência: Município de Jaicós, estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

35-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Axis Locadora de Equipamentos S.A
Empreendimento: Usina Fotovoltaica Parnaíba
Processo nº 01402.000571/2021-17
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Usina Fotovoltaica Parnaíba
Arqueóloga Coordenadora: Amanda Caroline Carvalho de Siqueira
Arqueólogo de Campo: Pablo Roggers Amaral Rodrigues
Área de Abrangência: Município de Parnaíba, estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

36-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cobra Brasil Serviços Comunicações e Energia S.A
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Cristino Castro
Processo nº 01402.000066/2021-72
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Complexo Fotovoltaico Cristino Castro
Arqueóloga Coordenadora: Janaína Patrícia Coutinho
Arqueólogo de Campo: Fernando Gonçalves Miranda
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de Cristino Castro, estado do Piauí
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

37-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: View Praia da Vila Construção SPE Ltda
Empreendimento: Condomínio View Praia da Vila
Processo nº 01510.001026/2021-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Condomínio View Praia da Vila
Arqueólogo Coordenador: Alexandro Demathé
Arqueólogo de Campo: Alexandro Demathé
Apoio Institucional: Museu Etno-Arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Imbituba, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

38-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Força Eólica do Brasil S/A
Empreendimento: Linha de Transmissão Bonito 500 KV
Processo nº 01402.000060/2020-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Linha de Transmissão Bonito 500 KV
Arqueóloga Coordenadora: Ana Cláudia de Arthur Jucá
Arqueólogo de Campo: Adolfo Yuji Okuyama
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de Lagoa do Barro do Piauí e Queimada Nova, estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

39-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Central de Geração Hidrelétrica São Roque SPE Ltda
Empreendimento: CGH São Roque I
Processo nº 01510.000867/2021-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a CGH São Roque I
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Arqueólogo de Campo: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Matos Costa, Calmon e Porto União, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 03 (três) meses

40-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Abatti Energia Ltda
Empreendimento: CGH Abatti
Processo nº 01510.000292/2021-26
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da CGH Abatti
Arqueólogo Coordenador: Silvano Silveira da Costa
Arqueólogo de Campo: Silvano Silveira da Costa
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Município de Irani, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 01 (um) mês

41-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Renova Energia S/A
Empreendimento: Parque Eólico Arpoti (APT)
Processo nº 01498.000754/2021-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Arpoti (APT)
Arqueóloga Coordenadora: Carla Verônica Pequini
Arqueólogo de Campo: Jagonhara Seixas Vicente
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Ciências Naturais - Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Área de Abrangência: Municípios de Jataúba, Poção, Sertânia e Arcoverde, estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

PORTARIA Nº 10, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

I-Autorização nº 02, Anexo IV, da Portaria nº 74, Seção I, Pág. 112, publicada no Diário Oficial da União em 25/11/2021, processo nº 01508.000613/2021-31, em nome da Sra. Lilia Benevides Guedes, projeto: "Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Jardim Verona", tendo em vista solicitação da arqueóloga coordenadora.

HERBERT MOURA REGO

PORTARIA Nº 11, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, resolve:

Referente ao processo nº 01496.000141/2018-06:

Repatriar do Acervo Arqueológico dos Sítios Cumbe 07 e 19, Aracati-CE.

Instituição Cedente: Instituto de Arqueologia e Patrimônio do Cultural do Ceará - Instituto Tembetá.

Instituição Requerente: Museu Comunitário do Cumbe e Canavieira/Associação dos Moradores do Cumbe e Canavieira.

Total de itens: 1.597 do Sítio Cumbe 07 e 1.167 do Sítio Cumbe 19.

HERBERT MOURA REGO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 64, de 15 de outubro de 2021, Seção 1, Anexo IV, Página 148, Renovação n° 01, processo n° 01508.000564/2017-51, publicada em 18/10/2021, publicada no DOU em 18/10/2021, onde se lê: Arqueóloga Coordenadora: Mariana Araújo Neumann, leia-se: Arqueóloga Coordenadora: Ana Cláudia de Arthur Jucá".

Na Portaria nº 83, de 30 de dezembro de 2021, Seção I, Página 641, Anexo IV, Autorização nº 05, processo nº 01506.000714/2021-22, publicada em 31/12/2021, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Eder Dutra Marques", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Hugo Lopes Tavares".

Na Portaria nº 59, de 27 de setembro de 2021, Seção 1, Anexo III, Página 107, Autorização nº 05, processo nº 01500.004028/2019-66, publicada em 28/09/2021, onde se lê: "Arqueólogos de Campo: Cilcair Lima de Andrade Carvalho Ramos e Henrique Vences Barros", leia-se: "Arqueóloga de Campo: Cilcair Lima de Andrade Carvalho Ramos".

Na Portaria nº 08, de 11 de fevereiro de 2022, Seção 1, Anexo IV, Página 113, Autorização nº 06, processo nº 01401.000117/2021-76, publicada em 14/02/2022, onde se lê: "Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação da PCH Recreio", leia-se: "Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação da PCH Cervo."

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 30, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 18, Anexo I, do Decreto nº 6.853, de 15 de maio de 2009, considerando o disposto no art. 2º-E, da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar os anexos IV e V da Portaria Nº 19 de 25 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial de 01/02/2022, seção 1, nos seguintes termos:

Anexo IV - Avaliação Individual - Pontuação Mínima 0,0

Meta Individual - Grau Descrição A - Pontuação 0,0000

Anexo V - Quesito A - Pontuação 0,0000 - Não realização de cursos de capacitação.

ANEXO IV

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

TABELA Nº 1 FATORES E PESOS DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

CRITÉRIO		FATORES DE VALIAÇÃO	% POR FATOR	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
META INDIVIDUAL	CÓD	ESPECIFICAÇÃO			
	A	CAPACITAÇÃO ANUAL MÍNIMA DE 40 HORAS EM CURSOS GERENCIAIS E/OU TÉCNICOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REFERENTES AO CARGO EFETIVO NA UNIDADE DE AVALIAÇÃO	50,0	0,0	10,0
	TOTAL DA META INDIVIDUAL		50,0	0,0	10,0
FATORES DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL	A	PRODUTIVIDADE NO TRABALHO	10,0	0,6	2,00
	B	CONHECIMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS	10,0	0,6	2,00
	C	TRABALHO EM EQUIPE	10,0	0,6	2,00
	D	COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO	10,0	0,6	2,00
	E	CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA NO DESEMPENHO DO CARGO	10,0	0,6	2,00
	TOTAL DE FATORES		50,0	3,0	10,00
TOTAL DA META INDIVIDUAL			100,0	6,0	20,0

OS QUESITOS E A PONTUAÇÃO DEFINIDA PARA A META(S) DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL E OS FATORES MÍNIMOS DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL CONFORME PROCESSO A SEGUIR APRESENTADO

1.1 META(S) INDIVIDUAL (IS) (RAZÃO = 1,4937)

GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,0000
B	4,4811
C	6,6934
D	10,0000

1.2 FATOR: PRODUTIVIDADE NO TRABALHO (RAZÃO = 1,4937)

GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

1.3. FATOR: CONHECIMENTO DE METODOS E TÉCNICAS (RAZÃO= 1,4937)

GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

1.4. FATOR: TRABALHO EM EQUIPE (RAZÃO= 1,4937)

GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

1.5. FATOR: COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO (RAZÃO= 1,4937)	
GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

1.6. FATOR: CUMPRIMENTO DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS DE CONDUTA (RAZÃO= 1,4937)	
GRAU DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
A	0,6000
B	0,8962
C	1,3387
D	2,0000

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DA(S) META(S) DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

Período de Avaliação ____/____/____

1 - UNIDADE DE AVALIAÇÃO:	
2 - UNIDADE ADMINISTRATIVA:	

3- IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR AVALIADO:		
Nome:	Cargo/Função:	Matrícula SIAPE:
E-mail:		

4- IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR:		
Nome:	Cargo/Função:	Matrícula SIAPE:
E-mail:		

META: Capacitação anual mínima de 20 horas em cursos gerenciais ou técnicos relacionados com as atividades do cargo na Unidade de Avaliação - RAZÃO - 1,4937.

QUESITO	PONTUAÇÃO	DESCRITOR DE DESEMPENHO INDIVIDUAL	NOTA / AVALIAÇÃO
A	0,0000	Não realização de cursos de capacitação.	
B	4,4811	Realização de cursos de capacitação de até 08 horas em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação.	
C	6,6934	Realização de cursos de capacitação com carga horária superior a 08 horas e menores de 20 horas anuais em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação.	
D	10,000	Realização de cursos de capacitação com carga horária igual ou superior a 20 horas anuais em áreas gerenciais ou técnicas relacionadas com as atividades do cargo na unidade de avaliação.	
		RESULTADO FINAL	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 03 de março de 2022.

SÉRGIO NASCIMENTO DE CAMARGO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 20, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

A Promotora de Justiça titular da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público - ICP;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 22 da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, são atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, entre outras:

II - zelar pela observância do contido na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), na Lei Federal nº 6.766/79 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), na Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades), no Plano de Ordenamento Territorial (PDOT), nos Planos Diretores Locais (PDLs) e nas demais normas relacionadas à ordem urbanística;

V - elaborar e executar a política institucional de defesa da ordem urbanística e de prevenção e repressão ao parcelamento irregular ou ilegal do solo, a ser definida em conjunto com as Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Difusos - PROREG, sob a mediação da respectiva Câmara Especializada de Coordenação e Revisão;

XIV - zelar pela legalidade e obediência às exigências das licenças urbanísticas determinadas por lei;

XX - instaurar e presidir o inquérito civil público, bem como o procedimento de investigação preliminar, para a defesa da ordem jurídica relativa à área de sua atuação;

CONSIDERANDO que o Anexo I, Capítulo XIV da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, inclui nas atribuições da 5ª PROURB os "feitos judiciais e extrajudiciais relacionados às Regiões Administrativas do Núcleo Bandeirante, Guará, Lago Sul, Candangolândia, Park Way e Setor Complementar de Indústrias relativos à sua área de atuação";

CONSIDERANDO que, por intermédio do Mandado de Segurança nº 0707626-71.2021.8.07.0018, impetrado por Juliana Gomes de Assumpção em desfavor do Subsecretário de Operações do DF LEGAL, esta Promotora de Justiça tomou conhecimento do início de atividade de parcelamento do solo para fins urbanos na Colônia Agrícola Águas Claras, Chácara 01, na Região Administrativa do Guará/DF;

CONSIDERANDO que, diante de tal fato, foi autuada a Notícia de Fato nº 08191.134988/2021-54 (08190.030558/21-76);

CONSIDERANDO que foi requisitado à 4ª Delegacia de Polícia a instauração de inquérito policial visando à responsabilização criminal dos parceladores;

CONSIDERANDO que foi instaurado o IP 664/2021 - 4ª DP e que este foi distribuído no PJE sob o número 0700032-81.2022.8.07.0014;

CONSIDERANDO que o DF LEGAL enviou a esta Promotoria de Justiça os relatórios das operações realizadas na Colônia Agrícola Águas Claras, Chácara 01, na Região Administrativa do Guará/DF (Peça 12);

CONSIDERANDO que, recentemente, outra ocupante da CAAC, Chácara 1, Guará-DF, impetrou mandado de segurança contra as ações do DF LEGAL (autos nº 0700287-27.2022.8.07.0018, autora Ana Paula Carvalho Garcia);

CONSIDERANDO por fim, a impossibilidade de se prorrogar, por mais uma vez, o prazo de tramitação da Notícia de Fato nº 08191.134988/2021-54 (08190.030558/21-76), e, por outro lado, a existência de diligências pendentes, resolve:

INSTAURAR O PRESENTE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO,

com a finalidade de reunir os elementos de convicção necessários para a futura propositura de ação civil pública visando à desconstituição das irregularidades urbanísticas e a indenização por danos ambientais decorrentes do parcelamento irregular do solo para fins urbanos da Chácara 01 da Colônia Agrícola Águas Claras, na Região Administrativa do Guará/DF.

Autue-se.

LAÍS CERQUEIRA SILVA FIGUEIRA

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ 26.994.574/0001-16

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de dezembro de 2021. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: Dezembro/2021 **Valores em R$**

ATIVO			PASSIVO		
	2021	2020		2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	**869.669.696,54**	**811.443.281,43**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**461.964,16**	**2.149.541,30**
Caixa e Equivalentes de Caixa	861.228.875,97	793.471.654,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.697,09	1.631.699,48
Créditos a Curto Prazo	8.440.820,57	17.971.627,43	Demais Obrigações a Curto Prazo	460.267,07	517.841,82
Clientes	3.191,42	26,31			
Demais Créditos e Valores	10.578.868,72	24.451.741,84			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-2.141.239,57	-6.480.140,72			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**161.272,28**	**-**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**161.272,28**	**-**	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**461.964,16**	**2.149.541,30**
Créditos a Longo Prazo	161.272,28	-	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**2021**	**2020**
Demais Créditos e Valores	230.388,97	-	**Resultados Acumulados**	**869.369.004,66**	**809.293.740,13**
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-69.116,69	-	Resultado do Exercício	60.075.264,53	61.949.286,49
			Resultados de Exercícios Anteriores	809.293.740,13	747.351.150,66
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-6.697,02
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**869.369.004,66**	**809.293.740,13**
TOTAL DO ATIVO	**869.830.968,82**	**811.443.281,43**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**869.830.968,82**	**811.443.281,43**

Período: Dezembro/2021 **Valores em R$**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	**2021**	**2020**	**PASSIVO**	**2021**	**2020**
ATIVO FINANCEIRO	861.228.875,97	793.471.654,00	PASSIVO FINANCEIRO	969.056,57	2.260.912,24
ATIVO PERMANENTE	8.602.092,85	17.971.627,43	PASSIVO PERMANENTE	-	-
TOTAL DO ATIVO	**869.830.968,82**	**811.443.281,43**	**TOTAL DO PASSIVO**	**969.056,57**	**2.260.912,24**
			SALDO PATRIMONIAL	**868.861.912,25**	**809.182.369,19**

Período: Dezembro/2021 **Valores em R$**

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
ATIVO			**PASSIVO**		
	2021	**2020**		**2021**	**2020**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**18.301.645,76**	**32.403.420,21**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**-**	**-**
Atos Potenciais Ativos	**18.301.645,76**	**32.403.420,21**	Atos Potenciais Passivos	**-**	**-**
Direitos Contratuais	18.301.645,76	32.403.420,21	Obrigações Contratuais	**-**	**-**
TOTAL	**18.301.645,76**	**32.403.420,21**	**TOTAL**	**-**	**-**

Período: Dezembro/2021 **Valores em R$**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO**
Recursos Vinculados	**860.259.819,40**
Alienação de Bens e Direitos	1.385.381,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	858.874.437,90
TOTAL	**860.259.819,40**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO FINANCEIRO

Período: Dezembro/2021 **Valores em R$**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**	ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**
Receitas Orçamentárias	**77.066.169,15**	**74.528.397,01**	**Despesas Orçamentárias**	**8.019.121,51**	**9.661.508,27**
Vinculadas	**108.716.891,06**	**120.450.958,03**	**Vinculadas**	**8.019.121,51**	**9.661.508,27**
Alienação de Bens e Direitos	-	609.716,01	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	8.019.121,51	9.661.508,27
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	108.716.891,06	119.841.242,02			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-31.650.721,91**	**-45.922.561,02**			
Transferências Financeiras Recebidas	**656,29**	**651,72**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**30.538.989,06**	**30.927.033,78**
Independentes da Execução Orçamentária	656,29	651,72	Independentes da Execução Orçamentária	30.538.989,06	30.927.033,78
Movimento de Saldos Patrimoniais	656,29	651,72	Movimento de Saldos Patrimoniais	30.538.989,06	30.927.033,78
Recebimentos Extraorçamentários	**31.106.014,51**	**32.787.722,21**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**1.857.507,41**	**554.545,87**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	69.465,25	133.871,14	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	133.871,14	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	498.216,49	1.726.347,51	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.723.636,27	553.424,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	1.121,50	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	1.121,50
Outros Recebimentos Extraorçamentários	30.538.332,77	30.926.382,06		-	-
Arrecadação de Outra Unidade	30.538.332,77	30.926.382,06			
Saldo do Exercício Anterior	**793.471.654,00**	**727.297.970,98**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**861.228.875,97**	**793.471.654,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa	793.471.654,00	727.297.970,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	861.228.875,97	793.471.654,00
TOTAL	**901.644.493,95**	**834.614.741,92**	**TOTAL**	**901.644.493,95**	**834.614.741,92**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Dezembro/2021 **Valores em R$**

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**70.182.484,57**	**66.915.801,49**
INGRESSOS	**107.605.158,21**	**104.846.836,28**
Receita Patrimonial	**937.336,15**	**1.299.321,14**
Receita de Serviços	**105.573,74**	**175.726,38**
Remuneração das Disponibilidades	**71.345.826,63**	**52.068.525,36**
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**4.677.432,63**	**20.375.108,12**
Outros Ingressos Operacionais	**30.538.989,06**	**30.928.155,28**
Ingressos Extraorçamentários	-	1.121,50
Transferências Financeiras Recebidas	656,29	651,72
Arrecadação de Outra Unidade	30.538.332,77	30.926.382,06
DESEMBOLSOS	**-37.422.673,64**	**-37.931.034,79**
Pessoal e Demais Despesas	**-6.883.684,58**	**-7.002.116,00**
Legislativo	-6.883.684,58	-7.002.116,00
Transferências Concedidas	-	-763,51
Intragovernamentais	-	-763,51
Outros Desembolsos Operacionais	**-30.538.989,06**	**-30.928.155,28**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-1.121,50
Transferências Financeiras Concedidas	-30.538.989,06	-30.927.033,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-2.425.262,60**	**-742.118,47**
INGRESSOS	-	**609.716,01**
Alienação de Bens	-	**609.716,01**
DESEMBOLSOS	**-2.425.262,60**	**-1.351.834,48**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-2.383.449,26**	**-710.598,37**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-41.813,34**	**-641.236,11**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**67.757.221,97**	**66.173.683,02**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**793.471.654,00**	**727.297.970,98**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**861.228.875,97**	**793.471.654,00**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Dezembro/2021 **Valores em R$**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**118.760.130,75**	**111.905.499,49**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**35.070.350,33**	**35.864.684,71**
Venda de Mercadorias	29.034,92	146.690,60
Vendas de Produtos	61.928,40	19.230,04
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	34.979.387,01	35.698.764,07
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**72.670.967,63**	**58.232.832,51**
Juros e Encargos de Mora	316.670,30	5.277.691,62
Variações Monetárias e Cambiais	79.765,38	664.546,65
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	72.274.531,95	52.290.594,24
Transferências e Delegações Recebidas	**656,29**	**651,72**
Transferências Intragovernamentais	656,29	651,72
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**1.780,00**	**609.716,01**
Ganhos com Alienação	-	609.716,01
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.780,00	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**11.016.376,50**	**17.197.614,54**
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	5.459.373,58	103.177,50
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.557.002,92	17.094.437,04
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**58.684.866,22**	**49.956.213,00**
Pessoal e Encargos	-	**763,51**
Encargos Patronais	-	**763,51**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**96.621,28**	**173.912,35**
Serviços	96.621,28	173.912,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	**92.747,25**
Variações Monetárias e Cambiais	-	92.747,25
Transferências e Delegações Concedidas	**31.437.634,35**	**33.895.309,51**
Transferências Intragovernamentais	30.538.989,06	30.927.033,78
Outras Transferências e Delegações Concedidas	898.645,29	2.968.275,73
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**20.522.727,12**	**8.871.538,69**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.189.589,12	5.089.360,23
Desincorporação de Ativos	19.333.138,00	3.782.178,46
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**6.627.883,47**	**6.921.941,69**
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.627.883,47	6.921.941,69
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**60.075.264,53**	**61.949.286,49**

CELSO DE BARROS CORREIA NETO
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7504/O-8

FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 9291/O-6

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9016/O-4 T-DF

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 283, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, conforme PA SEI 0021763/2020, resolve:

Art. 1º Remanejar/Transformar a Função Comissionada abaixo relacionada, conforme quadro a seguir:

item	código FC	nível, descrição e origem FC	nível, descrição e destino FC
1	4218	FC-03 do Gabinete da Corregedoria - GC	FC-03 de Assistente da 5ª Vara da Fazenda Pública e Saúde Pública do Distrito Federal - 5VFPSPDF

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC Nº 1.650, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Aprova, ad referendum do Plenário, o acréscimo do parágrafo único ao Art. 2º da Resolução CFC n.º 1.594/2020, que dispõe sobre a concessão de auxílios financeiros aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a necessidade de premente adequação do disciplinamento para transferências voluntárias de recursos do CFC;

Considerando a obrigatoriedade de adoção de procedimentos de aquisição de produtos e de contratação de serviços que observem os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade;

Considerando a atribuição do presidente do CFC de baixar atos de competência do Plenário, ad referendum deste, em matéria que, por sua urgência, reclame disciplina ou decisão imediata, conforme disposto no inciso XXIV do Art. 27 do Regimento Interno do Conselho Federal de Contabilidade (Resolução CFC n.º 1.616/2021), resolve ad referendum do Plenário:

Art. 1º Fica acrescentado o parágrafo único ao Art. 2º da Resolução CFC n.º 1.594, publicada no Diário Oficial da União em 27 de abril de 2020, Edição 79, Seção 1, Página 110, com a seguinte redação:

Parágrafo único. Na aquisição de produtos e contratação de serviços com recursos provenientes de auxílio financeiro previsto nesta Resolução, compete aos CRCs, além da obrigatoriedade de observância aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, adotarem os preceitos legais cabíveis, em especial aos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar n.º 126/2006, do Decreto n.º 10.024/2019 e da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de março de 2022.

CONTADOR AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, CTO 05 (R2), DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Dá nova redação ao CTO 05 (R1), que dispõe sobre orientação aos auditores independentes para o trabalho de asseguração razoável sobre as informações contidas no Relatório Demonstrativo Anual (RDA), para fins de cumprimento dos requisitos da Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 10.356/2020.

CTO 05 (R2) - TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO RAZOÁVEL SOBRE AS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO DEMONSTRATIVO ANUAL (RDA)

OBJETIVO

Este comunicado técnico tem o objetivo de orientar os auditores independentes quanto aos procedimentos a serem executados para a emissão do relatório de asseguração razoável sobre as informações contidas no Relatório Demonstrativo Anual (RDA) e anexos a partir do ano- base 2020, para fins de cumprimento dos requisitos da Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores e Portaria n.º 5.150/2018 e alterações posteriores, que dispõe sobre as instruções para elaboração do relatório conclusivo pelas auditorias independentes. Além dessas normas, os auditores deverão, adicionalmente, observar o "Manual de Análise do Relatório Demonstrativo Anual (RDA)", disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que contém orientações sobre a metodologia a ser utilizada na análise, o enquadramento das atividades como projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), o tratamento dos dispêndios e normas técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

INTRODUÇÃO

De acordo com o Art. 4º da Lei n.º 13.969/2019, as entidades beneficiárias de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação desse setor farão jus aos benefícios previstos na Lei n.º 13.969/2019, que trata do crédito financeiro sobre o investimento em atividades de PD&I e depreciação acelerada para máquinas e equipamentos.

1. Pela Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, as entidades beneficiárias devem encaminhar, anualmente, ao Poder Executivo, conforme regulamento a ser editado pelo MCTI:

¸ demonstrativos de cumprimento, no ano anterior calendário, das obrigações estabelecidas nessa lei, mediante apresentação de relatórios descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados; e

¸ relatório e parecer conclusivo sobre as informações contidas no Relatório Demonstrativo Anual (RDA) e anexos, elaborados por auditoria independente, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e cadastrada no MCTI (conforme Portaria n.º 3.118/2018), que ateste a veracidade das informações prestadas.

DEFINIÇÕES

2.Para fins deste comunicado e para o cumprimento dos requerimentos da Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores, os termos possuem os seguintes significados:

¸ Relatório de asseguração razoável sobre as informações contidas no Relatório Demonstrativo Anual (RDA) e anexos: expressão utilizada neste comunicado para se referir ao relatório consolidado e parecer conclusivo a ser emitido pelo auditor independente sobre os demonstrativos do inciso I do § 9º do Art. 11 da Lei n.º 13.674/2018.

¸ Distorção relevante: são consideradas relevantes as distorções, incluindo omissões, se elas, individualmente ou em conjunto, puderem influenciar as decisões relevantes dos usuários previstos tomadas com base na informação do objeto. A determinação do que é relevante é baseada no julgamento profissional do auditor que utiliza a materialidade para determinações quantitativas e, quando aplicável, qualitativas. A importância relativa dos fatores qualitativos e quantitativos, ao considerar a materialidade de trabalho específico, é uma questão para o julgamento profissional do auditor independente.

ENTENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES

3.A NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão (ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) estabelece que a norma deve ser aplicada a toda asseguração que não se constitua em auditoria nem em revisão de informações financeiras históricas.

4.Conforme o item 10 da NBC TO 3000, ao conduzir o trabalho de asseguração, os objetivos dos auditores independentes são:

(a) obter segurança razoável ou segurança limitada, conforme apropriado, sobre se a informação do objeto está livre de distorções relevantes;

(b) expressar a conclusão acerca do resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto, por meio de relatório escrito que transmita uma asseguração razoável ou uma conclusão de asseguração limitada e descreva a base para a conclusão; e

(c) adicionalmente, proceder às comunicações requeridas pela NBC TO 3000 que sejam também aplicáveis.

5.Para fins deste comunicado, os trabalhos devem ser de asseguração razoável. Nesses trabalhos, o auditor independente tem por objetivo obter evidências apropriadas e suficientes de forma a expressar uma conclusão para aumentar o nível de confiança dos outros usuários, que não seja a parte responsável sobre a informação do objeto, ou seja, compreende o resultado da mensuração ou da avaliação de determinado objeto com base nos critérios aplicáveis. O trabalho de asseguração razoável é o trabalho de asseguração no qual o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão. A conclusão do auditor independente é emitida de forma que o possibilite expressar sua opinião sobre o resultado da mensuração ou da avaliação de determinado objeto, de acordo com os critérios aplicáveis. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que os procedimentos de asseguração, de acordo com a NBC TO 3000, sempre detectem as eventuais distorções relevantes existentes.

6.O escopo do trabalho possui características específicas, destacando-se os aspectos quantitativos e qualitativos, principalmente no que se refere à avaliação sobre o enquadramento dos projetos como atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação e análise dos dispêndios. A asseguração sobre as informações contidas no RDA e anexos, para fins de cumprimento dos requisitos da Lei n.º 13.969/2019, aplica-se a trabalho de asseguração razoável, a ser executado consoante as normas gerais previstas na NBC TO 3000 e as orientações deste comunicado, que dispõe, entre outros, dos procedimentos mínimos e específicos a serem executados pelo auditor.

7.Dessa forma, o auditor deve executar os procedimentos necessários para cumprir com as exigências previstas na Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores, com o objetivo de emitir uma opinião sobre se as informações contidas no RDA e anexos da entidade beneficiária foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Metodologia de Avaliação de RDA, versão 1.1 e versões posteriores, aprovada pela Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (Sempi) e pelo Manual de Instruções para Preenchimento do Sistema de Gestão da Lei de Informática (Sigplani),disponíveis no sítio do MCTI para fins do cumprimento dos requisitos da legislação citada, incluindo os critérios de análise de enquadramento de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e sua gradação.

8.A firma de auditoria, o auditor ou o sócio auditor encarregado do trabalho não poderá prestar serviços de que trata este CT a uma mesma empresa beneficiária por prazo superior a 5 (cinco) anos consecutivos, contados da primeira prestação de serviços, exigindo-se um intervalo mínimo de 3 (três) anos para a sua recontratação, observada a Portaria MCTIC n.º 1.662/2020 e suas alterações posteriores.

Planejamento

9.De acordo com o item 40 da NBC TO 3000, o auditor independente deve planejar o trabalho para que ele seja executado de maneira eficaz, incluindo a definição do alcance, da época e da coordenação do trabalho, assim como determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos planejados que são requeridos de forma a alcançar o seu objetivo.

Materialidade

10.O auditor independente deve levar em consideração a materialidade quando planejar e executar o seu trabalho, inclusive ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos; e avaliar se a informação do objeto está livre de distorções relevantes, conforme item 3.

Controles internos

11.O auditor independente deve obter entendimento dos controles internos relacionados com a elaboração da informação contida no Relatório Demonstrativo Anual (RDA) e anexos. Isso inclui a avaliação do desenho dos controles relevantes ao trabalho e à determinação se eles foram implementados, mediante execução de procedimentos em adição às indagações feitas aos responsáveis pela informação do objeto.

12.No trabalho de asseguração razoável, entender os controles internos sobre a informação do objeto auxilia o auditor independente a identificar os tipos de distorções e fatores que afetam o risco de distorções relevantes na informação do objeto. O auditor independente é requerido a avaliar o desenho dos controles relevantes e a determinar se eles foram implementados ao realizar procedimentos adicionais às indagações da parte responsável. O julgamento profissional é necessário para determinar quais controles são relevantes nas circunstâncias do trabalho.

Trabalho de especialistas

13.O trabalho sobre a avaliação do enquadramento dos projetos na atividade de pesquisa e desenvolvimento e processo produtivo básico (PPB) requer especialização, o que demandará o uso de especialistas com capacidade técnica e experiência em projetos de PD&I e/ou na área de Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs), que podem ser internos e/ou externos. De acordo com o item 52 da NBC TO 3000, citado a seguir, o auditor independente deve se envolver no trabalho para compreender, acordar e avaliar o serviço para o qual o especialista é utilizado na extensão que lhe permita aceitar a responsabilidade pela conclusão em relação às informações sobre o objeto. O auditor independente avalia até que ponto os serviços de especialista devem ser utilizados para formar a sua própria conclusão.

14."Quando o trabalho de especialista for utilizado, o auditor independente deve, também:

(a) avaliar se o especialista possui a competência, a capacidade e a objetividade necessárias para os seus propósitos. No caso de especialista externo, a avaliação da objetividade deve incluir indagação sobre interesses e relações que podem criar ameaças para a objetividade desse especialista;

(b) obter o suficiente entendimento da área de especialidade do especialista;

(c) acordar com o especialista a natureza, o alcance e a extensão do trabalho dele; e

(d) avaliar a adequação do trabalho do especialista para os propósitos do auditor independente."

Considerações de fraude e de atos ilegais

15.A responsabilidade primária pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança e da administração da entidade beneficiária. Portanto, é importante que a administração, com a supervisão geral dos responsáveis pela governança, enfatize a prevenção da fraude, o que pode reduzir as oportunidades de sua ocorrência, e a dissuasão da fraude, o que pode persuadir os indivíduos a não perpetrar fraude por causa da probabilidade de detecção e punição.

16.Por sua vez, o auditor é responsável por obter segurança de que as informações, como um todo, não contêm distorções relevantes, causadas por fraude ou erro. Devido às limitações inerentes nos trabalhos do auditor, há risco inevitável de que algumas distorções relevantes nas informações possam não ser detectadas, apesar dos procedimentos executados pelos auditores tenham sido devidamente planejados e realizados.

Exigências éticas relevantes

17.O auditor deve cumprir com as exigências éticas relevantes aplicáveis aos trabalhos de asseguração ou outras exigências profissionais impostas por leis ou regulamentos que contenham requisitos ou exigências similares aplicáveis a esses trabalhos. Adicionalmente, o auditor deve observar demais exigências conforme Portaria MCTI n.º 3.118 de 12 de junho de 2018 e alterações posteriores.

Representações formais

18.O auditor deve obter representações formais da administração da entidade beneficiária contendo, entre outras, as declarações de:

, que ela forneceu todas as informações das quais ela tenha conhecimento e que sejam relevantes ao trabalho;

, que ela é responsável pela elaboração das informações contidas no RDA, as quais foram elaboradas para fins do cumprimento dos requerimentos da Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores;

, que ela é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que as informações estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

19.Se o auditor independente determinar que é necessário obter uma ou mais representações adicionais para dar suporte a outras evidências relevantes para a informação do objeto, o auditor deve requerer tais representações por escrito.

20.As representações devem estar na forma de carta endereçada ao auditor independente datada o mais próximo possível, mas, não, depois da data do relatório de asseguração do auditor.

Obtenção de evidência - Consideração de riscos e respostas aos riscos

21.Com base no seu entendimento, o auditor independente deve:

(a) identificar e avaliar os riscos de distorção relevante nas informações contidas no RDA e anexos; e

(b) planejar e executar procedimentos para responder aos riscos avaliados e para obter segurança razoável que dê suporte à sua opinião. Em adição a qualquer outro procedimento nas informações do RDA e anexos que sejam apropriadas nas circunstâncias do trabalho, os procedimentos do auditor devem incluir a obtenção de evidência apropriada e suficiente sobre a efetiva operação dos controles relevantes quando:

(i) a avaliação de riscos pelo auditor incluir a expectativa de que os controles estejam operando de forma efetiva; ou

(ii) outros procedimentos, que não sejam testes de controles, não podem, sozinhos, fornecer evidências apropriadas e suficientes.

Procedimentos mínimos a serem executados pelos auditores independentes

22.De forma a orientar os auditores independentes na execução dos trabalhos e emissão do seu relatório de acordo com a NBC TO 3000, este comunicado apresenta a seguir a descrição dos procedimentos mínimos sugeridos para a asseguração, os quais não são exaustivos, cabendo ao auditor exercer seu julgamento profissional para determinar a necessidade de executar procedimentos adicionais.

Procedimentos específicos para as informações de faturamento

Faturamento total

23.Avaliar o desenho dos controles relevantes da entidade beneficiária relacionado ao faturamento total para possibilitar identificar riscos de distorções relevantes nas informações contidas no RDA e informar a existência de possíveis deficiências significativas nos controles internos relacionados ao faturamento que possam afetar o RDA. Com base no julgamento do auditor e na avaliação dos controles internos da entidade beneficiária, levando-se em consideração os aspectos contidos no item 22, o auditor deve planejar e executar os procedimentos apropriados e suficientes, relacionados às informações de faturamento total.

24.Determinar uma amostra e efetuar o confronto dos relatórios fiscais auxiliares com os registros contábeis, inspecionando, quando aplicável, as necessárias conciliações preparadas pela administração da entidade beneficiária, bem como do faturamento total constante no relatório fiscal auxiliar com o informado no RDA. Isso não se aplica a empresas contratantes de produção terceirizada, via contrato de assunção, em que não haja produção e faturamento de bens incentivados próprios.

Faturamento incentivado trimestral

25.Avaliar o desenho dos controles relevantes da entidade beneficiária relacionado com o processo de classificação de cada tipo de produto incentivado por Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e de elaboração do relatório fiscal auxiliar contendo as informações do faturamento incentivado trimestral apresentadas no RDA e determinar se os controles internos foram implementados de forma apropriada. Com base no julgamento do auditor e na avaliação dos controles internos da entidade beneficiária, levando-se em consideração os aspectos contidos no item 22, o auditor deve planejar e executar os procedimentos apropriados e suficientes, relacionados às informações de faturamento incentivado trimestral.

26.Obter o relatório elaborado pela entidade beneficiária que identifica a classificação NCM de cada tipo de produto identificado como incentivado, e confrontar sua classificação NCM com aquelas previstas no Anexo II do Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores.

27.Determinar uma amostra e obter o relatório fiscal auxiliar elaborado pela entidade beneficiária contendo informações sobre o faturamento gerado por produto incentivado trimestralmente, a região, as devoluções e os impostos incidentes sobre a venda, conforme previsto no Art. 9º §1 do Decreto n.º 10.356/2020. e confrontar essas informações com aquelas apresentadas no RDA. Isso não se aplica a empresas contratantes de produção terceirizada, via contrato de assunção, em que não haja produção e faturamento de bens incentivados próprios.

Procedimentos específicos para os dispêndios

28.Avaliar o desenho dos controles relevantes da entidade beneficiária relacionado aos dispêndios, inclusive em relação aos processos utilizados para rateio trimestrais, para identificar riscos de distorções relevantes nas informações e determinar se os controles internos foram implementados de forma apropriada para fornecer uma base para planejar e executar procedimentos de asseguração relacionados aos dispêndios trimestralmente. Com base no julgamento do auditor e na avaliação dos controles internos da entidade beneficiária, levando-se em consideração os aspectos contidos no item 22, o auditor deve planejar e executar os procedimentos apropriados e suficientes, relacionados às informações de dispêndios.

29.Para os projetos em que não foram identificadas exceções de enquadramento de atividade de PD&I, nos termos da legislação vigente, o auditor independente deve, para cada um dos projetos:

(a) analisar, com o apoio de especialistas, se os dispêndios atendem aos critérios de elegibilidade, pertinência e adequação definidos de acordo com a Metodologia de Avaliação de RDA, versão 1.1 e versões posteriores, aprovada pela Sempi e pelo manual de instruções para preenchimento do Sigplani;

(b) para projetos extraconvênio (Art. 18 da Lei n.º 13.969/2019), inspecionar a documentação suporte dos dispêndios, como, por exemplo, nota fiscal/fatura, folha de pagamento, planilhas gerenciais de rateio de dispêndios ou demais documentos comprobatórios dos dispêndios declarados. Estas inspeções documentais devem ser realizadas em base amostral por trimestre;

(c) com relação aos projetos realizados mediante convênio com centros ou institutos de pesquisa ou entidades brasileiras de ensino, oficiais ou reconhecidas, credenciados pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI (Art. 18 da Lei n.º 13.969/2019), deverão ser verificadas as informações relativas ao repasse financeiro realizado pela empresa beneficiária trimestralmente em favor do convênio, bem como eventuais pagamentos antecipados, conforme inciso III do Art. 34 do Decreto 10.356/2020. Para estas verificações, aplicar teste amostral e inspecionar a documentação suporte dos totais de repasses para as instituições, como, por exemplo, nota fiscal/fatura, planilhas gerenciais etc. De forma complementar, efetuar procedimento de confirmação externa - circularização - de informação, para cada um dos projetos, com a contraparte e confrontar os dados trimestrais com as informações inseridas no RDA.

(d) não se aplicam os critérios explícitos nesse inciso na análise do valor declarado para as despesas operacionais e administrativas incorridas na execução dos projetos e para a constituição de reserva no âmbito do convênio com centros ou institutos de pesquisa ou entidades brasileiras de ensino, oficiais ou reconhecidas, credenciados pelo CATI, nos termos do § 20 do Art. 11 da Lei n.º 8.248, de 1991 e alterações posteriores, cabendo somente a verificação do limite percentual e do cálculo estabelecidos na legislação.

30.O valor referente à prestação de serviço para a realização do trabalho no ano-base referente aos honorários do auditor, mesmo que o gasto ainda não tenha sido considerado como dispendido no RDA, serão avaliados por regime de competência.

31.Para fins dos procedimentos mencionados no item 32(b), o auditor deve determinar a amostra com base na materialidade consolidada do total de dispêndios dos projetos. Caso existam projetos para os quais a metodologia de seleção do auditor não resulte na seleção de pelo menos um item de dispêndio para testes em sua amostra, incluir, adicionalmente, na amostra pelo menos um item de dispêndio para tais projetos.

Procedimentos específicos para a distribuição de investimentos em PD&I - Obrigação

32.Para fins do atendimento dos artigos 12, 13 e 14 do Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores, o auditor deve confirmar se a entidade beneficiária aplicou em projetos de PD&I o percentual mínimo do seu faturamento, conforme previsto na legislação vigente, e:

(a) no caso dos investimentos do Art. 13, incisos I e II, obter a composição analítica dos convênios celebrados e, com base em amostragem, confrontar as informações reportadas no RDA sobre o convênio com o contrato e o termo aditivo de acordo firmado;

(b) no caso dos investimentos do Art. 13, inciso III, obter evidência se, durante o ano-base, a entidade beneficiária repassou os recursos de 0,4% do seu faturamento bruto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento.

33.Para fins do atendimento da Portaria n.º 2.495/2020 e do Decreto n.º 10.356/2020, que trata da produção terceirizada, efetuar procedimento de confirmação de informação com a contraparte e confrontar os dados referentes à tela "projetos executados por contratantes" no RDA, com as informações contidas no contrato de assunção de obrigações entre contratante e contratada.

Procedimentos específicos para avaliação da atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e pesquisa, desenvolvimento e inovação mínimo (PD&IM)

34.O auditor deve aplicar os seguintes procedimentos, com o apoio de especialistas, para cada um dos projetos informados no RDA:

(a) efetuar a leitura do material descritivo dos projetos elencados no RDA e anexos e, baseados no manual do Sigplani, obter evidências: (i) se os campos foram adequadamente preenchidos, (ii) se as atividades foram desenvolvidas dentro do período válido para o ano-base relativo ao RDA apresentado, (iii) se as atividades se referem à Tecnologia da Informação e (iv) se o projeto reportado foi apresentado de forma individualizada;

(b) observar se a entidade beneficiária efetuou a adequada classificação dos projetos reportados entre stricto sensu ou projetos de formação e capacitação nos termos definidos na Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores;

(c) efetuar leitura do material descrito nos projetos reportados no RDA e avaliar o enquadramento desses projetos como atividades de PD&I, nos termos definidos na Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores, por meio da gradação do conjunto de critérios estabelecidos no modelo de referência da Metodologia de Avaliação de RDA, versão 1.1 e alterações posteriores;

(d) para fins de atendimento a Lei n.º 13.969/2019, que trata da isenção do crédito financeiro sobre o investimento em atividades de PD&I, no caso dos investimentos repassados por meio de contrato de assunção de obrigações entre contratante e contratada, a auditoria da empresa contratante deverá obter evidências, por meio de circularização enviada para a contratada, dos investimentos assumidos por essa; e

(e) revisar a base de cálculo da PD&IM de acordo com o ANEXO I do Decreto nº 10.356/20 e manual do RDA.

Procedimentos específicos para certas declarações da entidade beneficiária

35.Obter evidência de que a entidade beneficiária cumpriu com o prazo de entrega do RDA.

36.Obter evidência por meio de declaração da existência do Processo Produtivo Básico (PPB), definido por meio da Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, e regulado por portaria específica emitida pelo MCTI.

37.Obter evidência por meio de declaração de que a entidade beneficiária está com regularidade fiscal e previdenciária com base em Certidão Negativa de Débitos (CND).

38.Obter evidência de que a entidade beneficiária possui Programa de Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados (PPLR) devidamente homologado no sindicato de categoria de classe, conforme descrito no Art. 4ª da Portaria MCTIC 4.899/2018, exigindo que "A empresa habilitada à fruição dos benefícios previstos no Decreto n.º 10.356/2020, deve implantar Programa de Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados da empresa (PPLR), nos termos da legislação vigente aplicável, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua primeira habilitação, definitiva ou provisória, se houver, à fruição desses benefícios fiscais."

39.Obter evidência de que a entidade beneficiária possui a certificação de qualidade baseada nas normas ISO 9001, conforme estabelecido no Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores.

40.Nos casos em que não é requerida declaração por parte da entidade beneficiária, fica a critério do julgamento do auditor a obtenção ou não de declaração ou representação formal da entidade beneficiária.

Procedimentos específicos para as informações de Processo Produtivo Básico (PPB)

41.O auditor deve aplicar, no mínimo, os seguintes procedimentos, com o apoio de especialistas, para assegurar comprovar no âmbito documental, o total acumulado em pontos das etapas de produção, de cada produto incentivado que teve faturamento bruto no ano-base, informados no RDA, nos termos das portarias de PPB vigentes:

(a) para a pontuação obtida por meio de investimento adicional em PD&I, ou em substituição a etapas produtivas, conforme estabelecido nas portarias dos produtos incentivados, deve ser avaliado conjuntamente com os demais investimentos em PD&I, conforme itens 30, 31 e 36;

(b) para a pontuação obtida por meio de Projeto de Desenvolvimento no País, deve ser analisada a aderência da empresa habilitada ao determinado na portaria de habilitação considerando os termos da Portaria MCT n.º 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI n.º 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC n.º 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC n.º 3.303, de 25 de junho de 2018, e suas alterações;

(c) para a pontuação obtida por meio de realização de etapas tangíveis (quantitativas - que envolvem elementos físicos), deve-se inspecionar, de forma amostral, documentação suporte de insumos ou fabricação na empresa, como notas fiscais, planilhas de movimentação de estoque, cartas de circularização, listagem de insumos, instruções de trabalho ou outros meios que evidenciem o PPB; e

(d) para as etapas intangíveis, deve-se inspecionar, de forma amostral evidências documentais, como atas de desenvolvimento e instruções de trabalho.

42.São etapas intangíveis do PPB, aquelas a que se referem a uma etapa sem substância física.

43.No caso de não haver pontuação mínima estabelecida em portarias de PPB do produto, o seu cumprimento deverá ser atestado em sua totalidade.

44.As análises limitam-se a validações quantitativas de volumes, ficando excluída qualquer validação quanto a custos dos insumos ou demais gastos gerais apropriados ao longo da realização das etapas produtivas.

45.As análises relacionadas aos procedimentos específicos relacionados acima para as informações de processo produtivo básico (PPB) se aplicam somente às empresas que realizam produção de produtos incentivados.

Formação da opinião dos auditores independentes

46.O auditor independente deve expressar uma opinião sem modificação quando ele concluir que, com base nos procedimentos executados e nas evidências obtidas, as informações contidas no RDA e anexos foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo a Metodologia de Avaliação de RDA, versão 1.1 e versões posteriores, aprovada pela Sempi e pelo Manual de Instruções para Preenchimento do Sigplani, para fins do cumprimento dos requisitos da Lei n.º 13.969/2019 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 10.356/2020 e alterações posteriores.

47.O auditor independente deve expressar uma opinião com modificação nas seguintes circunstâncias, quando no seu julgamento profissional:

(a) existir uma limitação no alcance e o efeito desse assunto seja relevante. Em tais casos, o auditor deve expressar uma opinião com ressalva se os possíveis efeitos forem relevantes ou se abster de apresentar uma opinião se os possíveis efeitos forem relevantes e generalizados;

(b) a informação do objeto estiver distorcida de forma relevante. Em tais casos, o auditor deve expressar uma opinião com ressalvas se os efeitos forem relevantes ou uma opinião adversa, se os efeitos forem relevantes e generalizados.

48.Reportar, no APÊNDICE II que acompanha o relatório do auditor, as exceções consideradas, nos termos do Art. 12 do Decreto n.º 10.356/2020, no seu julgamento, como relevantes.

MODELOS

49.Com o objetivo de manter a consistência por parte dos auditores independentes na emissão dos relatórios, este comunicado contém um modelo de relatório de asseguração razoável, que possui a seguinte estrutura:

¸ APÊNDICE I - Modelo de relatório de asseguração razoável sobre as informações contidas no Relatório Demonstrativo Anual (RDA);

¸ APÊNDICE II - Síntese dos procedimentos executados e exceções identificadas.

50.O APÊNDICE II - Síntese dos procedimentos executados e exceções identificadas deve conter as informações inseridas no RDA e anexos elaborados pela administração da entidade beneficiária, os principais procedimentos executados pelo auditor e as exceções relevantes identificadas quando da execução dos seus procedimentos, com o apoio de seu especialista.

51.O exemplo de relatório é apenas uma orientação e não contempla eventuais modificações que possam ser necessárias em circunstâncias específicas, nos termos previstos na NBC TO 3000.

VIGÊNCIA

Este comunicado entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos trabalhos sobre o processo de elaboração das informações contidas no RDA a partir do ano-base 2020, conforme legislação aplicável, revogando o CTO 05 (R1), publicado no DOU, Seção 1, de 24/12/2020.

AÉCIO PRADO DANTAS JÚNIOR
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

PORTARIA Nº 17, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022

Resultado da LXIX Assembleia de Delegados Eleitores do CFQ.

O Conselho Federal de Química, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 8º da Lei n. 2.800, de 18 de junho de 1956, resolve:

Tornar público o resultado das eleições realizadas na LXIX Assembleia de Delegados Eleitores do CFQ, ocorrida no dia 21 de janeiro de 2022, na qual foram eleitos para os cargos de Conselheiros Federais Efetivos na categoria de Engenharia Química e suas modalidades, David Tabak, cujo mandato se inicia em 22 de abril de 2022 e termina em 21 de abril de 2025. Na categoria de Química Industrial e suas modalidades: Ana Maria Biriba de Almeida, Luiz Miguel Skrobot Júnior e Renata Lilian Ribeiro Portugal Fagury cujos mandatos se iniciam em 22 de abril de 2022 e terminam em 21 de abril de 2025. Na categoria de Licenciatura ou Bacharel em Química e suas modalidades: Fuad Haddad e Jonas Comin Nunes cujos mandatos se iniciam em 22 de abril de 2022 e terminam em 21 de abril de 2025. Na categoria de Técnico em Química e suas modalidades, Rodrigo Alan de Moura Rodrigues cujo mandato se inicia em 22 de abril de 2022 e termina em 21 de abril de 2025. Para os cargos de Conselheiros Suplentes, na categoria de Engenharia Química e suas modalidades: Luiz Gonzaga Resende Bernardo cujo mandato se inicia em 22 de abril de 2022 e termina em 21 de abril de 2023 e Fernando Alberto Souza Jatene cujo mandato se inicia em 22 de abril de 2022 e termina em 21 de abril de 2024. Na categoria de Química Industrial e suas modalidades: Franksteffen Silva Maia cujo mandato se inicia em 22 de abril de 2022 e termina em 21 de abril de 2023 e Raquel Fiori, Silvana Carvalho de Souza Calado e Ubiracir Fernandes Lima Filho cujos mandatos se iniciam em 22 de abril de 2022 e terminam em 21 de abril de 2025. Na categoria de Licenciatura ou Bacharel em Química, Maria Inez Auad Moutinho cujo mandato se inicia em 22 de abril de 2022 e termina em 21 de abril de 2025. Na categoria de Técnico em Química, e suas modalidades: Ana Paula Cristina Farias Sayd e Rubem Novais Reis cujos mandatos se iniciam em 22 de abril de 2022 e terminam em 21 de abril de 2025.

JOSÉ DE RIBAMAR OLIVEIRA FILHO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 38, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 38/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO Nº 424/2013 DO COFFITO. ARTIGO 9º. DEVERES FUNDAMENTAIS DO FISIOTERAPEUTA. EXERCER SUA ATIVIDADE COM ZELO. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. ARQUIVAMENTO DO FEITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 38/2019, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. M. A. L.. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela absolvição dos representados, extinção e arquivamento do feito. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto"

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patricia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, Diretoria-Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 39, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 37/2015
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. LEI 6.316/1975. ARTIGO 16, INCISO IV. INFRAÇÃO DISCIPLINAR. DEIXAR DE PAGAR AS CONTRIBUIÇÕES A QUE O PROFISSIONAL ESTÁ OBRIGADO. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. CONCESSÃO DE 30 DIAS PARA QUITAÇÃO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 37/2015, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. A. L. de C. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela concessão de 30 dias para quitação do acordo e, em caso de não cumprimento, pena de advertência. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patricia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, Diretoria-Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 40, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 12/2020
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO COFFITO nº 424/2014. ARTIGO 9, II. ARTIGO 21. PUBLICAÇÃO EM REDE SOCIAL DE IMAGEM. COMPETENCIA DOS FISIOTERAPEUTAS. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. ABSOLVIÇÃO E ARQUIVAMENTO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 12/2020, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. R. M. A. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela absolvição do representado, extinção e arquivamento do feito, visto a falta de provas. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto"

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patricia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, Diretoria-Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 41, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR CEDF Nº: 59/2019
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO DE PRECEITOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS DA PROFISSÃO. RESOLUÇÃO COFFITO nº 424/2014. ARTIGO 31. GARANTIR OS ASPECTOS TÉCNICOS, ÉTICOS E BIOÉTICOS, RECONHECIDOS E NORMATIZADOS. INFRAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. ABSOLVIÇÃO E ARQUIVAMENTO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 59/2019, em que são representadas as profissionais fisioterapeutas Dra. P. B. dos S., e Dra. M. C. M. do A. C.. Adotado o voto da Conselheira Relatora, que passa a fazer parte do presente

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela absolvição das representadas, extinção e arquivamento do feito, visto que as irregularidades foram sanadas. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. Raphael Martins Ferris, a Vice-Presidente, Dra. Patricia Rodrigues Rocha, a Diretora-Secretária, Dra. Jane Suelen Silva Pires Ferreira, Diretoria-Tesoureira, Dra. Carolina Jessica da Silva Salado, os Conselheiros Efetivos, Dr. Jeferson Gonçalves Azevedo, Dra. Juliana Mendes de Cerqueira Leite, Dra. Karina Bottcher Ribeiro Turquetto e Dr. Marcelo Claudio Amaral Santos.

KARINA BOTTCHER RIBEIRO TURQUETTO
Conselheira Relatora